

ITADADOS 2018



SEMMABUR
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Itaboraí
COM A FORÇA DO PVO



Prefeitura Municipal de Itaboraí

- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

- Prefeito Municipal

Sadinoel Oliveira Gomes Souza

- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Paloma Martins Mendonça

- Elaboração

Raquel Nunes Moura Mesquita

Arquiteta e Urbanista - SEMMAURB

Colaboradores

Adriana Silva de Souza

Alexandre Arêas

André Cantareli da Silva

Claudia Teixeira Pereira Lopes

Deivid Antunes da Silva Pacheco

Fábio Rodrigues Sampaio

Fábio da Silva Pereira

Flávio Lontro

José Geraldo Moreira Basilio

Liliane Martins de Arruda

Lucia Helena Duarte da Silva

Luis Otávio Rezende Castro

Paulo Cézar Oliveira Alves

Rosivânia Pacheco

Equipe Técnica de Coordenação da Revisão do Plano Diretor

Viviany Barreto Nogueira Borges
Coordenadora / Arquiteta e Urbanista - SEMMAURB

Cristiane Borborema Chaché
Advogada - SEMMAURB

Deborah Pimentel
Fiscal de Obras / Arquiteta e Urbanista - SEMMAURB

Diego Goulart Lopes
Arquiteto e Urbanista - SEMMAURB

Evandro Correa de Carvalho
Técnico de Geoprocessamento - SEMCTI

Fernando Cezar Antunes
Fiscal de Obras - SEMMAURB

Flávio De Gasperis Botticini
Fiscal de Obras / Arquiteto e Urbanista - SEMMAURB

Lélia Zany G. de Mello
Fiscal de Meio Ambiente - SEMMAURB

Leonardo de Souza Dias
Técnico de Geoprocessamento - SEGOV

Lucas Barbosa Cortinhas
Biólogo - SEMMAURB

Maria de Fátima Sousa Rocha Braga
Arquiteta e Urbanista - SEMMAURB

Milton José Duarte Filho
Arquiteto e Urbanista - SEMCELT

Raquel Nunes Moura Mesquita
Arquiteta e Urbanista - SEMMAURB

Rosaria Maria Santana do Nascimento
Fiscal de Obras / Arquiteta e Urbanista - SEMMAURB

Rute Andrea Marques
Acessor de Fiscalização - SEMMAURB

Estagiários do curso de Arquitetura e Urbanismo

Darlan Silveira Diniz
Magno da Mota Monteiro de Oliveira
Patrícia Maia Martins
Stela Araújo Serra
Tiago da Silva Pinto de Lima

Comissão de Equipe Técnica de Revisão do Plano Diretor

Alexander Duarte da Silva
Fiscal de Transporte - SETRAN

André Barros Pereira
Engenheiro Agrônomo - SEMSP

Alyne Saldanha Antunes Felizardo
Engenheira Civil - SEMSP

Bianca Pacheco F. Chaves de Mello
Técnica de Planejamento - SEPLAN

Demerson Mangueira de Paula
Coordenador de Comunicação - SEGOV

Fernando Cezar Antunes
Fiscal de Obras - SEMMAURB

José Fernando Soares
Secretário - SEPLAN

Lélia Zany G. de Mello
Fiscal de Meio Ambiente - SEMMAURB

Márcio da Silva Carvalho
Fiscal de Transporte - SETRAN

Marlon Olmo Pina
Assessor Técnico - SEMSDC

Mônica Virgílio Cavalcante
Arquiteta e Urbanista - SEMHPS

Roberto Carlos Fernandes Salles
Subsecretário - SEMCTI

Rogério José da Silva
Coordenador - SEMSDC

Ronaldo da Cunha Raposo
Arquiteto e Urbanista - SEMOB

Rosaria Nascimento
Fiscal de Obras, arquiteta e urbanista - SEMMAURB

Rute Andrea Marques
Acessor de Fiscalização - SEMMAURB

Sheila Garcia Machado Terra
Arquiteta e Urbanista - SEMSP

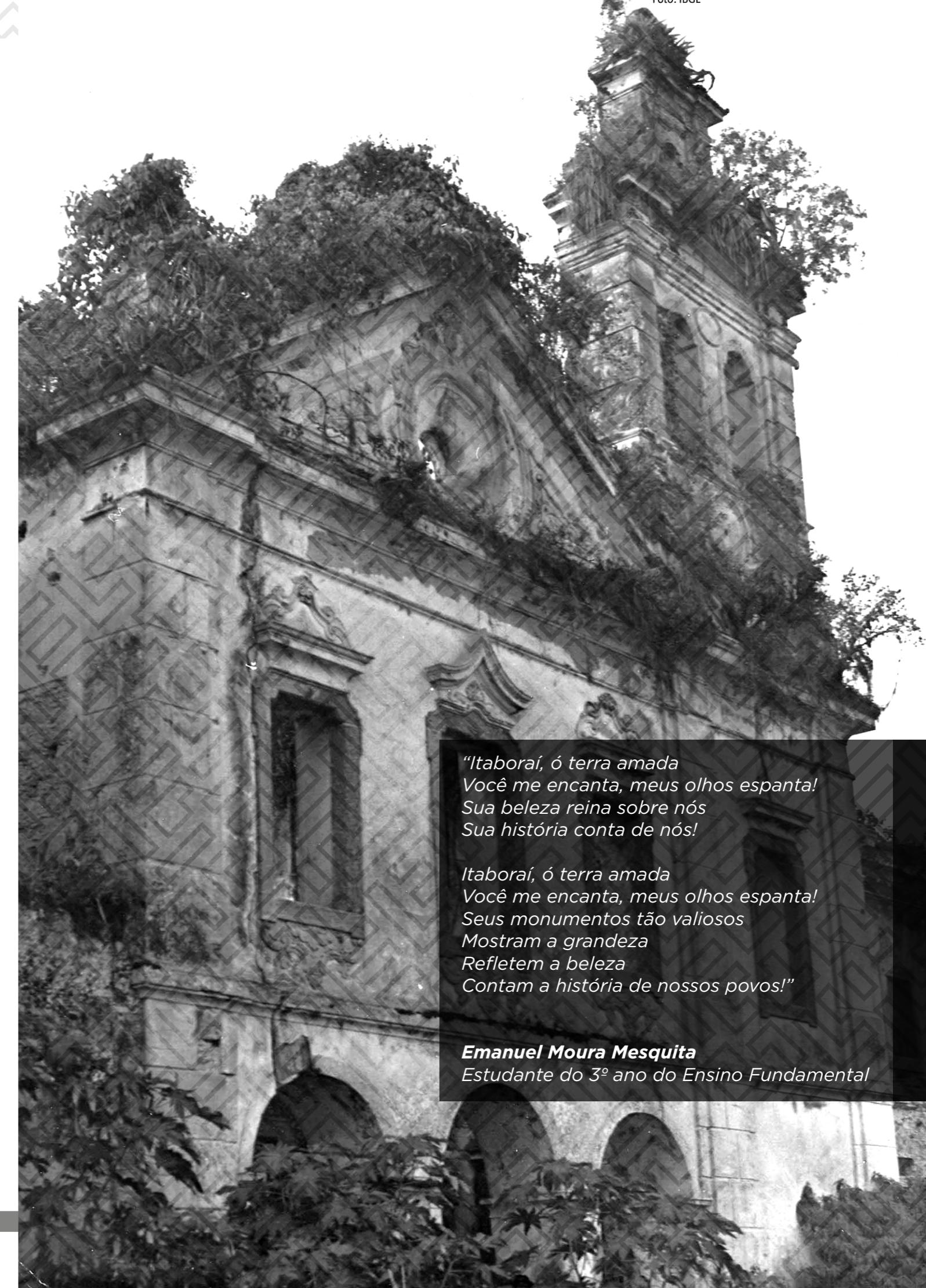
Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues
Arquiteto e Urbanista - SEMOB

Diagramação

Eco Comunicação

Revisão de Texto

Lucas Barbosa Cortinhas



2^a EDIÇÃO • 2018

*"Itaboraí, ó terra amada
Você me encanta, meus olhos espanta!
Sua beleza reina sobre nós
Sua história conta de nós!"*

*"Itaboraí, ó terra amada
Você me encanta, meus olhos espanta!
Seus monumentos tão valiosos
Mostram a grandeza
Refletem a beleza
Contam a história de nossos povos!"*

Emanuel Moura Mesquita
Estudante do 3º ano do Ensino Fundamental

O cenário urbano está em constante transformação e as demandas de cada tempo são distintas. Fazer a leitura contextual de cada época é imprescindível, pois assim é possível entender o que realmente reflete a realidade. O planejamento da cidade acontece com eficácia quando há a devida compreensão desse cenário, por isso, quanto mais informações reunidas, maior a precisão e clareza das reais necessidades e obviamente, maior desembaraço para se planejar, uma vez que o diagnóstico tem o papel de nortear as diretrizes necessárias para o desenvolvimento.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo publica a 2^a edição do Itadados, que é um documento técnico contendo dados estatísticos, informações e análises demonstrativas sobre o município com a finalidade de identificar características, problemas e potencialidades locais, para orientar prioridades nos desafios encontrados, e aplicar com eficácia as políticas públicas necessárias.

O Itadados comprehende a 2^a etapa da Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, trabalho que está sendo elaborado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMMAURB).

Nesta edição está evidenciada a realidade de Itaboraí, resultante da leitura técnica, realizada pela equipe de profissionais técnicos do município e da leitura comunitária, colaborações da comunidade local. Além do material produzido através destas leituras, o presente trabalho fornece indicadores e informações relativas à Gestão Municipal.

As informações aqui reunidas estão apresentadas em capítulos que, em conformidade com o Plano Diretor, se classificam por temas. São eles: Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Socioambiental, Desenvolvimento Socioeconômico, Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Urbano e Integração de Território.

Neste documento estão evidenciadas tanto as carências, como também as potencialidades do município. Procurou-se apresentar as informações com clareza, através de uma linguagem acessível e ilustrativa.

**HISTÓRICO**

Introdução
Breve Histórico

- Importância das vias de circulação em Itaboraí: Rios, Ferrovias e Rodovias*
- A cultura da cana-de-açúcar em Itaboraí*
- A importância do café para Itaboraí*
- Os Laranjais na Paisagem de Itaboraí: Agricultura no Século XX*
- Exposições e Festas no período áureo da Laranja em Itaboraí*
- A Importância da Cerâmica na História de Itaboraí*

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Itaboraí-Região Metropolitana do Rio de Janeiro
Perfil Municipal
Estrutura Administrativa
Aspectos Políticos
Aspectos Físicos
Divisão Distrital

DESENVOLVIMENTO HUMANO E QUALIDADE DE VIDA

Indicadores Sociais
Assistência Social
Educação
Saúde
Esporte e Lazer

DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

ICMS Ecológico
Áreas Verdes
Serra do Barbosão
Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim
Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Macacu
Corredor Ecológico Sambê - Santa Fé - Barbosão
Sistemas de Saneamento
Tratamento de Resíduos Sólidos

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Principais Atividades Econômicas
Indústria
Comércio e Serviços
Trabalho, Emprego e Renda
Índice Gini
Olarias e Oleiros
Pescadores e Caranguejeiros
Turismo
Indicadores Econômicos
Indicadores Financeiros

SUMÁRIO

DESENVOLVIMENTO RURAL

Breve Histórico da Agricultura de Itaboraí e suas Perspectivas
Produção da Agricultura Familiar
Produção de Flores
Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural
Potencial Turístico



DESENVOLVIMENTO URBANO

Urbanização e Uso do Solo
Densidade de Ocupação
Divisão Territorial
Habitação

Assentamentos Irregulares

Áreas Públicas
Patrimônio Histórico e Cultural
Parque Paleontológico de São José de Itaboraí
Infraestrutura e Serviços de Utilidade Pública

Energia
Comunicações
Pavimentação



INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Mobilidade
Centralidades
Arco Metropolitano do Rio de Janeiro

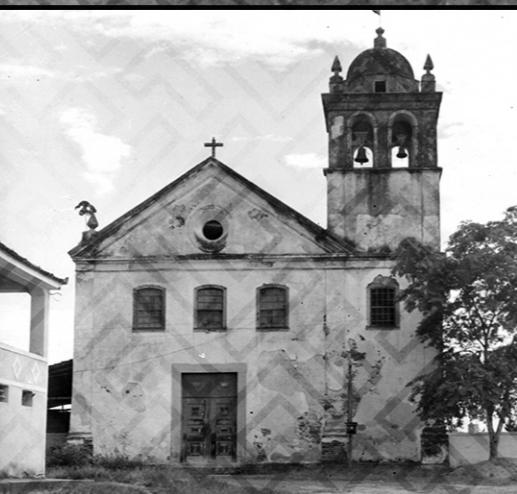


COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO - COMPERJ

Dutos
Gasoduto Guapimirim-Itaboraí
Gasoduto Pré-Sal - Comperj (Rota 3)
Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ
O Empreendimento - COMPERJ
Produção

Conclusão COMPERJ

Conclusão
Anexos
Referências Bibliográficas



INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa sobre a história de Itaboraí é fruto da tentativa de levantar um breve histórico do Município em linguagem acessível ao grande público.

Foram delimitados temas pontuais, contudo, o Poder Público, em momento oportuno e em parceria com profissionais da área de História, Arqueologia, e Paleontologia deverá produzir uma revisão norteada pelas normas acadêmicas, com citação adequada e confrontamento de fontes, levando sempre em consideração o uso de uma linguagem acessível, para nesse sentido, resgatar a Identidade e o sentimento de pertencimento dos cidadãos com o Município de Itaboraí.



PMI (Gerenciamento de Dados – Evandro Carvalho) Sobrevoos APS Aerolevantamentos / 2008

BREVE HISTÓRICO

O primeiro aspecto sobre a história do município revela a influência dos antigos habitantes da terra. O nome Itaboraí tem origem tupi e significa Pedra Bonita escondida na água, como foi chamada pelas tribos indígenas que habitavam a região. Segundo consta, os colonizadores observaram que os nativos utilizavam uma fonte de água que ficava na área mais elevada e atual centro histórico da cidade e chamavam o local de Itaboraí.

O povoamento da região de Itaboraí tem origem em 1567, dois anos após a fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Neste período, a Coroa Portuguesa fez a concessão de várias sesmarias na região do Recôncavo da Guanabara para promover a ocupação destas áreas e estimular o estabelecimento dos engenhos de açúcar.

A área que atualmente é ocupada pelo município surgiu com a doação de uma sesmaria a Miguel de Moura, um escrivão da Fazenda Real em 1567, na região da baixada do Rio Macacu. Porém, anos mais tarde este escrivão doou suas terras aos padres da Companhia de Jesus, que fundaram neste local o Aldeamento de São Barnabé na área do atual distrito de Itambi. Com a criação do aldeamento, os jesuítas foram ocupando a região do vale do Rio Macacu, abrindo fazendas, construindo capelas e estabelecendo a cultura de cana-de-açúcar.

Partes das terras dos jesuítas localizadas entre os rios Macacu e Caceribu foram vendidas e, neste local, foi erguida uma capela dedicada a Santo Antônio (1612) pelo colono Manuel Fernandes Ozouro. Um povoado surgiu neste lugar e em 1648 nele foi fundado o Convento de São Boaventura por padres franciscanos. Este local adquiriu importância tornando-se em 1647/48 a sede paroquial da freguesia de Santo Antônio do "Caceribu", como ficou conhecido. O título de Vila de Santo Antônio de Sá foi concedido em 1697 por ordem do Governador-Geral da Colônia. A alteração do nome para Santo Antônio de Sá foi uma homenagem dos proprietários de terras da região a Artur de Sá, Governador da Capitania do Rio de Janeiro na solenidade de fundação.

A Vila de Santo Antônio de Sá possuía freguesias subordinadas a ela, e ocupava a área dos atuais municípios de Itaboraí, Tanguá, Maricá, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu e Guapimirim.

Na área que hoje concentra a cidade de Itaboraí existem notícias de povoamento desde 1627. A ocupação da área central teve origem com a construção de uma capela em 1672 que foi transformada em paróquia em 1679. Neste local, foi inaugurada em 1742 a atual Igreja Matriz de São João Batista.

Um decreto imperial de 1833 criou a Vila de São João de Itaboraí e promoveu a sua independência política e administrativa. A instalação da Câmara Municipal ocorreu em 22 de maio do mesmo ano e passou a ser a data municipal comemorativa. Itaboraí tornou-se cidade a partir de 1890, com o nome atual.

O núcleo começou a se desenvolver a partir de uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, na fazenda de Iguá, atual Venda das Pedras. Nas terras próximas, desenvolveu-se o município, atingindo elevado grau de prosperidade econômica no segundo reinado e, até 1860, Itaboraí foi uma das regiões fluminenses mais prósperas. Pelo Porto das Caixas, que até hoje mantém essa denominação, escoava-se a produção agrícola local e das regiões próximas, sendo o açúcar exportado em caixas, daí a procedência do nome.

Com a inauguração da Estrada de Ferro Cantagalo, penetrando no sertão fluminense, o porto perdeu sua importância comercial, refletindo o seu abandono na economia de Itaboraí. A abolição dos escravos em 1888 apressou o declínio do Município, possivelmente o mais afetado do Estado. Atribui-se, também, o marasmo econômico à malária, que se espalhou por toda a região, oriunda das margens do Rio Macacu. Sua cidade-sede, ainda hoje, atesta seu período áureo pelas construções daquela época de prosperidade, como a Câmara Municipal - a casa em que se hospedou D. João VI - o Teatro João Caetano e muitas outras.

Outro aspecto relevante da história de Itaboraí é sobre a antiga Vila de Santo Antônio de Sá e as causas de sua decadência.

A causa mais significativa para o esvaziamento da região e, paralelamente, de Porto das Caixas, foram às chamadas “febres do Macacu” ocorridas na segunda metade do século XIX, que provocou a morte de um grande número de pessoas e a fuga de outra parcela da população. Estas doenças que dizimaram um grande número de pessoas na região são atribuídas tanto à malária como também à febre tifóide, pois com o desmatamento dos altos vales da bacia hidrográfica do Macacu-Caceribu para o plantio do café provocava, nas épocas de chuvas, grandes inundações nas áreas do baixo vale dos rios. Desta forma, na região que abrigava a Vila de Santo Antônio de Sá, local onde hoje está localizada a ruína do convento de São Boaventura, era comum os moradores se servirem nos períodos de seca de água estagnada de um pântano, atrás do povoado. Provavelmente a hipótese de ter ocorrido um surto de febre tifóide na região se justifica, pois, uma das causas de transmissão é a água contaminada.

As epidemias que atingiram a região foram muito comentadas durante todo o século XIX, e deram origem ao lento processo de ruínas do convento de São Boaventura e da antiga Vila de Santo Antônio de Sá, uma das “Vilas Fluminenses desaparecidas”, estudadas pelo historiador Maia Forte em 1937.

Importância das Vias de Circulação em Itaboraí: Rios, Ferrovias e Rodovias

A importância de Itaboraí como rota de passagem é bem antiga, tendo inicio no século XVI com o transporte pelos rios da região que ligavam a cidade do Rio de Janeiro às áreas mais distantes do interior da província. O transporte fluvial adquiriu grande importância com o desenvolvimento dos engenhos entre o século XVI e final do século XVIII para o escoamento da produção de cana-de-açúcar, principal atividade econômica da época.

Já no século XIX, com a expansão do café, novamente Itaboraí adquire importância como rota de passagem, com as trilhas por onde trafegavam as tropas de burros trazendo o café das áreas de Cantagalo, Cordeiro e Nova Friburgo. O café seguia em direção ao Porto das Caixas e seguia pelo rio Macacu em direção à cidade do Rio de Janeiro.

O surgimento da ferrovia provocou alterações na região de Itaboraí transformando vilas em pequenas cidades. Novamente, a localização do Município torna-se importante rota de passagem entre o interior fluminense e a capital.

A implantação da estrada de ferro Leopoldina provocou uma grande mudança nas vias de circulação e, em primeiro momento, beneficiou o Município de Itaboraí. Porto das Caixas foi o centro de irradiação da estrada de ferro no esquema ferroviário fluminense, pois foi escolhido como ponto inicial da Estrada de Ferro Cantagalo, cujo primeiro trecho concluído em 1860 chegava até Cachoeiras de Macacu. Neste período, Porto das Caixas foi beneficiado pela construção da via férrea e a criação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Porto das Caixas em 1856.

Entre os anos de 1866 e 1870 foi construído um novo ramal ferroviário até Vila Nova, atual distrito de Itambi e que na época era um antigo porto fluvial localizado em um afluente do rio Macacu. Esta construção marca o declínio de Porto das Caixas como rota de passagem, pois era preferível ir até Vila Nova por trem e de lá seguir para a Baía de Guanabara.

Entre 1871 e 1875 é construído o trecho que liga a estação de Vila Nova em contato direto com Niterói, capital da província na época. O transporte ferroviário substituiu as atividades do porto e reduziu significativamente o dinamismo da economia tanto de Porto das Caixas como de Vila Nova de Itambi, pois estas localidades passaram apenas a estações intermediárias de passageiros.

A pavimentação da rodovia RJ-104 em 1942-43 trouxe dinamismo para a eco-

nomia da região de Itaboraí, favorecendo a expansão das cerâmicas para a fabricação de telhas e tijolos que abasteciam o Rio de Janeiro e Niterói. Outra rodovia que apresentou grande importância para o Município foi a BR-493, que contorna a Baía de Guanabara e liga o Município de Itaboraí ao Rio de Janeiro. Porém, a obra que trouxe o maior impacto para toda a região foi a construção da Ponte Rio-Niterói em 1974. A partir deste período o crescimento populacional foi acelerado e as antigas áreas agrícolas foram gradativamente sendo transformadas em loteamentos a espera de ocupação.

A construção de uma rodovia provocou, na década de 1980, novas formas de organização do espaço em Itaboraí. A rodovia BR-101, ligando Niterói a Manilha foi construída na primeira metade da década de 1980 e inaugurada em 1985, reduzindo o tempo de viagem entre Itaboraí e Niterói. A construção da rodovia influenciou diretamente no surgimento dos condomínios na década de 1990 e a ocupação destas áreas por pessoas provenientes do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo, atraídas pela facilidade de acesso. Outras rodovias existentes em Itaboraí também são muito significativas, como a RJ-116 que liga Itaboraí a Friburgo e a RJ-114, que liga o Município a Maricá.

Itaboraí conta ainda com o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, a Rodovia Raphael de Almeida Magalhães, inaugurada em 2014, que faz a ligação de Itaboraí ao Porto de Itaguaí, atravessando os municípios de Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Seropédica e Itaguaí, na Baixada Fluminense, conectando as rodovias federais BR-101, BR-116 (Norte e Sul), BR-465, BR-040 e BR-493.

O projeto de construção do metrô prevê que a Linha 3 ligará Niterói a Guaxindiba, em São Gonçalo. Esta localidade fica bem próxima do limite com Itaboraí.

A Cultura da cana-de-açúcar em Itaboraí

A história de Itaboraí revela que a sua ocupação ocorreu com a doação de sesmarias a partir da criação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1565.

Neste período, o povoamento da região foi ocorrendo com a instalação das lavouras de cana-de-açúcar e dos engenhos, sendo a produção açucareira a principal atividade econômica da região por vários séculos.

Entre os fatores que contribuíram para a expansão das plantações da cana estava o interesse da Coroa Portuguesa em garantir a ocupação da Colônia e alto preço que o açúcar obtinha no mercado internacional no período. No plano local, as plantações encontraram condições favoráveis de clima e solos e uma ampla rede fluvial para o escoamento da produção. O porto das Caixas era o local de embarque de todo o açúcar produzido na região com destino ao porto do Rio de Janeiro de onde era enviado para a Europa. Porto das Caixas foi fundado em 1718 no Rio Aldeia que é afluente do Rio Macacu. Este porto adquiriu grande importância, pois recebia grande quantidade de caixas de açúcar que ficavam depositadas pelo cais, esperando pelo transporte. Além do açúcar, Porto das Caixas também recebia grande quantidade de feijão, farinha de mandioca e mais tarde café proveniente do interior do estado.

O mercado do açúcar no período colonial apresentava instabilidade, alternando períodos de prosperidade com períodos de decadência, o que provocava o abandono das terras em determinados períodos de crise e a substituição das atividades dos engenhos pelas pastagens. A produção na região era marcada tanto pela produção do açúcar como também pela produção de aguardente, com características distintas entre as maiores e menores propriedades. Os engenhos eram as maiores propriedades e concentravam um bom número de escravos e uma produção mais diversificada, produzindo, além do açúcar, o melão e a rapadura. Nas propriedades com menores recursos e com pouca mão-de-obra a produção predominante era a de aguardente, produzidos em destilarias conhecidas como engenhocas¹. A produção da região de Itaboraí era dividida entre engenhos e engenhocas¹.



BREVE HISTÓRICO

Tanto os engenhos como as engenhocas possuíam uma produção auto-suficiente. Uma parte da mão-de-obra escrava era utilizada para o plantio de produtos básicos para a alimentação e parte das terras das áreas de baixadas eram destinadas para as pastagens, pois o gado era utilizado no transporte da cana.

É importante mencionar que a cultura da cana ocorreu em extensas áreas de baixada, ocupando a região de Nova Iguaçu e também nas áreas ao leste da Baía de Guanabara, como São Gonçalo, Itaboraí e Rio Bonito. Não existe um recorte preciso das áreas ocupadas pela cana nas áreas da Baixada da Guanabara, mas os dados demonstram que as plantações iam desde Itaguaí até Araruama no final do século XVIII, e também na planície de Campos dos Goytacazes².

No século XIX a produção açucareira no país entrou em decadência em virtude da concorrência no mercado internacional e também pela expansão da lavoura cafeeira. Neste período, os engenhos que não dispunham de capital para se modernizarem foram desaparecendo ou ainda deixando de produzir o açúcar e se especializando na fabricação de aguardente.

Em relação à cultura da cana-de-açúcar em Itaboraí observa-se que a produção foi bem diversificada, entre pequenas e grandes propriedades. Ainda observamos neste período pequenas propriedades dedicadas ao cultivo de produtos básicos para o consumo local, como o milho e a mandioca.

A cultura da cana apresentava períodos de decadência intercalados com períodos de crescimento da produção, tendo como causas o esgotamento dos solos, a falta de modernização dos engenhos e a competição com a região de Campos dos Goytacazes, que foi desenvolvendo uma produção mais dinâmica.

Os dados da produção local demonstram que em 1767, Itaboraí concentrava 18 engenhos, principalmente ao longo do Rio Iguá e do Rio Aldeia. A produção local se especializava cada vez mais na fabricação da aguardente, pois a produção do açúcar não era competitiva com a produção de Campos dos Goytacazes.

No final do século XIX e início do século XX muitos senhores de engenhos abandonaram a produção por não poderem modernizar as suas produções e por não aceitarem a condição de meros fornecedores de cana para os engenhos maiores e para as usinas que surgiam.

Embora a tendência da produção açucareira fosse o completo desaparecimento, no início do século XX a cultura da cana ressurge com força em Itaboraí. Após a Primeira Guerra Mundial foi inaugurada a usina de Tanguá, em 1920. A atividade inicial da usina foi a fabricação de açúcar e a partir de 1945 passa também a produzir o álcool. A capacidade de produção diária desta usina em 1951 chegava a 60 mil sacas de açúcar e 20 mil litros de álcool³. A usina de Tanguá, localizada no Vale do Rio Caceribu e que em 1977 foi transformada na CIBRAN, possuía neste período cerca de 600 operários na época de maior movimento.

Neste período, a produção do açúcar era destinada ao consumo interno favorecido pelo mercado consumidor que havia se formado com o crescimento populacional do país e das cidades mais próximas, como Niterói e Rio de Janeiro.

Segundo dados do IBGE, em 1950 o Município apresentava-se como o quarto maior produtor de cana-de-açúcar do Estado do Rio de Janeiro.

Observa-se ainda que a grande produção da cana voltada para a produção do

¹ Osório, Lia. Gente do Caceribu: Sua Geografia, Sua História.

² Geiger e Santos: Notas Sobre a Evolução Urbana na Baixada Fluminense. P.293. IBGE,1955.16

³ Estudos Rurais da Baixada Fluminense (1951-1953) GEIGER e MESQUITA. IBGE.

⁴ CIBRAN – Companhia Brasileira de Antibióticos. Atualmente a empresa não está em atividade.

BREVE HISTÓRICO

Tabela 1-Informações sobre a produção de Cana-de-açúcar no município de Itaboraí

Municípios	Área cultivada em hectares	Produção em toneladas
Campos	39.300	2.200.800
Macaé	4.500	215.500
São João da Barra	5.210	203.000
Itaboraí	2.200	66.000

Fonte: IBGE – 1950.

açúcar não eliminou a pequena propriedade, que se dedicava neste mesmo período à fabricação de aguardente. Em 1940 Itaboraí concentrava 21 alambiques.

A Importância do Café para Itaboraí

É importante mencionar que Itaboraí não apresentou uma produção de café tão expressiva quanto foi à cana-de-açúcar, mas concentrou uma produção nas áreas de terras mais altas, como nas encostas dos morros em meio ao abandono das fazendas de cana.

Contudo, o surto cafeeiro revitalizou a região de Itaboraí durante algum tempo, pois a área era rota de passagem para o escoamento do café produzido nas regiões de Cantagalo, Cordeiro, Friburgo e Rio Bonito. Esta produção descia a serra em tropas de burros e seguia em direção a Porto das Caixas, antigo porto fluvial que serviu para o escoamento da produção do açúcar na região. O café seguia até o porto do Rio de Janeiro em pequenas embarcações, de onde era exportado.

A área central de Itaboraí na primeira metade do século XIX passou por um crescimento urbano favorecido pela expansão do comércio do café.

A fundação da Vila de São João de Itaboraí em 1834 se deve, em grande parte, ao surto cafeeiro que dinamizou a economia do Município. Outro fator que contribuiu para a fundação da Vila foi a influência política do Visconde de Itaboraí, presidente da província do Rio de Janeiro e grande proprietário de terras na região de Itaboraí no período.

A Vila foi instalada numa pequena colina para evitar as áreas alagadiças e, neste período, a freguesia de Itaboraí era a terceira em ordem de importância de toda a Província. A importância de Itaboraí era tão expressiva para a época que chegou a competir com Niterói para a decisão de qual delas seria a capital da Província do Rio de Janeiro.

Com a decadência do café na região de Cantagalo e Friburgo na segunda metade do século XIX, Itaboraí sofreu o efeito da crise e entrou em um período de decadência, concentrando nesta época um pequeno comércio que servia à população local.

A decadência da região foi marcada, também, pelo agravamento das condições ambientais. O fim do trabalho escravo e o declínio da economia açucareira provocou o assoreamento dos rios, pois foram reduzidos os trabalhos de dragagem que eram feitos pelos escravos. Com este processo, a navegação foi sendo reduzida até desaparecer totalmente.

Os Laranjais na Paisagem de Itaboraí: Agricultura no Século XX

A agricultura de Itaboraí passou por períodos de grande importância com a cultura da cana, o plantio e o comércio do café e o cultivo de produtos básicos para a alimentação como a mandioca e o milho. Contudo, nenhum produto adquiriu para o Município um significado tão grande quanto à cultura da laranja já no século XX. A cidade ficou conhecida como “terra da laranja” e ainda hoje é assim reconhecida, mesmo



BREVE HISTÓRICO

com a produção praticamente extinta.

Os laranjais de Itaboraí surgiram por volta de 1913 e apresentaram uma produção expressiva na segunda década do século XX, com a expansão dos laranjais.

No século XX a Baixada da Guanabara tornou-se uma das maiores regiões frutícolas do país e as áreas de plantios se expandiram da região de Nova Iguaçu para o leste da Baía de Guanabara, atingindo São Gonçalo e Itaboraí. A expansão da produção estava relacionada à abertura dos portos europeus e latinos, sobretudo argentinos, às laranjas, bananas e abacaxis cultivados na região. A construção do armazém frigorífico do cais do porto do Rio de Janeiro permitiu o armazenamento de frutas e favoreceu a exportação.

A expansão da fruticultura foi significativa na segunda e terceira década do século XX, ocupando as velhas fazendas da Baixada da Guanabara que no passado dedicavam-se a cultura da cana-de-açúcar. Algumas fazendas foram adquiridas por comerciantes de frutas de Niterói e Rio de Janeiro com o objetivo de introduzir e ampliar a produção da laranja, como ocorreu com a Fazenda Caluje e a Fazenda Sampaio em Itaboraí.

Segundo GEIGER, a produção da laranja nas primeiras décadas do século XX apresentou grande importância no Município de Itaboraí, proporcionando obras de drenagem dos rios e canais que estavam assoreados, restabelecendo o transporte fluvial. O distrito de Itambi foi um centro comercial de frutas e de carvão vegetal entre 1918 e 1924. Nesta época, as mercadorias eram embarcadas em um canal que passava pela vila e seguiam para o Rio Macacu, por onde escoavam até a Baía de Guanabara, em direção ao Rio de Janeiro.

Desta forma, as razões utilizadas por muitos autores para explicar a decadência da agricultura da região a partir de causas como a falta de mão-de-obra, a malária que atingiu a região do vale do Macacu, a falta de transporte fluvial e tantos outros fatores se tornam pouco esclarecedores diante da cultura da laranja que surge como uma empresa agrícola altamente lucrativa.

As exportações de frutas entre as décadas de 1920 e 1950 do século XX apresentaram instabilidade em virtude das oscilações no mercado internacional no período entre guerras.

Em diversos períodos de crise ocorreu o abandono dos pomares e disseminação de pragas que atingiam a região, como em 1930 com a crise mundial, que dificultou a exportação. Outro período de crise foi em 1940, já com a Segunda Guerra.

A produção de frutas produzidas no Rio de Janeiro foi ampliando o mercado interno, para fugir das oscilações do mercado internacional.

Tabela 2-Total Anual de Área Plantada por Hectare de laranja

Município	1945	1946	1947	1948	1949	1950
Itaboraí	480	392	800	800	824	824
Maricá	560	640	672	720	800	860
São Gonçalo	1.584	3.600	6.120	5.940	5.940	5.903
Nova Iguaçu	8.480	8.480	9.296	9.280	9.600	8.560

Dados: Ministério da Agricultura

Os dados acima revelam que a produção em Itaboraí durante a segunda metade da década de 1940 apresentava-se em franca expansão, pois praticamente dobraria o total de áreas plantadas saindo de 480 hectares em 1945 para 824 hectares em 1950. Estes dados revelam o deslocamento da produção citado anteriormente e a pressão dos loteamentos que começam a surgir na região de Nova Iguaçu. Com as oscilações do preço da laranja no mercado e a valorização da terra para a ocupação urbana, os

BREVE HISTÓRICO

laranjais de Nova Iguaçu não encontram condições favoráveis para a expansão, ficando com a produção estagnada no período citado.

Um dado relevante é a produtividade da laranja no Município em comparação com os demais. Observa-se que São Gonçalo apresenta um total de áreas plantadas muito superior a Itaboraí, contudo a sua produtividade era muito baixa. Estes dados demonstram que a produção de Itaboraí possuía um nível superior de eficiência.

Outro dado relevante é em relação à produção de abacaxis. Embora o produto não tenha tido um significado para o Município como a laranja, estes dados revelam que Itaboraí novamente demonstra eficiente técnica na produção, pois não só é o maior produtor do estado como também registra uma grande produtividade.

Tabela 3-Produção dos Principais Produtores de Laranja em 1950

Municípios	Laranja plantada		Abacaxi	
	Área plantada em ha	Produção por há em centos	Área plantada em ha	Pés de abacaxi por ha
Nova Iguaçu	8 560	1 437	-	-
São Gonçalo	5 903	166	400	2 875
Maricá	860	625	-	-
Itaboraí	824	910	300	16 000
São Pedro da Aldeia	766	800	-	-

Fonte: IBGE. 1950.

A falta de dados da produção agrícola dos municípios do estado do Rio de Janeiro no IBGE dificultou a comparação da produção da laranja desde a sua expansão em Itaboraí, por volta de 1913 até 1950. Segundo informações do IBGE os dados referentes às décadas de 1930 e 1940 eram coletados pelo Ministério da Agricultura e o IBGE não dispõe dos números do Rio de Janeiro.

Em 1960 foi realizado o levantamento da agricultura fluminense, quando se observa que Itaboraí era o segundo município em número de propriedades no Estado do Rio de Janeiro, com 1.659 estabelecimentos. Estes dados revelam ainda que, nesse período, a agricultura em Itaboraí foi marcada predominantemente pelas pequenas propriedades. A cultura da laranja na década de 1960 era destinada basicamente para o mercado consumidor do Rio de Janeiro e municípios vizinhos.

Em 1970 ocorre o Censo Agropecuário. Os dados revelam que Itaboraí era o maior produtor do estado e apresentava uma produção muito superior aos demais municípios, tradicionais produtores como Nova Iguaçu e São Gonçalo, que neste período já registravam um surto de urbanização que dizimou os laranjais.

Exposições e Festas no período áureo da Laranja em Itaboraí

Tabela 4-Dados de 1970, 1975 e 1980 Sobre a Produção da Laranja

Município	Área Plantada (ha)			Quantidade (mil frutos)		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980
Itaboraí	12.463	11.172	11.021	809.498	779.824	553.656
São Gonçalo	1.735	1.381	1.272	174.280	68.252	48.088
Nova Iguaçu	1.539	270	138	102.348	19.314	10.866
Maricá	541	374	211	27.366	15.043	12.883

Fonte: IBGE/1980



BREVE HISTÓRICO

Em relação à cultura da laranja em Itaboraí é importante mencionar a influência da agricultura para a vida social da cidade no período de apogeu da produção.

O Jornal Folha de Itaboraí registrou com grande destaque a I Exposição Agroindustrial de Itaboraí ocorrida de 24 a 26 de junho de 1955, no Teatro João Caetano, tendo como principal produto a laranja. Estes eventos sempre ocorriam junto com as festividades de São João Batista, padroeiro da cidade. A I Exposição contou com a participação dos principais produtores rurais e também dos fabricantes de Cerâmicas, outra importante atividade econômica no período. Os expositores foram divididos entre produtores agrícolas, com 51 participantes e também de produtores Industriais num total de 45 expositores, sobretudo de cerâmicas.

A I Exposição atraiu um grande número de visitantes, com a participação de autoridades do Governo do Estado e de toda a região, movimentando a sociedade local.

No ano seguinte, em 1956, foi realizada a II Exposição Agroindustrial de Itaboraí, entre 23 e 24 de junho. O local escolhido foi o Esporte Clube Comercial, pois o Teatro João Caetano não comportava o grande número de expositores e de público.

Outras festas marcaram a vida social de Itaboraí, como a III Festa da Laranja realizada em 1968. Nestes eventos era eleita a Rainha da Festa e a disputa era acirrada entre candidatas de vários municípios.

O sucesso das exposições de Itaboraí provocava fatos curiosos, como encontramos na Folha de Itaboraí de 03 de outubro de 1968. O título da reportagem: "Itaboraí fez festa com laranja da Guanabara". A acusação partiu do deputado José Bismarck na Assembleia Legislativa, que afirmou que "Turistas cariocas que participaram da Festa da Laranja em Itaboraí chuparam laranja comprada na Guanabara". Disse ainda que as mesmas estavam amargas e criticou a promoção da prefeitura de Itaboraí. Porém, as suas críticas foram prontamente rebatidas pelo deputado Flávio Palmier, que afirmou que "a festa estava muito boa".

Estes fatos, de pouca importância na época diante da expressiva produção de laranjas em Itaboraí, representam hoje a importância da cidade no cenário político estadual. A participação de representantes do Município na Assembleia Legislativa é bem antiga, com nomes como o do advogado Ewaldo Saramago, eleito várias vezes como deputado estadual e federal, representando o povo de Itaboraí.

Em 1971 ocorreu a VII Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial, com a presença de representantes de órgãos municipais, estaduais e federais, exposição de produtos da agricultura da região e outras atrações. A Festa da Laranja ocorreu no final de setembro do mesmo ano e concentrou um grande número de visitantes, principalmente do Rio de Janeiro. A festa contou com a participação de cerca de 250 produtores da região, e registrou um público aproximado de 80 mil pessoas.

A importância da produção agrícola no Município foi sendo substituída pelas funções urbanas, que se intensificaram a partir da década de 1970. A produção da laranja vai cedendo lugar aos loteamentos para a população que chegava a Itaboraí e as festas e exposições dos produtos agrícolas se tornam parte da história recente do Município.

A Importância da Cerâmica na História de Itaboraí

Uma das atividades mais antigas e mais significativas de Itaboraí é a cerâmica. A exploração da argila para a fabricação de utensílios no Município tem origem remota, pois os povos primitivos que habitavam a região, antes da chegada dos europeus, já dominavam a técnica da fabricação de cerâmicas.

Com a ocupação da região a partir do final do século XVI a cerâmica produzida pelos índios adquire importância, pois os primeiros colonizadores necessitavam de va-silhames para a coleta e armazenamento dos produtos agrícolas.

A partir do contato com os europeus, a cerâmica produzida pelos índios sofre modificações, pois ocorre a influência da cultura europeia no artesanato indígena. Ou-

BREVE HISTÓRICO

tro fator que contribuiu para a "descaracterização" da cerâmica produzida pelos nativos foi o contato com os padres da Companhia de Jesus, que fundaram na região os Aldeamentos de São Barnabé, na área de Itambi e de Cabuçu. Os jesuítas passaram a influenciar diretamente na produção da cerâmica, pois, com a catequese, muitos desenhos originais utilizados pelos índios foram sendo substituídos por motivos cristãos. A produção indígena organizada pelos jesuítas nos aldeamentos passou a ser comercializada e foi sendo estimulada a produção de telhas e tijolos na região, dando origem as primeiras olarias. Ao mesmo tempo, os padres da Companhia de Jesus estimulavam a produção do artesanato de cestas e redes que eram vendidos no Rio de Janeiro.

A expulsão dos jesuítas no século XVIII praticamente extinguiu o uso intensivo da mão-de-obra indígena na produção da cerâmica. Contudo, a produção da cerâmica já estava enraizada na cultura local e a grande concentração de argila favoreceu a expansão da cerâmica como a principal atividade industrial do Município. A disponibilidade de madeiras também contribuiu para o aumento da produção, alimentando os fornos das olarias na região. Durante o século XIX a cerâmica apresentou um grande crescimento em decorrência do surto de urbanização que ocorreu com a chegada da Família Real no Rio de Janeiro em 1808.

Cada vez mais a cerâmica vai se especializando na fabricação de telhas e tijolos para a construção civil. Desta forma, a cerâmica de Itaboraí apresentou um papel fundamental na expansão urbana do Rio de Janeiro e das cidades que se formaram em seu entorno.

Um dado relevante da cerâmica no município ocorreu ainda no século XIX, quando a cidade promoveu a primeira exposição municipal ocorrida no Brasil de produtos rurais e fabris, em que os artefatos de cerâmica estavam expostos na entrada da Câmara Municipal. Esta exposição foi organizada pelo escritor Joaquim Manuel de Macedo, figura ilustre da história de Itaboraí, que buscava, com este evento, levantar fundos para a criação da Biblioteca Pública da cidade.

A construção da ferrovia, na segunda metade do século XIX, também parece ter contribuído para o escoamento da produção das olarias na região.

O município de Itaboraí no século XX registrou a maior expansão da indústria de cerâmica em toda a sua história. As cerâmicas vão alterando a paisagem de Itaboraí e algumas áreas concentram um grande número de estabelecimentos, como Venda das Pedras e Pachecos. As grandes concentrações nestas áreas estavam relacionadas às argilas encontradas na região. Outro fator importante para a localização das cerâmicas é a proximidade da estrada para o transporte da produção.

Estas indústrias se beneficiaram da matéria-prima abundante no Município, da facilidade de transporte com a pavimentação da rodovia Amaral Peixoto em 1942-43 e, sobretudo, da intensa demanda de telhas e tijolos para a expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro e das cidades de Niterói e São Gonçalo, que também já apresentavam crescimento na época.

A indústria de cerâmicas concentrou em Itaboraí um grande número de estabelecimentos. Em 1978, foi registrado um total de 82 empresas, época esta em que a atividade já apresentava sinais de decadência, principalmente em consequência do declínio das construções nos grandes centros. Em um levantamento recente, foi encontrado um total de 45 empresas em atividade no município.

Atualmente, a atividade registra uma crise em decorrência da falta de modernização do setor e de fatores como o alto custo da energia utilizada na produção. A

⁵ A Cultura do Barro na Região de Itaboraí: Patrimônio Cultural.

A produção da cerâmica artesanal é um legado da cultura indígena que resiste ao tempo e a todas as adversidades da pequena produção em meio às crises econômicas. A permanência da produção tem como base o trabalho familiar e o caráter de informalidade além de ser favorecida pelo grande número de pessoas que passam pelo Município em direção a Região dos Lagos, sobretudo nos finais de semana.



BREVE HISTÓRICO

fonte de energia utilizada até bem pouco tempo na produção era a lenha, retirada das matas da região. Com a intensificação da produção o desmatamento avançou e a lenha antes utilizada se tornou escassa.

Os dados da cerâmica em Itaboraí geralmente estão marcados pela produção industrial das olarias e a sua importância para a construção dos grandes centros urbanos. Contudo, a importância da cerâmica artesanal persiste e pode ser observada no grande número de barracas às margens da rodovia BR-101.

ITABORAÍ *em Tupi-guarani significa
“pedra bonita escondida na água”*

© 2012 Harley Sebastião



CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Itaboraí - Região Metropolitana do Rio de Janeiro

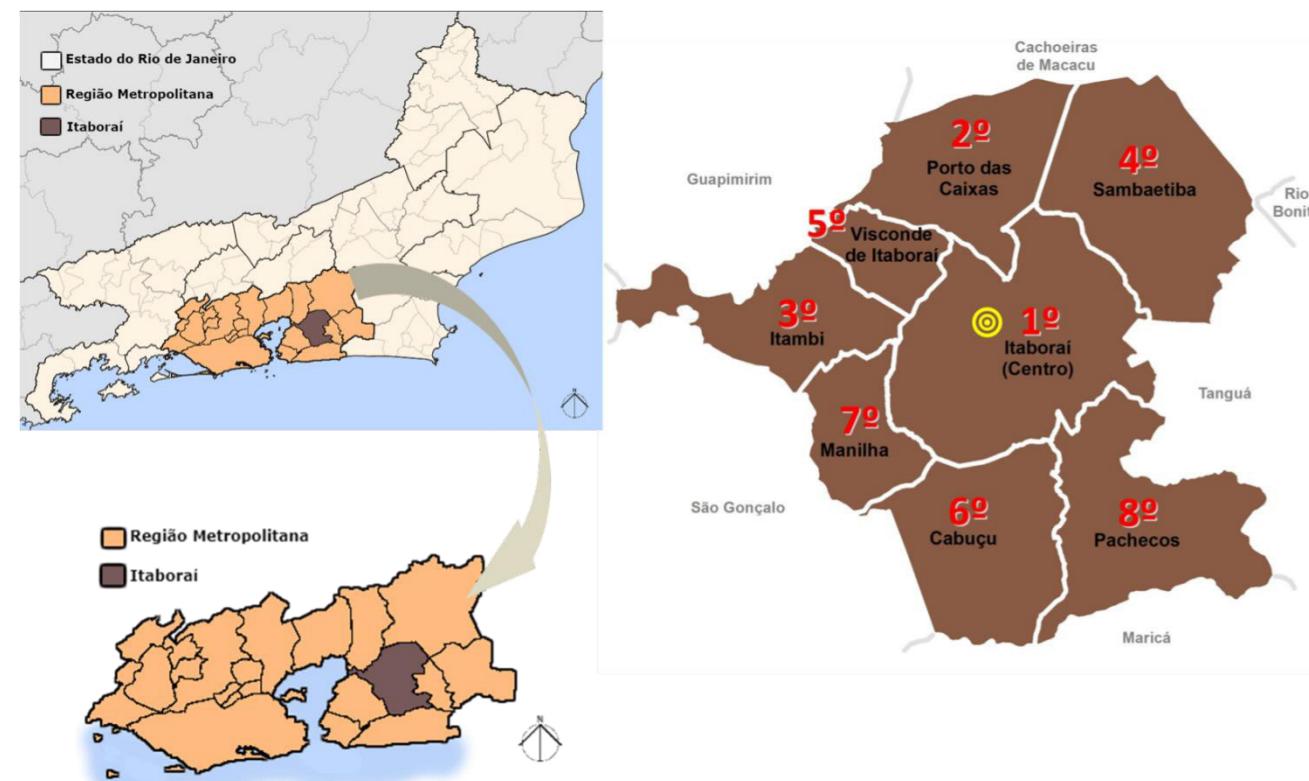


Figura 1 - Localização do município de Itaboraí e Divisão Distrital

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMMAURB)

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), criada em 1974, sofreu diversas modificações em seus limites de ocupação. Originalmente formada pelos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, São Gonçalo e São João de Meriti, por força de sucessivos desmembramentos e emancipações, ocorridos por motivos distintos, a RMRJ passou a ter novos contornos. Petrópolis, cujo território, à época, incluía o atual município de São José do Vale do Rio Preto, incorporou-se a Região Serrana, Mangaratiba à Costa Verde e Maricá à região das Baixadas Litorâneas. Belfort Roxo, Japerí, Queimados e Mesquita se emanciparam de Nova Iguaçu e, Guapimirim de Magé. Por fim, Tanguá desmembrou-se de Itaboraí e, Seropédica de Itaguaí.

Após sucessivas leis estaduais, somadas às atribuições conferidas aos estados federados pela Constituição de 1988, seus limites voltaram a se alterar passando a RMRJ a incluir, hoje, 21 municípios do Estado do Rio de Janeiro, a saber: Belfort Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japerí, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Seropédica, São Gonçalo, São João de Meriti, Tanguá, Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito.

PERFIL MUNICIPAL

Área

430,374 km² (Fonte: IBGE-cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/rj/itaborai/panorama)

População e densidade demográfica

População estimada em 238.695 habitantes no ano de 2018.

Densidade demográfica de 506,55 hab. p/ km².

(Fonte: IBGE-cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/rj/itaborai/panorama)

Feriados

Dia 22 de maio - Dia do Município

Dia 24 de junho - Dia do padroeiro São João Batista

Principais atividades econômicas

Serviços, Comércio, Indústria de transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP), Construção Civil, Extração Mineral, Agropecuária.

Temperatura

Máxima 33º C, Mínima 12º C.

Rodovias de acesso

BR 101, BR 493, RJ 104, RJ 114 e RJ 116.

Distâncias quilométricas

Rio de Janeiro: 46 km; Niterói: 34 km;

Angra dos Reis: 198 km; Macaé: 200 km;

Nova Friburgo: 87 km; Campos: 258 km;

Rio Bonito: 20 km.

Coordenadas

Sua sede localiza-se nas coordenadas geográficas de 22° 44' 40" de Latitude Sul e 42° 51' 34" de Longitude Oeste, a uma altitude de 46 metros e distante 46km da capital do Estado.

Municípios limítrofes

Ao norte - Os Municípios de Cachoeiras de Macacu e Guapimirim.

Ao sul - O Município de Maricá.

Ao leste - O Município de Tanguá.

Ao oeste - O Município de São Gonçalo.

Divisão Territorial

Possui oito distritos e setenta e dois bairros.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Da Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal.

A Administração Pública Municipal é constituída pela administração direta e indireta:

Administração Pública Direta

Governadoria Municipal constituída pela Chefia do Poder Executivo Municipal, órgãos de assessoramento e apoio direto e imediato; coordenação intersecretarial e grupos de trabalho;

- Secretarias Municipais;
- Controladoria Geral do Município;
- Procuradoria Geral do Município.

Administração Pública Indireta

- Autarquias;
- Fundos Municipais;
- Sociedade de Economia Mista;
- Empresas Públicas;
- Fundações Públicas.

As entidades que compõem a Administração Pública indireta ficam vinculadas à Secretaria Municipal, cuja área de competência deve estar enquadrada em sua atividade principal, se outra não for estabelecida em lei.

Poder Executivo Municipal

I - Órgãos Colegiados:

- Conselho de Contribuintes;
- Conselho Gestor do FHIS (Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social);
- Conselho Municipal Anti-Drogas - COMAD;
- Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério;
- Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- Conselho Municipal de Assistência Social;
- Conselho Municipal de Cultura;
- Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social (COMDES);
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB);
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;
- Conselho Municipal de Educação;
- Conselho Municipal de Emprego, Trabalho e Renda - COMETRE;
- Conselho Municipal de Política Urbana de Itaboraí - ITA-URBE;
- Conselho Municipal de Saúde - CMS;
- Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;
- Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;
- Conselho Tutelar;
- Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação;

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

- Conselho Municipal de Proteção e Defesa ao Consumidor.

II – Órgãos de assessoramento e apoio direto e imediato; coordenação intersecretarial que integram a Governadoria Municipal:

- Gabinete do Prefeito;
- Ouvidoria Geral do Município;
- Secretaria Municipal de Governo-SEGOV;
- Secretaria Municipal de Planejamento-SEPLAN.

III - Órgãos de atuação específica:

- Secretaria Municipal de Administração-SEMAD;
- Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca-SEMAAP;
- Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação-SEMCTI;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Int.COMPERJ-SEMDEIC;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social-SEMDS;
- Secretaria Municipal de Educação-SEME;
- Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo-SEMCELT;
- Secretaria Municipal de Fazenda-SEMAF;
- Secretaria Municipal de Habitação e Políticas Sociais-SEMHP;
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo-SEMMAURB;
- Secretaria Municipal de Obras-SEMOB;
- Secretaria Municipal de Saúde-SMS;
- Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Civil-SEMSDC;
- Secretaria Municipal de Serviços Públicos-SEMSP;
- Secretaria Municipal de Trabalho e Renda-SEMT;
- Secretaria Municipal de Transportes-SETRAN;
- Controladoria Geral do Município-CGM;
- Procuradoria Geral do Município-PGM.



ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Prefeito: SADINOEL OLIVEIRA GOMES SOUZA

Vice-Prefeito: WANDERSON DIAS PEREIRA

Secretárias do Prefeito: ROSÂNGELA FELIPE SILVA E SIMONE BIAZI

Chefe de Gabinete: JORGE ANTÔNIO SANTOS DA SILVA

Controlador Geral do Município: JOAQUIM LOPES DA GAMA

Procurador Geral do Município: ANTÔNIO JOSÉ DE LIMA DIAS

Ouvidor Geral do Município: LEÔNIDAS OLIVEIRA GOMES SOUZA

Secretários Municipais

Secretário Municipal de Administração: EDVALDO MENDONÇA DAUMAS

Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca: RENATO MACHADO FERREIRA

Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação: EDSON NEIRA BRANDÃO

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Integração com COMPERJ: JOSÉ CARLOS RANGEL DOS SANTOS

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social: LEÔNIDAS OLIVEIRA GOMES SOUZA

Secretário Municipal de Educação: MARCOS DIAS VIEIRA

Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo: FERNANDO ROSCIO DE ÁVILA

Secretário Municipal de Fazenda: EDSON NEIRA BRANDÃO

Secretário Municipal de Governo: JORGE ANTÔNIO SANTOS DA SILVA

Secretário Municipal de Habitação e Políticas Sociais: CLOVIS RAIMUNDO THOME DA SILVA NETO

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo: PALOMA MARTINS MENDONÇA

Secretário Municipal de Obras: CLOVIS RAIMUNDO THOME DA SILVA NETO

Secretário Municipal de Planejamento: JOSÉ FERNANDO SOARES

Secretário Municipal de Saúde: JULIO CESAR DE OLIVEIRA AMBROSIO

Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Civil: LUIZ ALBERTO MENDONÇA DA SILVA

Secretário Municipal de Serviços Públicos: CLOVIS RAIMUNDO THOME DA SILVA NETO

Secretário Municipal de Trabalho e Renda: JOSÉ CARLOS RANGEL DOS SANTOS

Secretário Municipal de Transportes: CLOVIS RAIMUNDO THOME DA SILVA NETO

Poder Legislativo

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores:

ALESSANDRO FERREIRA RODRIGUES

1º Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vereadores:

JOANA DARK COELHO LAGE DO NASCIMENTO

2º Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vereadores:

SEVERINO SANTOS DA SILVA

3º Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vereadores:

PAULO NEY GUIMARÃES PINA

1º Secretário: ELBER CORRÊA DA SILVA

2º Secretário: ROGÉRIO FILGUEIRAS ELEUTÉRIO

Tesoureiro: MARIA LÚCIA ABREU DOS SANTOS

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Vereadores:

AGUINALDO LEITE COUTINHO (AGNALDO COUTINHO)

ALESSANDRO FERREIRA RODRIGUES (SANDRO CONSTRUFORTE)

DEOCLÉCIO MACHADO VIANA (DEOCLÉCIO MACHADO)

EDERSON JOSÉ VIEIRA (EDINHO)

ELBER CORRÊA DA SILVA (ELBER CORREA)

ENÉAS DOS SANTOS PEREIRA (ENÉAS)

JOANA DARK COELHO LAGE DO NASCIMENTO (JOANA LAGE)

MARCELO DA ROCHA LOPES (MARCELO LOPES)

PAULO CÉSAR MOREIRA (CÉSAR)

PAULO NEY GUIMARÃES PINA (PAULO NEY)

PAULO ROBERTO NASCIMENTO ALVES (PAULO ALVES)

RENATO GARCIA DA SILVA (RENATO GARCIA)

ROBERTO MATTOS DA COSTA (ROBERTO COSTA)

ROGÉRIO FILGUEIRAS ELEUTÉRIO (ROBERTO FILGUEIRAS)

SEVERINO SANTOS SILVA (BIL)

Fonte das informações: Secretaria Municipal de Governo

Dados atualizados em agosto/2018





A sede da Prefeitura atual está localizada no Palacete do Visconde de Itaboraí, na Praça Marechal Floriano, nº 221, Centro. O Prefeito atual, Dr. Sadinoel Oliveira Gomes Souza, foi eleito no ano de 2016 e assumiu o mandato em 01 de janeiro de 2017.

O número de eleitores inscritos em setembro de 2013, segundo dados do TRE/RJ, foi de 161.712 eleitores no Município. As últimas eleições, em 2016, contaram com o número de 170.825 inscritos, tendo a participação do Eleitorado de 81,26%.

Prefeitos

1894 a 1901 - Vigário Joaquim Mariano de Castro Araújo
 1901 - Dr. Joaquim Pereira dos Santos e Cap. Brasilino Itajaí Leal
 1902 - Cap. Brasilino Itajaí Leal
 1903 - Ten. José Francisco Ribeiro de Mendonça
 1904 a 1905 - Cap. Brasilino Itajaí Leal
 1906 - Dr. Fideles de Azevedo Alves
 1907 - Tenente Coronel José J. Alves e Cap. Brasilino Itajaí Leal
 1908 - Cap. Brasilino Itajaí Leal
 1909 - Tenente Coronel José Joaquim Alves
 1910 a 1913 - Dr. José Bernardino Batista Pereira
 1914 a 1916 - Tenente Coronel Antônio Francisco da Silva Leal
 1917 - Cap. Antônio F. Torres e Tenente Coronel Antônio Francisco da Silva Leal
 1918 - Cap. Antônio Ferreira Torres
 1919 a 1921 - Tenente Coronel Antônio Francisco da Silva Leal
 1922 - Cap. José Joaquim B. Goulart e Tenente Coronel Antônio Francisco da Silva Leal

Prefeitos Municipais

Período • Prefeito

De outubro de 1923 a maio de 1924 • Coronel João de Magalhães
 De maio de 1927 a dezembro de 1927 • Major Bráulio Simões Soares
 De dezembro de 1927 a novembro de 1929 • Coronel João de Magalhães
 De novembro de 1929 a dezembro de 1930 • Cap. Alfredo Ferreira Torres
 De dezembro de 1930 a novembro de 1933 • Dr. Silvio Costa
 De novembro de 1933 a dezembro de 1935 • Dr. Jonatan Pedroso Filho
 De dezembro de 1935 a janeiro de 1936 • Coronel Joaquim José Soares
 De maio de 1936 a agosto de 1936 • Major Antônio da Trindade
 De agosto de 1936 a setembro de 1939 • Coronel Joaquim José Soares
 De setembro de 1939 a fevereiro de 1940 • Dr. Vicente Pereira da Fonseca
 De fevereiro de 1940 a dezembro de 1943 • Dr. Celso Rocha N. da Silva
 De dezembro de 1943 a janeiro de 1951 • João Augusto de Andrade
 De janeiro de 1951 a janeiro de 1955 • Roberto Pereira dos Santos
 De janeiro de 1955 a janeiro de 1959 • Símaco Ramos de Almeida
 De janeiro de 1959 a março de 1961 • Roberto Pereira dos Santos
 De março de 1961 a janeiro de 1963 • Gilberto de Paula Antunes
 De janeiro de 1963 a janeiro de 1967 • João Batista Caffaro
 De setembro de 1939 a fevereiro de 1940 • Dr. Vicente Pereira da Fonseca
 De fevereiro de 1940 a dezembro de 1943 • Dr. Celso Rocha N. da Silva
 De dezembro de 1943 a janeiro de 1951 • João Augusto de Andrade
 De janeiro de 1951 a janeiro de 1955 • Roberto Pereira dos Santos
 De janeiro de 1955 a janeiro de 1959 • Símaco Ramos de Almeida
 De janeiro de 1959 a março de 1961 • Roberto Pereira dos Santos
 De março de 1961 a janeiro de 1963 • Gilberto de Paula Antunes
 De janeiro de 1963 a janeiro de 1967 • João Batista Caffaro
 De março de 1967 a janeiro de 1971 • Jonas Dias de Oliveira
 De março de 1971 a janeiro de 1973 • Álvaro de Carvalho Júnior
 De fevereiro de 1973 a janeiro de 1976 • Francisco Nunes da Silva
 De fevereiro de 1976 a janeiro de 1983 • Milton Rodrigues da Rocha
 De fevereiro de 1983 a dezembro de 1989 • João Batista Caffaro
 De janeiro de 1989 a dezembro de 1992 • Sérgio Alberto Soares
 De janeiro de 1993 a dezembro de 1996 • João César Caffaro
 De janeiro de 1997 a dezembro de 2000 • Sérgio Alberto Soares
 De janeiro de 2001 a dezembro de 2004 • Cosme José Salles
 De janeiro de 2005 a dezembro de 2008 • Cosme José Salles
 De janeiro de 2009 a dezembro de 2012 • Sérgio Alberto Soares
 De janeiro de 2013 a dezembro de 2016 • Helil Barreto Cardozo

Relevo

As características do relevo no Município são bem diferenciadas. As maiores altitudes são encontradas na Serra do Barbosão à leste, na divisa com o Município de Tanguá, e nas Serras do Lagarto e Cassorotiba ao Sul, na divisa com o Município de Maricá.

Nas demais localidades, ao norte e a oeste, predominam as planícies, onde estão concentrados os rios que convergem para a Baía de Guanabara. Entre as planícies e as serras, observa-se um relevo suavemente ondulado, com morros que raramente ultrapassam os 50m de altitude.

Clima

O Município de Itaboraí possui clima tropical. Sua temperatura média anual é de 23.1°C. Tem uma pluviosidade anual média de 1267 mm e apresenta índice pluviométrico maior durante o verão, quando comparado ao inverno. (dados disponíveis em pt.climate-data.org)

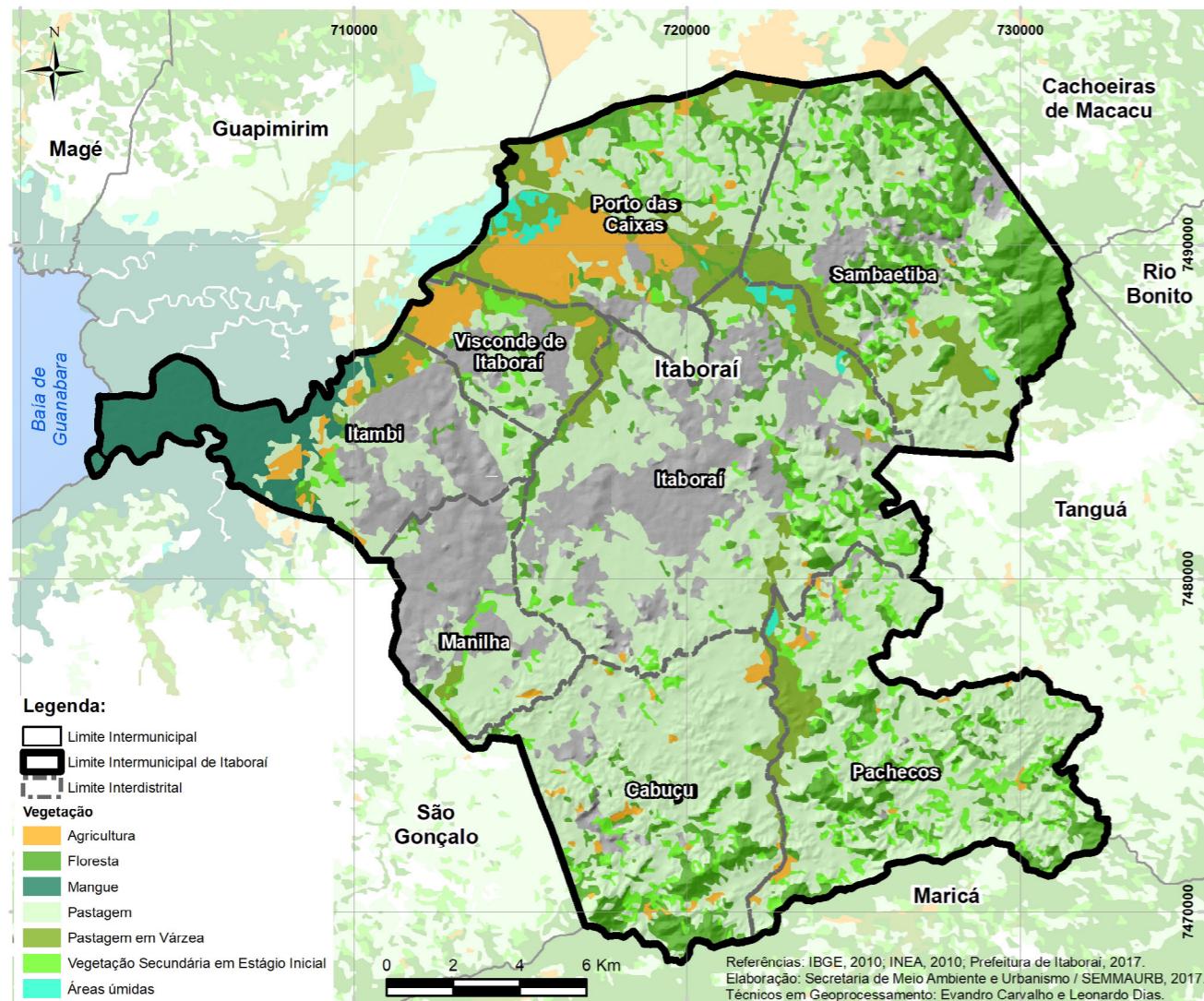
Vegetação e Uso do Solo

Figura 3 - Mapa de cobertura vegetal do município de Itaboraí

A vegetação atual do Município é composta em maior parte por pastagens, com sua maior concentração no distrito de Cabuçu, Pachecos e Sambaetiba, há também mata de encosta, mangues e brejos.

Os remanescentes de matas são observados nos setores mais íngremes e elevados das Serras do Barbosão e do Lagarto. São matas tipicamente secundárias resultantes da regeneração natural, pois concentraram muita exploração de madeira para a obtenção de carvão e lenha no passado. No restante do Município, as matas encontram-se muito fragmentadas e aparecem em locais isolados.

Os manguezais ocupam uma grande área na desembocadura dos rios que desaguam na Baía de Guanabara em áreas de pouco declives e cortadas pelos rios Macacu e Guaxindiba.

No Distrito de Itaboraí, os bairros com maior concentração de áreas de mata são Picos, Iguá e Vila Rica.

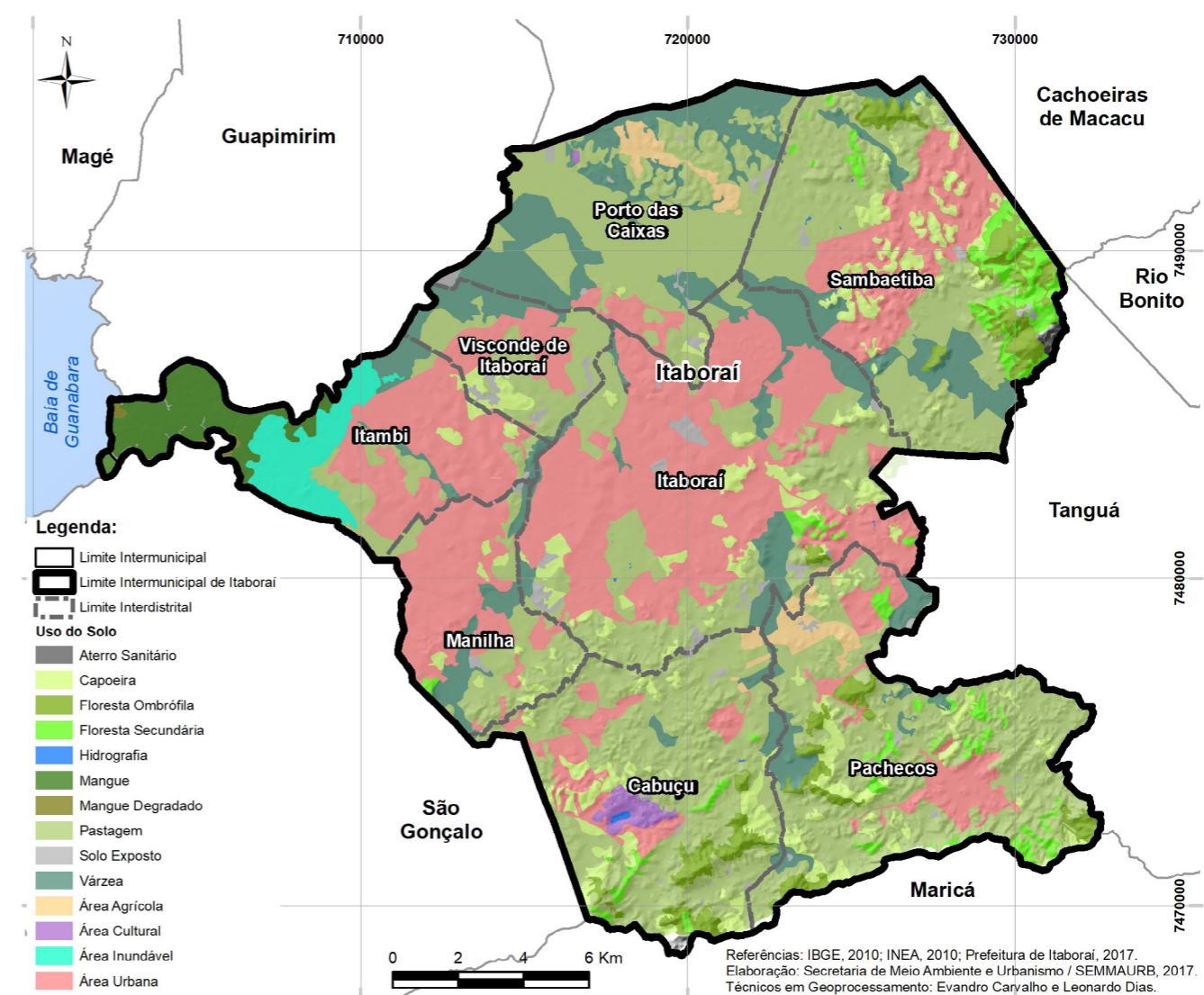


Figura 3 - Mapa de uso do solo no município de Itaboraí

Meio Ambiente

O Município de Itaboraí apresenta ecossistemas significativos, com destaque para a área do manguezal de Itambi, na foz do Rio Caceribu; áreas remanescentes de Mata Atlântica nas Serras do Barbosão, do Lagarto, Sapucaia, Camburi e Cassorotiba e Serra do Barro de Ouro ou do Espraiado; e ainda a Bacia Calcária de São José, no Distrito de Cabuçu.

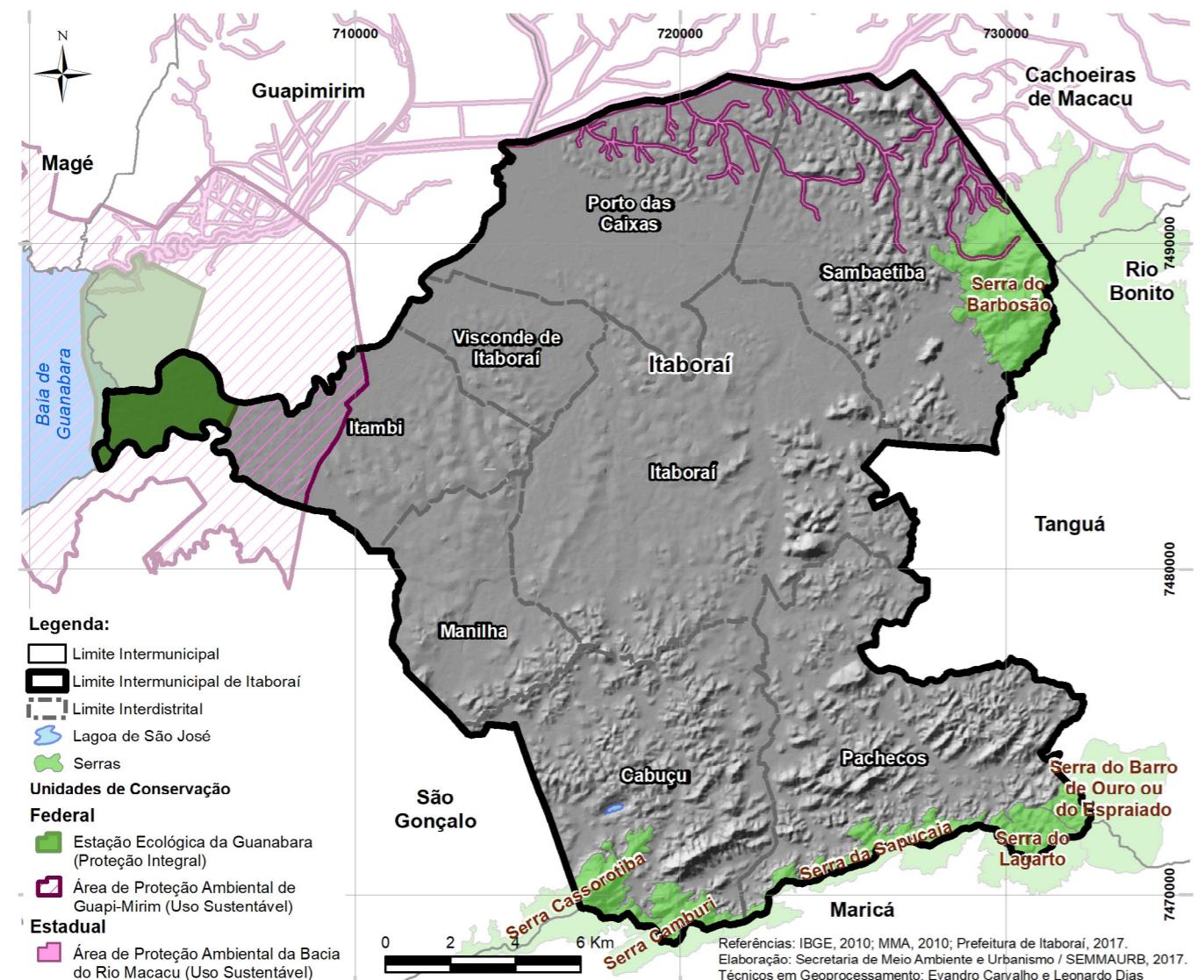


Figura 4 - Mapa de Meio Ambiente no município de Itaboraí

Hidrografia

O município de Itaboraí apresenta uma densa rede hidrográfica formada pelas bacias hidrográficas dos rios Guapi-Macacu, do rio Caceribu e dos rios Guaxindiba-Alcântara. Além desses, existem outros rios importantes, porém de menor extensão, como os rios da Aldeia, da Vargem, Tingidor, Calundu ou Iguá, Pitanga e Goianã ou Guianã, dentre outros.

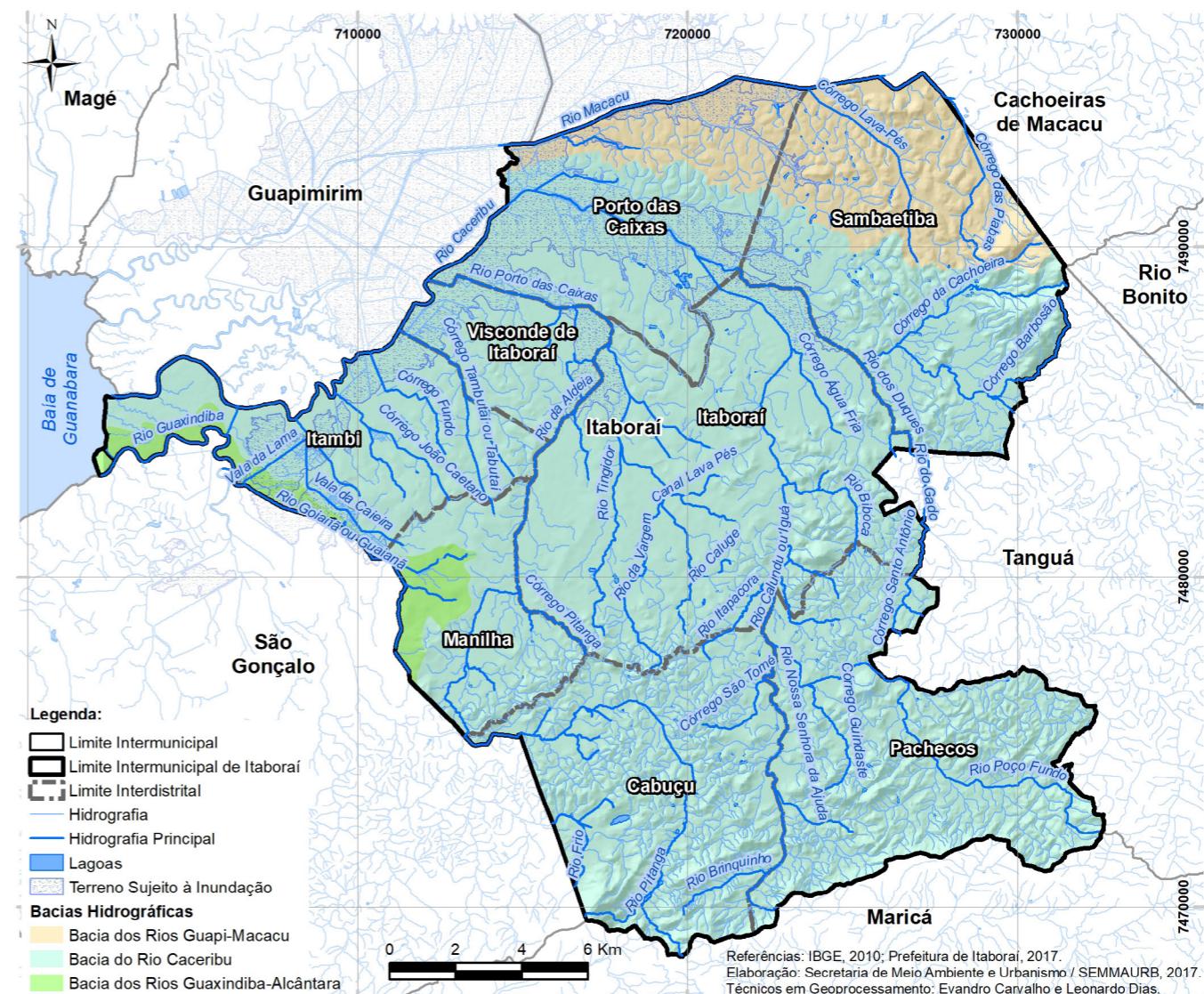


Figura 5 - Mapa de Hidrografia Principal, Bacias Hidrográficas, Lagoas e Terreno Sujeito à Inundação no município de Itaboraí

A bacia dos rios Guapi-Macacu possui uma área de drenagem de 1.640 km² (JICA, 1994). É limitada ao Norte e Noroeste pela Serra dos Órgãos, a Nordeste pela Serra de Macaé de Cima, a Leste pelas Serras da Botija e de Monte Azul e ao Sul pelas Serras do Sambê e dos Garcias. Situa-se nos municípios de Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Itaboraí. O rio Macacu nasce na serra dos órgãos, a cerca de 1.700 metros de altitude, no município de Cachoeiras de Macacu, e percorre aproximadamente 74 km até a sua juncão com o Rio Guapimirim.

Os principais afluentes pela margem esquerda são os Rios São Joaquim, Bela Vista, Bengala, Soarinho, das Pedras, Pontilhão e Alto Jacu, e pela margem direita os rios Duas Barras, Cassiano e Guapiaçu, seu maior afluente.

A partir da confluência do Guapiaçu com o Macacu, inicia-se o Canal de Imunana, construído pelo extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), com o objetivo de drenar as áreas adjacentes frequentemente inundadas. Com a construção do canal, o curso natural do rio Macacu foi desviado e se uniu ao Guapimirim. Sua área de drenagem, por essa razão, foi enormemente aumentada e o rio Guapimirim, após receber as águas do Macacu-Guapiaçu, passou a ser chamado de Guapi até a sua foz na Baía de Guanabara. O rio Caceribu, que também era afluente do Macacu pela margem esquerda, ganhou, a partir das obras do DNOS, desembocadura independente e ocupou o antigo baixo leito e a foz do Macacu na Baía de Guanabara. A Bacia dos Rios Guapi-Macacu é responsável pelo abastecimento de cerca de 2,5 milhões de habitantes dos municípios de Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói, além de ser utilizada para irrigação e piscicultura.

A bacia do rio Caceribu é uma das principais contribuintes para a Baía de Guanabara, sendo a segunda maior área de drenagem (846 km²). O rio Caceribu possui quase 60 km de extensão e tem suas nascentes nas serras ainda florestadas nos municípios de Rio Bonito e Tanguá, atravessando este último, Itaboraí e parte de São Gonçalo, com sua foz desaguando na área da APA de Guapimirim, na Baía de Guanabara. Seus principais afluentes são os rios da Aldeia, da Vargem, Tingidor, Calundu ou Iguá, Pitanga, dos Duques, Bonito e Tanguá.

A bacia dos rios Guaxindiba-Alcântara, com uma área de aproximadamente 144,60 km² (JICA, 1994), situa-se na porção Leste da Baía de Guanabara, ocupada pelos municípios de Niterói, São Gonçalo e uma pequena parte de Itaboraí.

O rio Guaxindiba nasce no Bairro do Anaia, em São Gonçalo, numa altitude aproximada de 80 metros, e atravessa os bairros de Sacramento, Barracão e Marambaia, num percurso de cerca de 29 km. Antes de desaguar na Baía de Guanabara, no seu trecho inferior, percorre parte da maior área preservada de manguezal da Baía de Guanabara, na APA de Guapimirim. Ele tem como principal afluente o rio Alcântara, cuja nascente situa-se na região compreendida pelo Município de Niterói, na Serra Grande, numa altitude aproximada de 150 metros. O rio Alcântara tem uma extensão de cerca de 25 km e seus principais afluentes são os rios Calubandê, Areal e Mutondo.

Texto extraído e adaptado de: AMADOR, Elmo da Silva. Bacia da Baía de Guanabara: Características geoambientais, formação e ecossistemas. Rio de Janeiro. Interciência, 2012.

Área com Terrenos Alagadiços e Sujeitos a Inundações

Inundação é a submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas na bacia hidrográfica.

De acordo com a Lei n. 6.766 de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, no art. 3º, parágrafo único, não é permitido o parcelamento em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas.

Itaboraí apresenta terrenos sujeitos a inundações, conforme mostra o mapa abaixo.

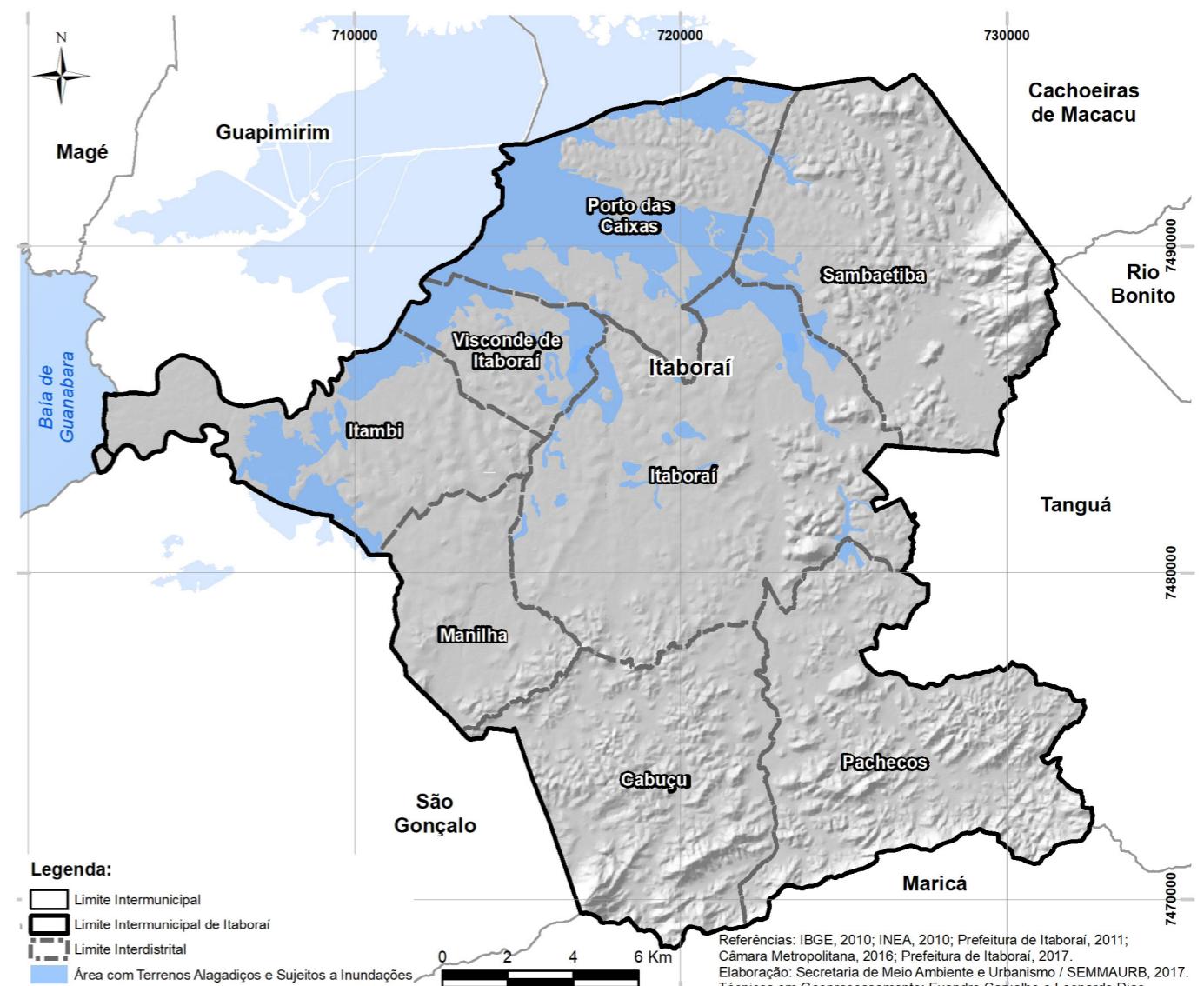


Figura 6 - Mapa de Área com Terrenos Alagadiços e Sujeitos a Inundações

DIVISÃO DISTRITAL

A atual divisão distrital do município encontra-se conforme figura abaixo.

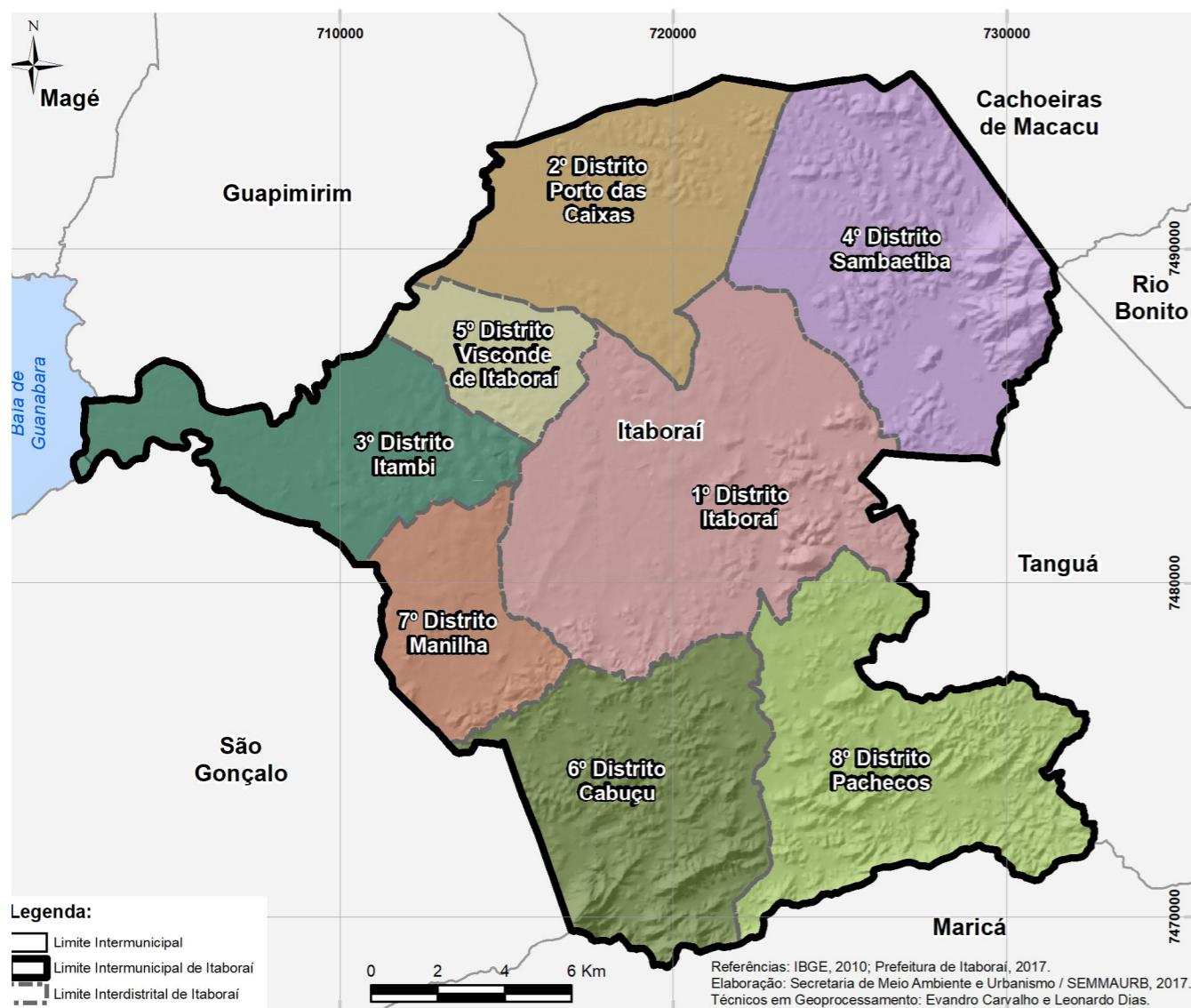


Figura 7 - Mapa de Divisão Distrital de Itaboraí

DIVISÃO DISTRITAL

Itaboraí 1º Distrito



Figura 8 - Vista aérea da Praça Marechal Floriano Peixoto/sem data Fonte: IBGE

A característica marcante do 1º Distrito é representada pelo conjunto arquitetônico em sua área central. O Prédio da Câmara Municipal, o antigo Palacete do Visconde de Itaboraí onde funciona a atual sede da Prefeitura, o Teatro João Caetano, a Casa Heloísa Alberto Torres e a Igreja Matriz de São João Batista são os registros mais significativos da importância de Itaboraí na história fluminense.

O 1º Distrito concentra a sede do Município, o centro comercial e grande aglomeração populacional, com densidade de aproximada de 1.100 habitantes por km².

O desenvolvimento do comércio no Centro de Itaboraí está concentrado na Avenida 22 de Maio, que corta o Município no sentido leste-oeste. A partir da construção do desvio da Rodovia BR-101 e a retirada do trânsito da área central, a cidade adquiriu maior dinamismo no setor de comércio e serviços e apresentou um expressivo crescimento nos últimos anos, com a instalação de lojas comerciais expressivas.

A Avenida 22 de Maio teve a sua extensão ampliada com a construção do trecho da BR-101, como foi determinado pela Lei Municipal n. 1.757, de 10 de julho de 2002. Em seu Art. 1º “Fica denominada de 22 de Maio, todo o trecho compreendido entre o viaduto da BR-101, na localidade Loteamento Fazenda São Joaquim, seguindo pelo Centro da Cidade de Itaboraí, passando pelo trecho compreendido do entroncamento do início da RJ-116, trevo de Nova Friburgo, até encontrar com o viaduto da localidade de Duques.”.

Ao longo da Rodovia BR-101 atualmente localiza-se uma rede de serviços, como as lojas de autopeças, restaurantes e churrascarias, postos de gasolina, supermercados e diversos pontos de venda de cerâmica artesanal.

Porto das Caixas (2º Distrito)

Figura 9 - Vista aérea do Convento de São Boaventura/sem data

Disponível em <http://portal.planave.com/spi1/index.php/categoria-comunicacao-empresarial/54-preservacao-das-ruinas-do-convento-sao-boaventura-patrimonio-historico>

O distrito de Porto das Caixas possui uma rica história. A localidade teve o seu desenvolvimento favorecido pela dinâmica do comércio que se estabeleceu com o transporte fluvial, que escoava toda a produção de açúcar de vários municípios fluminenses.

A religiosidade também tem sua participação na história do distrito além de ser bem antiga. O Convento de São Boaventura, construído pelos padres franciscanos, é uma referência religiosa de grande significância. Ele está localizado às margens do Rio Macacu e suas ruínas foram tombadas pelo Governo Federal e Estadual.

Nas últimas décadas do século XX, a religiosidade voltou a marcar o distrito de Porto das Caixas, quando a imagem do Cristo Crucificado, que estava no altar central da Igreja Nossa Senhora da Conceição, teria sangrado diante dos fiéis em janeiro de 1968. Em 1970, novamente, a imagem teria sangrado diante dos fiéis durante uma missa. Foram realizados vários exames de sangue, visitas de enviados do Vaticano e, após vários estudos, a Igreja Católica caracterizou os acontecimentos como um milagre. Independentemente da posição da Igreja Católica em reconhecer os fatos como milagres, pessoas de diversos lugares visitavam a localidade. Durante toda a década de 1970 o número de visitantes foi expressivo e criou-se a tradição do turismo religioso na localidade, em torno da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. A partir da década de 1980 as romarias religiosas diminuíram. Atualmente a localidade ainda recebe um pequeno número de visitantes de diversos lugares.

Porto das Caixas tem ainda patrimônios históricos expressivos, como A Estrada Pé de Moleque, Capela de Santo Antônio, o 1º Túnel Ferroviário do Brasil, o Portal da Fazenda da Cruz, entre outros.

Itambi (3º Distrito)

Figura 10 - Igreja de São Barnabé outubro/2017 • Foto: Diego Goulart

O distrito de Itambi teve origem com a ocupação da região do Recôncavo da Guanabara no século XVI, quando foi criado o Aldeamento de São Barnabé pelos padres Jesuítas e, por volta de 1705, foi construída uma capela em honra a São Barnabé. A partir de 1759, com a expulsão dos padres jesuítas, os aldeamentos foram desaparecendo assim como a população indígena que vivia na região. Contudo, com a construção da ferrovia na segunda metade do século XIX e também com a construção da BR-493, já no século XX, a ocupação da região voltou a ser favorecida.

Os registros históricos mais expressivos são a Igreja de São Barnabé, com o cemitério anexo, e o casario das primeiras décadas do século XX.

As características físicas de Itambi, assim como em outras áreas do Município, são bastante distintas, principalmente pela presença de argila, utilizada nas cerâmicas. A existência deste tipo de material está relacionada a processos muito antigos de formação do relevo, há milhões de anos. São áreas sedimentares denominadas de Grupo Barreiras e são compostas por arenitos e arenitos argilosos.

Outra característica importante em Itambi é a presença de manguezais. Este ecossistema é formado na desembocadura dos rios e apresenta-se como uma área de transição, entre o ambiente terrestre e marinho. O manguezal de Itambi faz parte da APA de Guapi-Mirim. As características de formação dos manguezais é que estas áreas são formadas por sedimentos relativamente recentes, depositados pelos rios e sujeitos às variações diárias de marés. Ou seja, durante milhares de anos os rios vão escavando as terras em suas margens e carregam este material e ao chegar próximo da foz, estas partículas, vão se depositando e formando as áreas que hoje se caracterizam de manguezais.

Em Itambi podemos observar essa dinâmica do planeta em construção, com a formação das bacias sedimentares que deram origem a argila utilizada para a fabricação de tijolos e também das áreas de manguezais.

Sambaetiba (4º Distrito)

Figura 11 - Vista da Serra do Barbosão/outubro/2017

Foto: Adriana Souza

O distrito de Sambaetiba possui características rurais com o predomínio de pequenas propriedades dedicadas à fruticultura e à pecuária. O distrito possui ainda o maior percentual de áreas verdes do Município, com destaque para a área do Barbosão, que abriga espécies de flora e fauna remanescentes de Mata Atlântica e diversas nascentes de rios.

Entre as principais características de Sambaetiba podemos destacar a existência de vários sítios de lazer, que recebem visitantes de diferentes cidades para a realização de festas e eventos. O distrito de Sambaetiba é “cortado” pela rodovia RJ-116, que liga Itaboraí a Nova Friburgo, na Região Serrana.

Visconde de Itaboraí (5º Distrito)Figura 12 - Estação Ferroviária de Visconde de Itaboraí/
sem data

Fonte: IBGE

O nome da localidade é uma homenagem ao Visconde de Itaboraí, figura ilustre da história municipal.

Vila Visconde surgiu e se desenvolveu pela sua posição de entroncamento e terminal ferroviário da antiga estrada de ferro Porto das Caixas-Cantagalo. Sua seção inicial foi construída em 1859 e ampliada, em seguida, até Vila Nova-Itambi e o ramal de Itaboraí-Niterói é datado de 1871. O prédio da estação foi inaugurado em 09 de julho de 1927.⁶

Após a desativação do ramal que vinha de Cachoeiras de Macacu, ocorreu um esvaziamento populacional em Visconde de Itaboraí e seus arredores.⁷ E mais recentemente o distrito vem apresentando um processo significativo de urbanização, com antigas áreas agrícolas sendo substituídas por loteamentos e condomínios.

Nos dias atuais, tanto a Estação Ferroviária quanto a estrada de ferro se encontram desativadas e em péssimo estado de conservação. O prédio da Estação está em ruínas e praticamente todo esse trecho da estrada é inexistente.

⁶ Inventário dos Bens Culturais-Município de Itaboraí – FUNDREM, 1982.

⁷ Informação contida no Plano Diretor de Itaboraí/FUNDREM, 1975-79.

Cabuçu (6º Distrito)

Figura 13 - Lagoa de São José/dezembro/2017
Foto: Diego Goulart

A história do distrito de Cabuçu revela que toda a sua área concentrou expressiva produção agrícola em diferentes épocas, como a cultura da cana-de-açúcar e, no século XX, os laranjais. Atualmente a agricultura local é inexpressiva.

Apesar disso, Cabuçu ainda possui características rurais em grande parte de suas áreas, porém, vem registrando, nos últimos anos, um crescimento populacional com antigas propriedades rurais sendo substituídas por loteamentos. A proximidade com São Gonçalo e a facilidade de acesso favorecem o processo de urbanização.

A característica principal do distrito de Cabuçu é a Bacia Calcária de São José, descoberta pelo Engenheiro Carlos Auler em 1928. A existência de uma grande reserva de calcário na época provocou a instalação da fábrica de cimento Mauá em Guaxindiba, em 1932.

Em 1983 a Cia de Cimento Mauá deixou de explorar a pedreira devido ao esgotamento das reservas de calcário. Desde então, as águas das nascentes, anteriormente dragadas pela Companhia, ficaram represadas e assim formaram a atual Lagoa de São José.

Manilha (7º Distrito)

Figura 14 - Vista da BR 101 em Manilha/agosto/2017
Foto: Diego Goulart

O Distrito de Manilha apresenta um perfil diferenciado dos demais distritos de Itaboraí, onde sua principal característica é o alto índice de urbanização. Manilha apresenta a mais alta densidade demográfica de todo o Município, com aproximadamente 2.100 habitantes por km².

Vários fatores influenciaram o crescimento das áreas urbanas em Manilha a partir da década de 1970, tendo como pontos principais o declínio das áreas ocupadas por laranjais e a valorização da terra para ocupação urbana. Hoje, o distrito apresenta um grande número de condomínios residenciais horizontais.

Em Manilha acontece o entroncamento da rodovia BR 101 com a rodovia BR 493 e ainda a rodovia RJ 104, o que torna o local um eixo de integração. Há neste distrito grande concentração de comércios, justamente por oferecer acessibilidade através destas vias.

Pachecos (8º Distrito)



Figura 15 - Fonte dos Bambus/outubro/2017

Foto: Diego Goulart

Pachecos se configura como o distrito menos urbanizado do Município de Itaboraí e com a segunda menor densidade demográfica, com uma média de 62 habitantes por km², segundo o Censo 2010 do IBGE. Este distrito é cortado pela RJ 114, que liga Itaboraí à Maricá.

O Distrito apresenta relevância na produção de flores, com comercialização para outros municípios e regiões. Diversas são as espécies produzidas e vendidas e, apesar de ter havido uma diminuição desta atividade no decorrer do tempo, a retomada pode ser possível através de incentivos que valorizem a produção local.

Em Pachecos estão localizadas antigas fazendas que retratam os períodos áureos da agricultura local, como a Fazenda Itapacorá, Fazenda São Tomé e Fazenda Montevidio. Também se localiza neste Distrito a Fonte dos Bambus, inaugurada em 1953.

Segundo divulgação no Diário de Notícias, de 28 de julho de 1953, a construção da fonte foi resultado de uma parceria entre o poder público e moradores da região no terreno da senhora Paulina Cardoso, filha de Silvestre da Costa Cardoso, em terras remanescentes da fazenda da Cancela Preta ou Maricá. Na ocasião, estavam presentes o prefeito, vereadores, outras autoridades e convidados. O lugar foi descrito como aprazível recanto aproveitado pela municipalidade como local de atração para festas e convescotes (piqueniques). Colaboraram com a Prefeitura, para a efetivação dos melhoramentos levados a Fonte dos Bambus, o vereador Francisco Nunes da Silva, o comerciante Oswaldo da Costa Cardoso e moradores de Pachecos.

Na década de 1980, durante o governo de Nilton Rodrigues Rocha, foi construída a praça ao redor da fonte. Infelizmente hoje em dia a fonte encontra-se seca e a área juridicamente é particular.





**DESENVOLVIMENTO
HUMANO**





Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

O conceito de desenvolvimento humano, bem como sua medida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foram apresentados em 1990 no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e idealizados pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq com a colaboração do economista Amartya Sen.

A popularização da abordagem de desenvolvimento humano se deu com a criação e adoção do IDH como medida do grau de desenvolvimento humano de um país, em alternativa ao Produto Interno Bruto (PIB), hegemonic, à época, como medida de desenvolvimento.

O IDH reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável - saúde -, de ter acesso ao conhecimento - educação - e de poder desfrutar de um padrão de vida digno - renda.⁸

Este índice varia entre 0 e 1 e classifica os países segundo três níveis de desenvolvimento humano: países com baixo desenvolvimento humano (IDH até 0,5); países com médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8); e países com alto desenvolvimento humano (IDH acima de 0,8).

IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM é calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e pela Fundação João Pinheiro (de Minas Gerais) com uma série de ajustes para se adaptar à realidade brasileira. O resultado divulgado em 2013, baseado nas informações do Censo 2010, está publicado com o nome de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.⁸ Para possibilitar a comparação com os resultados do IDHM de 1991 e 2000, estes foram recalculados conforme as adaptações metodológicas introduzidas na versão atual.

O IDHM varia de zero a um e classifica os resultados em cinco faixas de desenvolvimento: muito baixo (de 0,000 a 0,499); baixo (de 0,500 a 0,599); médio (de 0,600 a 0,699); alto (de 0,700 a 0,799); e muito alto (de 0,800 a 1,000). Portanto, quanto mais próximo de um, maior é o desenvolvimento humano apurado.

O município de Itaboraí está situado na faixa de desenvolvimento humano médio, como mostra o gráfico a seguir. O IDHM passou de 0,415, em 1991, para 0,693, em 2010, implicando assim em um crescimento de 66,99%. A dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi educação (mais 0,394), seguida por longevidade e renda.

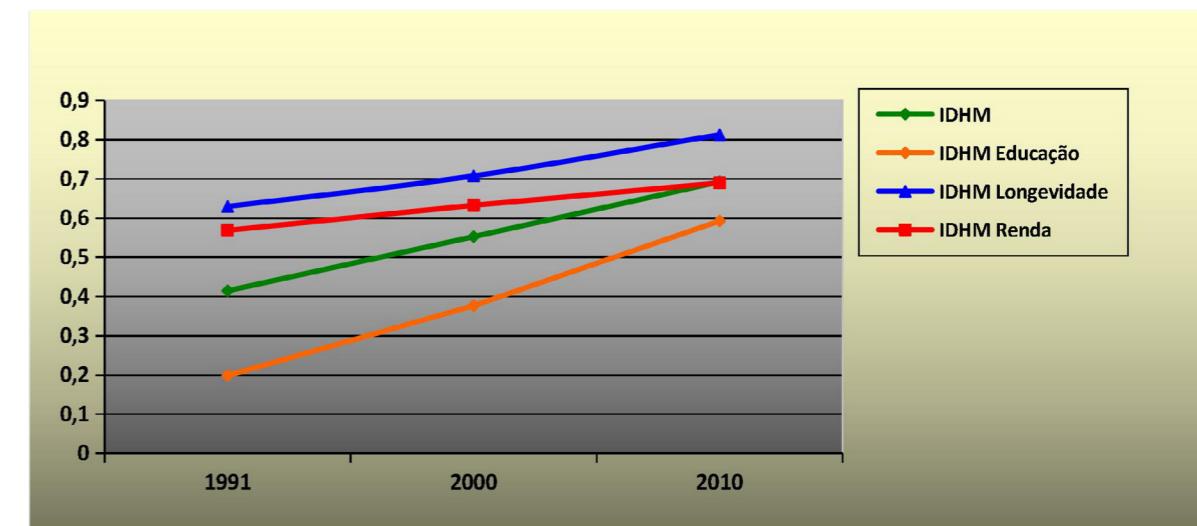


Figura 16 - IDHM - Município - 1991-2000-2010
Fonte: TCE – Estudos Socioeconómicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016

Tabela 5 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - Itaboraí - RJ

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,199	0,377	0,593
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	21,86	31,42	52,80
% de 5 a 6 anos na escola	28,90	73,90	92,09
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	26,25	47,50	80,31
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	12,46	28,33	46,92
% de 18 a 20 anos com médio completo	8,00	15,61	32,32
IDHM Longevidade	0,630	0,708	0,813
Esperança de vida ao nascer	62,77	67,50	73,75
IDHM Renda	0,569	0,633	0,690
Renda per capita	276,47	410,66	584,35

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (disponível em www.atlasbrasil.org.br)

Em uma análise a nível nacional, Itaboraí ocupa a 2.105^a posição em relação aos municípios do Brasil. Quando esta comparação é feita com outros municípios do Estado do Rio de Janeiro, este ocupa a 62^a posição.

Tabela 6 - Ranking do IDH dos municípios do Estado do Rio de Janeiro

1º - Niterói	0,8	23º - Natividade	0,7	47º - São Pedro da Aldeia	0,7	70º - Areal	0,6
2º - Rio de Janeiro	0,7	23º - Itaperuna	0,7	47º - Conc. de Macabu	0,7	70º - Belford Roxo	0,6
3º - Rio das Ostras	0,7	26º - Barra Mansa	0,7	49º - Duque de Caxias	0,7	72º - Rio Claro	0,6
4º - Volta Redonda	0,7	26º - Cordeiro	0,7	50º - Rio Bonito	0,7	73º - Rio das Flores	0,6

⁸ http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/desenvolvimento_humano - acesso em 12/07/17

5º - Resende	0,7	28º - Armação dos Búzios	0,7	51º - Saquarema	0,7	73º - Queimados	0,6
6º - Maricá	0,7	29º - Casimiro de Abreu	0,7	51º - Cantagalo	0,7	75º - Sapucaia	0,6
7º - Macaé	0,7	30º - Três Rios	0,7	51º - Magé	0,7	76º - Paty do Alferes	0,6
8º - Iguaba Grande	0,7	31º - Angra dos Reis	0,7	54º - Piraí	0,7	76º - São João da Barra	0,6
9º - Mangaratiba	0,7	32º - Engo. Paulo de	0,7	55º - Quissamã	0,7	78º - Laje do Muriaé	0,6
9º - Nilópolis	0,7	33º - Paracambi	0,7	56º - Macuco	0,7	78º - Santa M. Madalena	0,6
11º - Petrópolis	0,7	34º - São João de Meriti	0,7	57º - Paraíba do Sul	0,7	80º - Trajano de Moraes	0,6
11º - Nova Friburgo	0,7	35º - Santo Ant. de Pádua	0,7	58º - Cachoeiras de	0,7	81º - Bom Jardim	0,6
11º - Miguel Pereira	0,7	35º - Araruama	0,7	59º - Guapimirim	0,6	81º - São J. V. R. Preto	0,6
14º - São Gonçalo	0,7	37º - Campos dos	0,7	60º - Porciúncula	0,6	83º - Duas Barras	0,6
15º - Valença	0,7	38º - Itaguaí	0,7	61º - Carmo	0,6	83º - Japeri	0,6
16º - Mesquita	0,7	38º - Pinheiral	0,7	62º - Itaboraí	0,6	83º - Varre-Sai	0,6
16º - Itatiaia	0,7	40º - Vassouras	0,7	62º - Paraty	0,6	86º - Tanguá	0,6
18º - Mendes	0,7	41º - Porto Real	0,7	64º - Aperibé	0,6	86º - Silva Jardim	0,6
19º - Cabo Frio	0,7	41º - Miracema	0,7	65º - Cambuci	0,6	88º - São José de Ubá	0,6
20º - Barra do Piraí	0,7	41º - Nova Iguaçu	0,7	65º - São Fidélis	0,6	89º - Cardoso Moreira	0,6
20º - Arraial do Cabo	0,7	41º - Carapebus	0,7	67º - Quatis	0,6	90º - São Seb. do Alto	0,6
22º - Bom J. do Itabapoana	0,7	41º - Itaocara	0,7	68º - Italva	0,6	91º - São F. Itabapoana	0,6
23º - Teresópolis	0,7	41º - Seropédica	0,7	69º - Com.Levy Gasparian	0,6	92º - Sumidouro	0,6

PIB Per capita

Em 2014, o município de Itaboraí tinha um PIB per capita de R\$ 22.227,16 e quando comparado com os demais municípios do estado, sua posição era de 46º, de um total de 92. Já na comparação com todas as cidades brasileiras, sua colocação era de 1.466º de 5.570º.

Em 2015, o PIB per capita era de R\$ 18.520,41 e tinha 56,1% do seu orçamento proveniente de fontes externas. Em comparação às outras cidades do estado, estava na posição 66º de 92 e, quando comparado com as cidades do Brasil, ficava em 4878º de 5570.

Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes.

Criado em 2008, o índice possui periodicidade anual e é calculado exclusivamente com estatísticas públicas oficiais. Sua metodologia permite tanto analisar a Foto anual dos municípios quanto à evolução ao longo dos anos. A leitura dos resultados é bastante simples: o IFDM varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Para facilitar a análise são estabelecidos valores de referência e definidos quatro conceitos:

- ✓municípios com IFDM entre 0 e 0,4 - **BAIXO** desenvolvimento;
- ✓municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 - desenvolvimento **REGULAR**;
- ✓municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 - desenvolvimento **MODERADO**;
- ✓municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 - **ALTO** desenvolvimento.

Tabela 7 - Resumo das variáveis componentes do IFDM por Área de Desenvolvimento

IFDM		
Emprego e Renda	Educação	Saúde
Geração de emprego formal	Matrículas na Educação Infantil	Número de consultas pré-natal
Absorção da mão de obra local	Abandono no Ensino Fundamental	Óbitos por causas mal-definidas
Geração de renda formal	Distorção idade-série no ensino fundamental	Óbitos infantis por causas evitáveis
Salários médios do emprego formal	Docentes com ensino superior no ensino fundamental	Internação sensível à atenção básica
Desigualdade	Média de horas aula diárias no ensino fundamental	
	Resultado do IDEB no ensino fundamental	
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: FIRJAN

■ Alto Desenvolvimento (superiores a 0,8 pontos)
■ Desenvolvimento Moderado (entre 0,6 e 0,8 pontos)
■ Desenvolvimento Regular (entre 0,4 e 0,6 pontos)
■ Baixo Desenvolvimento (inferiores a 0,4 pontos)

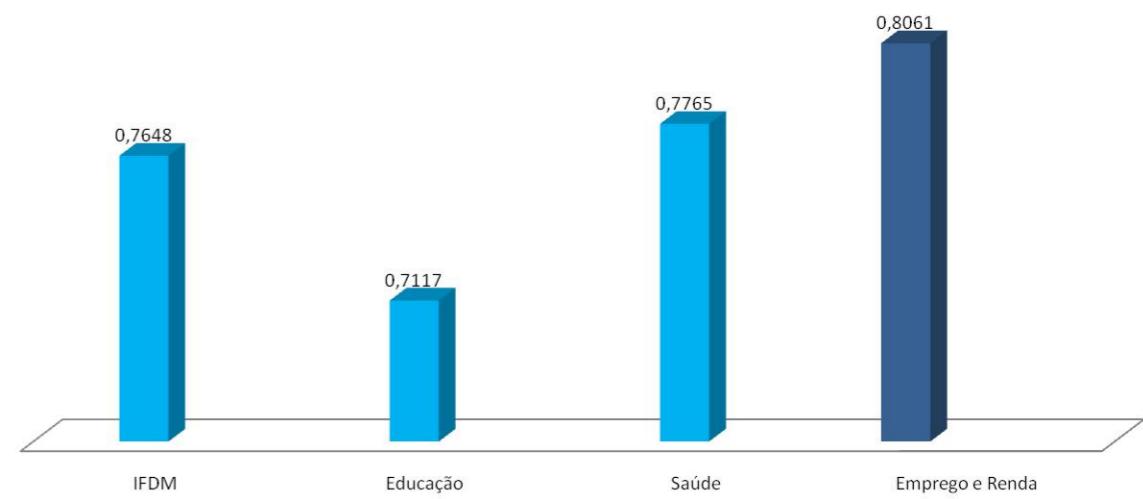


Figura 17 - IFDM e Áreas de Desenvolvimento
Fonte: <http://www.firjan.com.br> (dados da Edição 2015 – Ano base 2013)



Proteção Social Básica e Proteção Social Especial

A Proteção Social Básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero, por deficiências, dentre outras).

Esse tipo de assistência prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Ela deverá incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os benefícios, tanto de prestação continuada como os eventuais, compõem a proteção social básica, dada a natureza de sua realização.

Já a Proteção Social Especial destina-se a famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados e/ou ameaçados. São serviços em que o acompanhamento familiar e individual requer maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos efetivos e monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva.

Os serviços de Proteção Social Especial têm estreita conexão com o sistema de Garantia de Direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo. Podem ser organizados com base local em municípios com maior incidência da violação dos direitos ou por meio de serviços de referência regional, coordenados e executados pelos estados ou por intermédio de consórcios públicos entre os municípios.

Na Proteção Social Especial estão previstos níveis de complexidade diferenciados, sendo de média ou alta complexidade. Os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade são aqueles que oferecem atendimento especializado às famílias e aos indivíduos com seus direitos violados nas situações em que os vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Os serviços de Proteção Social Especial de alta complexidade oferecem atendimento e acolhimento em serviços especializados nas situações de violação de direitos quando os vínculos familiares e/ou comunitários foram rompidos.

Fonte: <http://www.mds.gov.br/>

Em análise especial dos 16 municípios que fazem parte da Região Leste Fluminense, a Firjan elaborou um documento que sintetiza o IFDM. Na tabela a seguir, podem ser observados estes índices, que apontam o ranking de colocação em relação ao Estado e ao nível nacional nos anos de 2012 e 2013.

Tabela 8 - Ranking de colocação do IFDM em relação ao Estado do Rio de Janeiro e a nível nacional nos anos de 2012 e 2013.

Ranking RJ	Municípios	IFDM		Var.(%)	Emprego e Renda		Educação		Saúde		
		2012	2013		2012	2013	2012	2013	2012	2013	
6º	3º	Niterói	0,8097	0,8302	2,5	0,7632	0,7961	0,7877	0,8018	0,8780	0,8927
18º	11º	Rio Bonito	0,7749	0,7873	1,6	0,7652	0,7989	0,7846	0,7608	0,7750	0,8020
28º	13º	Armação dos Búzios	0,7427	0,7855	5,8	0,6867	0,7265	0,7182	0,7764	0,8233	0,8535
31º	16º	Cabo Frio	0,7352	0,7806	6,2	0,6687	0,7856	0,7393	0,7642	0,7975	0,7920
4º	19º	Rio das Ostras	0,8191	0,7676	-6,3	0,8160	0,6681	0,7668	0,7618	0,8745	0,8730
24º	23º	Itaboraí	0,7453	0,7648	2,6	0,8239	0,8061	0,7229	0,7117	0,6891	0,7765
35º	31º	Saquarema	0,7309	0,7405	1,3	0,7974	0,7763	0,7022	0,7273	0,6932	0,7179
70º	37º	Maricá	0,6615	0,7306	10,4	0,4162	0,5826	0,7440	0,7701	0,8245	0,8390
32º	41º	Casimiro de Abreu	0,7337	0,7251	-1,2	0,5829	0,5356	0,8044	0,8139	0,8137	0,8257
49º	45º	Iguaba Grande	0,6984	0,7225	3,5	0,4710	0,4901	0,7907	0,8066	0,8336	0,8709
48º	55º	Araruama	0,7022	0,6972	-0,7	0,6619	0,6271	0,7290	0,7339	0,7157	0,7304
64º	56º	Silva Jardim	0,6682	0,6968	4,3	0,5320	0,5997	0,7170	0,7319	0,7557	0,7589
57º	59º	São Pedro da Aldeia	0,6791	0,6943	2,2	0,5147	0,5607	0,7196	0,7225	0,8029	0,7997
43º	71º	Tanguá	0,7101	0,6760	-4,8	0,5744	0,4960	0,7403	0,7269	0,8154	0,8050
73º	75º	São Gonçalo	0,6563	0,6676	1,7	0,6384	0,6484	0,6509	0,6657	0,6795	0,6887
37º	78º	Arraial do Cabo	0,7271	0,6620	-9,0	0,6138	0,4495	0,7789	0,7553	0,7887	0,7811

Fonte: Sistema Firjan ([disponível em <http://www.firjan.com.br/ifdm/>](http://www.firjan.com.br/ifdm/))

Missão

Assegurar uma educação pública emancipatória e plural, que valoriza as diferenças, promova a formação integral do ser e a cidadania plena, por meio de políticas educacionais e culturais que possibilitem o ingresso, a permanência e o sucesso do educando; contribuindo para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Secretaria de Educação

Praça Marechal Floriano Peixoto,nº 18, Centro

As tabelas a seguir, apresentam os equipamentos de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial no município de Itaboraí:

Tabela 9 - Equipamentos de Proteção Social Básica em Itaboraí

Equipamento	Endereço
CRAS Ampliação	Rua Miguel Ângelo Gimenes, Lote 01, Quadra 66
CRAS Apolo	Ruas Antonieta Rodrigues Viana, Lote 10, Quadra 05, Jardim das Acáias
CRAS Itambi	Rua Osvaldo Maria, Lote 09, Quadra 119, Grande Rio
CRAS Jardim Imperial	Rua Eurídice Nascimento Pinho, Lote 684, Quadra 29
CRAS Visconde	Rua Dráuzio Lemos, 835
CRAS Reta	Rua Pedro Ferreira Pinto, Lote 10, Quadra 06, Esperança
Bolsa Família	Rua Antônio José Marins, 256, Centro

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDS

Nota: CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

Tabela 10 - Equipamentos de Proteção Social Especial em Itaboraí

Equipamento	Endereço
Abrigo Int. Dr. Saramago Pinheiro (Infantil)	Travessa Alfredo Azeredo Coutinho, Lote 04, Centro
ILPI (1)	Rua Francisco Gomes, nº 04, Nancilândia
CENTRO POP (2)	Rua Augusto Moreira, Lote 53, nº 47, Jardim Imperial
CREAS (3)	Rua João Caetano, nº 93, Centro

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDS

Notas:

1-ILPI – Instituição de Longa Permanência para Idosos

2-CENTRO POP – Centro de Referência Especializado para pessoas em situação de rua

3-CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

A educação aparece, desde o final do século XX, como um fator fundamental para o crescimento econômico e para a competitividade nos mercados globalizados. Nos atuais cenários, a qualidade em conhecimentos da população de um país constitui seu elemento diferenciador estratégico.

Por essas e outras razões, a educação é um dos investimentos de mais alto retorno. Pode-se indicá-la como uma das melhores iniciativas para diminuir as desigualdades, ao trazer oportunidades de melhor qualificação do conjunto da população, criando condições favoráveis para um aumento significativo do investimento no capital humano.

Vale lembrar ainda que a educação também significa maior conquista da liberdade interior, adquirida à medida que o indivíduo vai desenvolvendo sua capacidade de discernir, avaliar e decidir.

A tabela a seguir apresenta os nomes, segmentos, endereços e turnos de funcionamento das Escolas Municipais e Municipalizadas de Itaboraí e ainda as CEMEs, e informa o total de alunos e turmas de cada Estabelecimento de Ensino.

Tabela 11 - Escolas Municipais, Escolas Municipalizadas e CEMEs de Itaboraí com segmentos, endereços e turnos de turmas e alunos por turnos de funcionamento

1º DISTRITO (Itaboraí)			
01. E.M. ADHEMÁRIO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Dr. – Educação Infantil à Ensino Fundamental I			
Rua Prefeito João Augusto de Andrade, s/nº São Joaquim – Itaboraí			
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos	
1º Turno de 07h às 11h30min	10	207	
2º Turno de 13h às 17h30min	10	209	
Total	20	416	
02. E.Mz. ACÁCIO CAMPOS SANTOS – Educação Infantil (Creche) à Ensino Fundamental I			
Rua Pedro Goettmauer, nº 134 Areal – Itaboraí			
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos	
1º Turno de 07h às 11h30min.	05	091	
2º Turno de 13h às 17h30min.	05	100	
Total	10	191	
03. E.M. ARQUIMEDES DE ANDRADE – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I			
Estrada de Calundu, s/nº Calundu – Itaboraí.			
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos	
1º Turno de 07h às 11h30min.	04	071	
2º Turno de 13h às 17h30min.	04	068	
Total	08	139	
04. E.M. AYRES JOSÉ DA SILVA – Educação Infantil (Creche) à Ensino Fundamental I			
Rua 11, s/nº, Chácara Vila Rica – Itaboraí.			



02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min.	04	065
2º Turno de 13h às 17h30min.	04	062
Total:	08	127
05. E.M. CECÍLIA AUGUSTA DOS SANTOS, Profª – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental		
Rua Presidente Dutra, s/nº, Outeiro das Pedras – Itaboraí		
03 turnos: 07h às 11h30min. / 13h às 17h30min. / 18h30min. às 21h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II	21	599
2º Turno de 13h às 17h30min. (13h às 18h20min./Ens. Fund. II	17	349
3º Turno de 18h30min. às 21h30min.	06	166
Total	44	1114
06. E.M. CLARA PEREIRA DE OLIVEIRA – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental II		
Rua Dr. José Bastos de Barros, s/nº - Nova Cidade – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II	16	310
2º Turno de 13h às 17h30min. (13h às 18h20min./Ens. Fund. II	14	366
Total	30	676
07. E.Mz. E.S. MANOEL NAZARENO DA COSTA BARROS – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ens. Fundamental I		
Rodovia Amaral Peixoto, Km 34, Venda das Pedras – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min.	04	63
2º Turno de 13h às 17h30min.	03	50
Total	07	113
08. E.M. FRANCISCO LUIZ GONZAGA – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I		
Rua Francisco Tavares, Lt. 20, Qd. 103 – Rio Várzea – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min	03	61
2º Turno de 13h às 17h30min	03	62
Total	06	123
09. E.M. GENESIO DA COSTA COTRIM – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental II / EJA		
Rua Theopista do Nascimento Galdino, Qd. 10, s/nº, Ltº Parque Industrial – Esperança – Itaboraí		
03 turnos: 07h às 11h30min. / 13h às 17h30min. / 18h30min. às 21h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	23	576
2º Turno de 13h às 17h30min. (13h às 18h20min./Ens. Fund. II)	20	504
3º Turno de 18h30min. às 21h30min	10	198
Total	53	1278
10. E.M. GUILHERME DE MIRANDA SARAIWA – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental II / EJA		
Avenida Antônio Gomes, 1.120 – Parque Royal – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	21	574
2º Turno de 13h às 17h30min. (13h às 18h20min./Ens. Fund. II)	21	515
Total	42	1089
11. E.M. JOÃO BAPTISTA CÁFFARO, Pref. – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I		
Rua 11, Lt. 123 a 125 – Ltº Itaville – Engenho Velho – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos

1º Turno de 07h às 11h30min.	11	246
2º Turno de 13h às 17h30min.	10	212
Total	21	458
12. E.M. JORGE ANTONIO PINTO DE ARAUJO, Ver. – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ens. Fundamental I		
Rua Fagundes Varela, Lt. 10 – Retiro – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min.	09	183
2º Turno de 13h às 17h30min.	09	200
Total	18	383
13. E.M. LUIZ CARLOS CÁFFARO, Promotor – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I / EJA		
Avenida Raimundo de Farias, s/nº - Ampliação – Itaboraí		
03 turnos: 07h às 11h30min. / 13h às 17h30min. / 18h30min. às 21h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min.	12	312
2º Turno de 13h às 17h30min.	11	232
3º Turno de 18h30min. às 21h30min.	09	188
Total	32	732
14. E.M. MARIA ANA MOREIRA, Prof – Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II / EJA		
Rua Tiradentes, Lt. 1 a 9/21 a 27 – Rio Várzea – Itaboraí		
03 turnos: 07h às 11h30min. / 13h às 17h30min. / 18h30min. às 21h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	13	298
2º Turno de 13h às 17h30min. (13h às 18h20min./Ens. Fund. II)	06	191
3º Turno de 18h30min. às 21h30min.	08	187
Total	27	676
15. E.M. MILTON RODRIGUES ROCHA, Pref. – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental II / EJA		
Avenida Carlos Lacerda, s/nº - Areal – Itaboraí		
03 turnos: 07h às 11h30min. / 13h às 17h30min. / 18h30min. às 21h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	13	350
2º Turno de 13h às 17h30min. (13h às 18h20min./Ens. Fund. II)	12	267
3º Turno de 18h30min. às 21h30min.	05	133
Total	30	750
16. E.Mz. MARIA DAS DORES ANTUNES, Profª. – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I		
Estrada da Posse dos Coutinhos, s/nº - Picos – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min.	04	56
2º Turno de 13h às 17h30min.	04	54
Total	08	110
17. E.M. MARLY CID ALMEIDA DE ABREU, Profª. – Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II / EJA		
Av. Hedevilson Barreto Cardozo, Bairro Nancilândia – Itaboraí		
03 turnos: 07h às 11h30min. / 13h às 17h30min. / 18h30min. às 21h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	13	342
2º Turno de 13h às 17h30min. (13h às 18h20min./Ens. Fund. II)	10	271
3º Turno de 18h30min. às 21h30min.	09	222
Total	32	835
18. E.M. NANETE LIMA CHAGAS – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I		



Rua 01, s/nº Joaquim de Oliveira – Itaboraí	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.		
1º Turno de 07h às 11h30min.	07	138
2º Turno de 13h às 17h30min.	07	152
Total	14	290
19. E.M. NATÉRCIA RODRIGUES ROCHA – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I		
Rua Alberto Torres, s/nº, Jardim Progresso – Venda das Pedras – Itaboraí	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.		
1º Turno de 07h às 11h30min.	06	110
2º Turno de 13h às 17h30min.	06	99
Total	12	209
20. E.Mz. ONZE DE JUNHO – Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II / EJA		
Rodovia Amaral Peixoto, Km 34, Venda das Pedras – Itaboraí	Turmas	Alunos
03 turnos: 07h às 11h30min. / 13h às 17h30min. / 18h30min. às 21h30min.		
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	06	187
2º Turno de 13h às 17h30min. (13h às 18h20min./Ens. Fund. II)	06	158
3º Turno de 18h30min. às 21h30min.	05	52
Total	17	397
21. E.Mz. OUTEIRO DAS PEDRAS – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I		
Rua 06, Lt. 13, Qd. 23, Ltº Bela Vista – Itaboraí	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.		
1º Turno de 07h às 11h30min.	05	71
2º Turno de 13h às 17h30min.	04	66
Total	09	137
22. E.M. PEDRO ANTONIO NOVAES – Ensino Fundamental I		
Rua F, Qd. 09 B. São Pedro, Reta Velha – Venda das Pedras – Itaboraí	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.		
1º Turno de 07h às 11h30min.	09	166
2º Turno de 13h às 17h30min.	07	172
Total	16	338
23. E.M. SUZETE PEREIRA GOETTNAUER, Profª. – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ens. Fundamental I		
Avenida Carlos Lacerda, s/n.º - Lotº Parque Lagoa Encantada – Areal – Itaboraí	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.		
1º Turno de 07h às 11h30min.	05	94
2º Turno de 13h às 17h30min.	05	97
Total	10	191
24. E.M. THEREZINHA DE JESUS P. DA SILVA – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ens. Fundamental		
Avenida Papa João XXIII, nº 43 – Rio Várzea – Itaboraí	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.		
1º Turno de 07h às 11h30min.	08	294
2º Turno de 13h às 17h30min.	11	229
EJA Diurna	05	76
Total	24	599
25. CEMEI Clélia Casemiro Nanci – Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)		
Rua Andréa C. dos Santos, 1.066, Jardim Imperial – Itaboraí	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.		
1º Turno de 07h às 11h30min.	06	084

2º Turno de 13h às 17h30min.	06	087
Total	12	171
26. CEMEI Maria das Dores Pereira Bezerra – Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)		
Rua José Sally, nº 166, Outeiro das Pedras – Itaboraí – RJ	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.		
1º Turno de 07h às 11h30min.	05	069
2º Turno de 13h às 17h30min.	05	067
Total	10	136
27. CEMEI Odília de Miranda Rosa – Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)		
Rua Maria Mangueira Saraiva, Lote 02, casa 09 – Venda das Pedras – Itaboraí	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.		
1º Turno de 07h às 11h30min.	05	069
2º Turno de 13h às 17h30min.	05	070
Total	10	139
28. CEMEI Morar Feliz – Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)		
Avenida Flávio Vasconcelos, s/nº, Reta Velha – Venda das Pedras – Itaboraí	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.		
1º Turno de 07h às 11h30min.	05	75
2º Turno de 13h às 17h30min.	05	78
Total	10	153
29. CEMEI Comunitária – Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)		
Rua 08, Qd. U, BNH, Reta Nova – Venda das Pedras – Itaboraí	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.		
1º Turno de 07h às 11h30min.	04	044
2º Turno de 13h às 17h30min.	04	082
Total	08	126
30. CEMEI Francisca Mendes da Silva – Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)		
Rua Coronel Fontenelle, Lotes 19 e 20, Qd.12, Ltº Parque Industrial – Itaboraí	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.		
1º Turno de 07h às 11h30min.	07	091
2º Turno de 13h às 17h30min.	07	124
Total	14	215
31. CEMEI Visconde de Itaboraí – Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)		
Rua Desembargador Ferreira Pinto, s/nº, Centro – Itaboraí	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.		
1º Turno de 07h às 11h30min.	04	70
2º Turno de 13h às 17h30min.	04	60
Total	08	130
32. CEMEI Geny Soares Sant'Ana – Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)		
Rua José Bastos, nº 200, Lt. 1872/1874, Nova Cidade – Itaboraí	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.		
1º Turno de 07h às 11h30min.	04	55
2º Turno de 13h às 17h30min.	05	66
Total	09	121
33. CEMEI Isaías Nunes – Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)		
Rua Afonso Celso Campista, nº 91, Lote 07, Qd. 91, Ampliação – Itaboraí	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.		



1º Turno de 07h às 11h30min.	04	46
2º Turno de 13h às 17h30min.	04	59
Total	08	105
34. Clínica Escola do Autista – Ensino Fundamental I		
Rua Comandante Ary Parreiras, nº 327, Venda das Pedras – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min.	01	08
2º Turno de 13h às 17h30min.	01	05
Total	02	13
35. Associação Pestalozzi de Itaboraí – Educação Especial		
Rua José Carlos Soares, Lt. 09 à 11, Qd.02, Nancilândia – Itaboraí		
02 turnos: 08h às 12h e 13h às 17h	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 12h	06	60
2º Turno de 13h às 17h	07	62
Total	13	122
TOTAIS	Turmas	Alunos
	602	12802
2º DISTRITO (Porto das Caixas)		
01. E.M. ENÉRITO COSTA – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I		
Rua São José, nº 08 – Porto das Caixas – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min.	07	103
2º Turno de 13h às 17h30min.	04	081
Total	11	184
02. E.M. SÍMACO RAMOS DE ALMEIDA, Pref. – Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II		
Avenida Nossa Senhora da Conceição, s/nº - Porto das Caixas – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	09	185
2º Turno de 13h às 17h30min. (13h às 18h20min./Ens. Fund. II)	09	252
Total	18	437
03. CEMEI Lar Sagrada Família – Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)		
Avenida Nossa Senhora da Conceição, nº 346 – Porto das Caixas – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min.	04	65
2º Turno de 13h às 17h30min.	04	59
Total	08	124
TOTAIS	Turmas	Alunos
	37	745
3º DISTRITO (Itambi)		
01. E.M. IZAURA ZAINOITTI PECCINI – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I		
Rua 42, Lotes 17, 18 e 19 - Qd. 82, Cidade Grande Rio, Itambi – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos

1º Turno de 07h às 11h30min.	06	144
2º Turno de 13h às 17h30min.	07	161
Total	13	305
02. E.M. JOSÉ FERREIRA – Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II		
Estrada do Contorno, Br 493, Km 2,5, Bairro Parque Aurora, Itambi – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	12	303
2º Turno de 13h às 17h30min. (13h às 18h20min./Ens. Fund. II)	10	282
Total	22	585
03. E.M. LUZIA GOMES DE OLIVEIRA – Ensino Fundamental II e EJA		
Rua Nestor Vianna, s/nº, Bairro João Caetano, Itambi – Itaboraí		
03 turnos: 07h às 11h30min. / 13h às 17h30min. / 18h30min. às 21h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	14	453
2º Turno de 13h às 17h30min. (13h às 18h20min./Ens. Fund. II)	13	328
3º Turno de 18h30min. às 21h30min.	13	278
Total	40	1059
04. E.M. PATRÍCIA LOURIVAL ACIOLI, Jz. – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I		
Rua José Hinno Viana, Lot. Grande Rio – Itambi – Itaboraí		
Integral: 08h às 16h	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 17h30min.	12	444
Total	12	444
05. E.M. PEDRO ALVES DE ARAUJO, Profº. – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I		
Rua Cléa do Valle, 754 – João Caetano – Itambi – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min.	12	265
2º Turno de 13h às 17h30min.	12	267
Total	24	532
06. E.M. SANTOS DUMONT – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I		
Avenida II – Gebara – Itambi – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min.	04	85
2º Turno de 13h às 17h30min.	05	96
Total	09	181
07. E.M. SIDNEI DA SILVA, Pref. – Ensino Fundamental I		
Rua 14, Lote 19, Ltº Jardim Itambi – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min.	06	108
2º Turno de 13h às 17h30min.	05	095
Total	11	203
08. CEMEI Ilda Alves dos Santos – Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)		
Rua 61, Lote 89, Qd. 39, Itambi – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min.	03	59
2º Turno de 13h às 17h30min.	05	62
Total	08	121
09. CEMEI Maria José Pugian Ribeiro – Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)		
Rua Augusta de Jesus, 256, Itambi – Itaboraí		



	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	04	49
1º Turno de 07h às 11h30min.	04	59
2º Turno de 13h às 17h30min.	08	108

10. CEMEI Irani Rosa da Silva – Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)

Rua 14, Lote 19, Loteamento Jardim Itambi – Itaboraí

	Turmas	Alunos
Integral de 7h às 17h30min.	03	55
Total		

TOTAIS	Turmas	Alunos	Escolas
	150	3593	10

4º DISTRITO (Sambaetiba)**01. E.M. AMÉLIA GUIMARÃES FERNANDES – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I**

Rodovia RJ 116, Km. 9,5 – Agro-Brasil – Sambaetiba – Itaboraí

	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	06	094
1º Turno de 07h às 11h30min.	03	075
Total	09	169

02. E.M. GEREMIAS DE MATTOS FONTES – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental II / EJA

RJ 116, Km 07 – Sambaetiba – Itaboraí

	Turmas	Alunos
03 turnos: 07h às 11h30min./13h às 17h30min./18h30min. às 21h30min.	10	294
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	11	210
2º Turno de 13h às 17h30min. (13h às 18h20min./Ens. Fund. II)	07	83
Total	28	587

03. E.M. JOÃO AUGUSTO DE ANDRADE – Educação Infantil (Creche) à Ensino Fundamental I

Rua Vasco da Gama, s/nº - Alto do Jacu – Sambaetiba – Itaboraí

	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	05	56
1º Turno de 07h às 11h30min.	03	56
Total	08	112

TOTAIS	Turmas	Alunos	Escolas
	45	868	03

5º DISTRITO (Visconde)**01. E.M. ADELAIDE DE MAGALHÃES SEABRA – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I**

Rua Drauzio Lemos, nº 137, Visconde de Itaboraí - Itaboraí

	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	06	119
1º Turno de 07h às 11h30min.	07	127
Total	13	246

02. E.M. DIMAS MONTEIRO NOGUEIRA, Ver. – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental II

Rua Pres. Médice, s/nº, Jardim Itamarati, Visconde - Itaboraí

	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.		

1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	13	407
2º Turno de 13h às 17h30min. (13h às 18h20min./Ens. Fund. II)	15	262
Total	28	669

03. E.Mz. JOÃO DE MAGALHÃES, Pref. – Ensino Fundamental I / EJA

Rua Dráuzio Lemos, 19 – Visconde – Itaboraí

	Turmas	Alunos
03 turnos: 07h às 11h30min. / 13h às 17h30min. / 18h30min. às 21h30min.	05	88
1º Turno de 07h às 11h30min.	03	89
3º Turno de 18h30min. às 21h30min.	08	150
Total	16	327

04. CEMEI Maria Luiza da Conceição – Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)

Rua Raul de Jesus, nº143, Itambi – Itaboraí

	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	06	98
2º Turno de 13h às 17h30min.	06	98
Total	12	196

TOTAIS	Turmas	Alunos	Escolas
	69	1438	04

6º DISTRITO (Cabuçu)**01. E.Mz. ANGELO BURICHE COUTINHO – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I**

Rua Olhos D água Curuzu – Itaboraí

	Turmas	Alunos
01 turno: 07h às 11h30min.	04	35
Total	04	35

02. E. M. ANTÔNIO LEAL, Cel. – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I

Estrada Ademar Ferreira Torres, nº 72, Badureco – Itaboraí

	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	04	39
1º Turno de 07h às 11h30min.	03	28
Total	07	67

03. E.M. GASTÃO DIAS DE OLIVEIRA – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental II

Rua 4 – Chácara Bougainville – Cabuís – Itaboraí

	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	05	140
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	06	91
Total	11	231

04. E.M. MARIA CRISTINA SOARES FRÓES, Profº. – Ensino Fundamental I

Praça Nuno Duarte, s/nº – São José – Itaboraí

	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	05	113
1º Turno de 07h às 11h30min.	05	081
Total	10	194

05. E.M. PIMENTEL DE CARVALHO – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I

Estrada de Cabuçu, s/nº - Cabuçu – Itaboraí

	Turmas	Alunos
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.		



1º Turno de 07h às 11h30min	06	126
2º Turno de 13h às 17h30min	06	116
Total	12	242
06. CEMEI Luiz Antônio Mira de Souza – Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)		
Estrada de São José, nº 56, Cabuçu – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min.	04	50
2º Turno de 13h às 17h30min.	05	48
Total	09	98
07. CEMEI Liliosa Lea de Azeredo Cotrim – Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)		
Rua Arlindo da Conceição, Lote 05, Qd.03, São José, Cabuçu – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min.	03	20
2º Turno de 13h às 17h30min.	03	40
Total	06	60
TOTAIS	Turmas	Alunos
	59	927
		Escolas
		07
7º DISTRITO (Manilha)		
01. E.M. AFONSO SALLES – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental II		
Alameda I, s/nº, Aldeia da Prata – Manilha – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	10	235
2º Turno de 13h às 17h30min. (13h às 18h20min./Ens. Fund. II)	11	168
Total	21	403
02. E.Mz. ALDEIA VELHA – Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II		
Rua Brígida Moreira da Silva, s/nº, Santo Antonio – Manilha – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	09	237
2º Turno de 13h às 17h30min. (13h às 18h20min./Ens. Fund. II)	08	181
Total	17	418
03. E.M. ALBERTO TORRES, Jornalista – Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II		
Avenida Prefeito Gilberto Antunes, Lt. 01, Qd. 01 – Jardim Itália – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	16	496
2º Turno de 13h às 17h30min. (13h às 18h20min./Ens. Fund. II)	15	326
Total	31	822
04. E.M. ANA LÚCIA PINHEIRO DA CUNHA MONTEIRO, Prof. – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I		
Rua 21, Lote 14, Qd.22, Bairro Santo Antônio – Manilha – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min.	03	74
2º Turno de 13h às 17h30min.	03	37
Total	06	111
05. E.M. ANTONIO ALVES VIANNA – Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II / EJA		
Rua Projetada I, Qd. 04 – Jardim das Acácia – Apolo II – Itaboraí		

03 turnos: 07h às 11h30min. / 13h às 17h30min. / 18h30min. às 21h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	17	338
2º Turno de 13h às 17h30min. (13h às 18h20min./Ens. Fund. II)	11	395
3º Turno de 18h30min. às 21h30min.	09	294
Total	37	1027
06. E.M. ANTONIO CARLOS DA SILVA – Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II / EJA		
Avenida do Contorno, Qd.BS, Loteamento Morada do Sol – Manilha – Itaboraí		
03 turnos: 07h às 11h30min. / 13h às 17h30min. / 18h30min. às 21h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	04	157
2º Turno de 13h às 17h30min. (13h às 18h20min./Ens. Fund. II)	10	186
3º Turno de 18h30min. às 21h30min.	09	136
Total	23	479
07. E.M. ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES MORORÓ – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I		
Praça Rio de Janeiro, s/nº, Vila Brasil – Manilha – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min.	04	74
2º Turno de 13h às 17h30min.	04	87
Total	08	161
08. E.M. ANTONIO JOAQUIM DA SILVA – Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II / EJA		
Rua Alfredo Salles, Lt. 18, Qd. 02 – Jardim Floresta – Manilha – Itaboraí		
03 turnos: 07h às 11h30min. / 13h às 17h30min. / 18h30min. às 21h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	12	362
2º Turno de 13h às 17h30min. (13h às 18h20min./Ens. Fund. II)	10	206
3º Turno de 18h30min. às 21h30min.	14	346
Total	36	914
09. E.M. AUTO RODRIGUES DE FREITAS – Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II		
Rua Jonathas Pedrosa, nº 02 – Jardim Planalto – Manilha		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	12	333
2º Turno de 13h às 17h30min. (13h às 18h20min./Ens. Fund. II)	10	369
Total	22	702
10. E.Mz. CASA DA CRIANÇA DO VALE DA MARAMBAIA – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I / EJA Diurno		
Rua 16, Qd. 16, Vale da Marambaia – Apolo III – Itaboraí		
03 turnos: 07h às 11h30min. / 13h às 17h30min. / 18h30min. às 21h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min.	04	85
2º Turno de 13h às 17h30min.	04	87
3º Turno de 18h30min. às 21h30min.	05	48
Total	13	220
11. E.Mz. DELTA DE SOUZA PINTO – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I		
Avenida Prefeito Milton Rodrigues Rocha, s/nº – Granjas Cabuçu – Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min.	05	86
2º Turno de 13h às 17h30min.	04	77
Total	09	163
12. E.M. HUGO MONTEDÔNIO RÊGO, Pe. – Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II / EJA		



Avenida Laurindo Gonzalez, s/nº, Vale do Sol – Manilha – Itaboraí			
03 turnos: 07h às 11h30min. / 13h às 17h30min. / 18h30min. às 21h30min.	Turmas	Alunos	
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	11	308	
2º Turno de 13h às 17h30min. (13h às 18h20min./Ens. Fund. II)	11	225	
3º Turno de 18h30min. às 21h30min.	03	72	
Total	25	605	
13. E.Mz. JOAQUIM PEDRO DE ANDRADE, CIEP 452 – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ens.			
Rua Alfredo Silva Batista, s/nº - Apolo II – Itaboraí			
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos	
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	10	223	
2º Turno de 13h às 17h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	12	227	
Total	22	450	
14. E.M. JOSÉ OLIVEIRA FILOCO, Ver. – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I			
Rua D, Lote 23, Quadra 27, Ltº Monte Verde – Manilha – Itaboraí			
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos	
1º Turno de 07h às 11h30min.	08	101	
2º Turno de 13h às 17h30min.	08	116	
Total	16	217	
15. E.M. MARIA CECÍLIA COUTINHO BARROS, Profº. – Educação Infantil (Creche) à Ensino			
Estrada da Conceição, nº 671, Marambaia – Itaboraí			
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos	
1º Turno de 07h às 11h30min.	08	129	
2º Turno de 13h às 17h30min.	08	142	
Total	16	271	
16. E.M. MARIANA DA GLÓRIA – Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II			
Estrada do Sapê, s/nº, Sapê – Manilha – Itaboraí			
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos	
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	08	127	
2º Turno de 13h às 17h30min. (13h às 18h20min./Ens. Fund. II)	06	176	
Total	14	303	
17. E.M. NEUSA DA SILVA SALLES – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I			
Rua Américo Salles, s/nº, Vila Gabriela – Manilha – Itaboraí			
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos	
1º Turno de 07h às 11h30min.	08	185	
2º Turno de 13h às 17h30min.	08	191	
Total	16	376	
18. E.Mz. ODILON BERNARDES CIEP 478 – Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II / EJA			
Rua 01, s/nº - Planalto da Marambaia – Manilha			
03 turnos: 07h às 11h30min. / 13h às 17h30min. / 18h30min. às 21h30min.	Turmas	Alunos	
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	07	184	
2º Turno de 13h às 17h30min. (13h às 18h20min./Ens. Fund. II)	11	239	
3º Turno de 18h30min. às 21h30min.	08	118	
Total	26	541	
19. E.M. ROBERTA MARIA SODRÉ DE MACEDO – Educação Infantil (Creche) à Ensino Fundamental I			
RJ 104, Vivenda Nova Capital – Apolo II – Itaboraí			
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos	
1º Turno de 07h às 11h30min.	10	276	

2º Turno de 13h às 17h30min.		05	085
Total		15	361
20. E.M. ROMEU SIMÕES DA FONSECA – Educação Infantil (Creche) à Ensino Fundamental I			
Rua Fauna Maurício da Rocha, Qd. 13 Lt. 07, Shangri-lá – Manilha – Itaboraí			
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos	
1º Turno de 07h às 11h30min.	07	139	
2º Turno de 13h às 17h30min.	10	163	
Total	17	302	
21. E.M. SAMUEL DA SILVA GARCIA, Dr. – Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II			
Estrada de Aldeia Velha, s/nº, Vila Brasil – Manilha – Itaboraí			
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos	
1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	05	140	
2º Turno de 13h às 17h30min. (13h às 18h20min./Ens. Fund. II)	06	083	
Total	11	223	
22. CEMEI Foster Parent's Plan – Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)			
Rua Projetada, nº 55 – Planalto da Marambaia – Itaboraí			
02 turnos: 07h às 11h30min. / Integral: 08h às 16h	Turmas	Alunos	
1º Turno de 07h às 11h30min.	02	28	
Integral de 8h às 16h	02	26	
Total	04	54	
23. CEMEI Hortair da Silva – Educação Infantil (Creche)			
Rua Arthur Souto, nº 58, Qd. 04 – Manilha – Itaboraí			
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos	
1º Turno de 07h às 11h30min.	03	32	
2º Turno de 13h às 17h30min.	03	38	
Total	06	70	
24. CEMEI Jovita dos Santos Mesquita – Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)			
Rua D, Qd. 04, Jardim das Acácias – Apolo II – Itaboraí			
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos	
1º Turno de 07h às 11h30min.	07	110	
2º Turno de 13h às 17h30min.	07	106	
Total	14	216	
TOTAIS			
	Turmas	Alunos	Escolas
	425	9409	24
8º DISTRITO (Pachecos)			
01. E. M. ADILSON RODRIGUES SOARES – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I			
Estrada de Pachecos, s/nº, Pachecos – Itaboraí			
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos	
1º Turno de 07h às 11h30min.	04	64	
2º Turno de 13h às 17h30min.	03	42	
Total	07	106	
02. E.M. ALFREDO TORRES – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental II / EJA			
Praça Prefeito Alfredo Torres, s/nº, Muriqui – Pachecos – Itaboraí			
03 turnos: 07h às 11h30min. / 13h às 17h30min. / 18h30min. às 21h30min.	Turmas	Alunos	



EDUCAÇÃO

1º Turno de 07h às 11h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	10	116
2º Turno de 13h às 17h30min. (07h às 12h20min./Ens. Fund. II)	03	128
3º Turno de 18h30min. às 21h30min.	05	008
Total	18	252
03.E.Mz. JOSÉ LEANDRO – Educação Infantil (Pré-Escola) à Ensino Fundamental I		
RJ 116, Km 11 – Fonte dos Bambus – Pachecos - Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min.	05	92
2º Turno de 13h às 17h30min.	04	59
Total	09	151
04.E.Mz. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA – Educação Infantil (Creche) à Ensino Fundamental I		
Estrada de Perobas, s/nº – Pachecos - Itaboraí		
02 turnos: 07h às 11h30min. e 13h às 17h30min.	Turmas	Alunos
1º Turno de 07h às 11h30min.	03	28
2º Turno de 13h às 17h30min.	04	30
Total	07	58
TOTAIS	Turmas	Alunos
	41	567
TOTAL DO MUNICÍPIO		
TOTAIS	Turmas	Alunos
	1.428	30.349
		Escolas
		90

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (*dados de maio de 2017*)

Legenda: E.M. – Escola Municipal

E.Mz. – Escola Municipalizada

CEMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

O mapa a seguir aponta a distribuição das escolas municipais em Itaboraí.

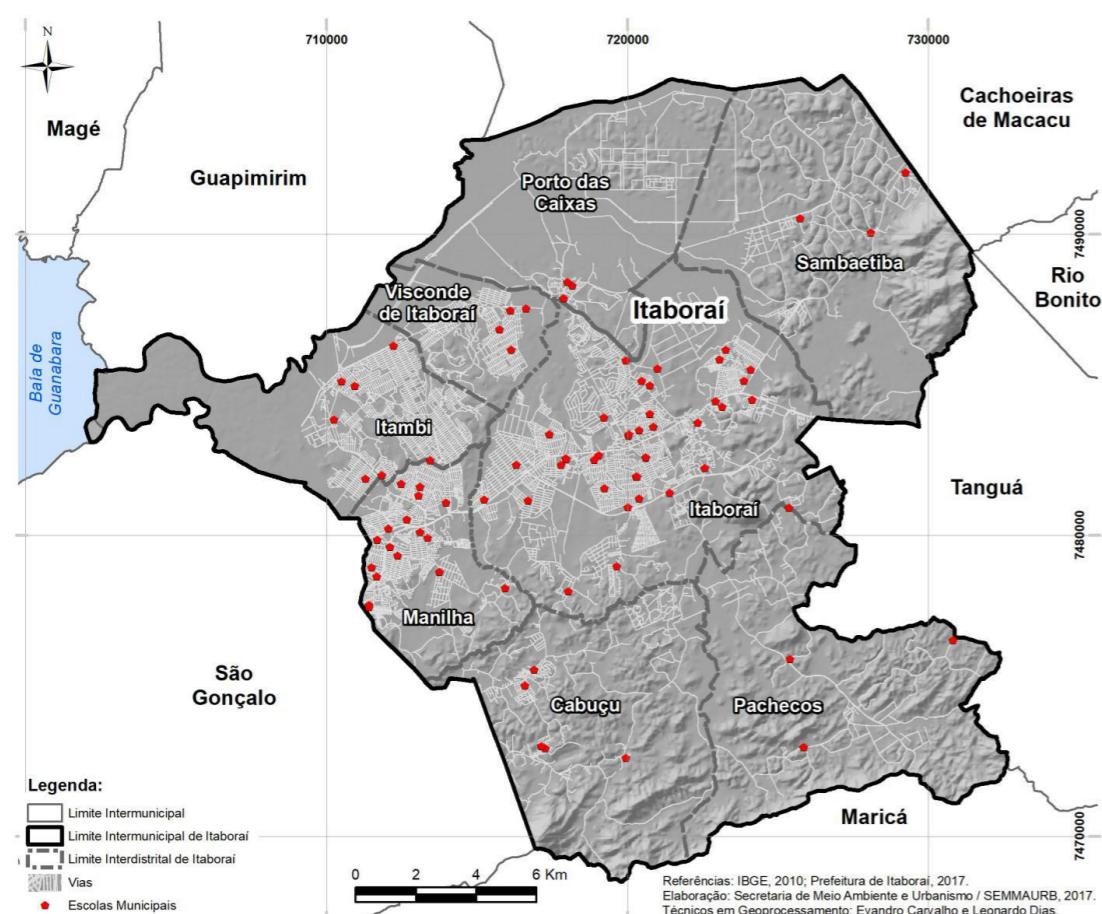


Figura 18 - Mapa de Localização das Escolas Municipais em Itaboraí

EDUCAÇÃO

A tabela a seguir aponta os equipamentos presentes nas escolas municipais:

Tabela 12 - Indicação de alguns equipamentos de Escolas Municipais

Nome da Escola	Endereço	Quadra Poliesportiva coberta	Quadra Poliesportiva sem cobertura	Biblioteca	Sala de Leitura
CEMEI Clélia Casemiro Nanci	Rua Andréa C. dos Santos, 1.066, Jardim Imperial	X	-	-	-
CEMEI Comunitária	Rua 08 Quadra U BNH da Reta	-	X	-	X
CEMEI Delta de Souza Pinto	Avenida Prefeito Milton Rodrigues Rocha, s/nº – Granjas Cabuçu	-	-	-	X
CEMEI Foster Parents Plan	Rua Projetada, nº 55 Planalto da Marambaia	X	-	-	X
CEMEI Francisca Mendes da Silva	Rua Coronel Fontenelle, Lotes 19 e 20, Qd.12 – Lot. Parque Industrial	X	-	-	-
CEMEI Geny Soares Sant'Ana	Rua José Bastos, nº 200, Lt. 1872/1874, Nova Cidade	X	-	-	-
CEMEI Hortair da Silva	Rua Arthur Souto, nº 58, Qd 04, Manilha	X	-	-	-
CEMEI Ilida Alves dos Santos	Rua 61, Lote 89, Quadra 39, Itambi	X	-	-	-
CEMEI Irani Rosa da Silva	Rua 14, Lote 19, Loteamento Jardim Itambi	-	-	-	X
CEMEI Jovita dos Santos Mesquita	Rua D, Qd.04, Jardim das Acácias, Apolo II, Manilha	X	-	-	-
CEMEI Lar Sagrada Família	Av. Nossa Senhora da Conceição, 346, Porto das Caixas	X	X	X	X
CEMEI Liliosa Lea Azeredo Cotrim	Rua Arlindo da Conceição, Lote 05, Qd.03, São José, Cabuçu	-	-	X	X
CEMEI Mª José Pugian Ribeiro	Rua Augusta de Jesus, 256, Itambi	X	-	-	-
CEMEI Maria das Dores Pereira Bezerra	Rua José Sally, nº 166, Outeiro das Pedras	-	-	-	X
CEMEI Maria Luiza da Conceição	Rua Raul de Jesus, nº 143, Visconde de Itaboraí	X	-	-	-
CEMEI Morar Feliz	Avenida Flávio Vasconcelos s/n- Reta Velha	X	-	-	X
CEMEI Odilia de M. Rosa	Rua Maria Mangueira Saraiva, Lote 02, casa 09, Venda das Pedras	X	-	-	X
CEMEI Visconde de Itaboraí	R. Desembargador Ferreira Pinto, s/nº - Centro	X	-	-	-
E.M. Adelaide de M. Seabra	Rua Dráuzio Lemos, 137- Visconde de Itaboraí	X	-	X	-
E.M. Adhemário R. de Oliveira, Dr.	Rua Prefeito João Augusto de Andrade, s/nº São Joaquim	-	-	-	X
E.M. Adilson R. Soares	Estr. de Pacheco, s/nº - Pacheco - Itaboraí	X	-	-	X
E.M. Afonso Salles	Alameda I, s/nº - Aldeia da Prata - Manilha	X	-	X	X
E.M. Alberto Torres, Jornalista	Av. Pref. Gilberto Antunes, Lt. 1, Qd. 1, Jardim Idália - Apolo II	X	-	X	-
E.M. Aldeia Velha	Rua Brígida Moreira da Silva, s/nº, Santo Antonio – Manilha	-	-	-	X
E.M. Alfredo Torres	Praça Pref. Alfredo Torres, s/nº - Muriqui - Itaboraí	X	-	-	X
E.M. Amélia G. Fernandes	Rodovia RJ 116, Km. 9,5 - Agro-brasil - Sambaetiba	X	-	-	-
E.M. Ana Lúcia Pinheiro da Cunha Monteiro	Rua 21, Lote 14, Qd.22, Bairro Santo Antônio – Manilha	-	-	-	X
E.M. Antonio Alves Vianna	Rua Projetada I, Qd. 04, Jardim das Acácias - Apolo	X	X	X	X

	II				
E.M. Antonio Joaquim da Silva	Rua Alfredo Salles, Lt. 18, Qd. 02, Jardim Floresta, Manilha	X	-	X	-
E.M. Auto Rodrigues de Freitas	Rua Jonathas Pedrosa, nº 02, Manilha	X	-	X	X
E.M. Cecília Augusta dos Santos	Rua Presidente Dutra, s/nº - Outeiro das Pedras	X	-	X	X
E.M. Clara Pereira de Oliveira	Rua Dr. José Bastos de Barros, s/nº - Nova Cidade	X	-	X	-
E.M. Dimas Monteiro Nogueira, Ver.	Rua Pres.Médice s/nº Jardim Itamarati, Visconde de Itaborai	X	-	-	X
E.M. Genésio da Costa Cotrim	Rua Theopista do Nascimento Galdino, Qd. 10, s/nº, Lot. Parque Industrial	X	-	X	X
E.M. Geremias de Mattos Fontes	RJ 116, KM. 07 - Sambaetiba	-	X	X	X
E.M. Guilherme de Miranda Saraiva	Avenida Antonio Gomes, 1.120 - Bairro Ampliação	X	-	X	X
E.M. Hugo Montedôneo Rego,Pd	Av. Laurindo Gonzalez, s/nº - Vale do Sol - Manilha	X	-	-	X
E.M. João Augusto de Andrade	Rua Vasco da Gama, s/nº - Alto do Jacu – Sambaetiba	-	-	X	-
E.M. Joaquim Pedro de Andrade - Ciep 452	Rua Alfredo Silva Batista, s/nº - Apolo II	X	X	X	X
E.M. José Ferreira	Estrada do Contorno, Br. 493, Km. 2,5, B. Parque Aurora - Itambi	X	-	X	X
E.M. Jovita dos Santos Mesquita	Rua D, Qd. 04, Jardim das Acálias – Apolo II	-	-	-	X
E.M. Juiza Patricia Lourival Acioli	Rua José Hinno Viana, Loteamento Grande Rio, Itambi	X	-	-	X
E.M. Luiz Carlos Caffaro, Promotor.	Av. Raimundo de Farias, s/nº - Ampliação	X	-	X	X
E.M. Luzia Gomes de Oliveira	Rua Nestor Vianna, s/nº, Bairro João Caetano - Itambi	X	-	X	-
E.M. Mª Ana Moreira	Rua Tiradentes, Lt. 1 a 9/21 a 27 – Rio Várzea	-	-	-	X
E.M. Mª Cecília Coutinho Barros, Profª.	Estrada da Conceição, 671 - Marambaia	-	X	-	-
E.M. Mª Cristina Soares Fróes, Profª.	Praça Nuno Duarte, s/nº - São José	X	-	-	X
E.M. Mª das Dores Antunes	Estrada da Posse dos Coutinhos, s/nº - Picos	-	-	-	X
E.M. Marly Cid Almeida de Abreu, Profª.	Av. Hedevilson Barreto Barroso, Nancilândia	X	-	X	-
E.M. Milton Rodrigues Rocha, Pref.	Avenida Carlos Lacerda, s/nº - Areal	-	-	X	X
E.M. Odilon Bernardes, Ciep.	Rua 1, s/nº, Planalto da Marambaia	X	X	X	X
E.M. Pedro Alves de Araújo, Prof.	Rua Cléa do Valle, 754 – João Caetano – Itambi	-	-	-	X
E.M. Pedro Antônio Novaes	Rua F, Qd. 09 B. São Pedro, Reta Velha – Venda das Pedras	-	-	X	-
E.M. Roberta Maria Sodré de Macedo	RJ 104, Vivenda Nova Capital - Apolo II	-	X	-	X
E.M. Romeu Simões da Fonseca	Rua Fauna Maurício da Rocha, Qd. 13, Lt. 07, Shangri-lá – Manilha	-	X	X	X
E.M. Santos Dumont	Avenida II – Gebara – Itambi	-	-	-	X
E.M. Simaco Ramos de Almeida, Pref.	Avenida Nossa Senhora da Conceição, s/nº - Porto das Caixas	-	-	-	X

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (*dados do ano de 2016*)

Segundo o IBGE, em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública do município tiveram nota média de 4.6 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.7. Na comparação com municípios do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava Itaboraí na 75a posição de 92 e quando considerada a nota dos alunos dos anos finais, esta posição passava a ser 71a de 92.

A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) no ano de 2010 foi de 97.1%. Tal porcentagem posicionava o município na 64a posição, dentre os municípios do estado, e na posição no 3.514 de 5.570 dentre os municípios do Brasil.

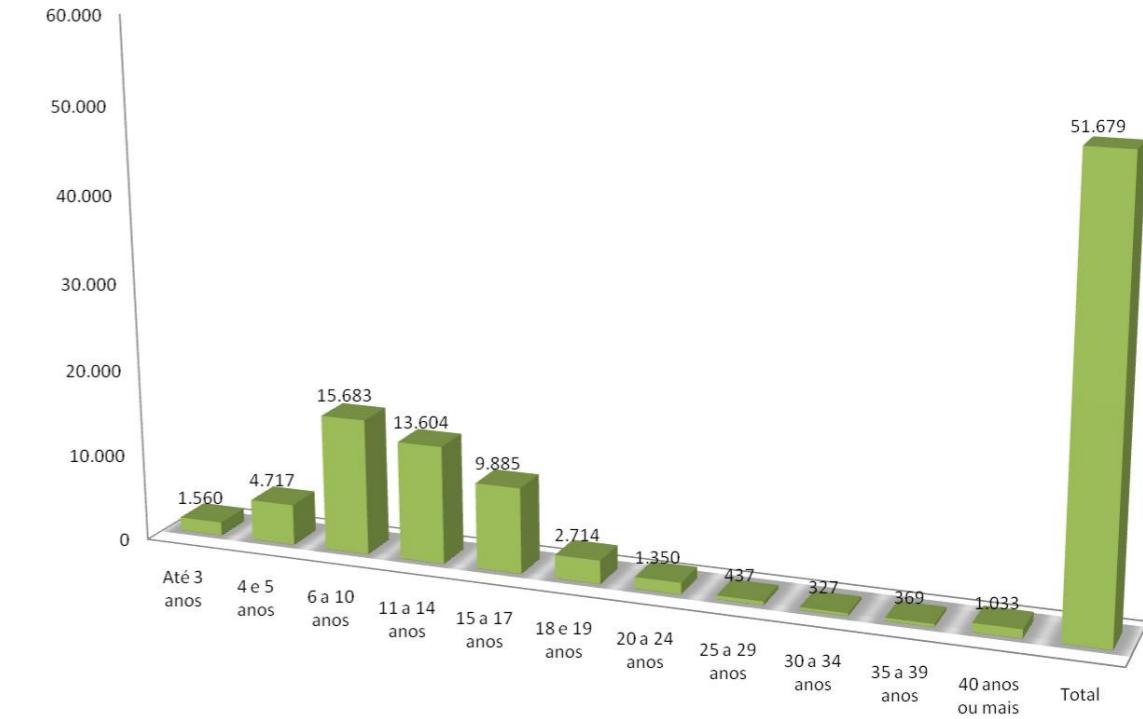


Figura 19 - Número de matrículas no ano de 2016 por Faixa Etária/Educação Básica - Ensino Regular, Especial e/ou EJA

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica 2016 (*disponível em portal.inep.gov.br*)

Tabela 13 - Número de Matrículas em Itaboraí / Censo 2016 – Ensino Regular e/ou Especial

Itaboraí	Total	Urbana				Rural					
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Creche	1.589	986	-	-	587	399	603	-	-	551	52
Pré-Escola	5.014	3.118	-	-	1.930	1.188	1.896	-	-	1.665	231
Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	18.244	11.739	-	-	7.900	3.839	6.505	-	-	5.890	615
Ensino Fundamental (Anos Finais)	13.734	9.722	-	1.431	6.115	2.176	4.012	-	810	2.904	298
Ensino Médio	7.693	6.619	-	5.727	-	892	1.074	-	986	-	88
Ed. Profissional (Ens. Regular, Especial e/ou EJA)	1.027	998	-	381	78	539	29	-	-	29	-

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica 2016 (*disponível em portal.inep.gov.br*)

Escolaridade da População Adulta

Em levantamento realizado em 2010, onde foi considerada a população municipal com idade igual ou superior a 25 anos, 8,05% eram analfabetos, 48,75% tinham o ensino fundamental completo, 30,34% possuíam o ensino médio completo e 4,77%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

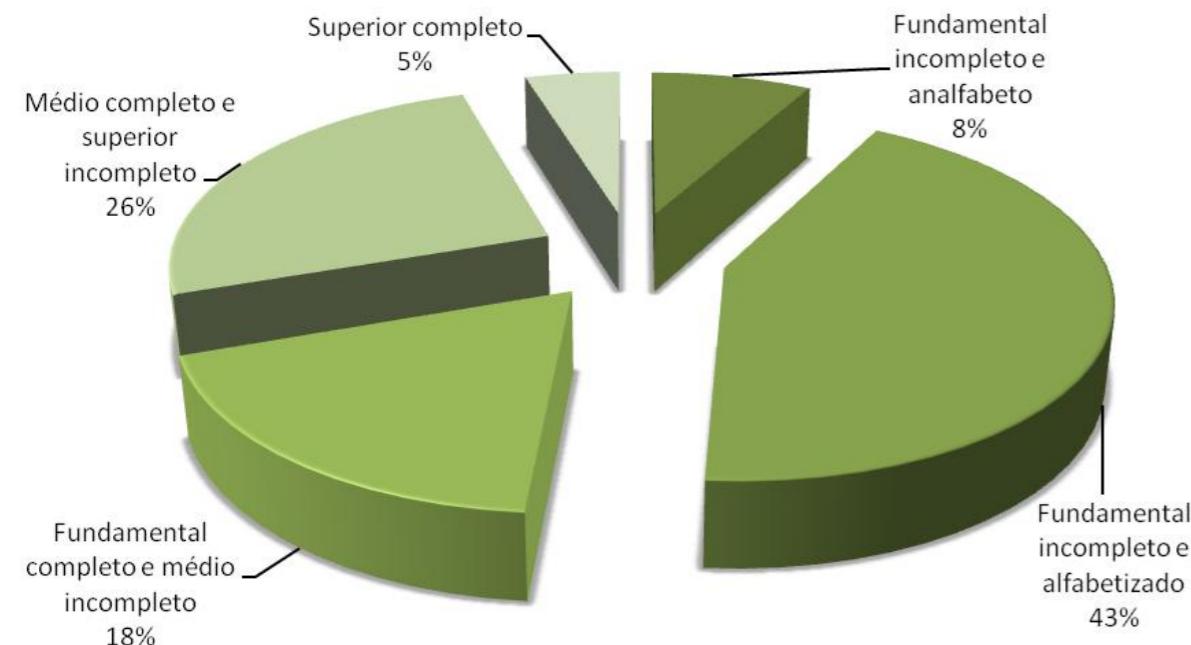


Figura 20 - Escolaridade da População Adulta de Itaboraí em 2010

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Missão

Garantir o direito à saúde de todos os cidadãos enquanto direito fundamental do ser humano e prover as condições de ações individuais e coletivas de promoção, prevenção e recuperação da saúde no âmbito do município.

Secretaria de Saúde

Av. Prefeito Álvaro de Carvalho Junior, 732, Nancilândia

Centro de Gestão Municipal

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) encontra-se localizada no bairro Nancilândia, onde funciona o centro administrativo, que compreende:

- ✓ O Gabinete do Secretário de Saúde;
- ✓ A Subsecretaria de Atenção Básica (SSAB);
- ✓ A Subsecretaria de Atenção Especializada (SSAE);
- ✓ A Subsecretaria de Vigilância em Saúde (SSVS);
- ✓ A Central de Regulação (CREG);
- ✓ O Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria (DCAA);
- ✓ A Coordenação de Sistemas e Geoprocessamento (SISGEO);
- ✓ O Núcleo de Recursos Humanos (NRH);
- ✓ O Núcleo de Educação Permanente em Saúde (NEPS);
- ✓ O Fundo Municipal de Saúde (FMS);
- ✓ O Conselho Municipal de Saúde (CMS);
- ✓ A Ouvidoria do SUS;
- ✓ Os setores de Transportes, Manutenção e Patrimônio.

Estabelecimentos de Saúde Municipais

Atualmente, através da Minuta da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), que estabelece a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), todos os estabelecimentos de saúde que prestem ações e serviços de Atenção Básica, no âmbito do SUS, serão denominados Unidade Básica de Saúde (UBS).

Tabela 14 - Unidades Básicas de Saúde do município de Itaboraí

Estabelecimentos da Atenção Básica			
UBS – Unidade Básica de Saúde			
A Unidade Básica de Saúde é o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação com toda a Rede de Atenção à Saúde. É instalada perto de onde as pessoas moram, trabalham, estudam e vivem e, com isso, desempenha um papel central na garantia de acesso à população a uma atenção à saúde de qualidade.			
1	Agro Brasil	UBS Agro Brasil	Rua B Lt 26 - Loteamento Parque Estrada Friburgo
2	Aldeia da Prata	UBS Aldeia da Prata	Rua 6, Lt 393, Qd 16
3	Ampliação I	UBS Saddy Ribeiro Gomes	Rua Papa João XXIII



4	Ampliação II	UBS Valdober de Souza Machado	Rua Miguel Ângelo Ximenes, Lt 06, Qd 53 - Ampliação
5	Apolo II	UBS Apolo II	Rua Job Maia Salgado, n°62 - Apolo II
6	Apolo III	UBS Apolo III	Rua 11, Lt 48, Qd 40
7	Areal	UBS Wanderley Vieira de Almeida	Av. Carlos Lacerda - Areal
8	Bairro Amaral	UBS Bairro Amaral	Estrada Itambi, Visconde Qd M s/nº
9	Cabuçu	UBS Vircílio Ribeiro Lopes	Avenida Antônio Cícero, s/nº
10	Chácaras Sambaetiba	UBS Chácaras Sambaetiba	Rua do Comércio, S/Nº, Praça de Sambaetiba
11	Elianópolis	UBS Elianópolis	Rua 07, Lt 88, Elianópolis (Rua da igreja universal)
12	Engenho Velho	UBS Engenho Velho	Rua Telmani Batista, QD 5, LT 01
13	Gebara	UBS Gebara	Rua 16, Lt 2036 – Gebara
14	Grande Rio	UBS Grande Rio	Rua 27, Lote 40, Quadra 60, casa 01 / casa 02
15	Granjas Cabuçu	UBS Granjas Cabuçu	Rua Maria Mendel, Granjas Cabuçu
16	Itambi	UBS Antônio Bravo Peccini	Rua Rui Barbosa – Jardim Itambi
17	Jardim Planalto	UBS Américo Damasceno de Salles	Rua Waldenor Bezerra, Lt 267, Qd 19
18	Joaquim de Oliveira	UBS Maria Aparecida da Silva Pereira	Rua 22 – Joaquim de Oliveira
19	Mangueira	UBS Mangueira	Estrada Ademar Ferreira Torres, nº43, casa 03
20	Marambaia	UBS Marambaia	Av: Cabo José Rodrigues, s/nº - Marambaia
21	Monte Verde	UBS Pastor José Mendel	Rua N, QD 18, LT 10, Monte Verde
22	Nova Cidade	UBS Maria Ferreira dos Santos	Av. Américo Cardozo, Nova Cidade s/nº
23	Pachecos	UBS Ver. Mário Scotelaro Rodrigues	Estrada RJ 114, km 13
24	Picos	UBS Picos	Rua Eugênio Costa, S/Nº – Picos
25	Planalto da Marambaia	UBS Planalto da Marambaia	Rua Tocantins, Lt 04, Qd 20 - Planalto da Marambaia
26	Porto das Caixas	UBS Porto das Caixas	Rua Tenente Joaquim Rabelo de Matos, nº 353 - Porto das Caixas
27	Quissamã	UBS Vereador Eugênio M. Coutinho	Rua César Xará, S/Nº – Venda das Pedras
28	Reta Nova	UBS Reta Nova	Rua 9 Qd 42 S/N – Reta Nova
29	Reta Velha	UBS Lizete Fernandes de Souza	Rua 2, Praça Claudinei Santos Tavares - Vila Esperança
30	Santo Antônio	UBS Santo Antônio	Rua 29, Lt.19, QD.13 – Gabriela II
31	Santo Expedito	UBS Santo Expedito	Rua Ralph Ledsham Nº 156 – Alto da Boa Vista
32	São Joaquim	UBS Edith Maria de Oliveira	Rua José Leandro s/nº
33	São José	UBS Dr. Aristeu de Oliveira Pinto	Estrada São José - Praça Nuno Duarte s/nº
34	Sapê	UBS Luis José de Marins	Estrada do Sapê, S/Nº
35	Vale do Sol	UBS Belarmina Maria da Silva	Av. 01, Esquina com Alameda 02 – Vale do Sol
36	Vila Brasil	UBS Vila Brasil	Rua Goias, Lt 23, Q 06
37	Vila Rica	UBS Vila Rica	Rua 14, Vila Rica
38	Visconde	UBS Dimas Monteiro Nogueira	Avenida Presidente Médice, s/nº

Sambaetiba	UBS Sambaetiba Obs.: A obra de construção da UBS Sambaetiba ainda não foi concluída, então a mesma encontra-se desativada;	RJ 116, KM 76, Sambaetiba
Ambulatório Central Referência para atendimento ginecológico e obstétrico na Atenção Básica e onde estão localizados os Programas de Saúde, tais como: Saúde da Mulher, Saúde do Idoso, Controle da Hipertensão e Diabetes, Controle do Tabagismo, Alimentação e Nutrição (acompanhamento do Bolsa Família), Saúde Bucal, Controle da Tuberculose, Eliminação da Hanseníase, Serviço Social e Farmácia Básica.		
Ambulatório Central		Rua Desembargador ferreira Pinto, nº 9-Fundos, Centro

Tabela 15 - Estabelecimentos de Atenção Especializada do município de Itaboraí

Estabelecimentos da Atenção Especializada	
PSPMRR (Posto de Saúde Prefeito Milton Rodrigues Rocha)	Av. Hermínio Moreira, s/nº – Centro
Funciona como um Centro de Saúde que possui atendimento de vários médicos clínicos, pediatras e outros profissionais atende todos os cidadãos das localidades que não tem uma UBS;	
Policlínica Unidade de saúde para prestação de atendimento ambulatorial em várias especialidades, incluindo ou não as especialidades básicas, podendo ainda oferecer outras especialidades não médicas.	
Policlínica de Especialidades Médica Vereador José de Oliveira Filoco	BR 493, KM 0 – Centro Manilha
Policlínica de Especialidades Prefeito Francisco Nunes da Silva (PEPFNS)	Avenida Prefeito Álvaro de Carvalho Júnior, S/Nº - Nancilândia
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial Os CAPS são pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). <i>Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, republicada em 21 de maio de 2013</i>	
CAPSI (Infantil)	Rua João Caetano, 370 - Centro
CAPS Pedra Bonita	Rua Oscar Moreira Soares, Lote 05, QD 18 - Nancilândia
Outros estabelecimentos	
AME – Atendimento Médico de Emergência	Rua Nestor Viana, nº 75 João Caetano - Itambi
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	Rua Desembargador ferreira Pinto, nº 9, Centro
HMDLJ – Hospital Municipal Desembargador Leal Júnior	Avenida Prefeito Álvaro de Carvalho Junior, s/nº - Nancilândia
Ambulatório de Saúde Mental	Nancilândia
SRT – Serviços Residenciais Terapêuticos	Unidades em endereços diversificados

Tabela 16 - Estabelecimentos de Vigilância em Saúde do município de Itaboraí

Estabelecimentos da Vigilância em Saúde	
Vigilância Sanitária	Rua Padre Egídio Cavout, Jardim Imperial
PMCD – Programa Municipal de Controle da Dengue	Rua César Xará, nº 666, Quissamã
Vigilância Epidemiológica e Vigilância Ambiental	Rua Desembargador Ferreira Pinto, nº 9, Centro (Anexo ao Ambulatório Central)



A tabela a seguir mostra a distribuição dos estabelecimentos por tipo e o número de unidades em cada distrito.

Tabela 17 - Distribuição dos Estabelecimentos de Saúde por tipo e número de unidades em cada distrito

Estabelecimentos	Estabelecimentos da Atenção Básica			Estabelecimentos da Atenção Especializada				Estabelecimentos da Vigilância em Saúde				
	UBS Unidade Básica de Saúde	Ambulatório Central	Policlínica	CAPS	AME	SAMU	Hospital Municipal	Ambulatório de Saúde Mental	Residências Terapêuticas	Vigilância Sanitária	PMCD Programa Municipal de Controle da Dengue	Vigilância Epidemiológica e Vigilância Ambiental
Distritos												
Itaboraí (Centro) 1º Distrito	16	1	1	2	-	1	1	1	*	1	1	1
Porto das Caixas 2º Distrito	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itambi 3º Distrito	4	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Sambaetiba 4º Distrito	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Visconde 5º Distrito	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cabuçu 6º Distrito	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manilha 7º Distrito	11	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pachecos 8º Distrito	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	38	1	2	2	1	1	1	1	*	1	1	1

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*Residências Terapêuticas – Os SRT são moradias na cidade que acolhem pessoas egressas de internações psiquiátricas de longa duração (dois anos ininterruptos ou mais), que possuem transtornos mentais e não têm familiares ou suporte social.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde as obras do Centro Especializado em Reabilitação (CER IV - habilitado com quatro ou mais serviços de reabilitação), situado em Venda das Pedras, no 1º Distrito encontram-se concluídas contudo, até o momento ainda não está em funcionamento.

Este Centro Especializado em Reabilitação está inserido na Atenção Especializada, e faz parte da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD), instituída a partir da publicação da Portaria GM/MS no 793, de 24 de abril de 2012, que foi proposta pelo Ministério da Saúde com base na inclusão da pessoa com deficiência à rede de serviços existentes, envolvendo desde a Atenção Básica até os serviços de reabilitação e de cuidados especializados.

Seus objetivos incluem a ampliação do acesso e qualificação do cuidado às pessoas com deficiência no SUS, através do acolhimento e classificação de risco, sua vinculação a pontos de atenção específicos, voltados principalmente para reabilitação, e a articulação e integração dos diferentes pontos de atenção da rede.

A RCPD abrange pessoas com deficiência temporária ou permanente; progressiva, regressiva ou estável, intermitente ou contínua, definindo o cuidado para deficiências físicas, auditivas, intelectuais, transtornos do espectro do autismo, visuais, ostomizados e múltiplas deficiências no âmbito do SUS.

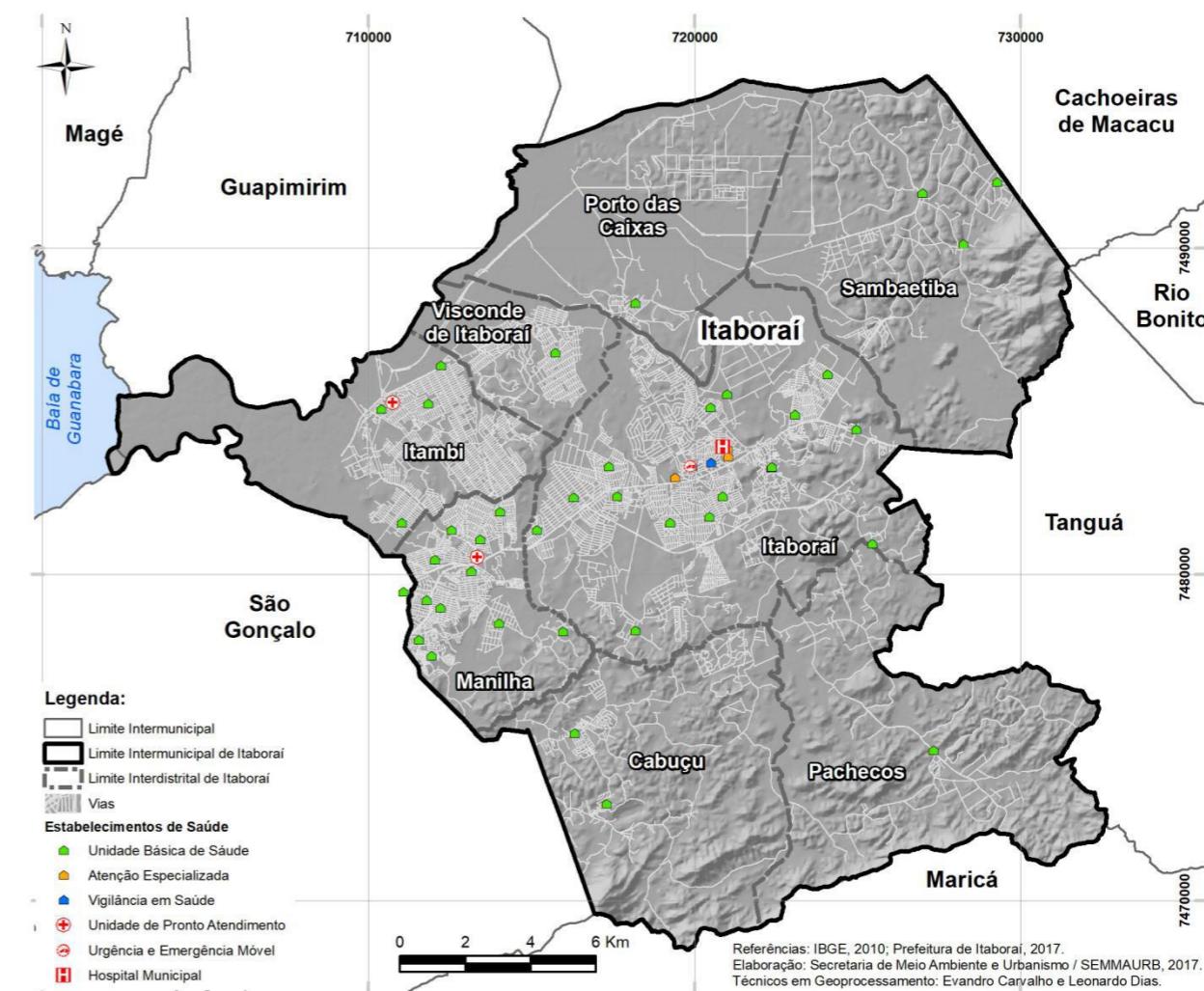


Figura 21 - Mapa de Localização dos Estabelecimentos Municipais de Saúde de Itaboraí

Itaboraí dispõe de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24H), inaugurada em 2012 e que se localiza no distrito de Manilha. Esta unidade tem a capacidade para realizar 450 atendimentos diários, beneficiando aproximadamente 100 mil habitantes.

As UPAs são estruturas de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde e as portas de urgência hospitalares, onde, em conjunto com estas, compõe uma rede organizada de Atenção às Urgências.

O Sistema Médico de Urgência (SAMU 192) e a UPA 24h trabalham integrados no atendimento às urgências e emergências.

Tabela 18 - Procedimentos Hospitalares do SUS - Internações por Ano - Período de janeiro/2008 a julho/2017

Itaboraí	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
	10.266	9.970	9.590	6.426	6.825	6.543	7.473	6.495	3.918	4.783	72.289

Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH / SUS) (disponível em ://tabnet.datasus.gov.br)

A seguir, gráficos demonstrativos sobre os tipos de leitos do município de Itaboraí, segundo o CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde em setembro de 2017.

Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH / SUS)
 (disponível em ://tabnet.datasus.gov.br)

A seguir, gráficos demonstrativos sobre os tipos de leitos do município de Itaboraí, segundo o CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde em setembro de 2017.

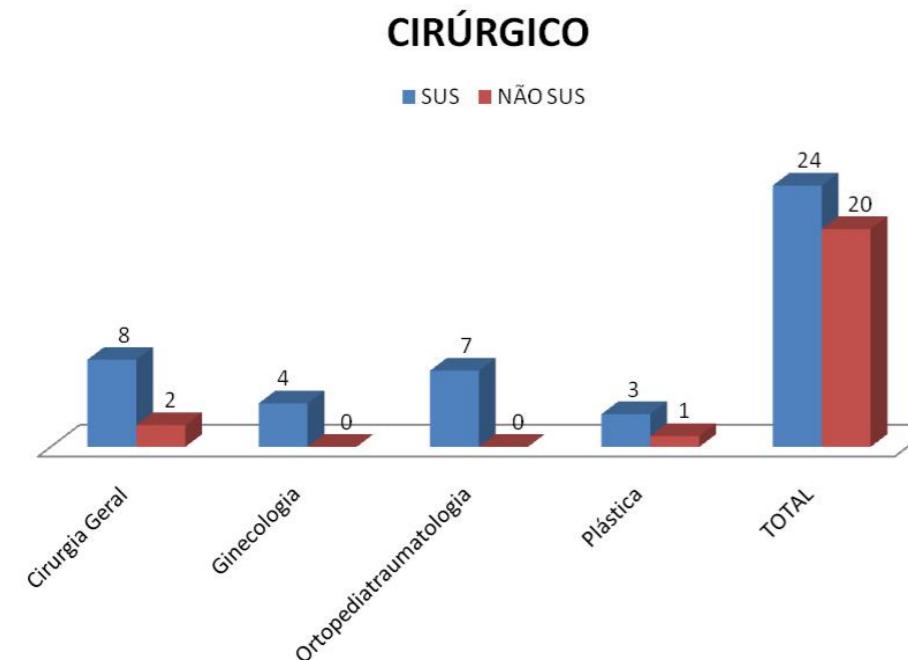


Figura 22 - Leitos Cirúrgicos em Itaboraí

Fonte: CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (Dados obtidos em 27/09/2017)
 (disponível em <http://cnes2.datasus.gov.br>)

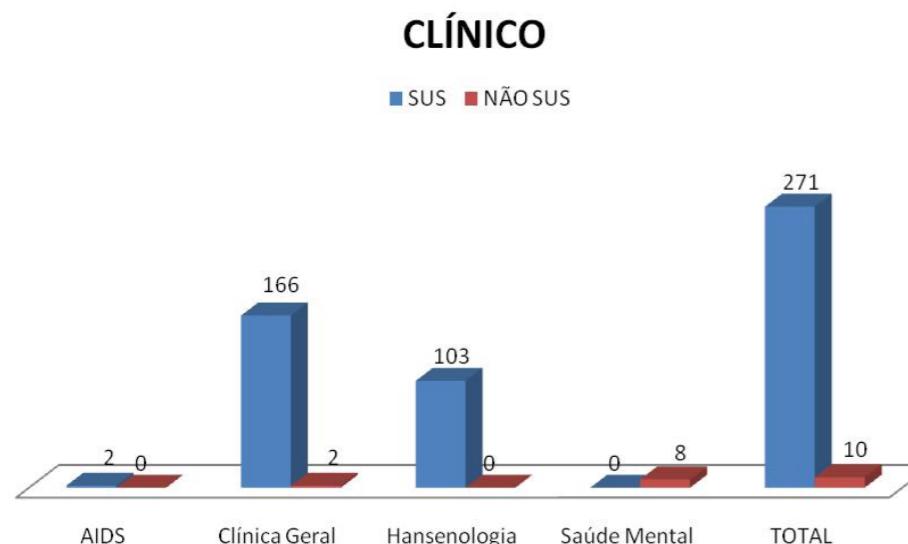


Figura 23 - Leitos Clínicos em Itaboraí

Fonte: CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (Dados obtidos em 27/09/2017)
 (disponível em <http://cnes2.datasus.gov.br>)

COMPLEMENTAR

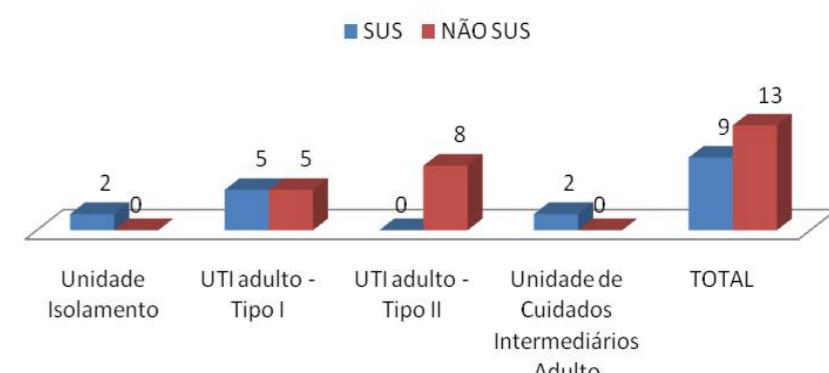


Figura 24 - Leitos Complementares em Itaboraí

Fonte: CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (Dados obtidos em 27/09/2017)
 (disponível em <http://cnes2.datasus.gov.br>)

OBSTÉTRICO

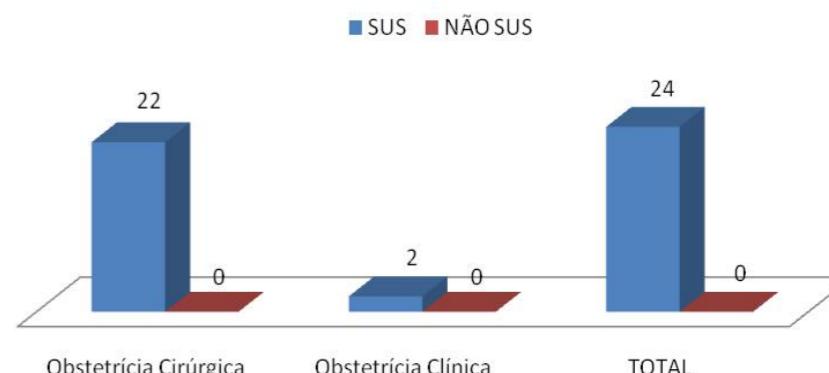


Figura 25 - Leitos Obstétricos em Itaboraí

Fonte: CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (Dados obtidos em 27/09/2017)
 (disponível em <http://cnes2.datasus.gov.br>)

PEDIÁTRICO

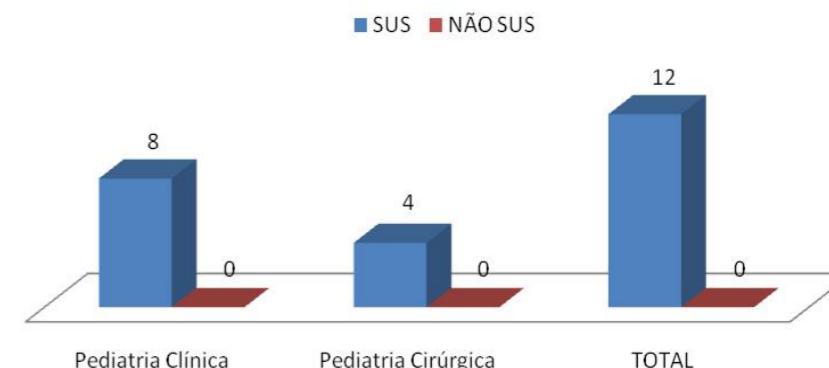


Figura 26 - Leitos pediátricos em Itaboraí

Fonte: CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (Dados obtidos em 27/09/2017)
 (disponível em <http://cnes2.datasus.gov.br>)

Nascidos Vivos

Tabela 19 - Nascidos Vivos / por ocorrência em Itaboraí

Itaboraí	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	2.938	2.736	2.589	2.350	2.366	2.293	1.889	1.518	1.589	1.973	1.512

Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH / SUS)
(disponível em [://tabnet.datasus.gov.br](http://tabnet.datasus.gov.br))

Os dados a seguir fornecem informação sobre nascidos vivos por ocorrência no ano de 2015.

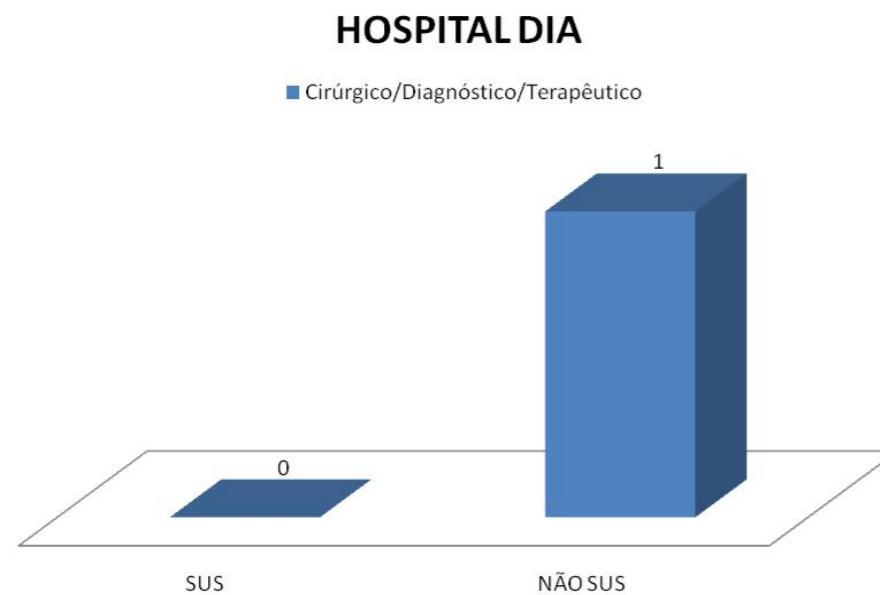


Figura 27 - Hospital/Dia em Itaboraí

Fonte: CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (Dados obtidos em 27/09/2017)
(disponível em <http://cnes2.datasus.gov.br>)

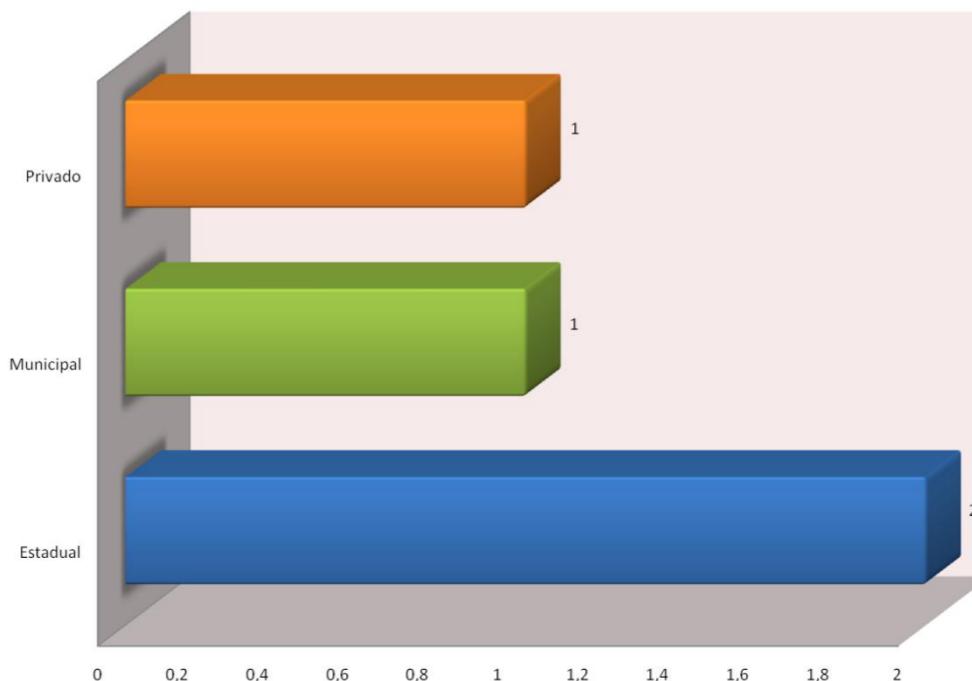


Figura 28 - Tipos de Estabelecimentos por natureza / Hospitais

Fonte: CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
(disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br>)

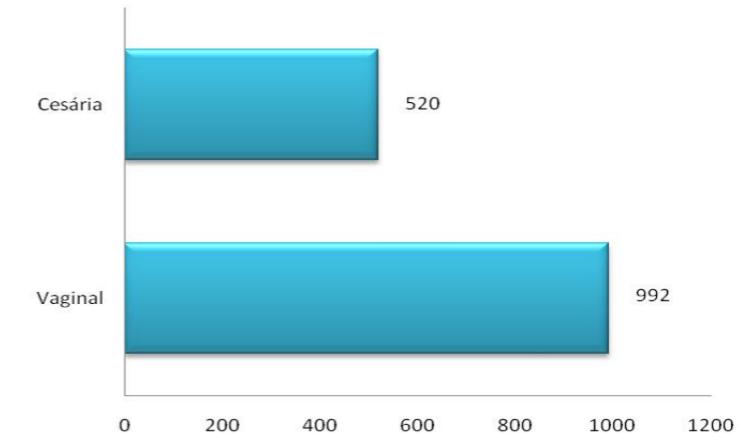


Figura 29 - Tipo de parto

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC
(disponível em <http://datasus.saude.gov.br>)

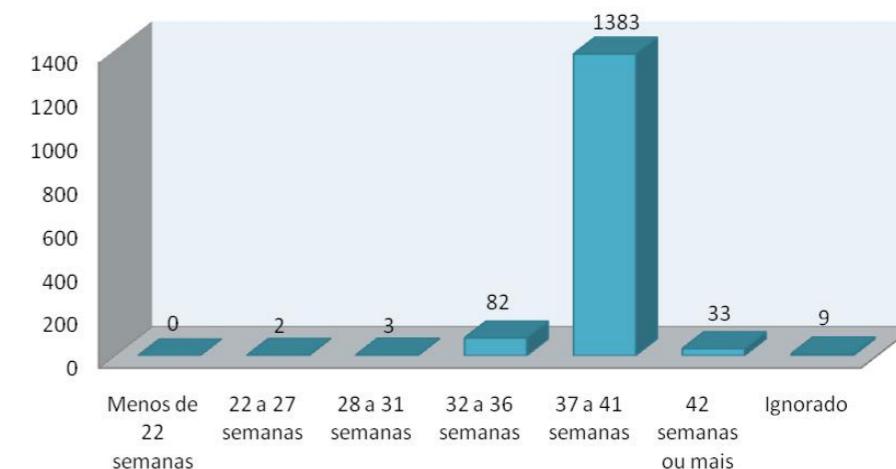


Figura 30 - Duração da gestação

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC
(disponível em <http://datasus.saude.gov.br>)

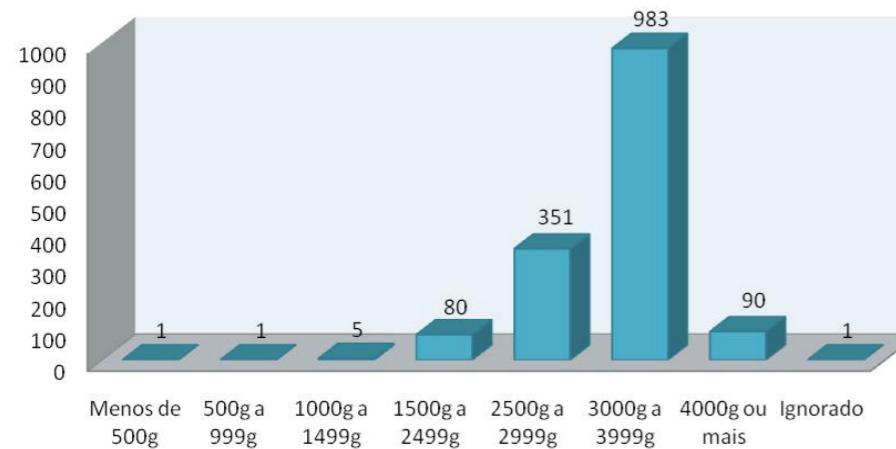


Figura 31 - Peso ao nascer

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC
(disponível em <http://datasus.saude.gov.br>)

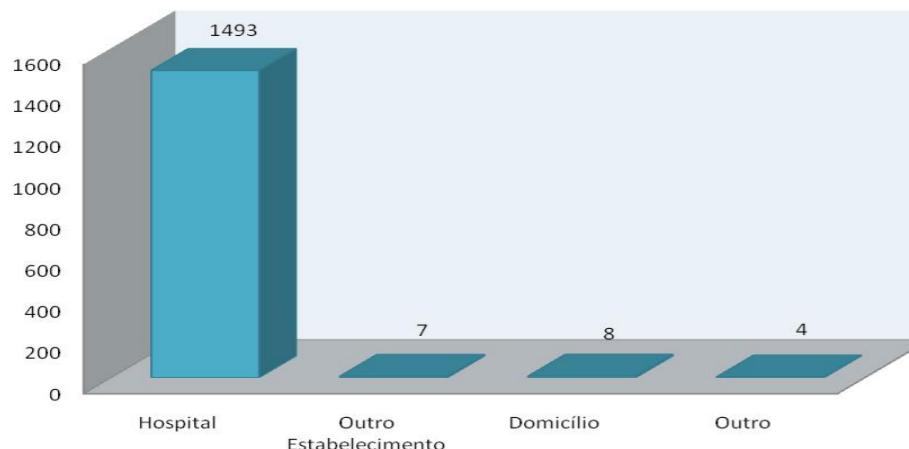


Figura 32 - Local da Ocorrência

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC
(disponível em <http://datasus.saude.gov.br>)

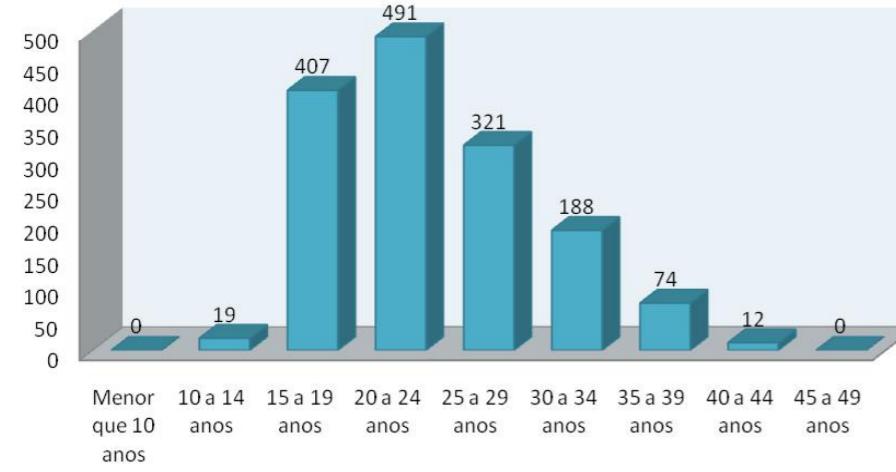


Figura 33 - Idade da mãe

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC
(disponível em <http://datasus.saude.gov.br>)

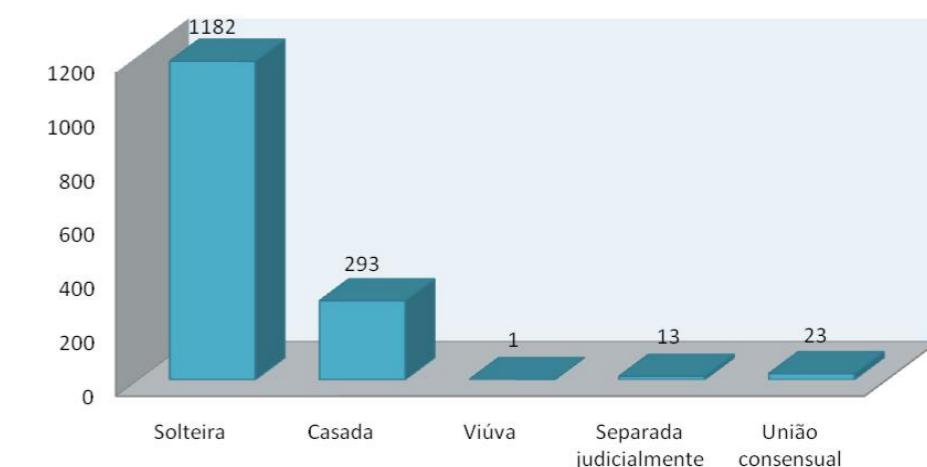


Figura 34 - Estado Civil da mãe

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC
(disponível em <http://datasus.saude.gov.br>)

Óbitos

Tabela 20 - Óbitos por Ocorrência em Itaboraí

Itaboraí	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	1.476	1.556	1.611	1.639	1.701	1.709	1.707	1.667	1.658	1.789	1.779

Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH / SUS)
(disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br>)

Abaixo seguem dados sobre óbitos por ocorrência no ano de 2015, considerando a faixa etária e grupo de causa.

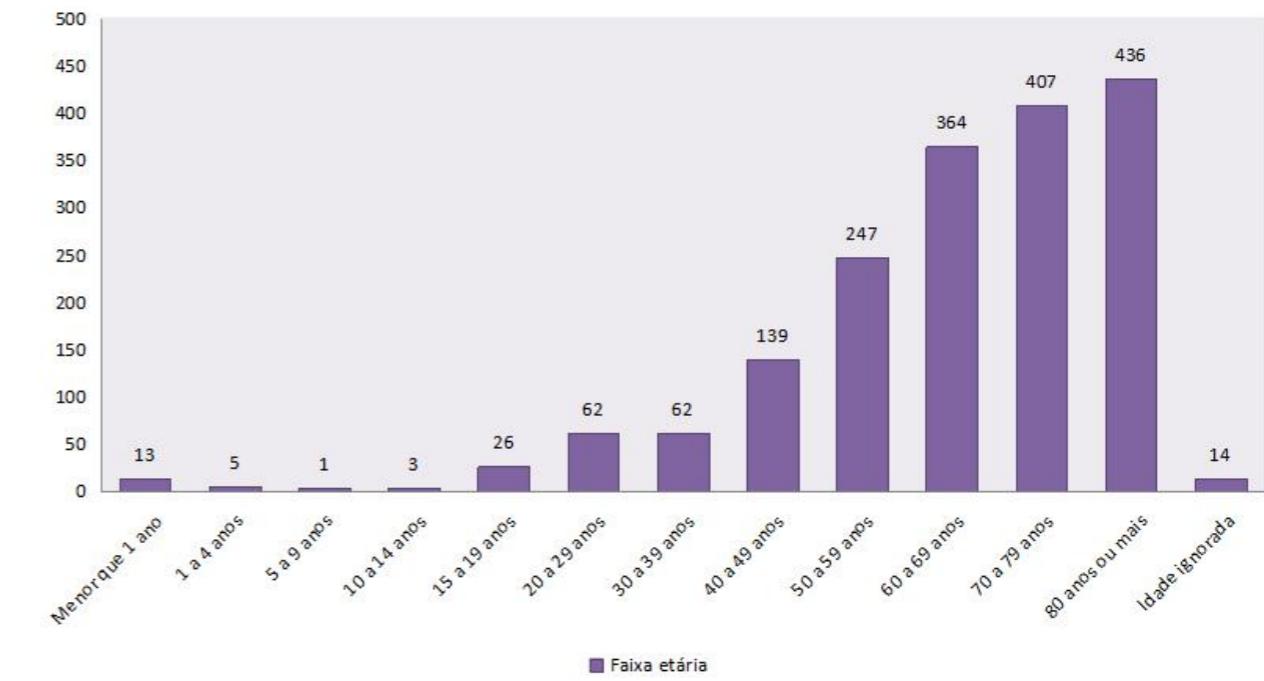


Figura 35 - Óbitos por ocorrência no ano de 2015 / por faixa etária

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM
(disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/>)

A seguir, informações sobre as notificações de casos de dengue em Itaboraí e outros municípios do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2012, segundo IBGE.

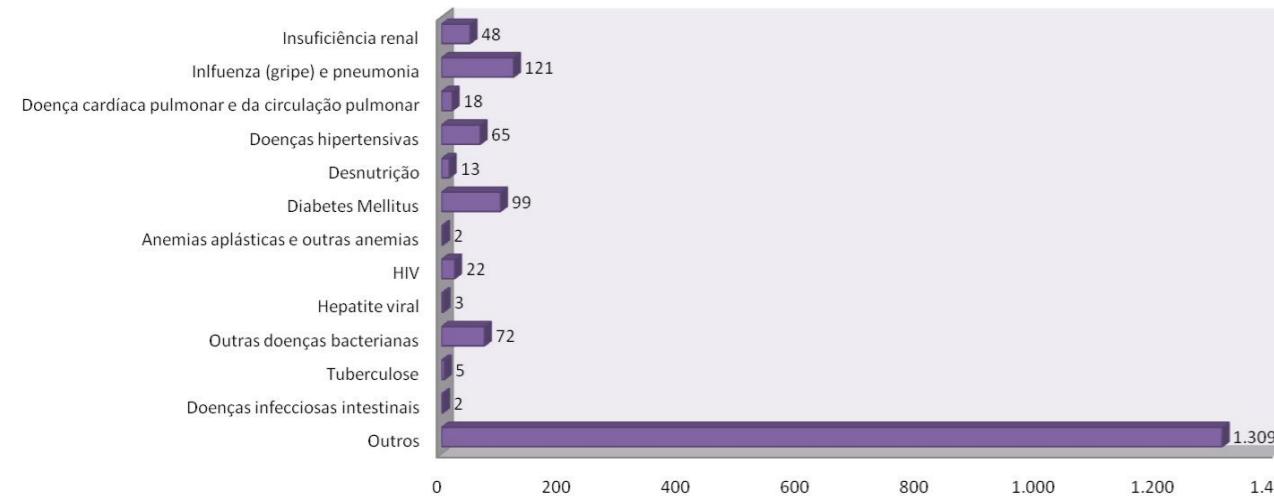


Figura 36 - Óbitos por ocorrência no ano de 2015 / por grupo de causa

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM
(disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/>)

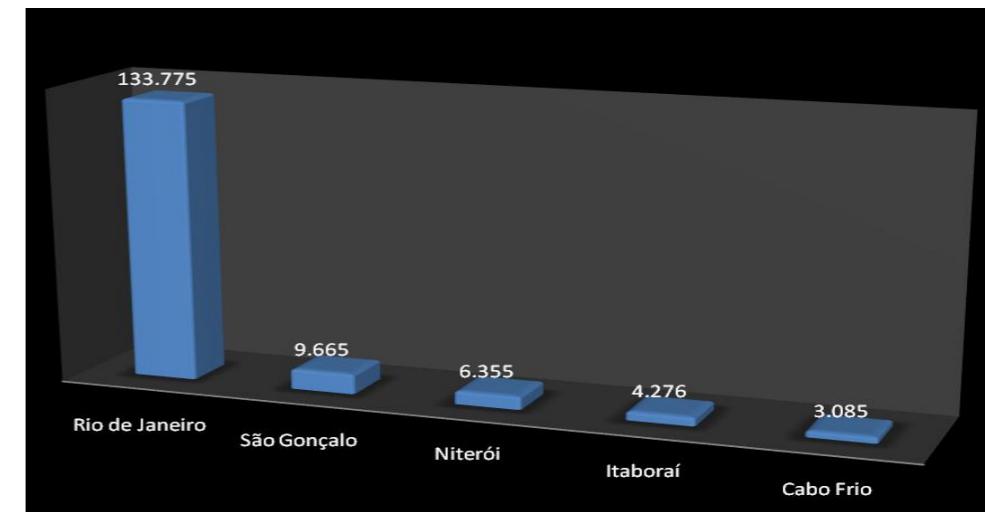


Figura 38 - Notificações de casos de dengue em 2012

Fonte: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS 2012
(disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itaborai/pesquisa/42/30280>)

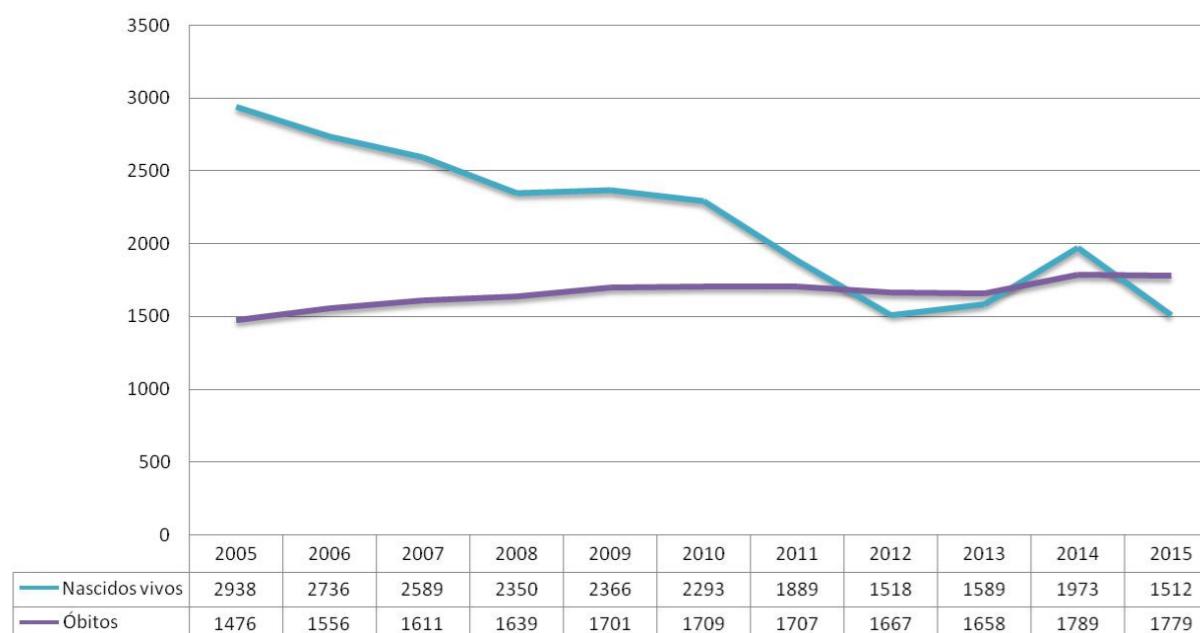


Figura 37 - Comparativo entre nascimentos/óbitos em Itaboraí no ano de 2015

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC
MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM
(disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/>)

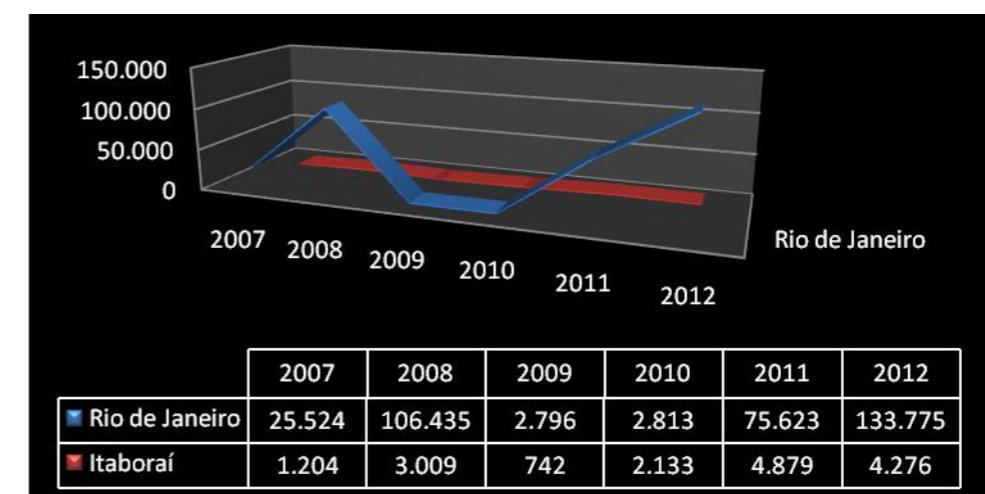
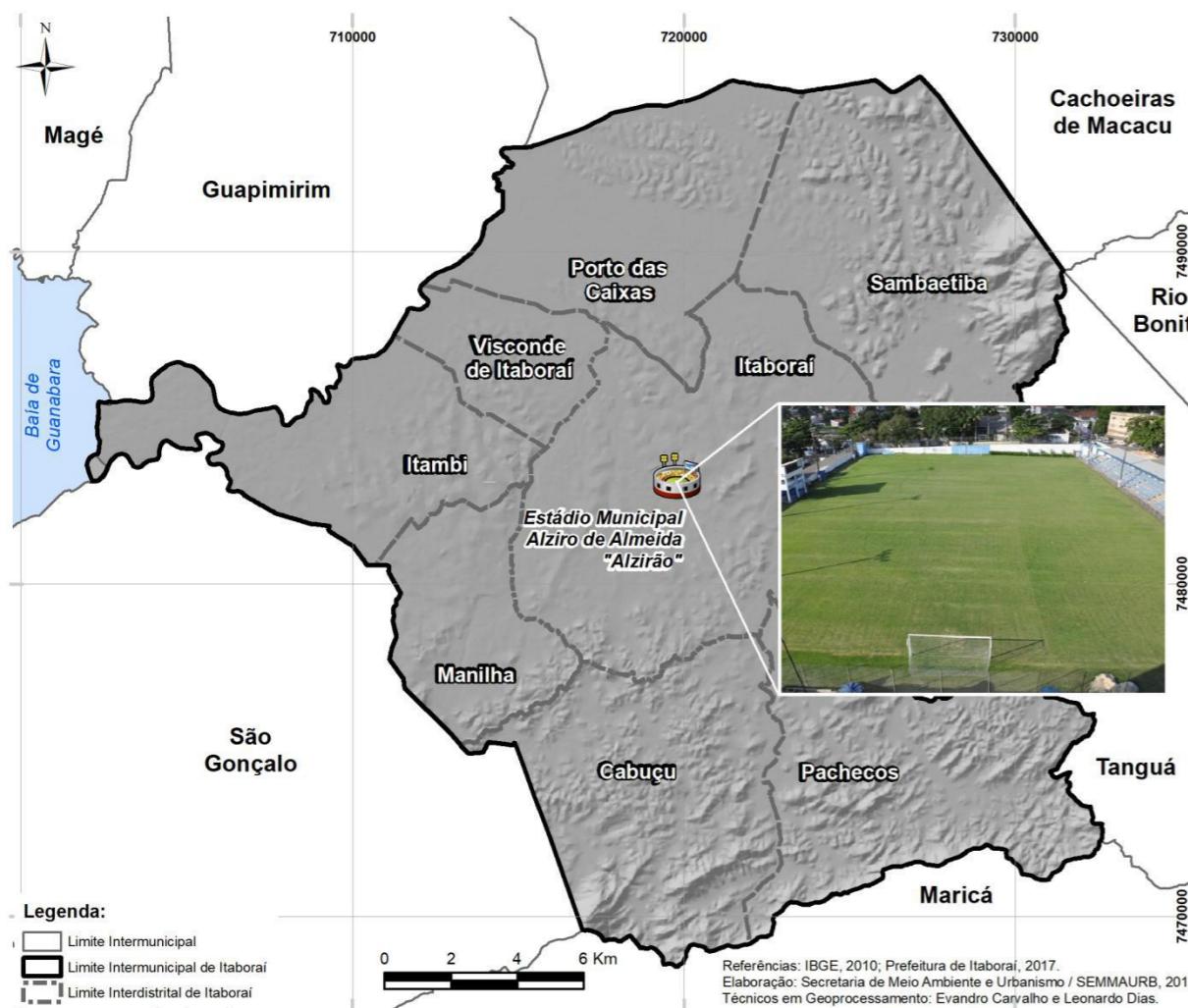


Figura 39 - Comparativo de notificações de casos de dengue nos municípios do Rio de Janeiro e Itaboraí
Fonte: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS 2012
(disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itaborai/pesquisa/42/30280>)

Missão	
Desempenhar a promoção pública do esporte e lazer participativo e educacional, desenvolvendo ações necessárias para a inclusão social, qualidade de vida, saúde, tornando-se uma referência esportiva na construção da cidadania.	
Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo	Rua Dr. Mesquita, nº 303, Centro, Itaboraí



Itaboraí possui um estádio chamado de Estádio Municipal Alzirão de Almeida, popularmente conhecido como "Alzirão". O nome escolhido teria sido dado para homenagear um ex-jogador de futebol do município.

Existem poucos registros sobre a sua fundação, contudo, as informações são de que a área foi doada por Manoel Libâneo Arêas Junior. Na época, teria sido feito registro em cartório para que fosse destinada somente para finalidades esportivas, com o propósito de garantir a permanência do equipamento e do esporte.

Características técnicas do Estádio: Área do Terreno: 12.062,00m² Área total edificada: 878,73m² (dividida em 4 blocos)

BLOCO 1 – arquibancada coberta e descoberta, cantina, sanitários feminino e masculino (PCD) (torcida local), arquibancada descoberta, sanitários feminino e masculino (torcida visitante) e bilheteria.

BLOCO 2 – cabine de imprensa e sala administração estádio/ FERJ (Federação de

Futebol do Estado do Rio de Janeiro).

BLOCO 3 - vestiários jogadores, almoxarifado, sala manutenção.

BLOCO 4 - salas administrativas e estacionamento.

No ano de 2017, o Estádio Alzirão de Almeida, recebeu mais de 200 jogos entre FERJ, Liga de Itaboraí, jogos amadores, campeonatos de Bairro e em 2018, sediou o Torneio de Rugby.



Figura 41 - Vista aérea do Estádio Municipal Alzirão de Almeida (imagem modificada pelo autor)

Fonte: PMI (Gerenciamento de Dados – Evandro Carvalho)
Sobrevoo APS Aerolevantamentos / 2008

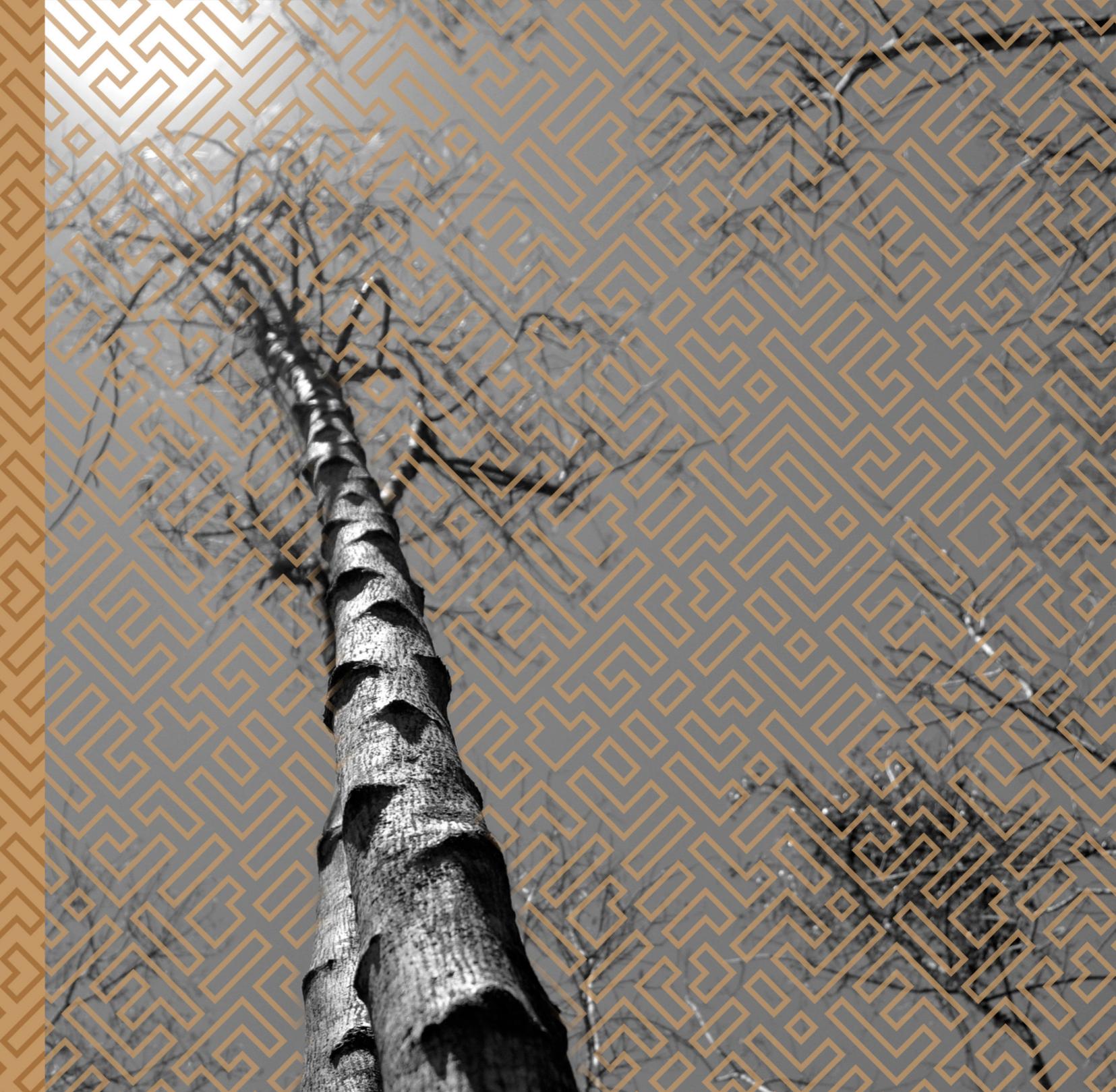


Figura 42 - Fachada principal do Estádio Municipal Alzirão de Almeida

Foto: Diego Goulart



Foto: Sandra Giron



**DESENVOLVIMENTO
SOCIOAMBIENTAL**





ICMS ECOLÓGICO**O QUE É ICMS ECOLÓGICO?**

A ideia de pagamento por serviços ambientais é remunerar aquele que, direta ou indiretamente, preserva o meio ambiente. Isso significa recompensar quem ajuda a conservar ou produzir serviços ambientais mediante a adoção de práticas que privilegiam a manutenção de biomas. Para que esse novo mercado faça sentido, naturalmente a preservação do meio ambiente deve gerar mais benefícios econômicos do que a sua destruição. Nesse contexto está o ICMS Ecológico.

O ICMS Ecológico é um mecanismo tributário que possibilita aos municípios acesso a parcelas maiores que àquelas que já têm direito, dos recursos financeiros arrecadados pelos Estados através do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS, em razão do atendimento de determinados critérios ambientais estabelecidos em leis estaduais. Não é um novo imposto, mas sim a introdução de novos critérios de redistribuição de recursos do ICMS, que reflete o nível da atividade econômica nos municípios em conjunto com a preservação do meio ambiente.

A Constituição, a fim de garantir a autonomia financeira aos municípios, bem como a descentralização do poder público, estabeleceu no artigo 158, IV, que vinte e cinco por cento (25%) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) deverá ser repassado para os municípios.

Ainda conforme o art. 158, parágrafo único, do montante acima 75% devem ser distribuídos conforme critérios estabelecidos na Constituição e 25% podem ser distribuídos segundo critérios estabelecidos conforme lei estadual. Os Estados vêm utilizando a repartição tributária do ICMS como forma de estimular ações no âmbito dos municípios, na medida em que possibilita o incremento de suas receitas, com base em critérios que refletem na melhoria na qualidade de vida da coletividade. Esta oportunidade legal possibilitou a adoção de critérios ambientais na distribuição destes 25%.

No início, o ICMS Ecológico nasceu como uma forma de compensar os municípios pela restrição de uso do solo em locais protegidos (unidades de conservação e outras áreas de preservação específicas), uma vez que algumas atividades econômicas são restritas ou mesmo proibidas em determinados locais a fim de garantir sua preservação. Hoje, uma visão mais ampla demonstra que é um ótimo meio de incentivar os municípios a criar ou defender a criação de mais áreas protegidas e a melhorar a qualidade das áreas já protegidas com o intuito de aumentar a arrecadação.

Municípios que preservam suas florestas e conservam sua biodiversidade ganham uma pontuação maior nos critérios de repasse e recebem recursos financeiros a título de compensação pelas áreas destinadas à conservação e, ao mesmo tempo, um incentivo para a manutenção e criação de novas áreas para a conservação da biodiversidade.
Fonte do texto: <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28048-o-que-e-o-icms-ecologico/>

O ICMS Ecológico é consequência do trabalho iniciado há mais de 10 anos pela extinta Fundação CIDE (atualmente diretoria da Fundação Ceperj), que desenvolveu o projeto Índice de Qualidade dos Municípios (IQM Verde) através de imagens geradas por satélites e aéreas de todo o território do estado do Rio de Janeiro por municípios.

96

No Rio de Janeiro, o ICMS Ecológico foi criado a partir da Lei Estadual no 5.100 (04/10/2007) que acresce aos critérios estabelecidos para o repasse dos recursos aos municípios a conservação ambiental. O ICMS Ecológico irá considerar no seu cálculo as áreas pertencentes às unidades de conservação ambiental, de acordo com os padrões estabelecidos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei Federal no 9.985/2000); a qualidade ambiental dos recursos hídricos, além de outros referentes ao

saneamento básico; a gestão dos resíduos sólidos urbanos (Coleta Seletiva, Coleta de óleo vegetal), coleta e tratamento de efluentes e a formação de um sistema municipal de meio ambiente. Em função do critério de conservação ambiental acrescido, o percentual a ser distribuído é de 2,5% (dois vírgula cinco pontos percentuais) subtraídos da parcela total do ICMS distribuída aos municípios, incorporada gradativamente.

O ICMS Ecológico é regulamentado pelos Decretos Estaduais no 41.844 (4/05/2009), 43.284 (10/11/2011), 43.700 (31/07/2012), 44.252 (17/06/2013), 44.543 (27/12/2013), 44.956 (17/09/2014) e 45.704 (04/07/2016), sendo representado pelo Índice Final de Conservação Ambiental (IFCA), cujo cálculo, consolidação e publicação ficam a cargo da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ), em cooperação técnica com os órgãos ambientais do Estado - a Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

O percentual correspondente a cada componente no cálculo do Índice de Conservação Ambiental, utilizado para o repasse do ICMS Ecológico aos municípios, é: 45% para unidades de conservação; 30% para qualidade da água; e 25% para gestão dos resíduos sólidos. Cada componente temático do IFCA possui uma fórmula matemática que pondera e/ou soma indicadores. Após a obtenção dos subíndices temáticos relativos do município, estes são inseridos em fórmula, gerando o Índice Final de Conservação Ambiental do Município, que indica o percentual do ICMS Verde.

A tabela a seguir aponta os índices de Itaboraí:

Tabela 22 - ICMS ECOLÓGICO 2017 / ano fiscal 2018

Município	IrMA (1)	IrTE (2)	IrDL (3)	IrRV (4)	IrAP (5)	IrAPM (6)	Índice Final de Conservação Ambiental
Itaboraí	0,01093	0,00000	0,01372	0,00000	0,00511	0,00000	0,5674

Fonte: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/ent/icms.html>

(1)IrMA - Índice Relativo de Mananciais de Abastecimento. (2)IrTE - Índice Relativo de Tratamento de Esgoto.

(3)IrDL - Índice Relativo de Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos. (4)IrRV - Índice Relativo de Remediação dos Vazadouros.

(5)IrAP - Índice Relativo de Área Protegida.

(6)IrAPM - Índice Relativo de Área Protegida Municipal.

Nota: O Índice Final de Conservação Ambiental foi calculado pela Fundação CEPERJ a partir de dados fornecidos pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) e pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), sendo auditados, analisados, validados e consolidados pela Fundação CEPERJ. De acordo com o Decreto nº 45.691, de 15/06/2016, todos os municípios estão habilitados a receber recursos do ICMS ECOLÓGICO, no ano fiscal de 2018, EXCETO o Município de Mendes.

Para beneficiar-se dos recursos, cada município deverá organizar seu próprio Sistema Municipal do Meio Ambiente, composto no mínimo por um Conselho Municipal do Meio Ambiente, um Fundo Municipal do Meio Ambiente, um órgão administrativo executor da política ambiental municipal e da Guarda Municipal Ambiental. Neste último, o Decreto

Estadual no 43.284/2011 estabelece requisitos relativos à Guarda Municipal Ambiental, para efeito de repartição do ICMS Ecológico.

Sobre os índices relativos de destinação final dos resíduos sólidos urbanos (IrDL) e de remediação de vazadouros (IrRV), o Decreto Estadual no 44.543/2013 alterou a forma de cálculo, incorporando ao valor um indicador de coleta de óleo vegetal comestível, que seria descartado pelo município, recolhido e encaminhado para a reciclagem. Os municípios para



serem beneficiados devem apresentar uma gestão adequada de seus resíduos sólidos, através da destinação final em aterros sanitários licenciados ou em usinas de coprocessamento ou incineração.

No caso dos aterros sanitários, existem fatores adicionais que podem somar ao cálculo final do IrDL, beneficiando ainda mais o município que encaminha os seus resíduos para estes locais, assim como os que participam de consórcios para a gestão dos resíduos sólidos urbanos. Serão beneficiados também os municípios que possuem um programa de coleta seletiva dos resíduos recicláveis nos domicílios urbanos, através da coleta porta a porta ou do encaminhamento para usinas de reciclagem e compostagem, incluindo as cooperativas/associações de catadores durante esse processo.

No índice relativo de mananciais de abastecimento (IrMA) a SEA/INEA foi atualizado pelo INEA/ DIBAPE/ COGET/ COPPES em maio de 2017, de forma a alterar os Mananciais de Abastecimento e o conjunto de municípios contemplados no cálculo do IrMA. Esta orientação foi executada com base no dimensionamento atual (2016) e dos dados cartográficos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fundação CEPERJ.

No cálculo do Índice Relativo de Tratamento de Esgoto (IrTE) são considerados o percentual da população urbana do município atendida pelo sistema de tratamento de esgoto e o nível de tratamento. Este índice representa um dos mais importantes avanços nas políticas públicas municipais no âmbito do meio ambiente, principalmente se levarmos em conta que a questão do saneamento básico corresponde a um grave problema de saúde pública no Brasil. Quando um município conquista uma boa pontuação neste índice, demonstra que os gestores municipais estão desenvolvendo um trabalho que irá melhorar a qualidade de vida da população.

Para os cálculos dos Índices Relativos de Áreas Protegidas (IrAP) e Áreas Protegidas Municipais (IrAPM) são considerados as áreas municipais ocupadas por Unidades de Conservação (UC) (Lei no 9.985/2000), assim como a sua importância, conservação e implementação. A parcela de área protegida em um município pode ser considerada como um dos fatores mais importantes, uma vez que, quanto maior a área da UC, maior será a sua contribuição para o valor total dos índices de áreas protegidas. As UCs municipais são as maiores beneficiadas, uma vez que 9% dos recursos são destinados exclusivamente a elas.

A situação da conservação e os instrumentos de gestão utilizados para a implementação das UCs também são avaliados antes de serem inseridos para o cálculo do IrAP e IrAPM. A lei do ICMS Verde propõe incentivar a criação de novas UCs municipais no Estado, visto que nos 92 municípios existe uma vasta área de remanescentes florestais que podem ser transformados em áreas protegidas, resultando na conservação de toda uma gama de recursos naturais (solo, recurso hídrico, fauna, flora) além de contribuir para economia local como, por exemplo, o turismo ecológico.

Fonte do texto: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/ent/icms.html>

ÁREAS VERDES

Tabela 23 - Áreas Verdes e Unidades de Conservação da Natureza da Proteção Integral

Municípios	Área Protegida por Unidade de Conservação de Proteção Integral (Km ²)	% de Área Protegida por UC de Proteção Integral	Área Verde (Km ²) (2016)	% Área Verde no município (2016)
Guapimirim	79,17	22,09	193,84	54,09
Itaboraí	7,75	1,80	90,47	21,06
Magé	70,73	18,10	229,40	58,71
Rio de Janeiro	221,40	18,45	361,02	30,08
São Gonçalo	1,33	0,54	56,70	22,82

Fonte: Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro (disponível em Caderno Metropolitano 3 – Cartografia e Informação)

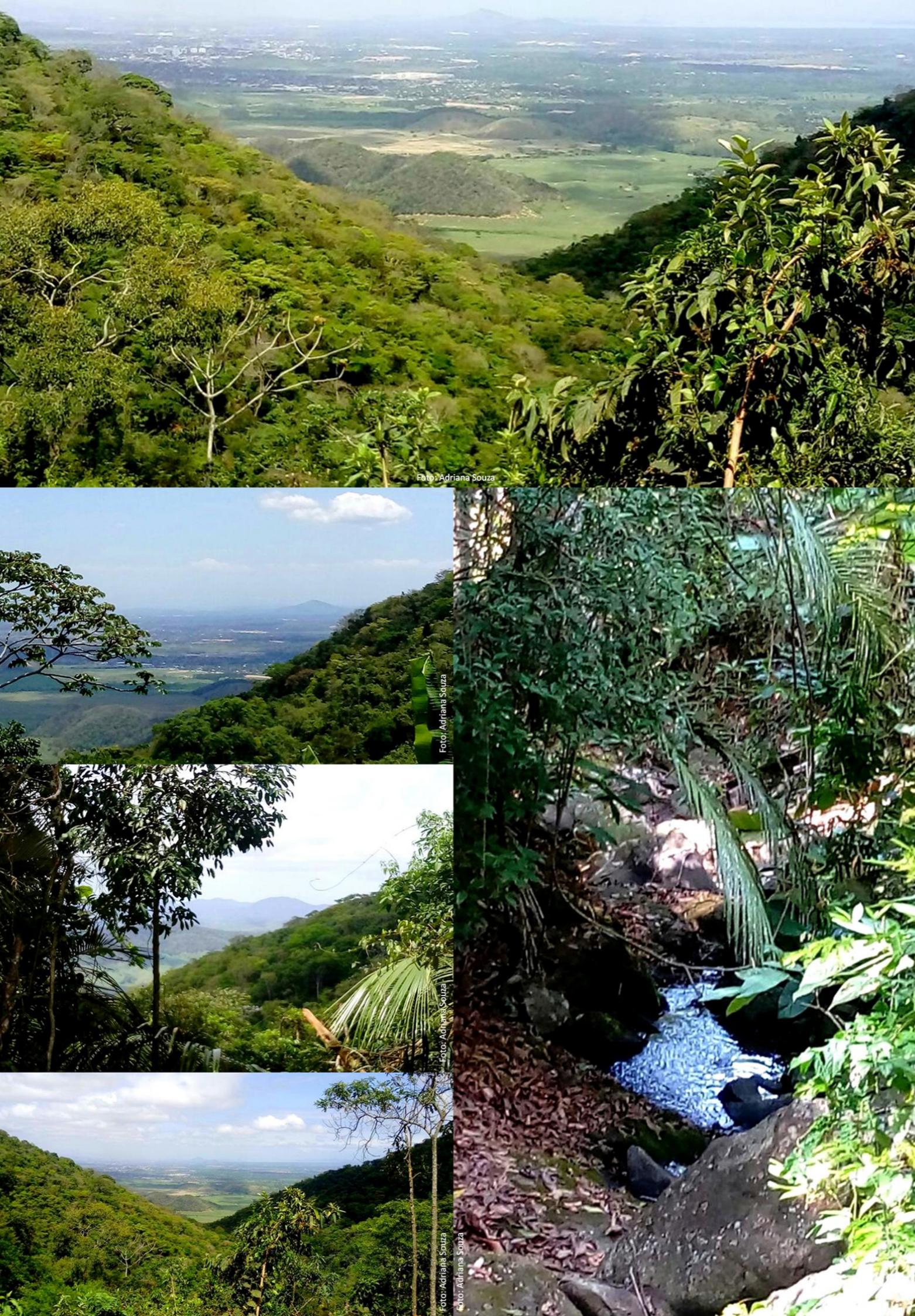
SERRA DO BARBOSÃO

Figura 43 - Vista do alto da Serra do Barbosão
Foto: Diego Goulart

Originalmente conhecida como Serra de Tapacorá, em referência a Aldeia Indígena encontrada no advento da demarcação das terras do Colégio da Cia de Jesus, no final do século XVI, e atualmente, denominada Serra do Barbosão, no ano de 1993, quando Tanguá pertencia a Itaboraí, sendo o 5º distrito, foi criado o Parque Florestal do Barbosão, através da Lei Municipal no 1.171 de 02 de agosto de 1993. Com a emancipação de Tanguá, que aconteceu em 1995, parte da área passa a pertencer a Itaboraí e parte a Tanguá. Em 2007, o município de Tanguá, através da Lei Municipal no 633 de 23 de outubro de 2007, cria então o Parque Natural Municipal Serra do Barbosão.

A área da Serra do Barbosão é uma das últimas áreas verdes, em bom estado de preservação, dos municípios de Tanguá e Itaboraí. Abriga espécies de flora e fauna remanescente de Mata Atlântica e várias nascentes de rios de pequeno curso que contribuem para a bacia do rio Caceribu.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUAPI-MIRIM

■ APA Guapi-Mirim

■ ESEC Guanabara

Figura 44 - Limites da APA de Guapi-Mirim e ESEC Guanabara
Fonte: ICMBio ([disponível em: http://www.icmbio.gov.br/apaguapimirim/](http://www.icmbio.gov.br/apaguapimirim/))

NOME DA UNIDADE: APA de Guapi-Mirim

BIOMA: Marinho Costeiro

ÁREA: 13.926,6200 hectares

ÓRGÃO GESTOR: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

ENDEREÇO: 493 Km 12,8 – Vale das Pedrinhas – Guapimirim/RJ - CEP: 25.940-000

O nome da **APA de Guapi-Mirim** se deu em homenagem ao rio Guapimirim, que está localizado muito próximo à sede. O nome Guapi-Mirim é de origem Tupi e significa: Guapi - cabeceira de rio, nascente; Mirim - coisa pequena. Mais tarde criou-se também o município de Guapimirim, desmembrado de Magé.

A Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim (APA de Guapi-Mirim) está localizada em parte no recôncavo da Baía de Guanabara e também na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Limita-se ao norte com a rodovia BR-493 e a área urbana do município de Magé; ao sul com a serra de Itaúna e ilha de Itaoca no município de São Gonçalo; a leste com a rodovia BR-493 e o Ramal Ferroviário Itambi-Campos no município de Itaboraí; e a oeste com a Baía de Guanabara.

Segundo o Plano de Manejo da APA de Guapi-Mirim, a mesma abrange uma área total de 138,25 km². Desta, cerca de 61,80 km² (44,7%) correspondem aos manguezais, em diferentes estados de conservação e regeneração, que ocupam a faixa costeira dos municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Guapimirim e Magé, drenada pelos baixos cursos dos rios Guapi, Caceribu (ex Macacu) e Guaxindiba. Da área total da APA, 27,07 km² (19,6%) são em terra e

os demais 49,56 km² (35,7%) englobam a seção das águas da baía em frente aos mangues e uma estreita faixa de terra firme adjacente aos mesmos.

Foi criada pelo Decreto Presidencial no 90.225 de 25 de setembro de 1984 e tem como principal objetivo proteger os remanescentes de manguezais situados no recôncavo da Baía de Guanabara e assegurar a permanência e sobrevivência de populações humanas que mantêm uma relação estreita com o ambiente, vivendo dos seus recursos naturais e mantendo ainda características tradicionais no convívio com a natureza. Abrange parte dos municípios de Magé, Guapimirim, Itaboraí e São Gonçalo.

A Estação Ecológica da Guanabara (ESEC) foi criada pelo Decreto Presidencial nº 53.625 de 15 de fevereiro de 2006. Possui cerca de 2.000 hectares, abrangendo parte dos municípios de Guapimirim e Itaboraí. É a área mais conservada de toda Baía de Guanabara, apresentando características ecológicas e biológicas compatíveis com os manguezais isentos de intervenção humana e agressiva.

É a última área da Baía de Guanabara a apresentar características cênicas extremamente próximas ao período anterior à colonização europeia do País. Constitui um dos últimos trechos de manguezal contínuo de médio porte, além de abrigar espécies ameaçadas de extinção, no estado do Rio de Janeiro, como a biguatinga (*Anhinga anhinga*), a marreca-caneleira (*Dendrocygna bicolor*), e o jacaré-do-papo-amarelo (*Caiman latirostris*).

A gestão da APA de Guapi-Mirim e da ESEC da Guanabara é realizada de forma integrada, compartilhando recursos técnicos, materiais e financeiros. Desta forma, otimizam-se os recursos e carências de uma parte ou outra podendo ser supridas de maneira mais coesa.

Um importante estudo vem sendo realizado desde 2008 pela Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim e a Estação Ecológica da Guanabara, unidades de conservação (UCs) administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por meio do monitoramento das regiões mais preservadas da Baía de Guanabara (RJ). A ação vem revelando a extrema importância da conservação ambiental deste pedaço da baía, ainda desconhecido por muitos.

Os estudos revelaram a existência de 242 espécies de aves, 167 de peixes (sendo 81 marinhos e 86 fluviais), 34 de répteis e 32 de mamíferos, que habitam o mangue, as florestas alagadas, os rios e o mar fundo da Baía de Guanabara. Dentre as espécies consideradas em risco de extinção, uma merece destaque: o boto-cinzento, com apenas pouco mais de 30 animais restantes. Também ganham destaque o gato mourisco (espécie de felino de pequeno porte) e a lontra.

Fonte do texto: Extraído e adaptado de ICMBio ([disponível em http://www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br))



Figura 45 - Vista Aérea da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapi-Mirim

Fonte: disponível no site oglobo.globo.com/rio/veja-ensaio-de-custodio-coimbra-da-apa-de-guapimirim-20981505



Figura 46 - Ave sobrevoando a APA de Guapi-Mirim

Fonte: imagens disponíveis em <http://irmaosmello.blogspot.com.br/2014/02/apa-de-guapimirim-fotos-de-daniel-e.html>



Figura 47 - Ave sobrevoando o manguezal

Fonte: imagens disponíveis em <http://irmaosmello.blogspot.com.br/2014/02/apa-de-guapimirim-fotos-de-daniel-e.html>

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO MACACU

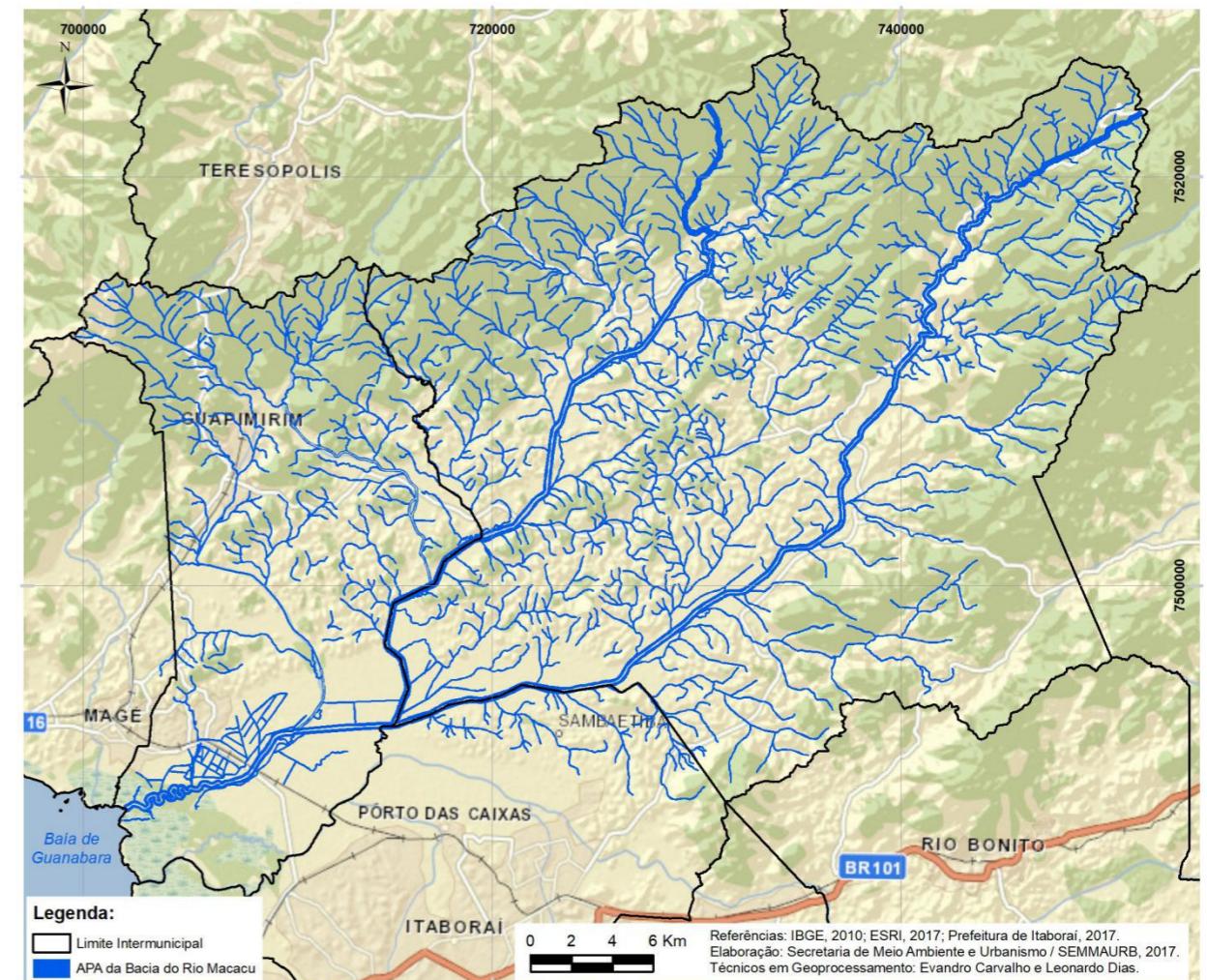


Figura 48 - Apa da Bacia do Rio Macacu

NOME DA UNIDADE: APA da Bacia do Rio Macacu

BIOMA: Mata Atlântica

ÁREA: 19.508 mil hectares

ÓRGÃO GESTOR: INEA/RJ – Instituto Estadual do Ambiente

ENDEREÇO: Rodovia RJ 116, km 38, reta dos ipês - Cachoeiras de Macacu/RJ

Criada pela Lei Estadual no 4.018, de 05 de dezembro de 2002, abrange 19.508 mil hectares em partes dos municípios de Cachoeiras de Macacu, Itaboraí e Guapimirim.

A Unidade de Conservação Estadual comprehende todos os terrenos situados às margens do curso de água numa faixa complementar de proteção com largura de 150 metros, desde a nascente até o exutório da bacia na Baía de Guanabara (área da APA Guapi-Mirim). Entre as unidades de conservação presentes no entorno da APA da Bacia do Rio Macacu estão o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (11.800 ha), o Parque Estadual Três Picos (46.350 ha), a Estação Ecológica do Paraíso (4.920 ha), a Área de Proteção Ambiental Federal de Guapi-Mirim (14.000 ha) e a Área de Proteção Ambiental Federal de Petrópolis (59.049 ha).

Seu objetivo principal é proteger faixas marginais na bacia do rio Macacu, que é o

maior contribuinte da Baía de Guanabara. Engloba trechos de planícies ou baixadas e partes montanhosas com nascentes e remanescentes florestais significativos e tem sua maior área ocupada por pastagens, lavouras olerícolas e exploração mineral com retirada de areia para a construção civil.

A Bacia do Rio Guapi-Macacu

O texto a seguir foi extraído de “Planejamento Estratégico da Região Hidrográfica dos Rios Guapi-Macacu e Caceribu-Macacu” – 1a edição UFF/FEC, 2010.

“Segundo CONCREMAT (2007), a bacia hidrográfica do rio Guapi-Macacu é formada pelos rios Macacu, Guapi-Açu e Guapimirim. O rio Macacu nasce na Serra dos Órgãos, dentro dos limites do Parque Estadual dos Três Picos, em relevo escarpado que atinge uma altitude de 1.700m, no município de Cachoeiras de Macacu e sua foz na Baía de Guanabara encontra-se na APA de Guapi-Mirim, em área de pequenas profundidades, à nordeste do recôncavo da Baía de Guanabara. O rio Guapimirim tem suas nascentes em altitude superior a 2.000m. A partir dos terrenos escarpados da serra, os rios da bacia percorrem áreas de topografia suave, que conformam a maior parte de seus cursos, formadas por colinas e planícies aluvionares e flúvio-marinhas onde a drenagem é baixa. Segundo ECOLOGUS-AGRAR (2003), a bacia hidrográfica do rio Guapi-Macacu corresponde, aproximadamente, a 31% do total da área continental de contribuição à Baía de Guanabara. É limitada ao Norte e Noroeste pela Serra dos Órgãos e seus contrafortes; a Nordeste, pela Serra de Macaé e de Cima; a Leste, pela Serra da Botija e de Monte Azul e ao Sul, pela Serra do Sambê e dos Garcias. A bacia é abrangida pelos municípios de Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Itaboraí e os principais núcleos urbanos são: a sede do município de Cachoeiras de Macacu e os distritos de Japuíba e Papucaia.

O curso d'água principal tem direção Nordeste - Sudoeste e seus principais afluentes são os rios São Joaquim, Bela Vista, Bengala, Soarinho, das Pedras, Pontilhão e Alto Jacu, pela margem esquerda, e os rios Duas Barras, Cassiano e Guapi-Acu, pela margem direita (CONCREMAT 2007).

A origem da designação Guapi-Macacu acontece a partir da construção do Canal de Imunana, executado pelo extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS com o objetivo de drenar as áreas da baixada, frequentemente inundadas. Após a construção do Canal de Imunana, o curso natural do rio Macacu foi desviado, unindo-se ao rio Guapimirim. O rio Caceribu, que era afluente pela margem esquerda do rio Macacu, ganhou desembocadura independente na Baía de Guanabara.”

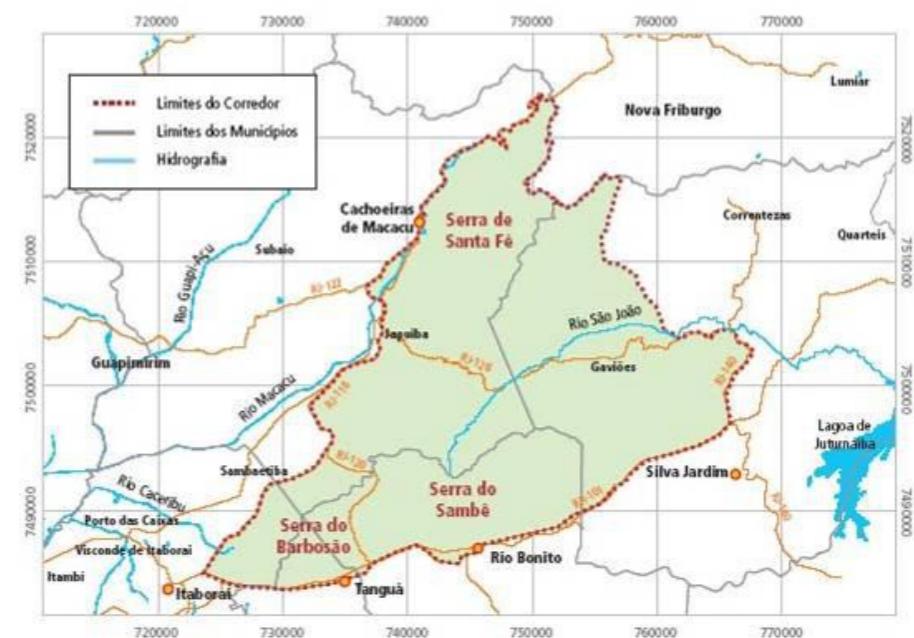


Figura 49 - Corredor Ecológico Sambê - Santa Fé - Barbosão
Fonte: Agenda 21 Itaboraí

O que são corredores ecológicos?

“Corredores ecológicos não são unidades políticas ou administrativas; são áreas onde se destacam ações coordenadas, com o objetivo de proteger a diversidade biológica na escala de biomas. Essas ações envolvem o fortalecimento, a expansão e a conexão de áreas protegidas dentro do corredor, incentivando usos de baixo impacto, como o manejo florestal e os sistemas agroflorestais; além do desencorajamento de uso de alto impacto, como o desmatamento em larga escala. A implementação de corredores ecológicos demanda alto grau de envolvimento e cooperação de instituições e de interessados de diversos setores. Em suma, o conceito de corredor ecológico simboliza abordagem alternativa às formas convencionais de conservação da diversidade biológica que é, a um só tempo, mais abrangente, descentralizada e participativa.”

Definição disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/programas-e-projetos/projetos-corredores-ecologicos/conceitos>

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, os Corredores Ecológicos visam conter os efeitos da fragmentação dos ecossistemas promovendo a ligação entre áreas distintas, objetivando possibilitar o deslocamento de animais, a distribuição de sementes e a expansão da cobertura vegetal. A partir de informações como: estudos sobre os deslocamentos de espécies, sua área de vida e a distribuição de suas populações, são estabelecidas as regras de utilização destas áreas, pretendendo promover a subsistência do fluxo de espécies entre fragmentos naturais, conservando assim os recursos naturais e a biodiversidade. São, portanto, uma estratégia para diminuir os impactos das atividades humanas sob o meio ambiente e uma tentativa de manter o ordenamento da ocupação humana para a manutenção das funções ecológicas neste território.

São regulamentados pela Lei no 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e seu Decreto no 4.340/2002. No plano de manejo da Unidade de Conservação é que são determinadas as regras de utilização e ocupação dos corredores e seu planejamento, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

No Brasil, existem seis corredores ecológicos reconhecidos, sendo três por via Ministério do Meio Ambiente (Corredor Capivara-Confusões, Corredor Ecológico da Caatinga e Corredor Ecológico Santa Maria) e três reconhecidos por via Estados (Corredor Ecológico Chapecó, Corredor Ecológico Timbó e Corredor Ecológico da Quarta Colônia).

Existe proposta para a regulamentação do Corredor Ecológico Sambê - Santa Fé - Barbosão, o que beneficiaria essas áreas preservando os recursos naturais e biodiversidade local.

SISTEMAS DE SANEAMENTO

O saneamento básico, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), é o gerenciamento ou controle dos fatores físicos que podem exercer efeitos nocivos ao homem, prejudicando seu bem-estar físico, mental e social.

Segundo a Lei no 11.445 de 05 de janeiro de 2007 (que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico), o mesmo é definido como o conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas.

A seguir, temos um gráfico que aponta o percentual de moradores urbanos com acesso a água ligada e à rede de esgoto sanitário adequado:

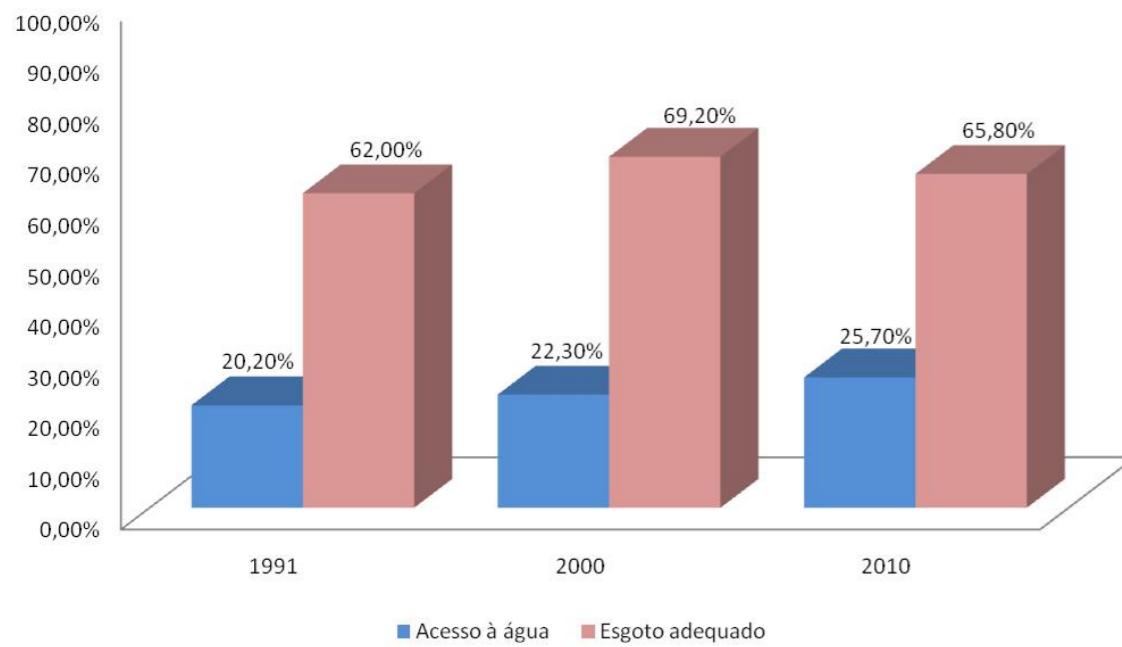


Figura 50 - Acesso a água ligada e à rede de esgoto sanitário – Itaboraí

Fonte: Portal ODM, Relatórios Dinâmicos (disponível em Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro / TCE-RJ)

O IBGE considera adequado o saneamento de domicílios com ligação à rede geral de esgoto, rede pluvial ou fossa séptica. Cabe observar que o censo não registra se o esgoto coletado é tratado, nem se o tratamento, quando ocorre, é de tipo primário, secundário ou terciário.

Tabela 24 - Ligações de água no Estado do Rio de Janeiro, Região Metropolitana e Itaboraí

Estado, Região de Governo e Município	Quantidade de economias ativas de água	Quantidade de economias residenciais ativas de água	Quantidade de ligações ativas de água	População total atendida com abastecimento de água [habitante]	Extensão da rede de água [km]
Estado	4.930.310	4.387.743	2.750.103	13.956.972	29.990,22
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	3.702.976	3.273.449	1.888.731	10.471.162	18.518,90
Itaboraí	61.179	56.913	43.594	178.140	355,00

Fonte: Fundação CEPERJ - Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2013 (dados do ano de 2010)

A CEDAE realiza o abastecimento de água dos municípios de Niterói, São Gonçalo, parte de Itaboraí e da Ilha de Paquetá, atendendo cerca de 2,5 milhões de habitantes. Através de um canal com 3 km de comprimento se faz a ligação entre a captação e suas bombas.

Tabela 25 - Ligações de esgoto no Estado do Rio de Janeiro, Região Metropolitana e Itaboraí

Estado, Região de Governo e Município	Economias ativas de esgoto	Economias residenciais ativas de esgoto	Ligações ativas de esgoto	População total atendida com esgotamento sanitário [habitante]	Extensão da rede de esgoto [km]
Estado	671.304	627.785	476.143	2.283.534	4.168
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	628.050	587.430	445.407	2.152.168	3.788
Itaboraí	30.179	28.075	22.150	94.462	115

Fonte: Fundação CEPERJ - Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2013 (dados do ano de 2012)

O município de Itaboraí possui 9 Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs). Atualmente, nenhuma delas está em funcionamento, suas condições são precárias e inclusive, para algumas delas, não existe a possibilidade de reparo. Em outras, o custo para o reparo é alto e inviável.

Segue abaixo os nomes das ETEs do município:

- ETE GRANDE RIO I • ETE GRANDE RIO II
- ETE JARDIM FERMA (BR) • ETE JARDIM ITAMARATY (VISCONDE)
- ETE JARDIM MAIKEL (MANILHA) • ETE NOVO HORIZONTE
- ETE PARQUE INDUSTRIAL (RETA) • ETE VILA GABRIELA (MORADA DO SOL)
- ETE VILA ITAMBI (BACIA)

TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Tabela 26 - Produção diária estimada de resíduos sólidos no Estado do Rio de Janeiro, Região Metropolitana e Itaboraí

Estado, Região de Governo e Município	Produção estimada de resíduos sólidos (t/dia)		População estimada		Produção estimada per capita de resíduos sólidos(kg/hab/dia)	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Estado	16.208,66	16.970,71	16.112.637	16.231.365	1,01	1,05
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	12.853,01	13.966,01	11.909.889	11.981.651	1,08	1,17
Itaboraí	189,50	165,87	220.351	222.618	0,86	0,75

Fonte: Fundação CEPERJ - Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2013

Em relação aos resíduos sólidos, atualmente a coleta é feita por uma empresa privada e destinado para o CGR (Centro de Gerenciamento de Resíduos) da Estre Ambiental, localizado na Estrada Itapacorá, em Perobas.



Foto: Sandro Giron



**DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO**

PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Tabela 27 - Principais atividades econômicas de Itaboraí

Ramo de Atividade	Número de Estabelecimentos
Comércio	930
Serviços	720
Indústria de Transformação	209
Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)	03
Construção Civil	93
Extração Mineral	11
Agropecuária	469 ¹

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2013 (*dados de 2011)

Nota:

1-Os dados sobre número de Estabelecimentos Agropecuários são de outubro/2017

Fonte: Serviço Florestal Brasileiro – Ministério do Meio Ambiente
(disponível em www.car.gov.br/publico/imoveis/index / Acesso em 13/11/2017)**INDÚSTRIA**

Atualmente, de acordo com o Sindicato das Indústrias Cerâmicas Para a Construção e de Olaria do Estado do Rio de Janeiro – SINDICER/RJ há um total de 21 (vinte e uma) Indústrias de Cerâmica em atividade no município. Além de tijolos, são produzidas telhas e outros artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção civil.

Diversas são as áreas de extração mineral de saibro e argila em atividade atualmente.

Há também indústrias de distintas categorias instaladas em Itaboraí, como exemplo cita-se Kajoma, Jotun e Romagnole.

COMÉRCIO E SERVIÇOS

Tabela 28 - Estabelecimentos comerciais e de serviços do Estado do Rio de Janeiro, Região Metropolitana e Itaboraí entre os anos de 2007 a 2011

Regiões de Governo e Municípios	Estabelecimentos									
	Comércio					Serviços ⁽¹⁾				
	2007	2008	2009	2010	2011	2007	2008	2009	2010	2011
Estado	86.765	89.434	91.964	96.495	100.697	112.963	115.628	119.447	124.052	129.528
Região Metropolitana	58.533	60.063	61.462	64.039	66.660	88.137	90.073	92.702	95.822	99.422
Itaboraí	718	770	823	879	930	502	519	563	645	720

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2013 (*dados de 2011)

Nota: 1- Exclusive administração pública

Tabela 29 - Participação das atividades econômicas no emprego formal do Estado do Rio de Janeiro, Região Metropolitana e Itaboraí em 2011

Regiões de Governo e Municípios	Atividades Econômicas (%)								
	Total	Agropecuária	Extrativa Mineral	Indústria	SIUP ¹	Construção Civil	Comércio	Serviços	APU ²
Estado	100,00	0,54	1,05	10,38	1,37	6,00	18,99	43,24	18,42
Região Metropolitana	100,00	0,40	0,73	11,78	0,63	8,06	24,19	31,99	22,22
Itaboraí	100,00	0,55	0,25	13,22	0,26	19,75	20,49	26,54	18,94

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2013 (*dados de 2011)

Notas: 1- SIUP – Serviços Industriais de Utilidade Pública

2- APU – Administração Pública

O Shopping Itaboraí Plaza é o primeiro e único shopping de uma região com mais de 1.000.000 de moradores, sendo inaugurado em fevereiro de 2015. Com ABL (área bruta locável) de 42.050,00m², conta com mais de 119 lojas, sendo: 9 âncoras, 5 megalojas, 3 restaurantes, praça de alimentação com capacidade para 1.100 lugares, cinema com 05 salas, sendo 4 salas 3D e também com a área de lazer que oferece jogos eletrônicos variados.

Logo após sua inauguração, houve uma evasão da cidade, em consequência das paralisações das obras do COMPERJ, que começou a acontecer no final de 2014, iniciando assim um processo de escassez de clientes, o que trouxe um esvaziamento para a cidade e, por conseguinte para o Shopping. Porém, o mesmo tem resistido e se mantido em funcionamento, mesmo com as visíveis dificuldades.

Com a perspectiva da construção de uma Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), destinada a receber e processar o gás natural que será produzido no pré-sal, não só este empreendimento, como todo o município tem demonstrado uma expectativa positiva para que a economia local possa dar continuidade no seu crescimento e ascensão.

POTENCIAL GASTRONÔMICO

Um número expressivo de churrascarias e restaurantes estão localizados ao longo da BR- 101, que concentra ainda outros estabelecimentos como cantina italiana, restaurante japonês e redes de fast food.

A inauguração do Shopping Plaza Itaboraí trouxe ainda mais opções gastronômicas para o município, com restaurantes e a praça de alimentação. Toda esta rede de serviços está concentrada na posição favorável do Município, de corredor de passagem para a Região dos Lagos e também para diversos pontos do país.

No ramo de bebidas, há as áreas de degustação de aguardente, mais especificamente no distrito de Pachecos. Há ainda a fabricação de cervejas artesanais, em Jardim Ferma. Ambos atuando potencialmente como atrativos ao turismo da cidade.



TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Segundo o Painel Regional Leste Fluminense, desenvolvido pelo Observatório Sebrae/RJ em 2016, o Leste Fluminense apresentava, em 2010, a 4a maior taxa de desemprego e a 2a maior renda média do trabalho entre as regiões. No mesmo período, Niterói e Maricá são os municípios com os maiores valores de renda média do trabalho, ocupando a 1a e a 6a posição no ranking estadual, respectivamente. Também, apresentam as menores taxas de desemprego da região, abaixo da encontrada no Estado.

O município com maior percentual de ocupados que trabalham no mesmo município de residência é Rio Bonito. Em Itaboraí e São Gonçalo o tempo médio de deslocamento entre a casa e o trabalho são os maiores do Leste Fluminense.

Tanguá e Itaboraí possuem as maiores taxas de desemprego e os menores valores de renda média do trabalho da região. Estes dois municípios apresentam os percentuais mais baixos de ocupados que trabalham no mesmo município de residência. Em Tanguá, no entanto, gasta-se o menor tempo médio de deslocamento entre casa e trabalho, o que pode demonstrar sua ligação com Itaboraí, município próximo, do qual se emancipou em 1995.

Tabela 30 - Indicadores de Mercado de Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, Região Leste Fluminense e municípios

Estado, Leste Fluminense e Municípios	Taxa de desemprego (%)	Ranking estadual taxa de desemprego (ordem cresc.)	Renda média do trabalho (R\$)	Ranking estadual renda média	Tempo médio de deslocamento casa-trabalho (minutos)	Ocupados que trabalham no mesmo município do domicílio (%)
Estado do Rio de Janeiro	8,9		1.498		45,3	82,2
Leste Fluminense	9,5		1.474		50,3	64,3
Itaboraí	11,7	81	947	55	50,3	60,4
Maricá	8,2	34	1.364	6	48,4	69,5
Niterói	6,7	19	2.569	1	46,9	69,1
Rio Bonito	9,1	47	1.009	39	29,6	84,8
São Gonçalo	10,6	63	1.067	29	53,7	60,9
Tanguá	11,2	75	758	82	38,2	59,7

Fonte: IETS com base nos dados do Censo/IBGE 2010

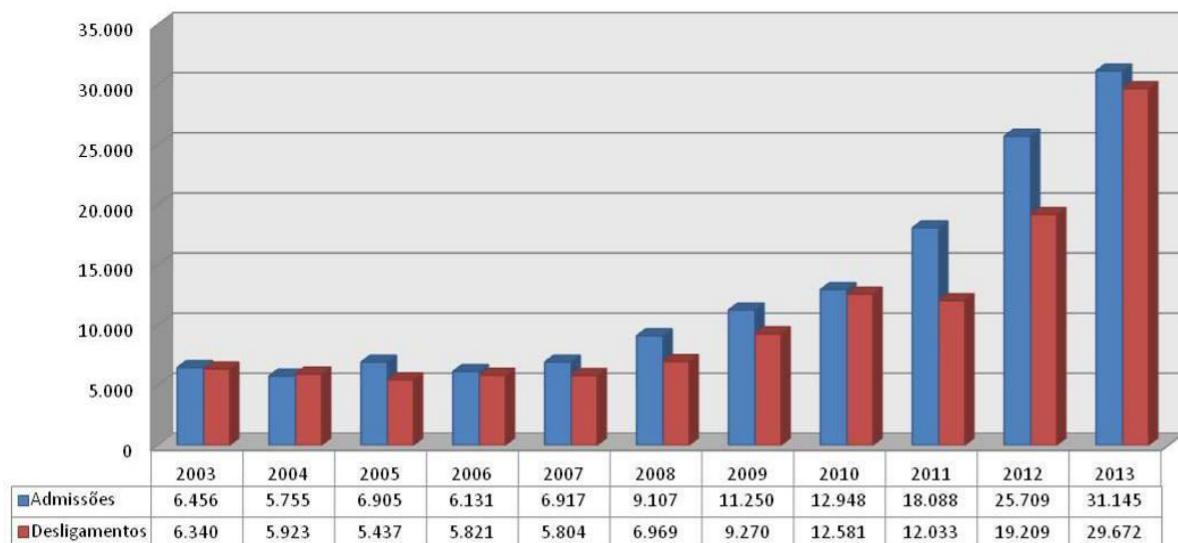


Figura 51 - Evolução dos Empregos Formais no Município de Itaboraí

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2013



Tabela 31 - Saldo do nível de emprego, Leste Fluminense e Municípios

	2014			2015		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
Estado	1.818.600	1.783.856	34.744	1.484.567	1.663.389	-178.822
Leste Fluminense	182.100	179.984	2.116	140.212	186.508	-28.296
Itaboraí	26.954	28.524	-1.570	16.500	29.685	-13.185
Maricá	5.568	5.127	441	5.307	5.594	-287
Niterói	81.695	79.852	1.843	66.501	75.392	-8.891
Rio Bonito	11.095	11.206	-111	8.159	9.317	-1.158
São Gonçalo	55.526	54.072	1.454	42.831	47.477	-4.646
Tanguá	1.262	1.203	59	914	1.043	-129

Fonte: IETS com base nos dados do Caged/MTPS

(disponível em <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/rj/institucional/observatorio-paineis-regionais>)

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 66,08% em 2000 para 67,19% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 19,08% em 2000 para 11,11% em 2010.



Figura 52 - Composição da população de 18 anos ou mais de idade - 2010

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Tabela 32 - Número de funcionários públicos e de empregos formais no Estado do Rio de Janeiro, Leste Fluminense e municípios

	Total de funcionários públicos (1)	Total de empregos formais (2)	(1)(2)%
Estado	848.115	4.641.380	18,3
Leste Fluminense	62.845	413.574	15,2
Itaboraí	7.542	48.300	15,6
Maricá	5.045	17.585	28,7
Niterói	27.778	198.013	14,0
Rio Bonito	2.445	20.179	12,1
São Gonçalo	18.691	124.617	15,0
Tanguá	1.362	4.880	27,9

Fonte: IETS com base nos dados da RAIS/MTPS

(disponível em <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/rj/institucional/observatorio-paineis-regionais>)



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Segundo dados do IBGE, em 2014, o salário médio mensal era de 3,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 22,5%. Na comparação com os outros municípios do estado, Itaboraí ocupava as posições 7 de 92 e 35 de 92, respectivamente. Já na comparação com municípios do Brasil todo, ficava na posição 84 de 5570 e 1156 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 37,7% da população nessas condições, o que o colocava na posição 16 de 92 dentre os municípios do estado e na posição 3058 de 5570 dentre os municípios do Brasil.

ÍNDICE GINI

O Índice Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda, ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

Tabela 33 - Renda, pobreza e Desigualdade e Índice Gini no município de Itaboraí

Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Itaboraí - RJ	1991	2000	2010
Renda per capita	276,47	410,66	584,35
% de extremamente pobreza	13,31	6,14	3,31
% de pobreza	37,15	21,29	10,21
Índice de Gini	0,49	0,50	0,48

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/5379#renda)

Tabela 34 - Ocupação da população de 18 anos ou mais, nível educacional dos ocupados e rendimento médio - Itaboraí

Ocupação da população de 18 anos ou mais - Município - Itaboraí - RJ	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	66,08	67,19
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	19,08	11,11
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	51,60	60,27
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	37,69	58,90
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	19,56	38,11
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	41,28	15,35
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	77,99	74,84
% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais	95,83	94,88

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/5379#renda)



OLARIAS E OLEIROS

Itaboraí está localizada na Baixada da Guanabara. Os rios que delimitam o município são o Macacu e o Guaxindiba e é cortado pelo Caceribu, Aldeia, Iguá e Várzea. Diversos rios da bacia na Baixada Fluminense desaguam na baía, que apresenta relevo diversificado, onde predominam planícies sedimentares cercadas por elevações que constituem as formações rochosas da Serra do Mar e do maciço costeiro.

A tabatinga, vocábulo de origem tupi, que significa argila mole, branca ou esbranquiçada, ou ainda terra argilosa, sempre foi encontrada na superfície do solo ou em pouca profundidade nas planícies irrigadas pelos cursos d'água. Também era provável extrair argila cinzenta de boa qualidade nos vales. A arte da cerâmica artesanal foi desenvolvida graças a essas matérias primas disponíveis na região.

Ao longo da história, muitos cenários foram compostos, trazendo desdobramentos para o desenvolvimento da cerâmica artesanal.

Neste tópico, abordaremos a situação das olarias artesanais nos dias de hoje, um saber que ainda tem força com características muito marcantes para o município.

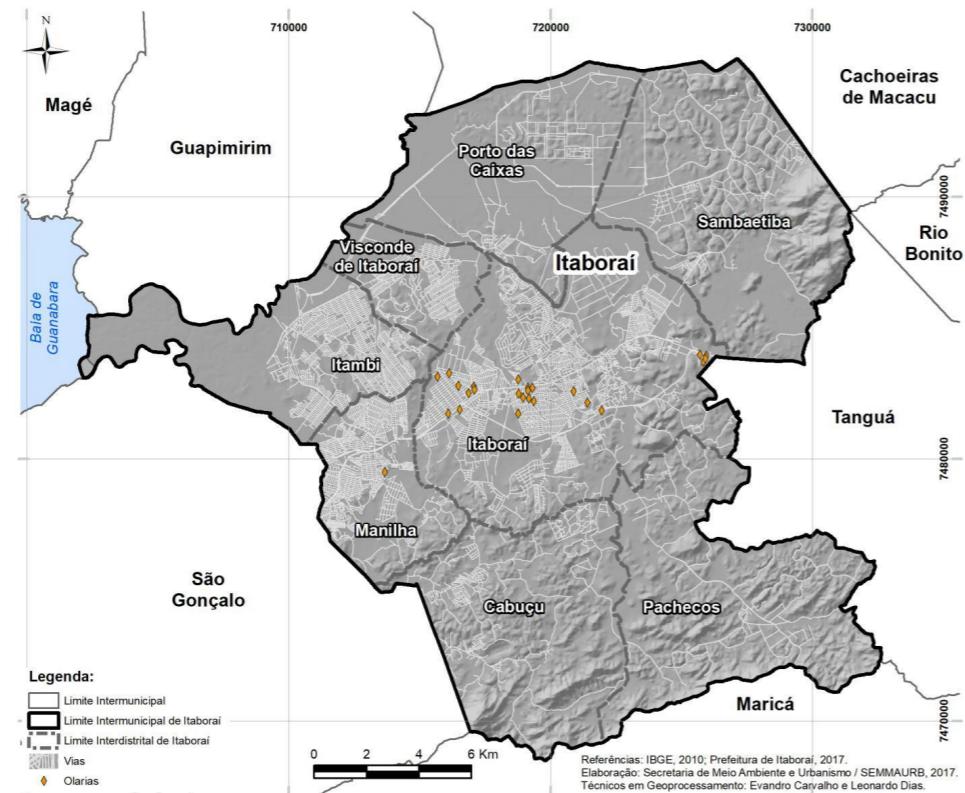
O Instituto Baía de Guanabara – IBG, com a Cooperação da UNESCO / Ministério da Cultura, produziu um livro, por meio do projeto Oleiros e Olarias: Tradição da Arte Cerâmica de Itaboraí, do qual foi adaptado o texto a seguir.

Hoje, no município de Itaboraí, a atividade artesanal continua sendo praticada, com grande potencial para se desenvolver cada vez mais através da devida valorização da identidade cultural local. A tradição deve ser consolidada através do reconhecimento deste ofício tão peculiar, que merece destaque, uma vez que compõe o cenário histórico de Itaboraí e região. Além de agregar valor à atividade, isto é, a arte do saber dos artesãos e oleiros e aos seus produtos.

No ano de 2008, foi criada a Associação Oleiros de Itaboraí, com o objetivo de resgatar a valorização da tradição da cerâmica na cidade, contribuindo para o aperfeiçoamento da produção artesanal do barro vermelho de Itaboraí.

O mapa a seguir apresenta a localização das olarias que produzem a cerâmica artesanal no município. Vale ressaltar que o mapeamento foi baseado em pesquisas de campo, com a devida autorização de cada um dos oleiros consultados.

Todos esses locais desenvolvem um trabalho artesanal, utilizando equipamentos de pequeno porte e mão de obra humana.



OLEIROS E ARTESÃOS

Existe diferença entre artesãos e oleiros, os primeiros são aqueles que trabalham manualmente o barro e que também criam matrizes de fôrmas para a reprodução de peças pré-moldadas. Dentre esses, há os artesãos escultores, que moldam figuras sobre temas diversos e os formeiros, que produzem as peças pré-moldadas em fôrmas. Já os oleiros são aqueles que trabalham com o torno, produzindo objetos utilitários e decorativos.

A maior parcela da produção é feita mediante encomenda. As peças utilitárias e decorativas são as de maior produção, seguidas de peças de folclore e religiosas. Porém, as peças de maior destaque são os vasos, com suas diversas formas e tamanhos.

O torno elétrico está entre a técnica predominante, mas existem ainda os que trabalham com a modelagem manual, produzindo principalmente os vasos rústicos.

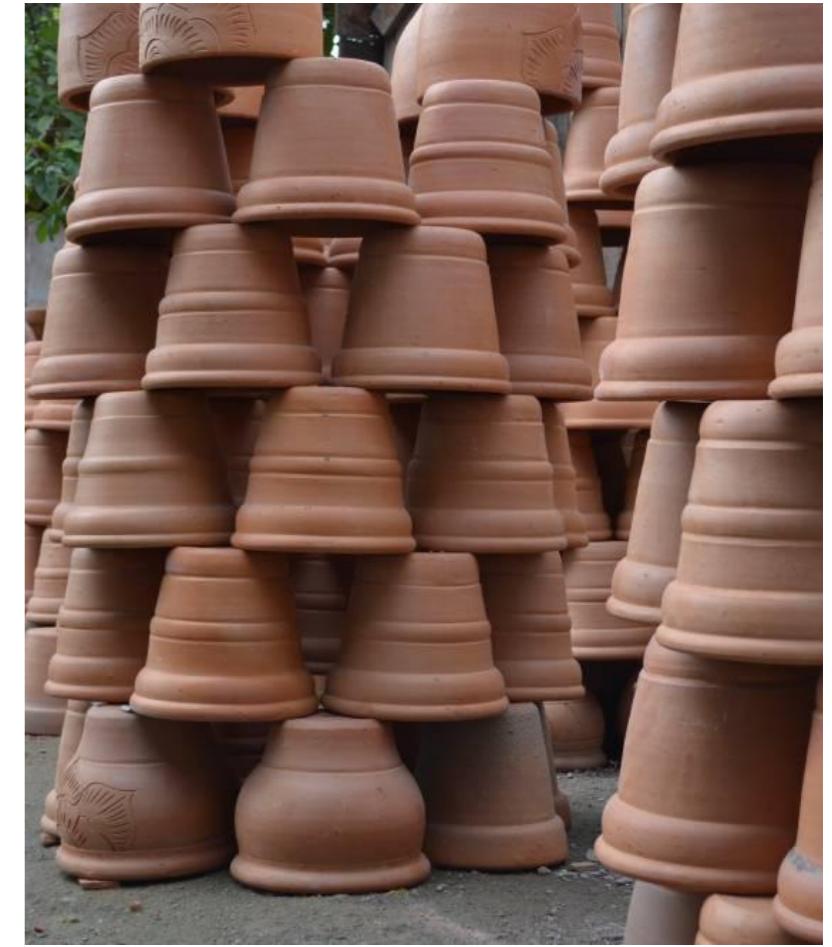


Figura 54 - Vasos prontos para a venda
Foto: Diego Goulart





Figura 55 - Peças decorativas
Fotos: Diego Goulart

Quanto ao vínculo dos profissionais com os estabelecimentos onde trabalham, cerca de 75% é dono do seu próprio negócio e o restante trabalha em regime de parceria ou como empregado. É muito comum encontrar tios, primos, irmãos, filhos, cunhados e pais trabalhando juntos, que fazem parceria na produção.

O principal artífice que trabalha nas olarias é o oficial do torno - o oleiro. Outros profissionais desempenham papel importante, o picadeirista, que é responsável pelo picadeiro, lugar onde é concentrado e misturado o barro, o marombeiro, que trabalha na maromba, máquina de beneficiamento do barro, o forneiro, que acende e controla a temperatura do forno. Além de outros profissionais que fazem os acabamentos das peças.

O PROCESSO DE PRODUÇÃO

Conhecer os tipos e as qualidades da argila é fundamental para o desenvolvimento do trabalho com o fim que se deseja, uma vez que há diferença no tipo de barro que se utilizia para modelar as peças. Existem dois tipos de argila, o barro forte e o fraco, que se mistura na proporção de um pra seis. A mistura é feita em uma área descoberta, chamada de picadeiro, e é molhada várias vezes ao dia para não secar. Depois, esse barro é colocado na maromba para remoção das impurezas e adquirir consistência adequada e mais homogênea. Enquanto aguardam a utilização na moldagem das peças, os pêlos ou lingotes, como são chamados, são armazenados envoltos em plástico. Podem variar de tamanho, pesando entre 10 e 20kg, dependendo do tamanho da máquina.

Independentemente do tipo de modelagem que se vai fazer, quer seja manual ou no torno, parte dos pêlos de argila são amassados e trabalhados na bancada para retirar o ar contido na massa, que pode prejudicar a qualidade da queima da peça.

No caso de uso do torno, esse equipamento é operado pelo oleiro através dos pedais, que determinam a velocidade de rotação. A argila, já pronta para o preparo, é colocada no centro de um prato de madeira móvel chamado de cabeço. Assim, a massa é moldada manualmente por compressão e com auxílio de uma espátula, e molhada com freqüência

até se obter a forma e altura desejada. No caso de peças com grandes alturas, o processo é feito por etapas. Primeiro é feita uma camada com determinada altura e após uma pré secagem, somente o suficiente para firmar a massa, a peça volta para o torno para a realização de uma emenda, formando uma segunda camada, e assim sucessivamente, até que a altura desejada da peça seja alcançada. Após a finalização, a peça descansa em uma bancada de apoio antes de ser colocada para secar à sombra.

Já as peças rústicas são totalmente feitas à mão. Primeiro se faz a base da peça, levantando-se aos poucos. Cada camada precisa secar, antes de receber a próxima. Assim que está concluído, o artesão alisa a peça com o auxílio de uma espátula de plástico. As peças produzidas desta maneira costumam ser vasos, panelas, fontes, etc. No caso de troncos, o artesão costuma utilizar um pente, obtendo um acabamento ainda mais rústico. Em geral, esse tipo de peça é vendido na sua cor natural e em estado cru.

As esculturas são preparadas com auxílio de vários materiais, como pente, garfo, faca, estilete, grampos, etc. Se inicia pelos pés ou pela base da peça, e com as próprias mãos, o artesão vai modelando da maneira como quiser. O acabamento final é feito em pintura ou cera incolor.

No caso das fôrmas, uma matriz é feita em barro, tirando dessa peça um molde de gesso que serve para dar forma às peças de argila. Esse molde pode ser reutilizado várias vezes. Essa técnica é utilizada quando se tem a intenção de uma reprodução em série, o que torna o trabalho dinâmico e produtivo. O acabamento dessas peças, geralmente é feito em pintura.

Em todos os tipos de modelagem, as peças necessitam secar a sombra, em temperatura ambiente para depois secar ao sol, antes da queima. Dependendo das condições do clima, esse processo leva mais ou menos tempo.

Se as peças sofrerem algum dano antes da queima, ela pode ser reaproveitada, porém, após a queima, caso a peça quebre ou sofra alguma fissura, não há como comercializá-la. Por isso, há de se ter um extremo cuidado no momento da queima, para que não haja nenhum, ou pelo menos, o mínimo de desperdício.

O PROCESSO DE QUEIMA

Dois tipos de forno são utilizados para a queima das peças. São eles: caireira e abóbada. O primeiro forno é menor e mais rudimentar, com um formato quadrado. O segundo, mais comum, tem um tamanho maior, mas ainda assim, é extremamente pequeno e rudimentar, se comparado a fornos industriais. A lenha utilizada na queima provém de páletes inutilizados, restos de obra e materiais de poda de árvores.

No primeiro momento, as peças são submetidas ao período de esquente, quando o fogo ainda está brando, é nesta etapa que a água ainda presente na peça é totalmente seca. O tempo varia de acordo com o tamanho do forno. Logo após, a temperatura é aumentada para 900 C a 1100 C para finalmente acontecer a queima da peça. Uma vencinha é colocada na entrada do fogo para acelerar a alimentação de ar do forno. Para o esfriamento, pode ser usado um ventilador ou pode-se deixar esfriando naturalmente.

CONCLUSÃO

No município de Itaboraí, a maior parte das olarias está concentrada no 1º Distrito. São locais modestos e extremamente artesanais, não possuindo nenhuma característica ou porte industrial. A maneira artesanal de produção é o que torna esse ofício tão singular.

Infelizmente, não há o devido reconhecimento para este saber tão enriquecedor no que diz respeito à cultura local do município. Porém, apesar de todas as dificuldades no decorrer dos anos, as olarias e oleiros têm-se mantido em ativa, na esperança de que haja incentivos que tragam melhorias das condições de trabalho.



PESCADORES E CARANGUEJEIROS

A comunidade pesqueira de Itambi, que até então era composta somente por indígenas, aumenta com a chegada dos colonizadores portugueses e os padres Jesuítas. Uma parte dos colonizadores se juntam aos índios que pescavam, uma segunda parte monta armazéns a fim de atender aos colonizadores que irão seguir para o norte do estado, enquanto outra se dedica ao corte do mangue vermelho para a extração de quinino e a última parcela atua na extração de lenha para os fornos da coroa e para carvão.

Na atualidade, a comunidade pesqueira de Itambi é lembrada em 2001 quando é inaugurado o Entreposto de Pesca de Itambi, com recursos do Pronaf.

Devido a falta do licenciamento ambiental dessa construção, o Ibama condena a Prefeitura de Itaboraí a cumprir um TAC⁹ onde há a previsão da construção de uma guarda ambiental para apoio a fiscalização. A guarda atuava no apoio a fiscalização e contagem dos caranguejos produzidos pelos catadores, até o final de 2015, ano em que foi desmobilizada.

A ACAPESCA (Associação Caranguejeiros pescadores e Amigos de Itambi) fundada em 2008, que acompanhava e elaborava a estatística pesqueira do Caranguejo Uçá nos manguezais de Itaboraí, organizava os pescadores, beneficiava o pescado para fornecimento para a merenda escolar do município (sendo Itaboraí, o primeiro município brasileiro a colocar o peixe na merenda escolar), articulava com o governo do estado e o governo federal as políticas públicas para os pescadores, vê todos os seus planos e projetos se perderem com a desmobilização da guarda e do entreposto de pesca.

Hoje, com a desmobilização do entreposto de pesca, que se encontra sem utilização por falta de recursos municipais, mantém somente um assessor de pesca especializado nomeado pela Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Pesca para atender aos pescadores de Itambi.

A comunidade pesqueira conta hoje com aproximadamente 68 famílias, 230 pescadores, dos quais, cerca de 60 são caranguejeiros. Temos ainda perto de 13 sirizeiros e artesãos.

A comunidade ocupa duas partes do canal do Itambicú, sendo uma maioria de caranguejeiros na comunidade da “Bacia” e a maioria de pescadores no “Pavilhão”, como também é conhecido o Entreposto.

PROJETOS EM ANDAMENTO E APROVADOS:

Existe o projeto do Rio Rural em andamento, beneficiando 49 pescadores que se enquadram em seu escopo. Desses, 19 receberam os recursos do banco mundial e 30 ainda estão aguardando os recursos. Existem mais 8 projetos aprovados, 6 aguardando a liberação de recursos e 2 já com recursos.

SOBRE A ACAPESCA:

A ACAPESCA e os pescadores de Itambi são filiados a Confrem Brasil (Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos), onde tem uma cadeira na Coordenação Estadual e na Coordenação Nacional. Essa entidade tem a finalidade da manutenção dos territórios dos pescadores e dos seus territórios de pesca, a manutenção de direitos e a aplicação de políticas públicas.

*Texto adaptado de Flávio Lontro
Presidente da ACAPESCA*

⁹ TAC - Termo de Ajustamento de Conduta - é um instrumento utilizado na administração pública brasileira com a finalidade de promover a adequação de condutas tidas como irregulares pela legislação ou contrárias ao interesse público.



TURISMO

O município de Itaboraí apresenta grande potencial turístico rural e ecoturismo, com uma vasta riqueza de paisagens que favorecem o aproveitamento dessas áreas. Mas além dessa vocação, observa-se que a localização do Município como rota de passagem atrai os chamados “turistas de ocasião”, que passam nas estradas do Município para searem em direção a região dos Lagos e outras regiões do estado, sobretudo nos finais de semana.

Outra atividade que atrai compradores de diversos locais é a cerâmica artesanal, vendida ao longo da rodovia BR-101.

O turismo paleontológico é outro atrativo com potencial de crescimento. Em Itaboraí, o destaque é para o sítio paleontológico situado nas margens da lagoa São José.

O turismo proporciona diversos benefícios para a comunidade, tais como geração de empregos, produção de bens e serviços e melhoria da qualidade de vida da população. Incentiva, também, a compreensão dos impactos sobre o meio ambiente, além de assegurar uma distribuição equilibrada de custos e benefícios, estimulando a diversificação da economia local. Traz também melhoria para os sistemas de transporte, comunicações e em outros aspectos infra-estruturais.

Ainda, entre as principais potencialidades turísticas está o conjunto arquitetônico da praça central onde estão localizados os prédios dos séculos XVIII e XIX, como a Igreja Matriz de São João Batista (1784), o Palacete do Visconde de Itaboraí e atual sede da Prefeitura (1834) e o prédio da atual Câmara Municipal (1840). Contudo, todos os distritos possuem relevantes indícios de patrimônio histórico, como Porto das Caixas onde estão as ruínas do Convento de São Boaventura (Séc. XVII), e Itambi que abriga a igreja de São Barnabé, fundada pelos padres jesuítas. Em Pachecos e Cabuçu são encontradas fazendas antigas que atestam a prosperidade da agricultura da região em diferentes épocas. Existem ainda outras várias construções com valor histórico dispersas pelo Município.

INDICADORES ECONÔMICOS

Os textos e dados a seguir foram extraídos do documento “Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016-TCE/RJ” e apresentam tabelas e gráficos demonstrativos dos indicadores econômicos municipais.

INFLAÇÃO

A inflação acumulada em 2015, medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), atingiu 10,67%, a maior desde 2002, quando chegou a 12,53%. Esse resultado ultrapassou por larga margem o teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, de 6,5%. Em 2014, a inflação ficou em 6,41%, acima do centro da meta, de 4,5%, mas inferior ao teto, comportamento que vinha sendo observado há vários anos.

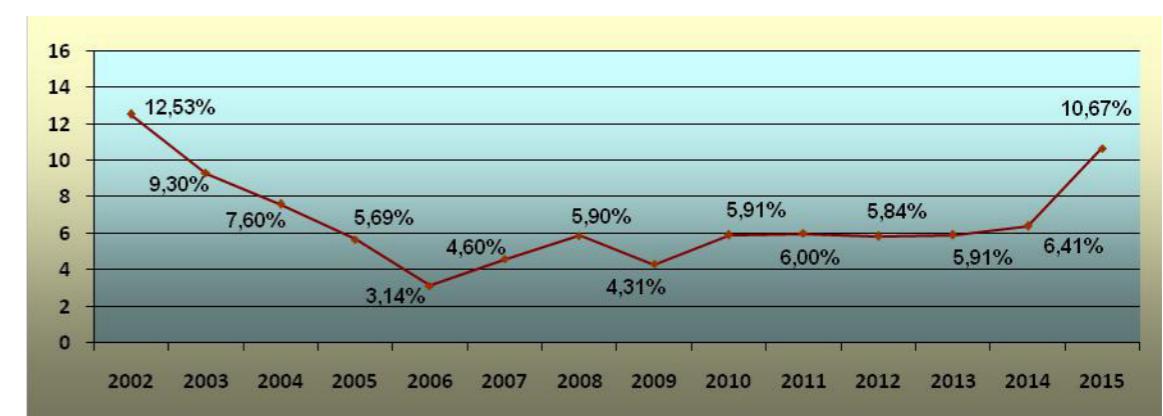


Figura 56 - Variação acumulada ao ano (% a.a.) - 2010-2015

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)



DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

A taxa de juros básica, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), sofreu cinco incrementos significativos, voltando aos picos anteriores à crise de 2008, tendo sido fixada em 14,25% a partir do final do mês de julho.

INVESTIMENTO

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, a taxa de investimento no ano de 2015 foi de 18,2% do PIB, abaixo do observado no ano anterior (20,2%). A taxa de poupança foi de 14,4% em 2015 (ante 16,2% no ano anterior).

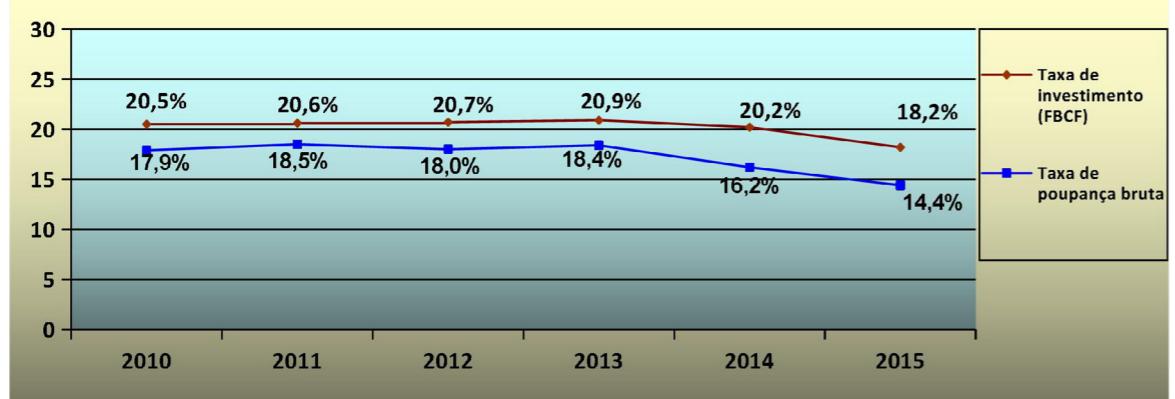


Figura 57 - Taxa de investimento e taxa de poupança bruta (% do PIB)

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

PIB ESTADUAL

O PIB estadual apresentou, em 2014, expansão de 1,49% do volume e valor de R\$ 671.077 milhões, sendo R\$ 579.339 milhões referentes ao valor adicionado e R\$ 91.738 milhões aos impostos líquidos. Esse resultado foi maior do que o nacional, que variou 0,5%. O estado respondeu, em 2014, por 11,6% do PIB do país, sendo superado apenas por São Paulo (32,2%) e seguido por Minas Gerais (8,9%). Sua renda per capita foi de R\$ 40.767, inferior apenas à do Distrito Federal (R\$ 69.217) e à de São Paulo (R\$ 42.198).

Tabela 35 - PIB, PIB per capita, população residente e relação PIB Rio de Janeiro/PIB Brasil – 2002-2015

Ano	Rio de Janeiro			Brasil		Relação PIB RJ/PIB Brasil (%)	
	Produto Interno Bruto		População residente (habitantes)	PIB per capita (R\$)	Produto Interno Bruto Em R\$ 1.000.000		
	Em R\$1.000.000	Volume Índice 2002=100					
2002	184.311		14.846.102	12.415	1.488.787	12,38	
2003	202.641	0,990	(1,02)	13.487	1.717.950	11,80	
2004	241.207	1,027	2,74	15.203.750	15.865	12,32	
2005	269.830	1,028	2,78	15.383.407	17.540	2.170.585	12,43
2006	299.738	1,041	4,09	15.561.720	19.261	2.409.450	12,44
2007	323.698	1,034	3,36	15.420.450	20.991	2.720.263	11,90
2008	378.286	1,041	4,05	15.872.362	23.833	3.109.803	12,16
2009	391.651	1,019	1,92	16.010.429	24.462	3.333.039	11,75
2010	449.858	1,050	4,98	15.993.583	28.127	3.885.847	11,58
2011	512.768	1,025	2,53	16.112.678	31.824	4.376.382	11,72
2012	574.885	1,020	1,96	16.231.365	35.418	4.814.760	11,94
2013	628.226	1,012	1,19	16.369.179	38.379	5.331.619	11,78
2014	671.077	1,015	1,49	16.461.173	40.767	5.778.953	11,61
2015*	676.922	1,009	0,87	16.550.024	40.902	5.904.331	11,46

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Fonte: IBGE e Fundação Ceperj/Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas – Ceep (disponível em *Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 – TCE/RJ*)

*Estimativas para o PIB regional

Atualmente, a Fundação Ceperj segue a reformulação do Sistema de Contas Nacionais do Brasil – SCN, coordenado pelo IBGE, passando o ano de referência de 2002 para 2010. Todas as séries estimadas foram revistas, inclusive as anuais (nível Brasil) e também as séries dos estados e municípios. Trabalho semelhante já fora efetuado anteriormente, em 2007, com a mudança do ano de referência de 1985 para 2002.

AGROPECUÁRIA, PESCA E PRODUÇÃO VEGETAL

O setor, responsável por 0,49% do valor adicionado do estado, apresentou, em 2014, variação positiva no índice de volume de 3,2%, em função do bom desempenho das atividades agrícolas da lavoura permanente, em particular o cultivo de laranja. A atividade da pecuária também teve desempenho positivo, com taxa de 1,6%, explicada principalmente pelo crescimento na criação de aves, de 33,9%.

INDÚSTRIA

A indústria do estado, em termos nominais, encerrou 2014 com expansão de 5,4% nas suas atividades. A indústria extrativa, embora tenha apresentado taxa de variação, em volume, de 4,5%, perdeu participação no valor adicionado bruto de 15,7% em 2013 para 15,2% em 2014, principalmente devido ao baixo preço do petróleo em reais neste ano.

A indústria de transformação, cuja participação em 2014 foi de 6,3%, apresentou uma queda de volume de 4,5% em função, especialmente, do mau desempenho de alguns gêneros industriais: automóveis (-31,9%) e caminhões e ônibus (-28,3%). Os serviços industriais de utilidade pública (energia elétrica, água e gás), com participação de 1,9% no valor adicionado, e a construção, com 6,2%, que integram o setor industrial, registraram crescimento de 0,7% no primeiro segmento e queda de 2,4% no segundo.

SERVIÇOS

Quanto ao setor de serviços, responsável por 69,9% do valor adicionado em 2014, o crescimento nominal foi de 9,5%, com destaque para as atividades de arte, cultura e esporte (5,7%), serviços de informação (4,8%), comércio (4,2%) e transporte (3,6%). O bom desempenho dessas atividades pode ser creditado à Copa do Mundo de Futebol realizada no Rio de Janeiro.

ÓTICA DE RENDA

Nessa ótica, o PIB corresponde à soma de todos os rendimentos obtidos no processo de produção de bens e serviços mais os impostos, líquidos de subsídios sobre a produção e importação. No estado, a participação das remunerações dos empregados cresceu de 41,2% para 43,6% do PIB no período 2010/2014, enquanto houve redução de 42,0% para 41,6% na participação do rendimento misto bruto e do excedente operacional bruto, no mesmo período.

Tabela 36 - Valor adicionado bruto a preço básico, remuneração, impostos, excedente operacional e PIB – 2010- 2014

PIB pela ótica da renda	Valor (1 000 000 R\$)				
	2010	2011	2012	2013	2014
Valor Adicionado	379 412	436 280	489 621	534 960	579 339
Remuneração	185 628	213 090	239 537	269 367	293 075
Salários	144 967	165 869	187 916	210 562	230 756
Contribuição social	40 662	47 221	51 621	58 805	62 320
Impostos Totais	75 213	81 585	91 058	99 753	98 769
Impostos sobre produto, líquidos de subsídios	70 446	76 488	85 264	93 266	91 738
Outros impostos sobre o produto, líquidos de subsídios	4 767	5 097	5 795	6 487	7 031
Excedente Operacional Bruto (EOB) e Rendimento Misto (RM)	189 016	218 093	244 290	259 106	279 233
PIB - Ótica da Renda	449 858	512 768	574 885	628 226	671 077
PIB - Ótica Produção	449 858	512 768	574 885	628 226	671 077

Fontes: IBGE e Fundação Ceperj/ Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas – Ceep.
(disponível em *Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 – TCE/RJ*)
Nota: Base 2010 = 100

EVOLUÇÃO SETORIAL

A tabela a seguir demonstra o desempenho dos subsetores na evolução do PIB.

Tabela 37 - Valor adicionado bruto a preço básico, segundo as atividades econômicas, impostos e PIB Estado do Rio de Janeiro – 2013 – 2014

Atividades econômicas	Valores totais (1.000.000 R\$)		Taxa de variação do volume (%)	Participação (%)
	2013	2014		
Valor adicionado bruto total	534.960	579.339	1,46	100,00
AGROPECUÁRIA	2.442	2.841	3,16	0,49
Agricultura, inclusive o apoio e a pós colheita	1.114	1.372	5,72	0,24
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	912	1.000	1,61	0,17
Produção florestal e pesca	417	469	-0,30	0,08
INDÚSTRIA	162.747	171.684	-	29,63
Indústria extractiva	83.949	88.003	4,46	15,19
Indústria de transformação	33.269	36.559	-4,55	6,31
Geração e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	11.696	11.269	0,75	1,95
Construção	33.835	35.853	-2,37	6,19
SERVIÇOS	369.771	404.814	-	69,88
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	52.578	56.329	4,22	9,72
Transporte, armazenagem e correios	27.606	30.715	3,64	5,30
Serviços de alojamento e alimentação	14.299	15.537	1,20	2,68
Serviços de informação	25.337	26.357	4,76	4,55
Intermediação financeira, de seguros e previdência complementar e serviços relacionados	21.151	24.536	-0,18	4,24
Atividades imobiliárias	45.853	52.604	1,51	9,08
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	52.491	54.513	-2,91	9,41
Administração, educação e saúde pública, defesa e segurança social	94.968	102.899	0,69	17,76
Educação e saúde privada	18.038	22.378	4,90	3,86
Outros serviços inclusive doméstico	17.451	18.946	5,38	3,27
IMPOSTOS LÍQUIDOS SOBRE PRODUTOS	93.266	91.738	-1,64	-
PIB a preços de mercado	628.226	671.077	1,49	-

Fontes: IBGE e Fundação Ceperj/Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas – Ceep.
(disponível em *Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 – TCE/RJ*)
Nota: Ano de referência: 2010

PIB REGIONAL E DOS MUNICÍPIOS

No contexto regional ou municipal, a metodologia para apuração do PIB adotada pela Fundação Ceperj segue aquela do IBGE e apresenta apenas os três setores de atividade econômica, abrindo detalhamento somente ao subsetor de administração pública.

A mudança, ocorrida há alguns anos, também excluiu a separação da produção de petróleo e gás natural na Bacia de Campos, passando a integrar as produções industriais de municípios. O rateio da produção de petróleo e gás natural, no caso de dois ou mais municípios serem confrontantes com o mesmo campo no mar, é proporcional à área de campo contida entre as linhas de projeção dos limites territoriais do município, até a linha de limite da plataforma continental. Por conseguinte, a evolução do desempenho da indústria fica mascarada pela impossibilidade de separação da atividade extração de petróleo e gás dos demais sub-setores industriais.

Assim como no âmbito estadual, a Fundação Ceperj divulgou, no início de 2016, uma nova série sobre o PIB dos municípios para os anos de 2010 a 2013, com a reformulação do ano de referência. Além da capital, que representou 5,3% do PIB brasileiro em 2013, Campos dos Goytacazes se destacou com 1,1%, por conta da indústria extrativa de petróleo.

Os cinco municípios com maiores participações no ranking do PIB em 2014 continuaram sendo: Rio de Janeiro (44,7%); Campos dos Goytacazes (8,6%); Duque de Caxias (4,3%); Niterói (3,7%) e Macaé (3,1%). As maiores variações de postos ficaram por conta dos municípios de Itaocara e Engenheiro Paulo de Frontin que ganharam 14 e 13 posições, respectivamente e de Porto Real que perdeu 9 posições.

As regiões de governo, por ordem de participação são: Região Metropolitana (63,0%); Região Norte Fluminense (15,7%); Região das Baixadas Litorâneas (7,8%); Região do Médio Paraíba (5,2%); Região Serrana (3,7%); Região da Costa Verde (2,3%); Região Centro-Sul Fluminense (1,2%) e Região Noroeste Fluminense (1,1%).

Tabela 38 - Valor adicionado bruto por atividade econômica, Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita e Impostos sobre produtos 2014

Município	Valor (1000 R\$)					Impostos sobre produtos	PIB a preços de mercado	PIB per capita (R\$)			
	Valor adicionado bruto										
	PIB Total	PIB Agropecuária	PIB Indústria	PIB Serviços ⁽¹⁾	PIB Administração Pública						
Itaboraí	4.487.113	9.022	1.365.728	1.740.302	1.372.061	562.187	5.049.300	22.227			

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ/Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas - CEEP.

⁽¹⁾ A atividade econômica Serviços exceto a Administração Pública.

ANO DE 2015

Dados do IBGE indicam que o nível de emprego formal caiu 4,6%, recuando para os patamares de dezembro de 2011. A taxa de desemprego da Região Metropolitana, depois de chegar aos menores valores históricos em 2014, voltou a crescer.

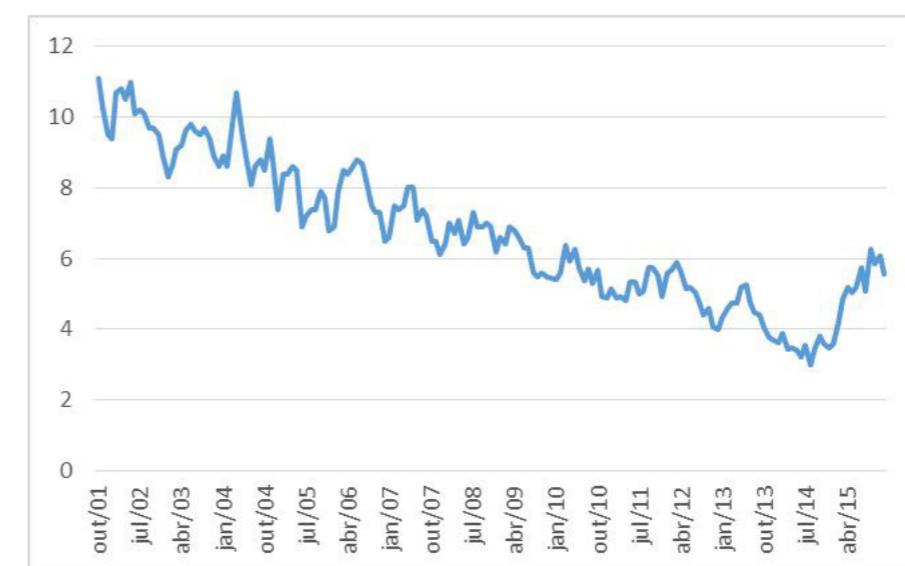


Figura 58 - Taxa de desemprego – Região Metropolitana – Rio de Janeiro (na semana) – %

Fonte: IBGE (adaptado de Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 – TCE/RJ)

A inflação de 2015, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, medida pelo IPCA, foi de 10,52%, variação de 2,92 pontos percentuais superior à observada em 2014 e a quinta maior entre as regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa. A aceleração da inflação deveu-se principalmente ao comportamento dos preços médios dos grupos de alimentação e habitação, conforme a tabela.

Tabela 39 - IPCA – Região Metropolitana do Rio de Janeiro – %

Discriminação	Ano		Variação (p.p.)
	2014	2015	
IPCA	7,6	10,52	2,92
Alimentação	10,02	11,37	1,35
Habitação	8,83	18,97	10,14
Art. de Residência	6,44	2,63	-3,81
Vestuário	5,15	3,23	-1,92
Transportes	6,06	9,49	3,43
Saúde	6,85	9,65	2,80
Despesas pessoais	8,56	9,76	1,20
Educação	9,31	9,51	0,2
Comunicação	-0,39	-0,1	0,29

Fonte: Bacen (disponível em Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 – TCE/RJ)

INDICADORES FINANCEIROS

Os textos e tabelas a seguir foram extraídos do Painel Regional Leste Fluminense, desenvolvido pelo Observatório Sebrae/RJ em 2016.

FINANÇAS MUNICIPAIS

Acerca das finanças municipais, São Gonçalo, apesar de ter a 2a maior receita da região e a 7a maior do Estado do Rio de Janeiro, possui a pior receita per capita do estado devido à sua numerosa população. Já Niterói é destaque positivo, com a maior receita do Leste e a 5a colocação no estado tanto em receita quanto em despesa. Além disso, tem total autonomia financeira (100%). Itaboraí também apresenta bons resultados nas finanças municipais. Por outro lado, têm menor capacidade de pagamento de despesas de custeio via receitas tributárias próprias e, portanto, baixa autonomia financeira.

Tabela 40 - Receita total, Despesa total e Autonomia Financeira

	Receita Total em 2014 (R\$ milhões)	Ranking da receita total	Ranking da receita per capita	Despesa Total em 2014 (R\$ milhões)	Ranking da despesa total	Autonomia financeira em 2014	Ranking da autonomia financeira
Itaboraí	649	13	56	779	12	83%	5
Maricá	510	16	37	515	16	36%	28
Niterói	1.723	5	38	1.667	5	100%	4
Rio Bonito	182	38	47	206	39	25%	42
São Gonçalo	979	7	92	1.004	7	52%	9
Tanguá	78	58	68	81	59	20%	50

Fonte: IETS com base nos dados do Finanças dos Municípios Fluminenses

(disponível em <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/rj/institucional/observatorio-paineis-regionais>)

Nota: O indicador de autonomia financeira foi formulado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e é resultado da divisão entre receita tributária própria e despesas de custeio. Mede a contribuição da receita tributária própria do município no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa. Estudo Socioeconômico, TCE-RJ/2012.

Tabela 41 - Indicadores de Receitas de Royalties

	Royalties recebidos em 2014 (R\$ milhões)	Ranking dos Royalties recebidos	Royalties per capita em 2014 (R\$ milhões)	Ranking dos royalties per capita	Proporção dos Royalties na receita total
Itaboraí	16	26	70	76	2%
Maricá	232	6	1.622	11	46%
Niterói	210	7	424	35	12%
Rio Bonito	9	48	160	65	5%
São Gonçalo	16	26	15	86	2%
Tanguá	8	54	249	57	10%

Fonte: IETS com base nos dados do Finanças dos Municípios Fluminenses

(disponível em <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/rj/institucional/observatorio-paineis-regionais>)

No Leste Fluminense, Maricá apresenta o maior investimento financeiro em royalties de petróleo. Em 2014, foram R\$ 232 milhões recebidos, o que levou o município para a 6a colocação no ranking estadual. Niterói, com R\$ 210 milhões recebidos em 2014, apresentou a 2a maior receita de royalties da região, que corresponde à 7a posição em todo o estado.

A diferença entre ambos os municípios consiste na proporção dos royalties recebidos na receita total. Eles representam 46% em Maricá, e em Niterói, 12% da receita total. Em termos per capita também há diferenças, devido ao tamanho das populações dos dois municípios. Niterói tem a 2a maior população do Leste e por isso apresenta menor valor de royalties per capita. Itaboraí e São Gonçalo são os municípios da região que menos dependem da receita oriunda dos royalties. Cada um recebeu R\$ 16 milhões em 2014, o que representa apenas 2% da receita total em ambos os municípios.

Tabela 42 - Investimento Per Capita e Grau de Investimento

	Investimento per capita (R\$)	Ranking investimento per capita	Grau de investimento	Ranking do grau de investimento
Itaboraí	607	18	21%	7
Maricá	703	14	20%	10
Niterói	220	55	6%	60
Rio Bonito	249	50	8%	54
São Gonçalo	55	86	6%	63
Tanguá	241	52	10%	41

Fonte: IETS com base nos dados do Finanças dos Municípios Fluminenses

(disponível em <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/rj/institucional/observatorio-paineis-regionais>)

Nota: O investimento per capita é o quociente entre o total de investimentos e a população. Nota: b. O grau de investimento é o quociente entre investimentos e receita total. TCE-RJ.

Tratando-se de investimento per capita, Maricá liderou o ranking no Leste Fluminense em 2014 com R\$ 703 investidos por habitante. Esse valor colocou o município na 14a posição no ranking de investimento por habitante no Estado do Rio de Janeiro. Itaboraí ficou com a 18a posição, enquanto Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo e Tanguá ficaram em posições inferiores do ranking.

Sobre o peso do investimento na receita total dos municípios, Itaboraí (21%) e Maricá (20%) se destacaram ocupando, respectivamente, a 7a e a 10a colocação no estado. Niterói e São Gonçalo apresentaram apenas 6% das despesas orçamentárias alocadas em investimentos. Rio Bonito e Tanguá também exibiram baixo grau de investimento: 8% e 10%, respectivamente.

Os dados a seguir foram extraídos do documento “Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016-T CE/RJ e apresentam gráficos demonstrativos dos indicadores financeiros municipais.

A análise do desempenho econômico-financeiro da administração direta do Município foi feita com base em números fornecidos pelo próprio, seja diretamente, seja na prestação de contas de administração financeira encaminhada ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio, não abordando questões de legalidade, legitimidade e economicamente, objeto de avaliação pelo corpo Deliberativo do TCE- RJ.

A evolução e a composição das receitas e despesas no período de 2010 e 2015 são demonstradas nos gráficos abaixo, lembrando que as cifras apresentadas nesta edição são valores correntes.



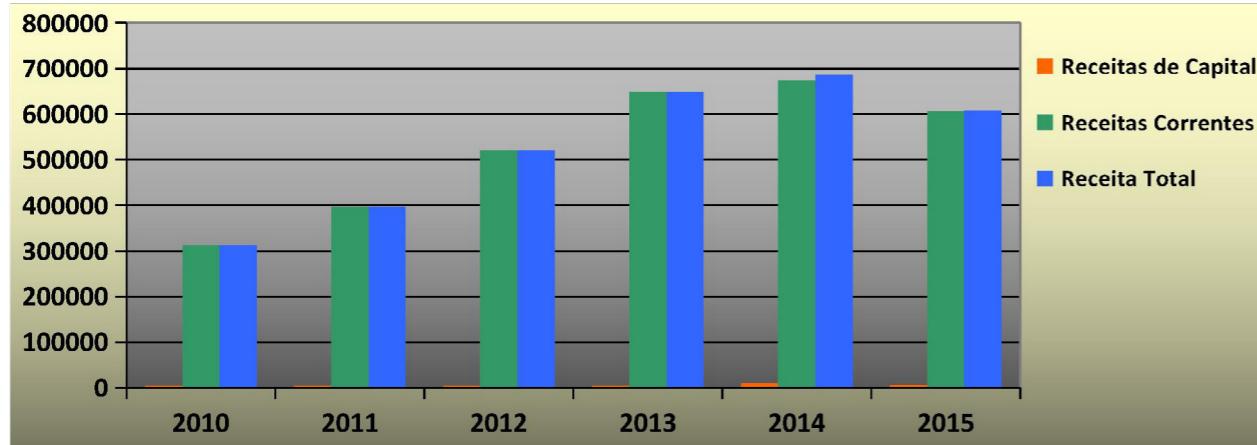


Figura 59 - Evolução da Receita Realizada em mil reais

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

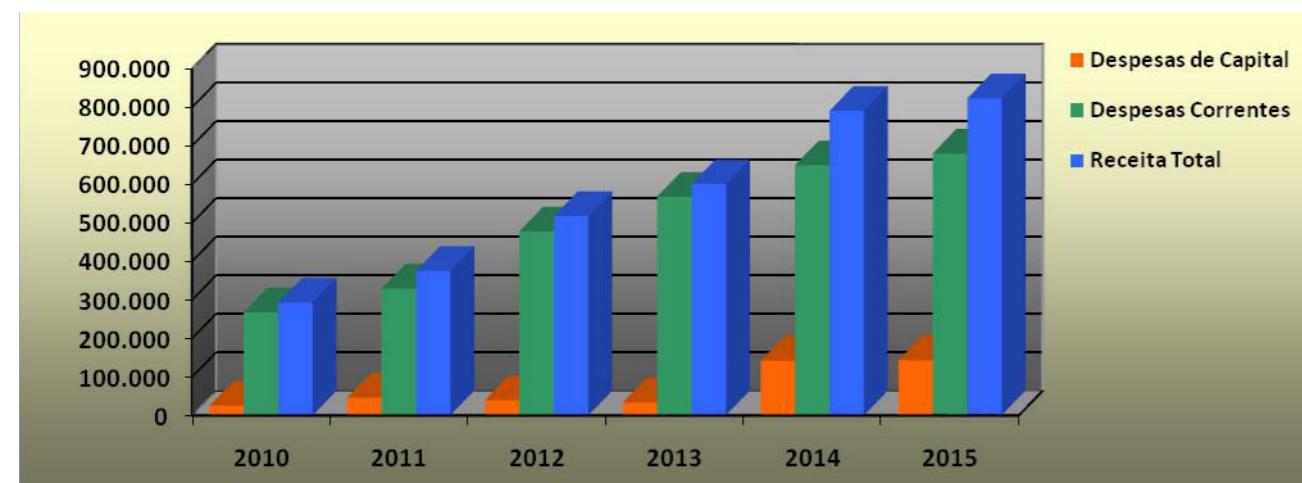


Figura 60 - Evolução da Despesa Realizada em mil reais

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

A receita realizada aumentou 94% no período entre 2010 a 2015, enquanto a despesa cresceu 181%.

Com relação à composição das receitas correntes, os gráficos a seguir apresentam sua evolução no período de seis anos em análise:

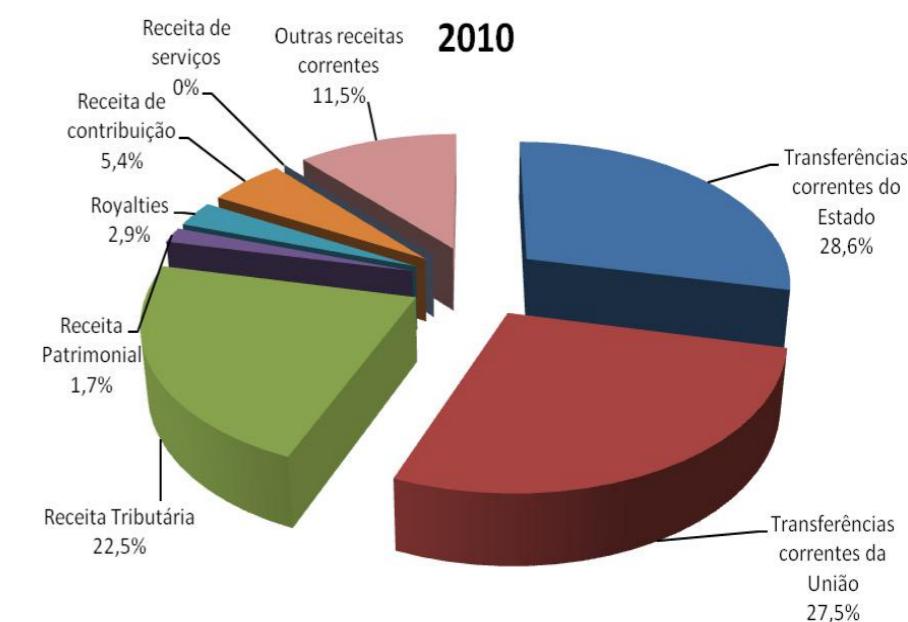


Figura 61 - Composição das receitas correntes – 2010

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

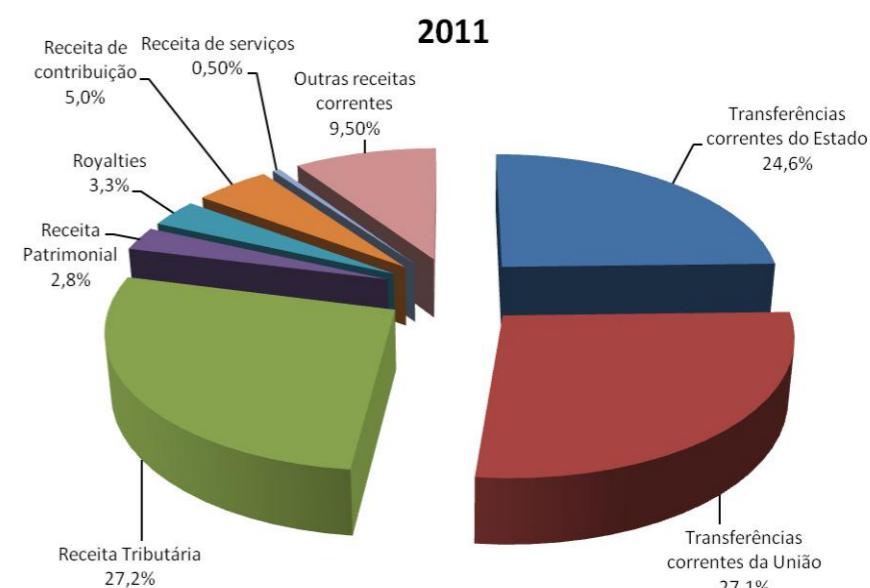


Figura 62- Composição das receitas correntes – 2011

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

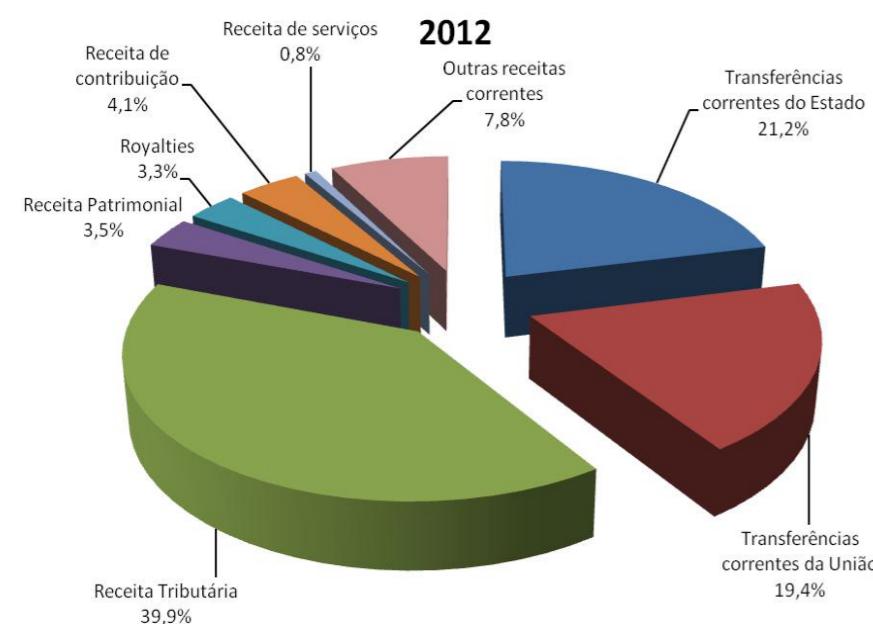


Figura 63 - Composição das receitas correntes – 2012
Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

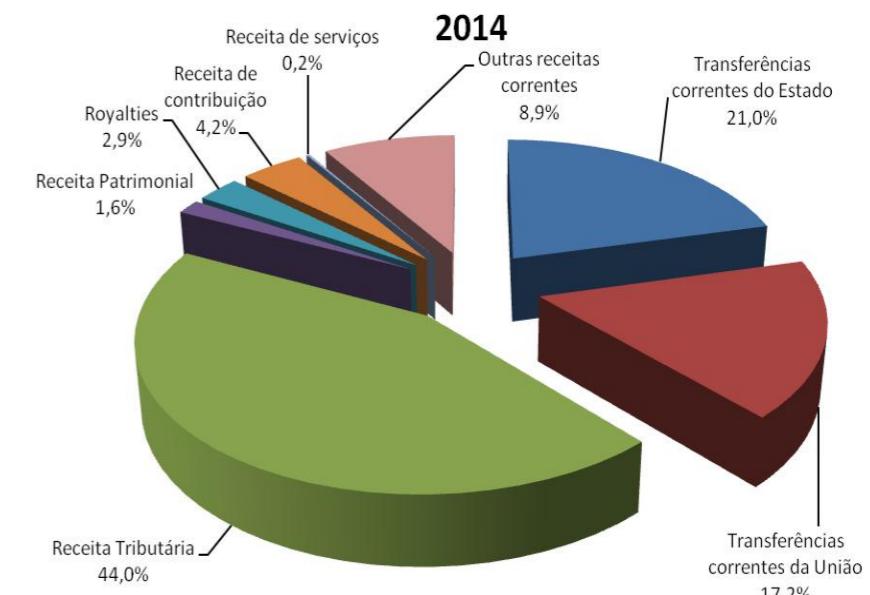


Figura 65 - Composição das receitas correntes – 2014
Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

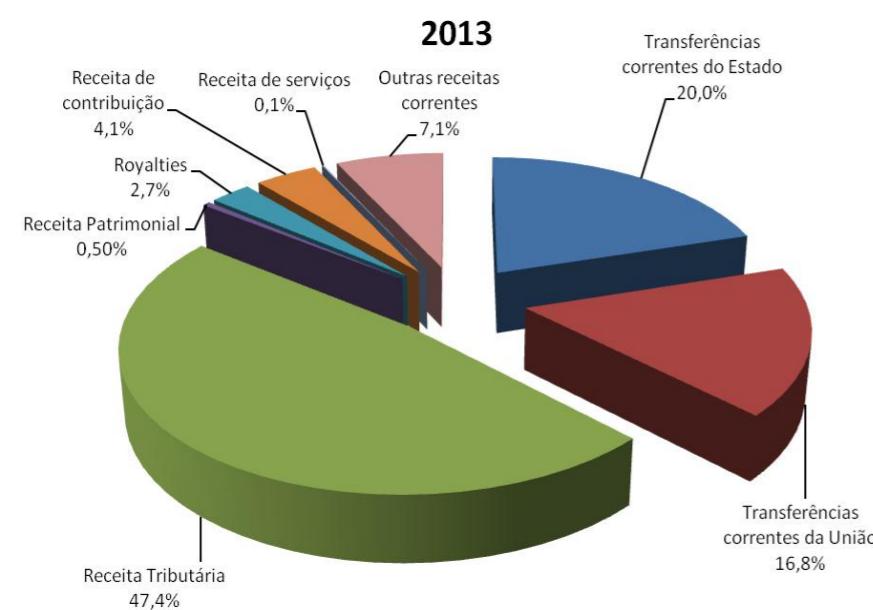


Figura 64 - Composição das receitas correntes – 2013
Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

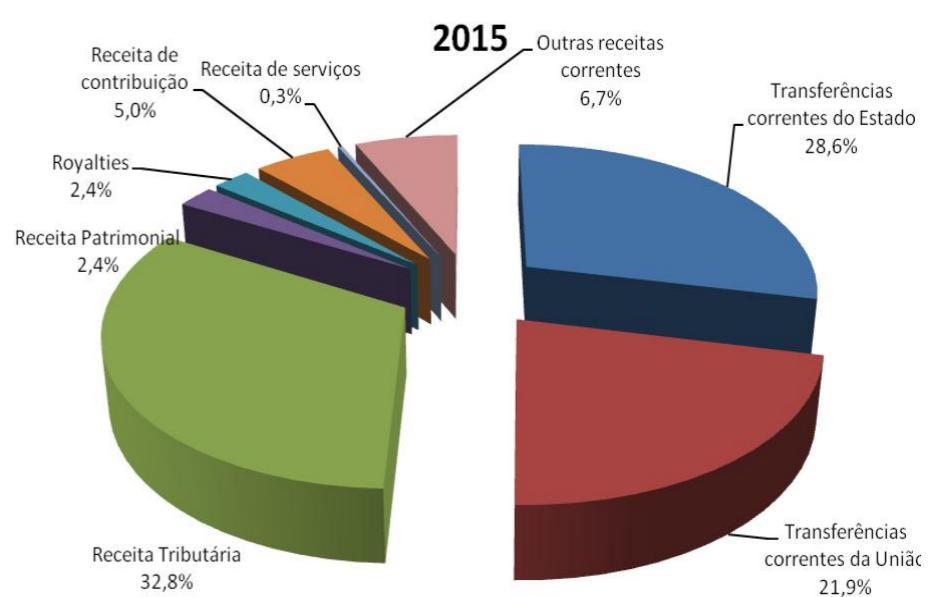


Figura 66 - Composição das receitas correntes – 2015
Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

O montante transferido pela União e pelo estado ao município (excluída a parcela do IRRF) teve um aumento de 81% entre 2010 e 2015

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

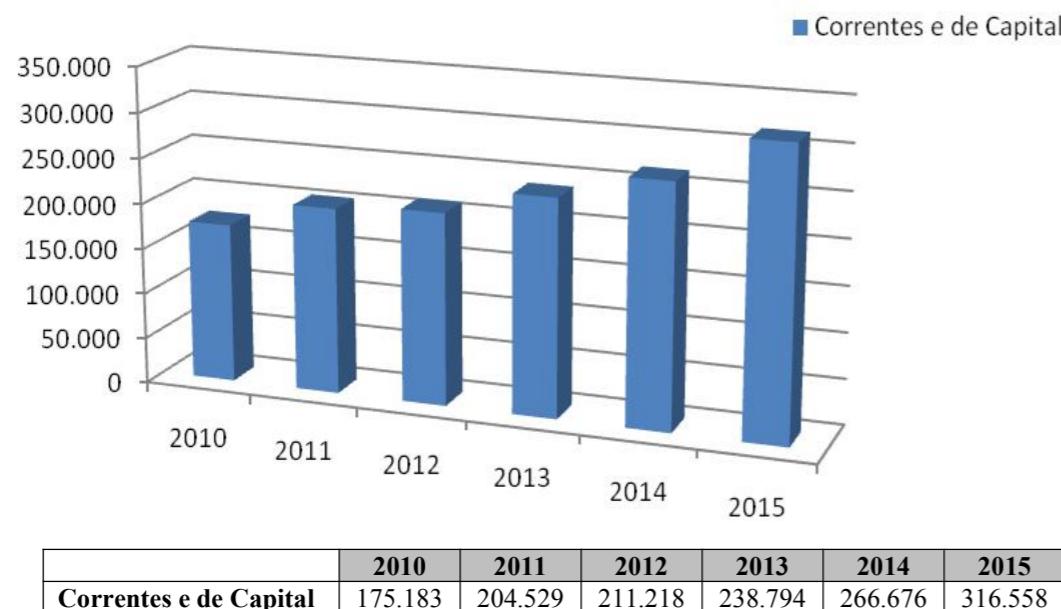


Figura 67 - Transferências totais para o município entre os anos de 2010 e 2015 em mil reais
Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

A receita tributária teve um crescimento de 190% no mesmo período. A evolução desta rubrica foi beneficiada pelo aumento de 195% na arrecadação de ISS e de 260% no Imposto de Renda retido na fonte. Também houve acréscimo de 76% na receita de IPTU, de 101% no ITBI e de 59% nas taxas.

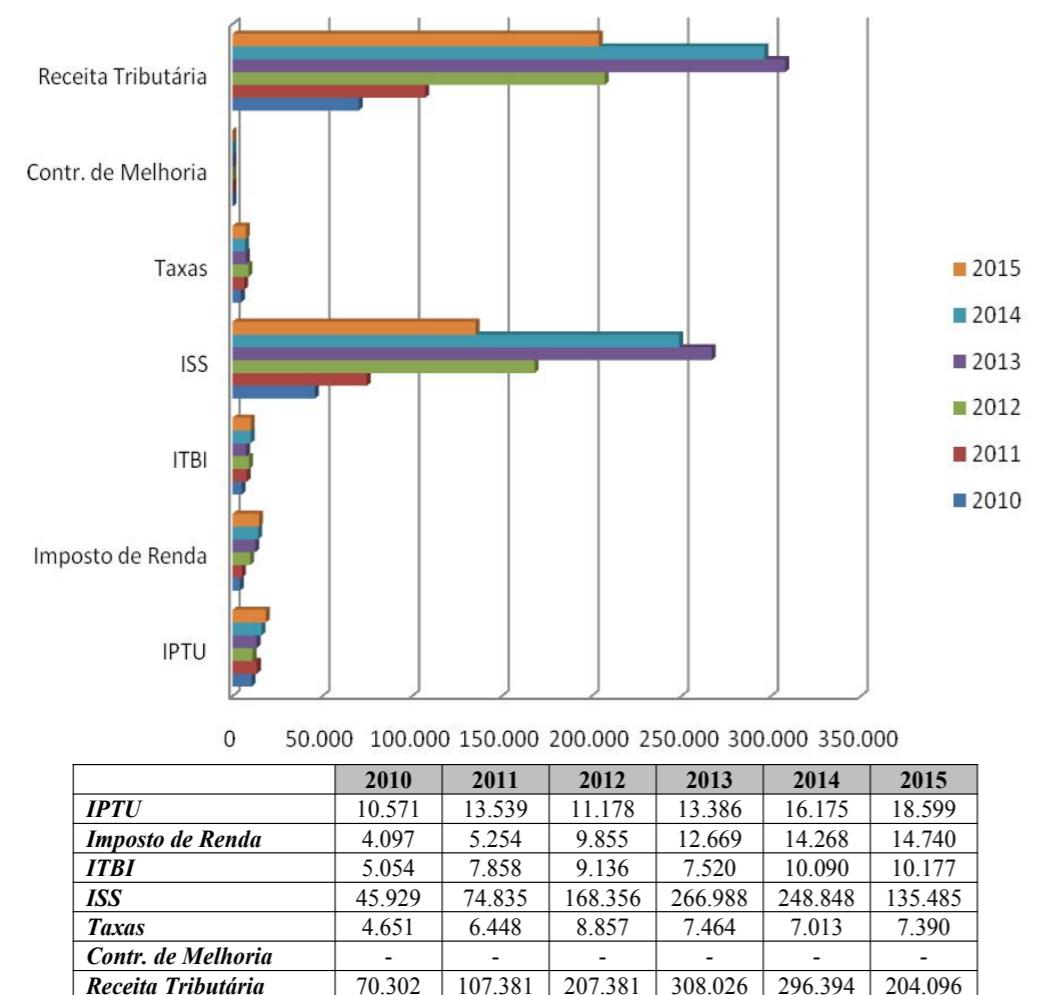


Figura 68 - Receitas tributárias entre os anos de 2010 e 2015 em mil reais
Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

As transferências correntes da União cresceram 59% no período, com aumento de 46% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios e ingressos de Outras Transferências.

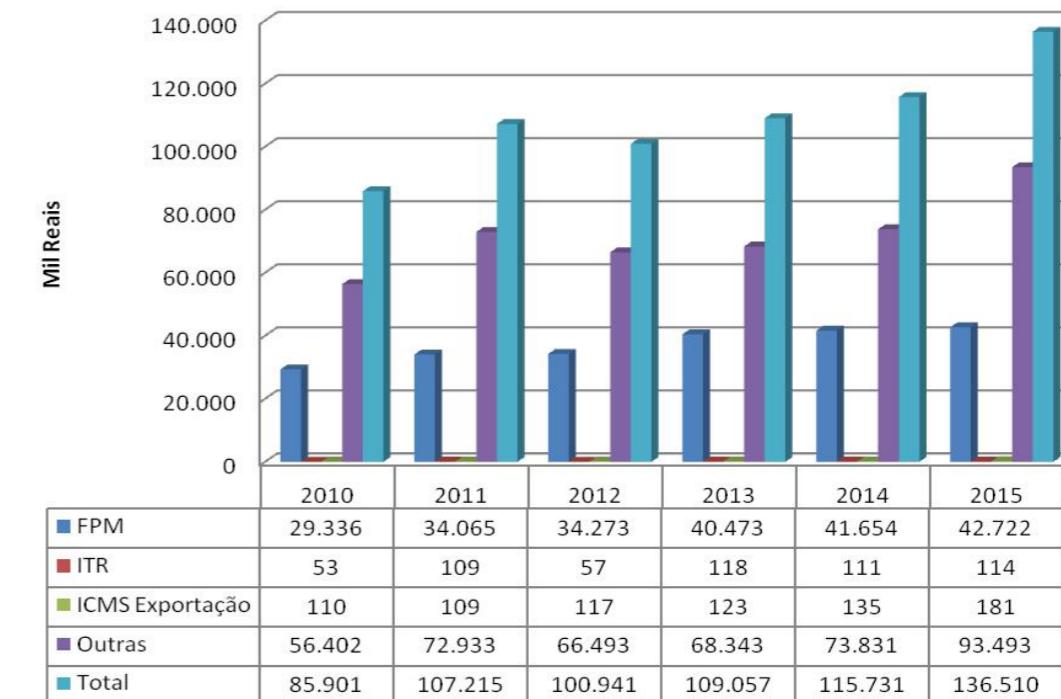


Figura 69 - Transferências correntes da União entre os anos de 2010 e 2015 em mil reais
Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

A evolução das transferências correntes do estado foi de 99% no período, tendo contribuído para tanto um aumento de 138% no repasse do ICMS quanto no crescimento de 76% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb.

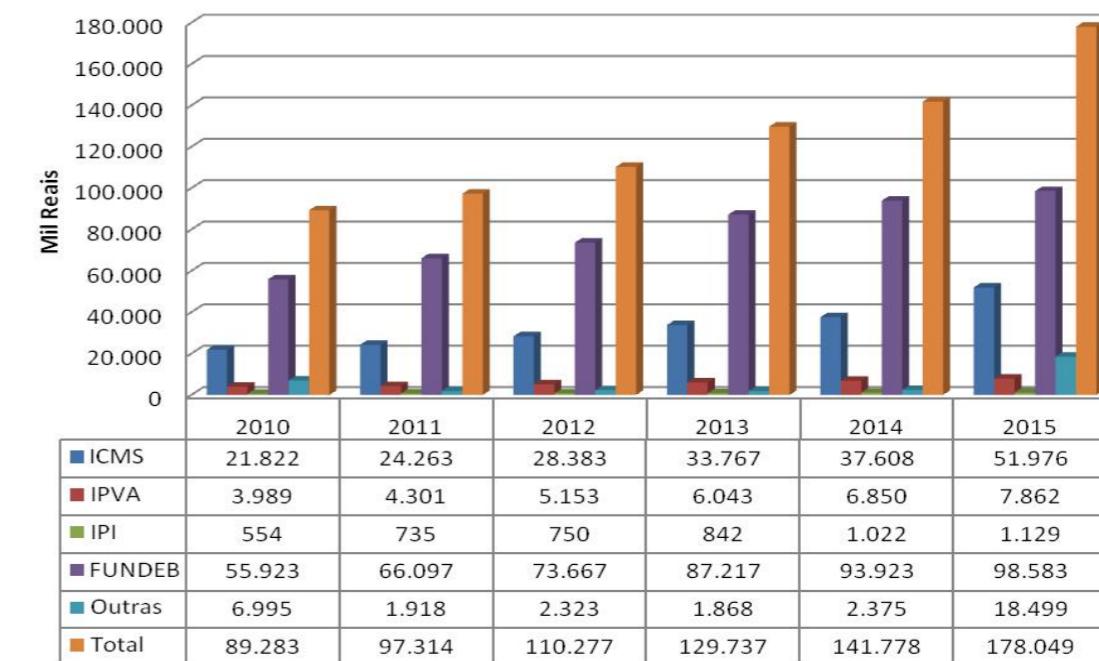


Figura 70 - Transferências correntes do Estado – 2010-2015
Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

1- Indicador de equilíbrio orçamentário

$$\frac{\text{receita arrecadada}}{\text{despesa executada}} = \frac{\text{R\$ } 607.444.246}{\text{R\$ } 822.542.570} = 0,7385$$

Esse quociente demonstra o quanto da receita realizada serve de cobertura para a despesa executada.

A interpretação objetiva desse quociente nos leva a considerar que há R\$ 73,85 para cada R\$ 100,00 de despesa executada, apresentando deficit de execução.

Para os exercícios anteriores, o gráfico a seguir apresenta sua evolução, demonstrando equilíbrio orçamentário em quatro dos seis anos em análise.

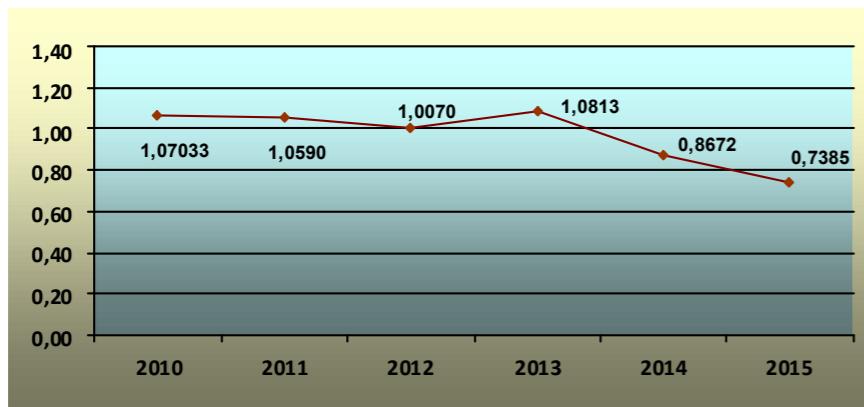


Figura 71 - Indicador de equilíbrio orçamentário – 2010-2015

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

2- Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa

$$\frac{\text{despesas correntes}}{\text{receitas correntes}} = \frac{\text{R\$ } 678.266.766}{\text{R\$ } 606.390.201} = 1,12$$

Esse indicador mede o nível de comprometimento do município com o funcionamento da máquina administrativa, utilizando-se recursos provenientes das receitas correntes.

Do total da receita corrente, 112% são comprometidos com despesas correntes. O gráfico a seguir apresenta a evolução desse indicador desde 2010.

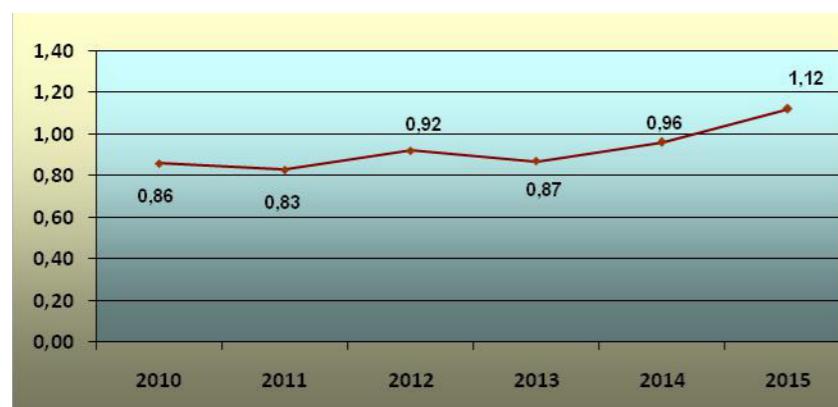


Figura 72 - Indicador do comprometimento da receita corrente com o custeio – 2010-2015
Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

As despesas correntes destinam-se à manutenção dos serviços prestados à população, inclusive despesas de pessoal, mas aquelas destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens móveis, necessárias à operacionalização dos órgãos públicos.

Tais despesas tiveram um crescimento de 154% entre 2010 e 2015, enquanto as receitas correntes cresceram 94% no mesmo período.

3- Indicador de autonomia financeira

$$\frac{\text{receita tributária própria}}{\text{despesas correntes}} = \frac{\text{R\$ } 204.095.607}{\text{R\$ } 678.266.766} = 0,301$$

Esse indicador mede a contribuição da receita tributária própria do município no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.

Como se pode constatar, o município apresentou uma autonomia de 30,1% no exercício de 2015. A evolução desse indicador está demonstrada no gráfico a seguir.

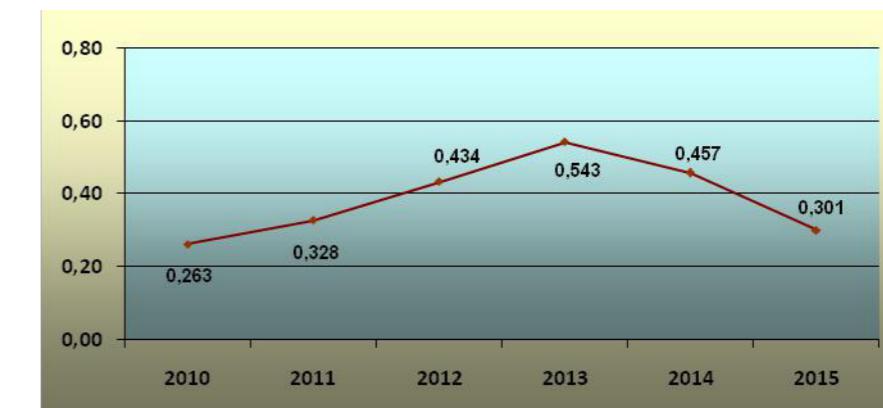


Figura 73 - Indicador de autonomia financeira entre os anos de 2010 e 2015

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

Houve aumento da autonomia municipal, uma vez que a receita tributária cresceu 190% no período, contra 154% de aumento das despesas correntes. No período analisado, houve aumento na capacidade do ente em manter as atividades e serviços próprios da administração com recursos oriundos de sua competência tributária, o que o torna menos dependente de transferências de recursos financeiros dos demais entes governamentais.

4- Indicador do esforço tributário próprio

$$\frac{\text{receita tributária própria}}{\text{receita arrecadada}} = \frac{\text{R\$ } 189.355.136}{\text{R\$ } 607.444.246} = 0,3117$$

Esse indicador tem como objetivo comparar o esforço tributário que o município realiza no sentido de arrecadar os seus próprios tributos, em relação às receitas arrecadadas.

Os recursos financeiros gerados em decorrência da atividade tributária própria do município correspondem a 31,2% da receita total, enquanto, no período analisado, sua performance está demonstrada no gráfico a seguir.

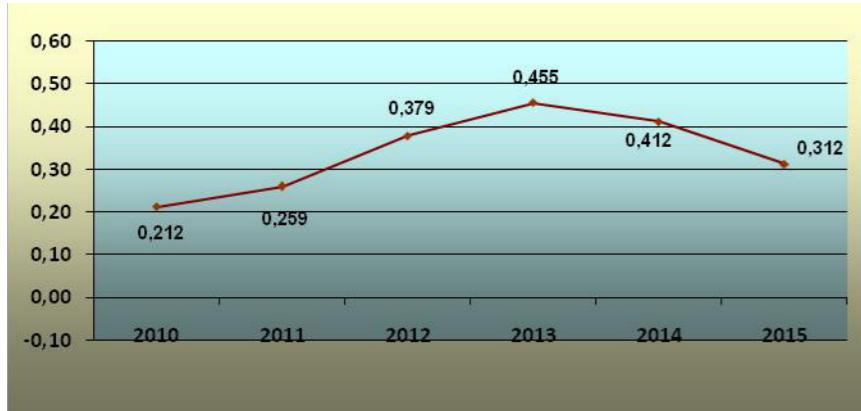


Figura 74 - Indicador do esforço tributário próprio entre os anos de 2010 e 2015

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

Há de se ressaltar, também, nesta análise, os valores que vêm sendo cobrados a título de dívida ativa tributária, bem como sua comparação com o estoque.

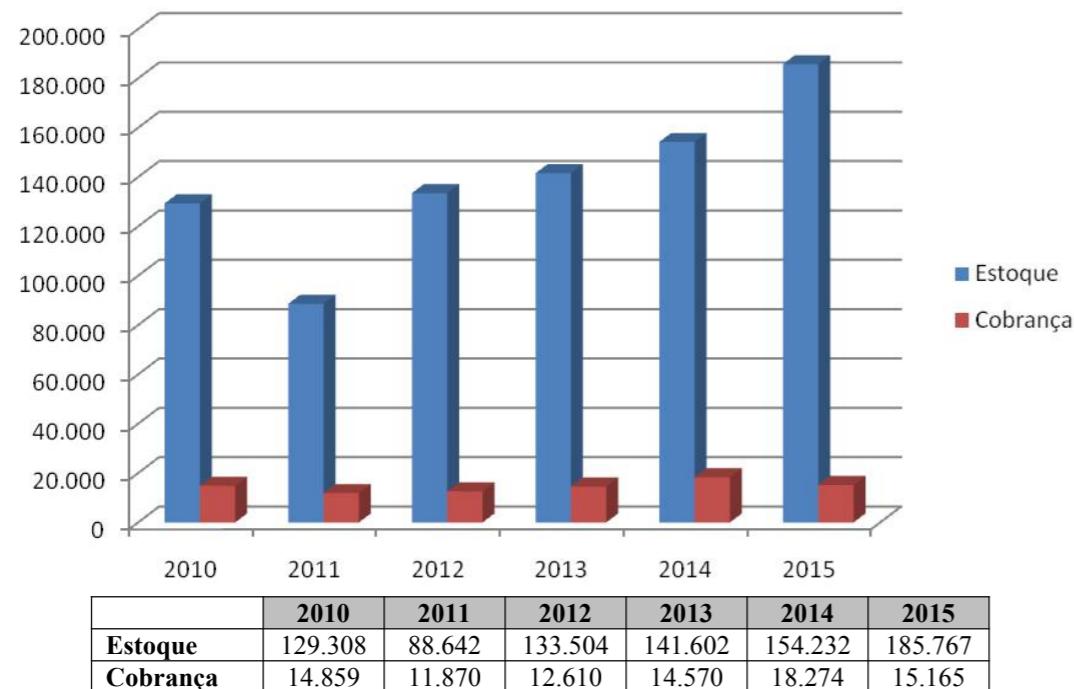


Figura 75 - Eficácia da cobrança da dívida ativa entre os anos de 2010 e 2015 em mil reais

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

5- Indicador da dependência de transferências de recursos

$$\frac{\text{transferências correntes e de capital}}{\text{receita arrecadada}} = \frac{\text{R\$ } 316.557.528}{\text{R\$ } 607.444.246} = 0,52$$

A receita de transferências representa 52% do total da receita do município em 2015. O gráfico a seguir apresenta valores desse indicador para anos anteriores.

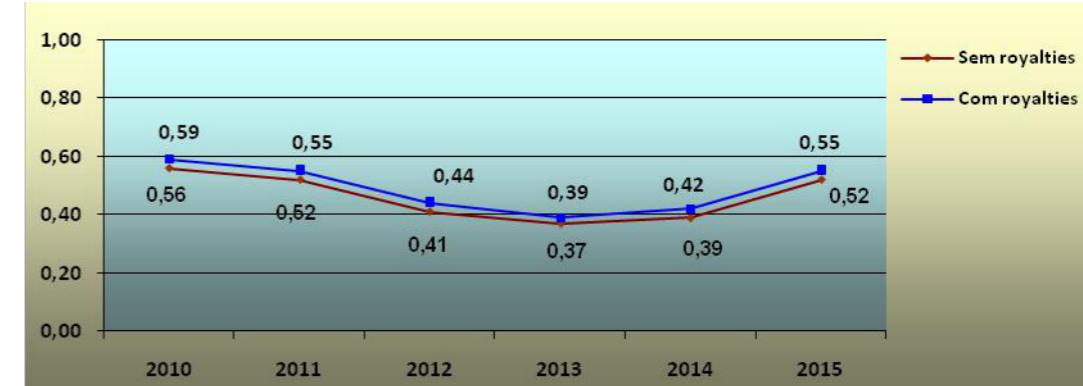


Figura 76 - Indicador da dependência de transferências de recursos entre os anos de 2010 e 2015

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

Caso somássemos as receitas de royalties ao numerador acima, a dependência de recursos transferidos, para o exercício de 2015, subiria para 55%.

Esse indicador reforça os comentários a respeito da autonomia financeira do município em face de sua dependência das transferências e, mais recentemente, de royalties e demais participações governamentais que, no gráfico a seguir, estão incluídos na receita própria e representaram R\$ 14,8 milhões em 2015.

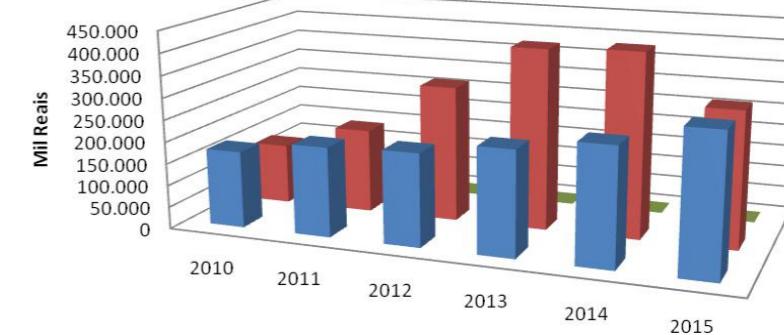


Figura 77 - Comparativo entre transferências correntes de outros entes e receita própria entre os anos de 2010 e 2015 em mil reais

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

6- Indicador da carga tributária *per capita*

$$\frac{\text{receita tributária própria} + \text{cobrança da dívida ativa tributária}}{\text{população do município}} =$$

$$\frac{\text{R\$ } 204.095.607 + \text{R\$ } 15.164.772}{229.007} = \text{R\$ } 957,44/\text{habitante}$$

Esse indicador reflete a carga tributária, por habitante do município, em decorrência da contribuição em impostos, taxas e contribuições de melhoria para os cofres municipais.

Ao longo do exercício de 2015, cada habitante contribuiu para o fisco municipal com aproximadamente R\$ 957. Nos exercícios anteriores, tais contribuições estão expressas em valores correntes no gráfico a seguir, havendo aumento de 145% no período.

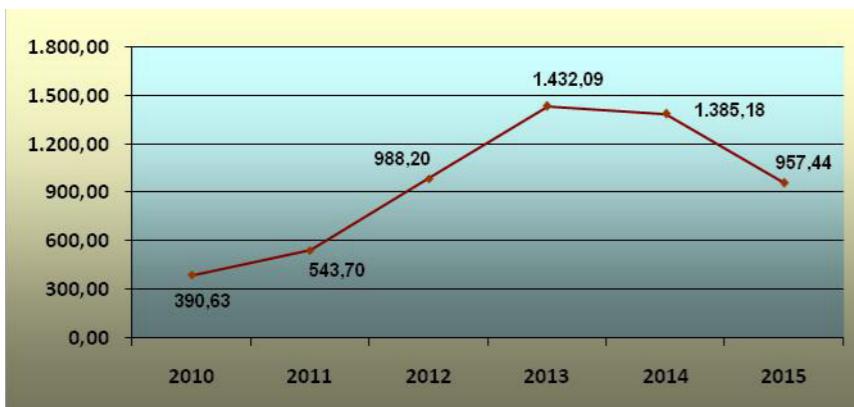


Figura 78 - Indicador da carga tributária per capita entre os anos de 2010 e 2015

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

7- Indicador das despesas correntes *per capita*

$$\frac{\text{despesas correntes}}{\text{população do município}} = \frac{\text{R\$ } 678.266.766}{229.007} = \text{R\$ } 2.961,77/\text{habitante}$$

Esse indicador objetiva demonstrar, em tese, o quantum com que cada cidadão arcaria para manter a operacionalização dos órgãos públicos municipais.

Caberia a cada cidadão, caso o município não dispusesse de outra fonte de geração de recursos, contribuir com R\$ 2.961,77 em 2015. Nos exercícios anteriores, os valores estão expressos no próximo gráfico, havendo aumento de 141% no período de 2010 a 2015.

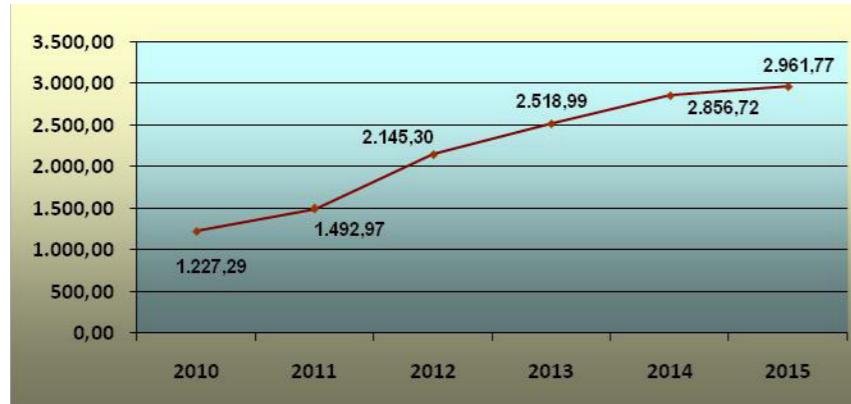


Figura 79 - Indicador do custeio per capita entre os anos de 2010 e 2015

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

8- Indicador dos investimentos *per capita*

$$\frac{\text{Investimentos}}{\text{população do município}} = \frac{\text{R\$ } 140.461.689}{229.007} = \text{R\$ } 613,35/\text{habitante}$$

Esse indicador objetiva demonstrar, em relação aos investimentos públicos aplicados, o quanto representariam em benefícios para cada cidadão.

Em 2015, cada habitante recebeu da administração pública, na forma de investimentos, o equivalente a cerca de R\$ 613 em benefícios diretos e indiretos. O investimento per capita dos anos anteriores está expresso no gráfico que segue.

Se considerarmos que cada cidadão contribuiu para os cofres municipais com R\$ 957,44 (Indicador no 6 – carga tributária per capita), a quantia de R\$ 613,35 representaria praticamente que 64% dos tributos pagos retornaram como investimentos públicos.

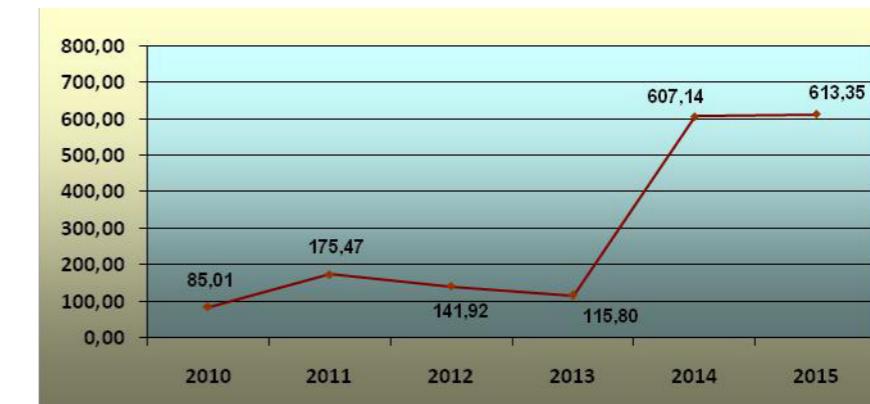


Figura 80 - Indicador dos investimentos per capita entre os anos de 2010 e 2015

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

8- Indicador do grau de investimento

$$\frac{\text{Investimentos}}{\text{receita arrecadada}} = \frac{\text{R\$ } 140.461.689}{\text{R\$ } 607.444.246} = 0,2312$$

Esse indicador reflete a contribuição da receita total na execução dos investimentos.

Os investimentos públicos correspondem a 23,12% da receita total do município. A restrição de investimentos ocorre de forma a não comprometer a liquidez com a utilização de recursos de terceiros ou com a própria manutenção da máquina administrativa, uma vez que, somente com despesas de custeio (Indicador no 2 – comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa) já se comprometem 112% das receitas correntes.

Esse quociente cresceu ao longo da série, conforme o gráfico, que evidencia a seguinte parcela dos recursos públicos direcionados ao desenvolvimento do município:

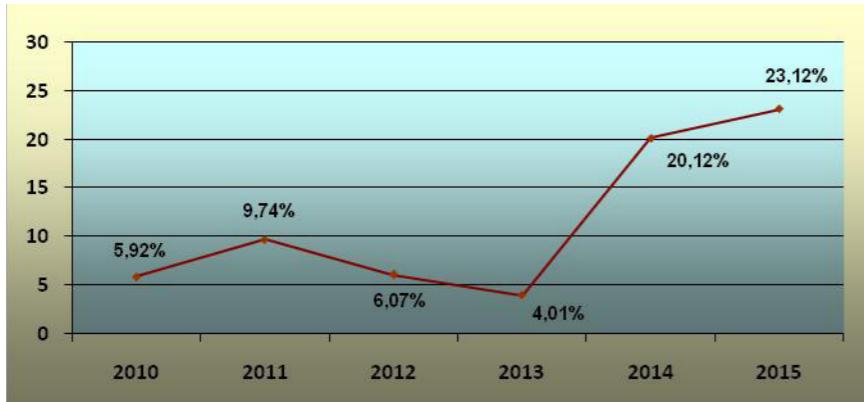


Figura 81 - Indicador do grau de investimento per capita entre os anos de 2010 e 2015
Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

9- Indicador da liquidez corrente

$$\frac{\text{ativo financeiro}}{\text{passivo financeiro}} = \frac{\text{R\$ } 57.756.601}{\text{R\$ } 276.832.006} = 0,21$$

Esse quociente mede a capacidade da entidade de pagar as suas obrigações com as suas disponibilidades monetárias.

O quociente acima revela perspectivas desfavoráveis à solvência imediata dos compromissos de curto prazo assumidos pela prefeitura.

O gráfico a seguir aponta que a situação de liquidez do município esteve em desequilíbrio em cinco dos seis anos analisados.

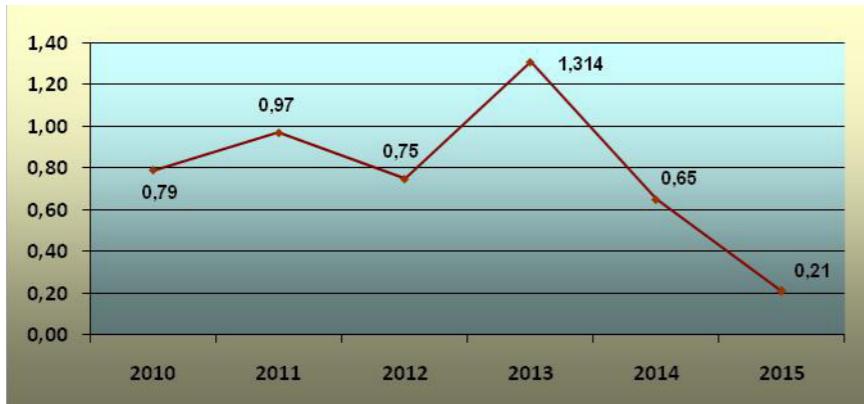


Figura 82 - Indicador da liquidez corrente entre os anos de 2010 e 2015
Fonte: Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 (TCE/RJ)

A partir desta edição, a série histórica apresentada para o índice de liquidez exclui as aplicações dos regimes próprios de previdência. Neste sentido, cabe registrar que o resultado previdenciário no exercício de 2015 foi superavitário em R\$ 5.212.324,20.





**DESENVOLVIMENTO
RURAL**





A agropecuária municipal, setor primário responsável pela garantia e segurança alimentar da população, passou por diversas fases, atingindo seu auge na década de 1970, quando a economia municipal era baseada essencialmente na citricultura, atingindo a cifra de 4,5 milhões de caixas de laranja anualmente, quando teve início a decadência da agricultura no município. O Estado de São Paulo iniciou um grande plantio de citros visando exportação de suco, colocando o excesso da produção no Estado do Rio a preços muito baixos. Outros fatores contribuíram para essa queda na produção local, tais como: Queda da produtividade em função da introdução de novas pragas e doenças; baixa tecnologia de produção com consequente baixa produtividade; dificuldade de mão de obra; urbanização desordenada; roubos; elevação do custo das terras e finalmente falta de uma política agrícola compatível com as necessidades apresentadas.

A partir das décadas de 1980 e 1990, alguns produtores de mudas de frutíferas, em especial de citros, começaram a diversificar sua produção. Seguiu-se uma tendência regional de ocupação das áreas rurais, antes produtivas, por sítios de lazer. Com isso, foi criado um mercado para frutíferas de pequenos pomares diversificados e de plantas ornamentais para paisagismo. Essa tendência foi consolidada, criando uma opção para os produtores rurais locais, que começaram a diversificar sua produção para atender ao mercado local, depois regional, e finalmente para outros estados do país. Essa produção foi incorporada aos municípios que já tinham essa atividade consolidada, como os municípios da região serrana, que produzem tradicionalmente flores de corte para atender grandes centros consumidores, como o município do Rio de Janeiro e o estado de São Paulo.

Apesar do forte processo de urbanização, o município mantém níveis consideráveis de produção agropecuária. Vale lembrar que essa atividade não só gera emprego e renda, como garante a segurança alimentar e mantém o bioma local, fundamental para a vida e o bem estar da população.

Existem atualmente grandes áreas ocupadas por pecuária de corte. Esta atividade caracteriza-se como não aglutinadora de estruturas de convívio, o que pode, com pouca mão-de-obra, se estabelecer, mantendo o solo ocupado sem caracterização de latifúndios, tornando- se assim mercadoria valiosa a espera de valorização imobiliária.

O município está passando por transformações rápidas. A expansão urbana tem contribuído com a degradação do espaço rural e com a recente instalação do COMPERJ – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro este processo foi acelerado. É imprescindível que a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária (atual Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca), bem como todos os setores responsáveis pela segurança alimentar e proteção ao meio-ambiente, desenvolvam esforços em um projeto de desenvolvimento da agropecuária local remanescente.

O espaço rural é caracterizado pela tranquilidade, presença de cobertura vegetal, de animais silvestres, entre outras características importantes para sustentabilidade da economia e do desenvolvimento socioambiental. Esse espaço deve ser mantido e protegido por todos e, principalmente, pelos órgãos públicos responsáveis por este setor. A água, elemento essencial para vida, é quase que totalmente acumulada nesse espaço; portanto, somente esta característica já seria o bastante para que cuidássemos das áreas onde as atividades agropecuárias se desenvolvem.

Devemos tratar as áreas que mantém sua capacidade produtiva, implantando um sistema capaz de viabilizar programas como PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), entre outros, despertando uma produção agroecológica capaz de dar sustentação às demandas cada vez maiores de produtos saudáveis, aproveitando a vantagem logística de proximidade a grandes centros consumidores e, com isso, preços diferenciados que darão sustentabilidade econômica.

Não devemos esquecer que esse município ainda é reconhecido nacionalmente, e até internacionalmente, como a terra da laranja seleta, a famosa “Seleta de Itaboraí”.

BREVE HISTÓRICO DA AGRICULTURA DE ITABORAÍ E SUAS PERSPECTIVAS



Ainda dispomos de material genético e espaço físico para uma retomada da produção, utilizando novas ferramentas na agregação de valor, através, por exemplo, da certificação por indicação geográfica. Para isso, é necessário um projeto de produção de mudas certificadas e implantação de pomares com bases agroecológicas.

Adaptado do texto de José Geraldo Moreira Basilio Engenheiro Agrônomo/Emater-Rio/Itaboraí

PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A tabela a seguir apresenta a produção da agricultura familiar para merenda escolar no ano de 2015.

Tabela 43 - Total de produção da agricultura familiar para merenda escolar em 2015

PRODUÇÃO	TOTAL EM KG
ABACATE	2.779
ABACAXI	1.728
ABÓBORA	21.439
ABOBRINHA	1.551
AIPIM	45.071
ALFACE	993
BANANA DA TERRA	816
BANANA D'ÁGUA	11.426
BANANA PRATA	35.994
BATATA DOCE	6.167
CAQUI	508
CARURU	10.587
COCO VERDE	8.411
COUVE	3.967
FEIJÃO DE CORDA	2.392
GOIABA	27.147
INHAME	978
LARANJA LIMA	7.981,5
LARANJA NATAL	1.834
LARANJA PERA	2.396
LARANJA SELETA	51.520
LIMÃO	13.578
MAMÃO FORMOSA	192
MARACUJÁ	2.386
MAXIXE	3.595
MILHO	65.952
QUIABO	9.925,52
REPOLHO	1.821
TOTAL	343.135,02

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca

Tabela 44 - Total de produção da agricultura familiar para merenda escolar no período de março a junho de 2017

PRODUTO	TOTAL EM KG	VALOR KG (R\$)	VALOR (R\$)
ABACATE	728	3,52	2.562,56
ABÓBORA	5018	3,02	15.154,36
ABOBRINHA	605	2,19	1.324,95
AIPIM	9.881	2,81	27.765,61
ALFACE	827	4,44	3.671,88
BANANA PRATA	4.744	4,07	19.308,08
BANANA D'ÁGUA	3.180	3,16	10.048,80
BATATA DOCE	4.937	2,47	12.194,39
BRÓCOLIS	64	0	0
CAQUI	1.981	8,3	16.442,30
CHEIRO VERDE	16,5	10,4	171,60
COUVE	181	4,14	749,34
ESPINAFRE	62,6	0	0
FEIJÃO DE CORDA	347,5	12	4.170,00
GOIABA	3.455	3,22	11.125,10
INHAME	2.084	5,12	10.670,08
LARANJA LIMA	6.597	4,99	32.919,03
LARANJA SELETA	15.407	3,74	57.622,18
LARANJA PERA	280	0	0
LIMÃO	8.776	2,82	24.748,32
MARACUJÁ	1.355	6,96	9.430,80
MAXIXE	823	3,16	2.600,68
MILHO	3.876	4,5	17.442,00
QUIABO	2.857	4,32	12.342,24
SALSA	26	10,4	270,40
TANGERINA	11.392	5,41	61.630,72
VAGEM	590	0	0
TOTAL	90.090,6	**	354.365,42

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca



Tabela 45 - Produções do município de Itaboraí (Ano base 2016)

Produto		Valor (R\$)	Valor total (R\$)
Bovino de Leite	328.500 litros	1,20	394.200,00
Bovino de corte	27.008 animais	-	10.583.622,00
Floricultura	2.790.000 unidades	-	6.975.000,00
Pesca Artesanal	54 pescadores com produção de 40 toneladas	-	480.000,00
Alimentos diversos (aipim, banana, laranja, limão, coco, manga, tangerina e quiabo)	-	-	493.700,00
Valor total da produção	-	-	18.926.522,00

Fonte: Emater Rio de Itaboraí



PRODUÇÃO DE FLORES

A produção de flores no município tem destaque, principalmente no distrito de Pachecos.

Segundo o Censo da Floricultura de Itaboraí de 2011, realizado pela EMATER-RIO, a área ocupada com floricultura neste período equivalia a um total de 22,1 hectares e o número de produtores era de 34 pessoas. Todos utilizavam mudas e sementes da sua própria produção, entretanto, boa parte, praticamente 50%, também fazia uso de mudas e sementes de fora da propriedade. Somente 04 (quatro) produtores não compravam adubos. Quase a totalidade, dependia e fazia uso desse insumo, adquirindo de algum produtor (adubo orgânico) ou comprando em lojas que comercializam adubos químicos.

Outro dado importante é que, neste período, 73,5% vendiam apenas o que produziam; e 26,5% compravam mudas de outros estados (Minas Gerais, São Paulo e Paraná), para suprir demandas de venda de espécies que não eram produzidas no município.

O Censo indica ainda que 61,7% dos produtores comercializavam a maior parte da sua produção na propriedade. Isso equivale ao número de 21 produtores comercializando no local da produção e 12 vendendo para locais como Rio de Janeiro, Niterói e Região dos Lagos e 1 produtor que comercializava para outros estados, como São Paulo e Minas Gerais.

No decorrer dos anos, o município sofreu uma diminuição da produção de flores, porém ainda assim é considerável a existência dessa atividade no município.

Alguns desafios foram apresentados pelos produtores e o principal deles é a necessidade de uma Feira da Floricultura onde se possa expor e vender os produtos. Além disso, outras dificuldades listadas são: o preço alto dos insumos; a água para irrigação; baixo valor comercial das mudas; dificuldade de acesso aos locais de venda (estrada); entre outros.

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL

O Cadastro Ambiental Rural – CAR identifica os imóveis rurais de todo o país. É considerada uma importante ferramenta para a gestão e o ordenamento territorial, bem como para o combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa, além de garantir segurança jurídica ao produtor rural.

O registro é feito por meio do Sistema de Cadastro Ambiental Rural – Sicar, criado pelo Decreto Federal no 7.830/2012, que integra todas as unidades da federação. A inscrição do imóvel rural no CAR é feita por órgão ambiental municipal ou estadual e se constitui em primeira etapa para a efetivação da adequação ambiental dos imóveis rurais. A ausência de regularização impede os proprietários e produtores rurais de terem acesso a políticas públicas como o crédito rural, linhas de financiamento e isenção de impostos para insumos e equipamentos.

Após a inscrição, e na hipótese de existência de passivo, são firmados termos de compromisso com o produtor rural através dos Programas de Regularização Ambiental - PRA, que identificam tanto as áreas de consolidação das atividades agropecuárias, como as áreas e bacias hidrográficas críticas, apontando os locais de recuperação das matas ciliares e as áreas de preservação permanente. Assim, o CAR é considerado um instrumento de conciliação entre a expansão agropecuária e a conservação do meio ambiente.

Itaboraí possuía 469 imóveis cadastrados até o dia 31 de outubro de 2017, somando uma área de 14.069,61ha. Em comparação com municípios da Região Metropolitana, o município de Itaboraí encontra-se na terceira posição em quantidades de imóveis cadastrados, ficando atrás de Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito.



A tabela abaixo registra os dados disponíveis de acordo com informações do Ministério do Meio Ambiente. Todos os imóveis cadastrados estão sujeitos a análise.

Tabela 46 - Informações sobre o CAR-Cadastro Ambiental Rural-dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

CAR – Cadastro Ambiental Rural (dados até 31/10/2017)		
Municípios da Região Metropolitana	Total de imóveis cadastrados	Total de área (ha)
Belfort Roxo	01	381,13
Duque de Caxias	102	70.860,50
Guapimirim	125	8.227,60
Itaboraí	469	13.732,62
Itaguaí	202	8.625,01
Japeri	115	2.446,39
Magé	179	6.627,25
Maricá	117	5.015,01
Mesquita	21	52,16
Nilópolis	-	-
Niterói	23	441,69
Nova Iguaçu	173	2.116,18
Paracambi	83	5.872,45
Queimados	50	412,48
Seropédica	314	7.159,13
São Gonçalo	30	2.474,93
São João de Meriti	30	2.474,93
Tanguá	338	8.133,23
Cachoeiras de Macacu	924	45.027,15
Rio Bonito	583	23.617,68
Rio de Janeiro	243	26.753,59
Fontes:	Serviço Florestal Brasileiro – Ministério do Meio Ambiente Disponível em www.car.gov.br/publico/imoveis/index / Acesso em 13/11/2017	

POTENCIAL TURÍSTICO

ECOTURISMO E TURISMO RURAL

O texto a seguir foi adaptado do documento “Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 – Itaboraí” (TCE-RJ). O Ministério do Turismo, com o objetivo de apoiar governos estaduais e municipais, disponibiliza na internet (<http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/>) um Mapa dinâmico e georreferenciado do Turismo Brasileiro.

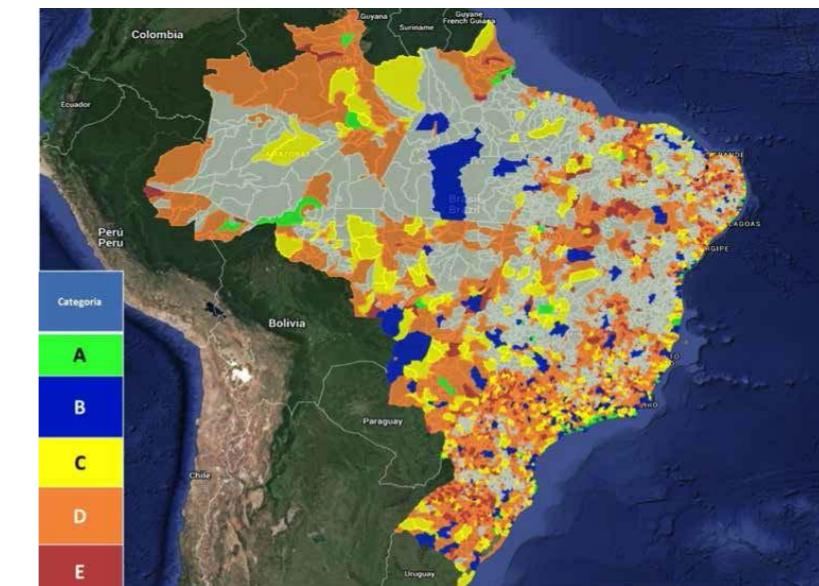


Figura 83 - Mapa do Turismo Brasileiro

Fonte: Ministério do Turismo (adaptado de Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016)

A categoria “A”, mostrada no mapa acima, representa os municípios com maior fluxo turístico e maior número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem, que respondem por 47% da estimativa de fluxo turístico doméstico do Brasil e 82% do internacional. A categoria “B” tem participação expressiva de localidades das regiões Sudeste, Nordeste e Sul e, juntamente com os municípios da categoria “A”, responde por 68% do fluxo doméstico brasileiro e 97% do internacional. A categoria “C” representa 15% do total avaliado. As categorias “D” e “E” englobam o maior número de cidades do Mapa do Turismo, totalizando 2.623 municípios, o que corresponde a 78% de todo o conjunto avaliado, estes por sua vez apresentam menor fluxo de turistas e menor número de empregos formais no setor.

DESENVOLVIMENTO RURAL

Os municípios fluminenses encontram-se 100% classificados e apresentam maior concentração na categoria D, que representa 48,9% do total mapeado, como se pode observar na tabela a seguir:

Categoria	Nº de Casos	% de Casos
A	5	5.43%
B	17	18.5%
C	23	25.0%
D	45	48.9%
E	2	2.17%
Total	92	100%

Figura 84 - Distribuição dos municípios fluminenses por categoria turística

Fonte: <http://mapa.turismo.gov.br/mapa/#/home>

(adaptado de *Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016*)

O município de Itaboraí aparece na região turística denominada de Caminhos da Mata, e encontra-se na Categoria “C”, conforme tabalea abaixo.

Tabela 47 - Categoria turística dos municípios da Região dos Caminhos da Mata

Municípios	categoria A	categoria B	categoria C	categoria D	categoria E
Itaboraí			X		
Rio Bonito			X		
São Gonçalo			X		
Silva Jardim				X	
Tanguá				X	

Fonte: Ministério do Turismo. Mapa Interativo da Categorização dos Municípios
(adaptado de *Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016*)

Os Caminhos da Mata, de fácil acesso devido à proximidade dos grandes centros, têm um perfil histórico relevante e destaque pelos seus atrativos naturais, com importantes reservas naturais de mata atlântica na área mais próxima à região das serras e reservas particulares do patrimônio natural (RPPN), que estimulam a prática do ecoturismo e do turismo rural.

O ecoturismo possui um potencial significativo em Itaboraí, com destaque para o manguezal de Itambi, que faz parte da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim, no delta do Rio Macacu. Áreas de vegetação mais densa são encontradas nas áreas mais elevadas ao sul do Município na divisa com Maricá e São Gonçalo, na Serra de Cassorotiba. Porém, as áreas verdes mais significativas são encontradas na Serra do Barbosão na divisa com Tanguá e concentra várias nascentes de rios de pequeno curso que contribuem para a bacia do rio Caceribu. Estas áreas de matas ainda apresentam um grande potencial para caminhadas ecológicas.





**DESENVOLVIMENTO
URBANO**









URBANIZAÇÃO E USO DO SOLO

O município de Itaboraí, durante a segunda metade do século XX, apresentou um grande nível de urbanização em decorrência do surgimento dos primeiros loteamentos. A partir do ano de 1950, com a decadência da agricultura em certas regiões do município, as terras de antigas propriedades rurais foram sendo substituídas por loteamentos para a ocupação urbana, principalmente nas áreas próximas às rodovias e, sobretudo, no eixo ferroviário de Itaboraí para Niterói.

Além da crise da agricultura, a urbanização em Itaboraí foi favorecida tanto pela existência de grandes propriedades improdutivas localizadas próximas às rodovias, como pela rápida valorização das terras para a ocupação urbana. Essa valorização se deu em decorrência do crescimento da cidade do Rio de Janeiro e de cidades vizinhas. O êxodo rural ocorrido no país durante as décadas de 1960 e 1970 também contribuiu para que Itaboraí recebesse um grande número de pessoas que migravam em direção ao município do Rio de Janeiro, vindas do interior do Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e de vários pontos do país em busca de melhores condições de vida.

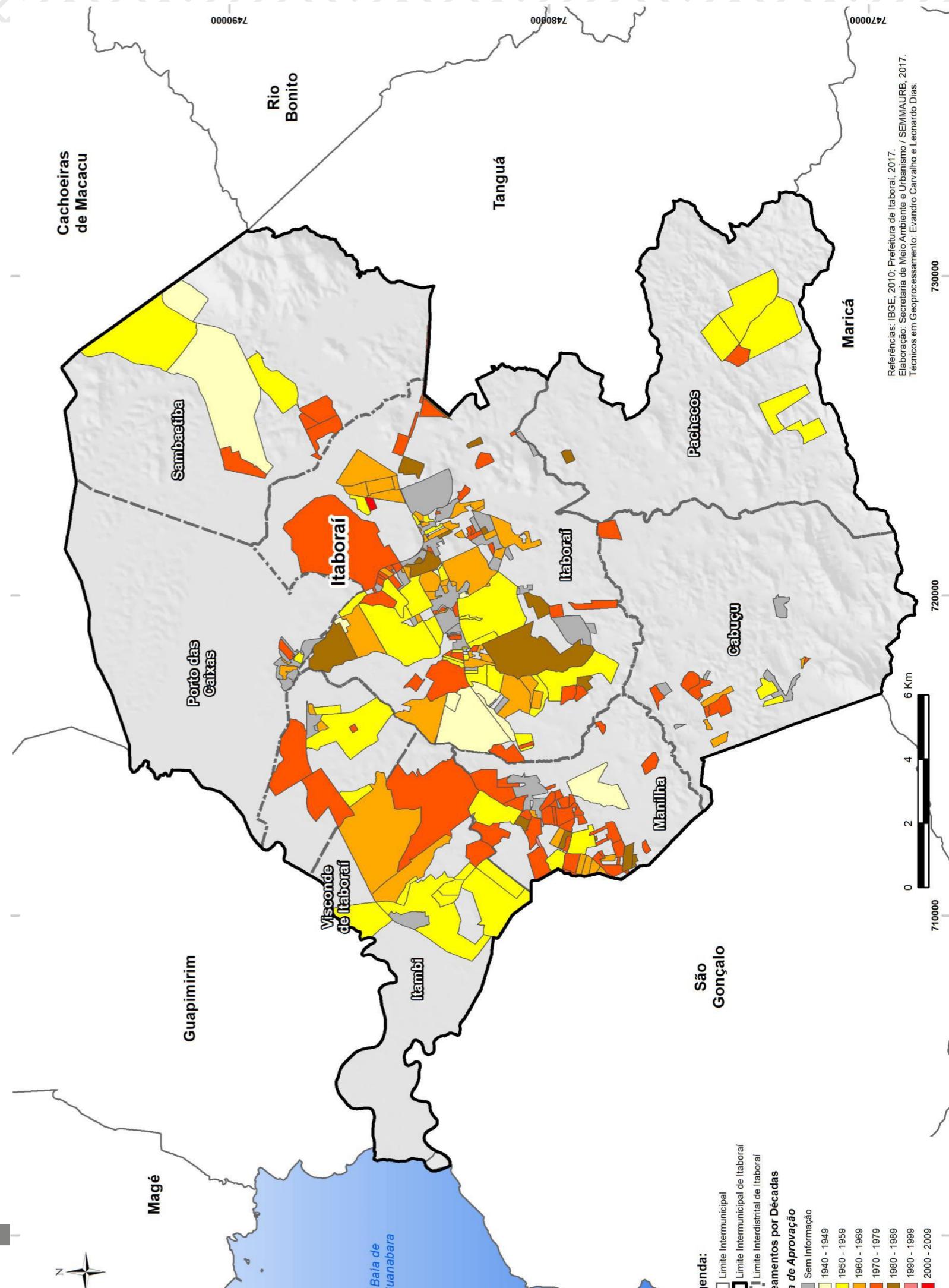
A cultura da laranja entrou em decadência na década de 1970 devido à falta de modernização da produção e a concorrência com outras regiões, como São Paulo. Mas a principal causa para a rápida alteração da paisagem foi à valorização da terra para a ocupação urbana.

O surgimento dos loteamentos e, consequentemente, o grande crescimento populacional da segunda metade do século XX foi favorecido pela rede de circulação que o Município concentrava já na década de 1950. Nesta época, a ferrovia tinha um papel significativo no transporte de passageiros entre Itaboraí e Niterói e favoreceu o surgimento de loteamentos em áreas próximas às estações, como os loteamentos Jardim Itajubá, em Porto das Caixas, Jardim Itamaraty, em Visconde de Itaboraí e Jardim Itambi, em Itambi, todos da primeira metade da década de 1950. Outros loteamentos concentravam-se ao longo das rodovias em Itaboraí e nos distritos de Manilha e Itambi, áreas atravessadas pela Rodovia BR-493.

Durante as décadas de 1960 e 1970, os loteamentos continuaram a se expandir pelo Município, favorecidos pela rede de acesso existente, com destaque para a BR-101 que corta o Município e liga-o ao Rio de Janeiro, a Campos dos Goytacazes, no norte do estado, ao Espírito Santo e Nordeste do país.

É importante mencionar ainda que a construção da ponte Rio - Niterói, inaugurada em 1974, contribuiu para o crescimento populacional de Itaboraí, encurtando o tempo de viagem até o Rio de Janeiro. A partir deste período o Município intensifica a característica de “cidade dormitório”, pois parte expressiva de sua população trabalha no Rio de Janeiro ou Niterói.

Observa-se que Itaboraí, na década de 1970, passou por profundas alterações, deixando as características de um município agrário para se integrar ao eixo metropolitano, apresentando-se como um dos municípios da Região Metropolitana com os índices mais expressivos de crescimento populacional e de urbanização.



O gráfico a seguir apresenta a distribuição populacional de Itaboraí, fazendo um comparativo segundo a estimativa de 2005 e o Censo Demográfico 2010, e separado por distrito.

Podemos observar que no Centro há maior número de pessoas, em seguida Manilha e logo após Itambi. Os distritos de Visconde e Cabuçu apresentam números aproximados e os distritos de Porto das Caixas, Sambaetiba e Pachecos possuem menor número populacional. Esses distritos, que possuem menor população, são os que têm características fortemente rurais e grandes áreas de terras não ocupadas.

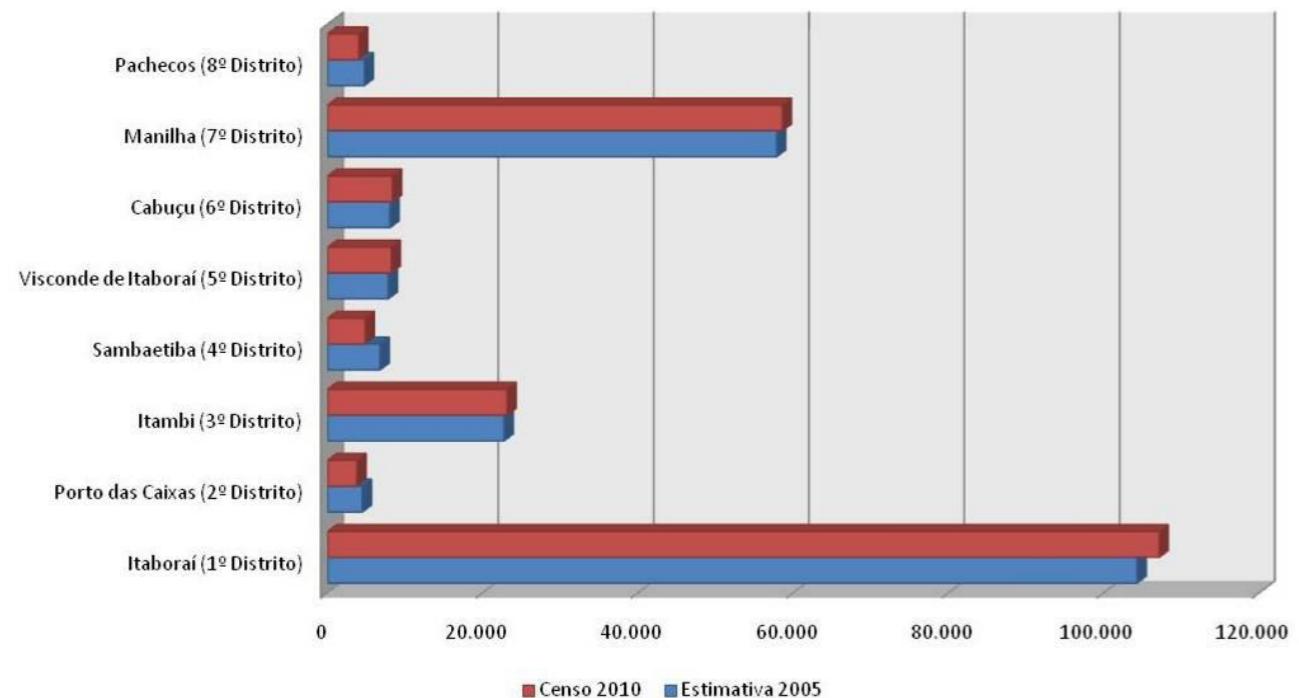


Figura 85 - Distribuição populacional de Itaboraí por distrito

Fontes: Fundação CIDE/2005 (dados da estimativa 2005)
Censo Demográfico 2010 ([disponível em cidades.ibge.gov.br](http://disponivel em cidades.ibge.gov.br))

As grandes concentrações populacionais acompanham os eixos das principais rodovias, sobretudo a BR-101. Os distritos de Itaboraí e Manilha são os que apresentam as maiores concentrações populacionais, como mostra a imagem a seguir:

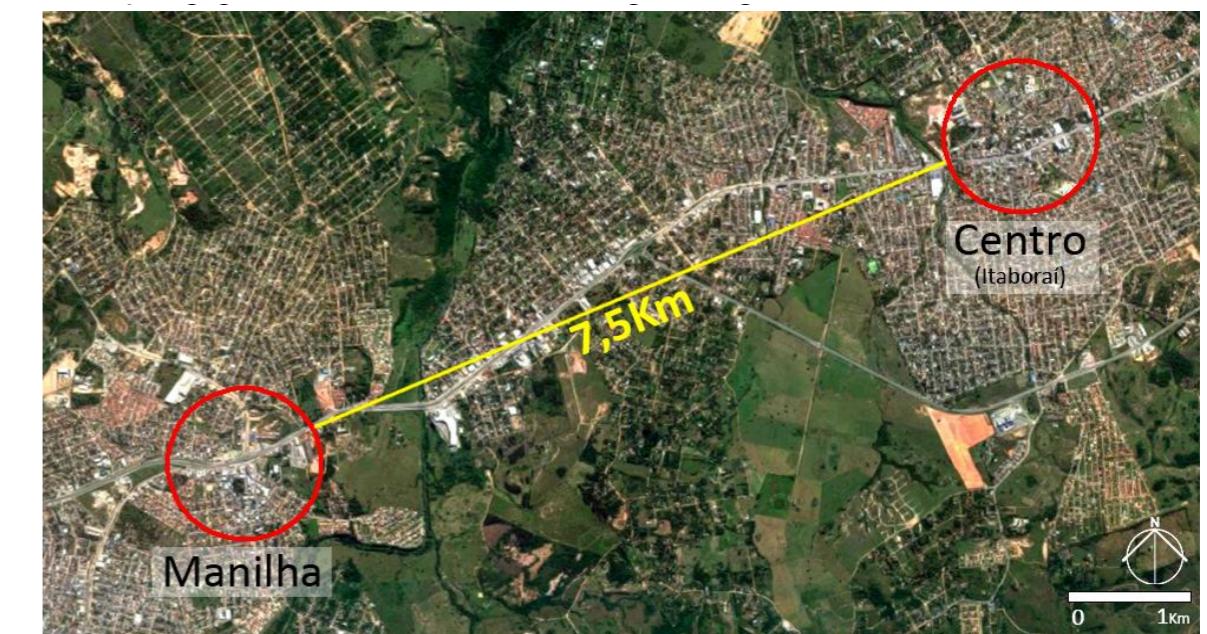


Figura 86 - Itaboraí, visto a 16,50 km de altitude

A tabela abaixo apresenta os dados de ocupação e expansão na área urbana da Região Metropolitana, considerando o município de Itaboraí e seus municípios limítrofes, relacionando informações do ano de 2007 e 2016.

Tabela 48 - Dados de Ocupação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Itaboraí e seus municípios limítrofes

Municípios	Área Urbana (Km ²) - 2007	Área Urbana (Km ²) - 2016	Área do Município (Km ²)	% área urbana em relação à área do município (2007)	% área urbana em relação à área do município (2016)	Crescimento da expansão (2007-2016)
RMRJ	1.378,69	1.663,61	6.738,13	20,46	24,69	20,67%
Itaboraí	57,98	94,89	429,56	13,50	22,09	63,65%
Maricá	65,02	86,13	361,53	17,98	23,82	32,46%
Tanguá	8,49	11,78	143,01	5,94	8,24	38,82%
Cachoeiras de Macacu	9,67	17,84	954,61	1,01	1,87	84,46%
Guapimirim	18,87	27,16	358,38	5,27	7,58	43,93%
São Gonçalo	117,17	134,76	248,44	47,16	54,24	15,02%

Fonte: Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro (disponível em Caderno Metropolitano 3 – Cartografia e Informação)

PIRÂMIDE ETÁRIA

A seguir, o gráfico que demonstra a população do município de Itaboraí por faixa etária e sexo segundo os censos de 2000 e 2010. Percebe-se que em 2000 a população da idade de 20 a 24 anos era em maior número. Já em 2010, esse alargamento se dá na faixa etária de 30 a 34 anos, justamente por conta desse intervalo do período de 10 anos.

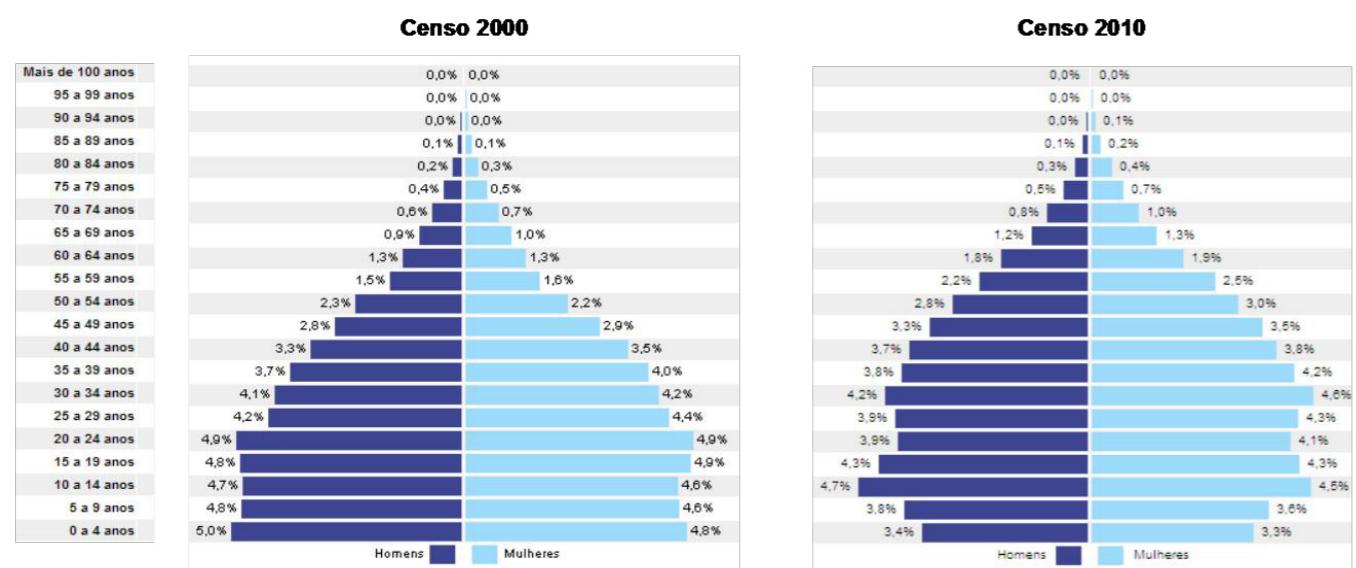


Figura 87 - Distribuição da população de Itaboraí por faixa etária e sexo, segundo censos de 2000 e 2010

Fonte: Adaptado do IBGE

DENSIDADE DE OCUPAÇÃO

De acordo com o Censo 2010, do IBGE, a densidade demográfica do município de Itaboraí é de 506,55 habitantes por quilômetro quadrado.

Observa-se que, apesar do 1º distrito ter maior extensão que o 7º, a densidade de ocupação é menor. Segundo o Censo Demográfico 2010, Itaboraí-Centro, (1º distrito) tinha população de 107.117, e Manilha (7º Distrito), população de 58.572 habitantes.

Itambi e Visconde apresentam densidade aproximada e com pouca variação já os distritos de Cabuçu, Porto das Caixas, Sambaetiba e Pachecos apresentam densidade bem inferior, conforme pode-se verificar no mapa abaixo.

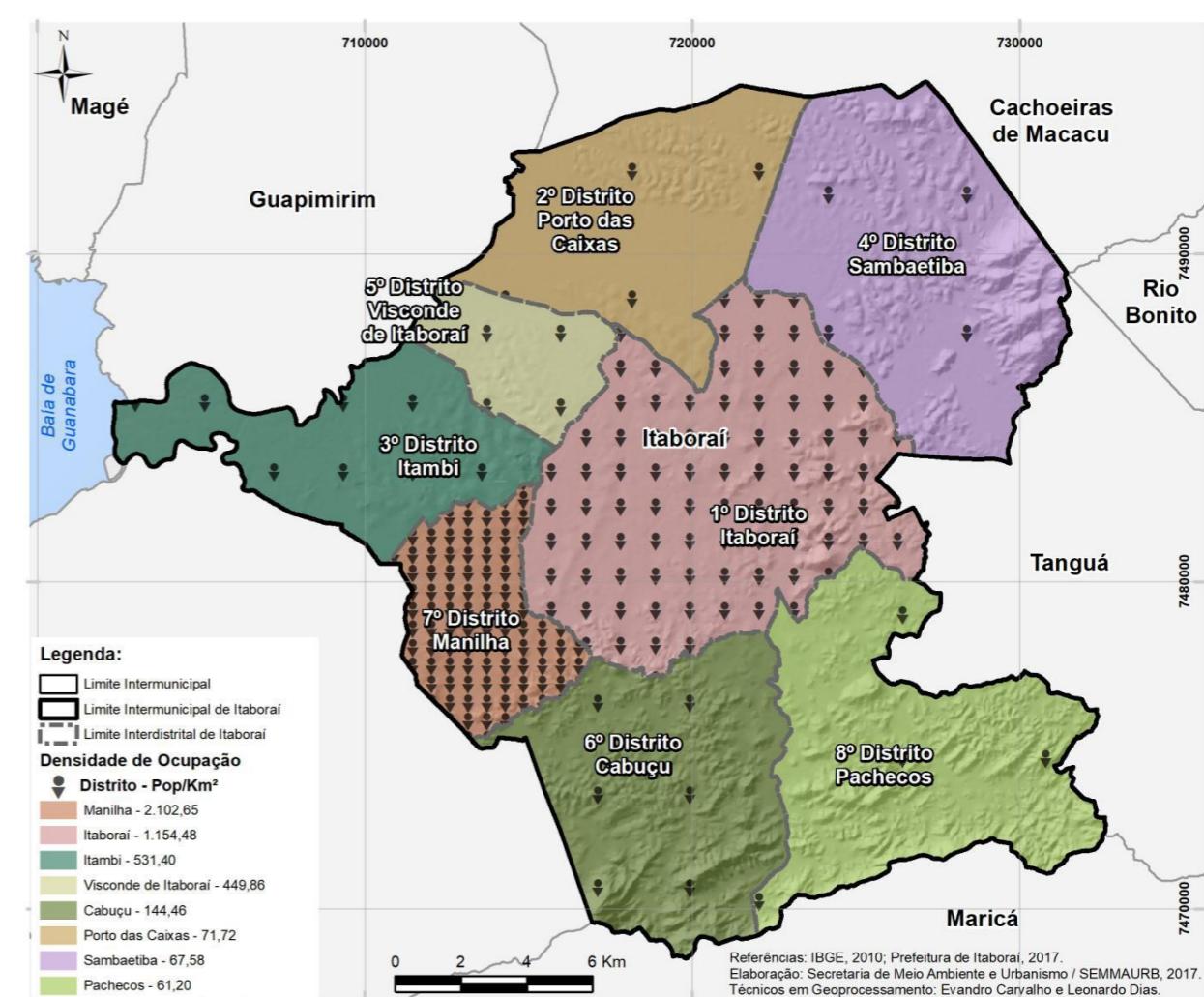


Figura 88 - Densidade demográfica por distrito, segundo Censo Demográfico 2010

Seguem abaixo quadros demonstrativos da densidade de ocupação por cada distrito, com seus respectivos bairros.

Tabela 49 - Área em km² dos bairros, população e densidade de ocupação - 1º Distrito (Itaboraí)

1º Distrito (Itaboraí)					
Ranking Município	Ranking Distrito	Bairro	População	Área (km ²)	Densidade de Ocupação (Pop/km ²)
1º	1º	Nova Cidade	8.457	1,32	6.401,97
4º	2º	Ampliação	14.903	2,71	5.501,09
5º	3º	Jardim Imperial	3.211	0,59	5.461,81
6º	4º	Rio Várzea	5.038	0,97	5.175,14
8º	5º	Nancilândia	2.766	0,60	4.604,63
10º	6º	Santo Expedito	2.898	0,78	3.722,07
12º	7º	Areal	5.523	1,60	3.456,41
15º	8º	Outeiro das Pedras	5.502	1,80	3.051,92
18º	9º	Venda das Pedras	3.097	1,05	2.952,34
19º	10º	Itaboraí (Centro)	4.089	1,40	2.925,73
20º	11º	Sossego	3.372	1,24	2.713,66
22º	12º	Esperança	13.742	7,34	1.873,28
23º	13º	Quissamã	4.755	2,59	1.838,53
28º	14º	Retiro São Joaquim	7.442	4,77	1.561,35
30º	15º	Colônia	2.229	1,48	1.502,63
32º	16º	Joaquim de Oliveira	5.194	4,53	1.145,64
24º	17º	Bela Vista	1.661	1,75	948,06
35º	18º	Itaville	2.195	2,38	923,59
39º	19º	City Areal	1.228	1,61	764,25
40º	20º	Retiro	1.587	2,09	758,57
43º	21º	Jardim Ferma	1.206	1,88	641,42
51º	22º	Três Pontes	911	3,22	282,61
58º	23º	Engenho Velho	823	3,83	215,14
59º	24º	Caluge	1.765	8,86	199,16
60º	25º	Badureco	763	3,91	195,29
63º	26º	Picos	774	6,10	126,88
64º	27º	Sapê	428	3,46	123,62
65º	28º	Vila Rica	893	8,62	103,60
68º	29º	Iguá	147	1,71	86,11
70º	30º	Calundu	518	8,60	60,22
Urbano		107.117	92,78	1.154,48	
Rural		-	-	-	
Total		107.117	92,78	1.154,48	

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE)

Densidade de Ocupação (Pop/km²) 1º Distrito (Centro)

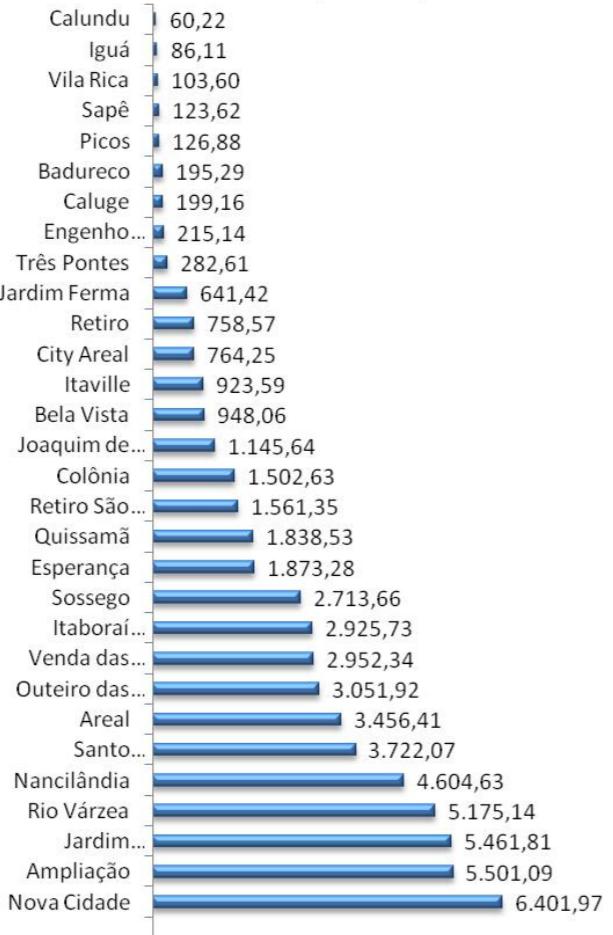


Figura 89 - Densidade de Ocupação do 1º Distrito (Itaboraí)

Tabela 50 - Área em km² dos bairros, população e densidade de ocupação - 2º Distrito (Porto das Caixas)

2º Distrito (Porto das Caixas)					
Ranking Município	Ranking Distrito	Bairro	População	Área (km ²)	Densidade de Ocupação (Pop/km ²)
16º	1º	Porto das Caixas (Centro)	3757	1,27	2.957,34
72º	2º	Nossa Senhora de Conceição	25	3,38	7,39
Urbano			3.782	4,65	812,70
Rural			-	48,08	-
Total			3.782	52,73	71,72

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE)

Densidade de Ocupação (Pop/km²) 2º Distrito (Porto das Caixas)



Figura 90 - Densidade de Ocupação do 2º Distrito (Porto das Caixas)

Tabela 51 - Área em km² dos bairros, população e densidade de ocupação - 3º Distrito (Itambi)

3º Distrito (Itambi)					
Ranking Município	Ranking Distrito	Bairro	População	Área (km ²)	Densidade de Ocupação (Pop/km ²)
17º	1º	João Caetano	7.722	2,61	2.954,71
24º	2º	Itambi (Centro)	1.578	0,88	1.794,79
27º	3º	Grande Rio	4.973	3,00	1.655,49
31º	4º	Gebara	2.771	2,36	1.172,02
41º	5º	Parque Aurora	1.595	2,19	727,03
44º	6º	Jardim Itambi	2.210	5,13	430,89
46º	7º	Morada do Sol I	864	2,34	369,94
55º	8º	Morada do Sol II	1.018	4,38	232,23
Urbano			22.731	22,89	993,05
Rural			380	20,60	18,44
Total			23.111	43,49	531,40

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE)

Densidade de Ocupação (Pop/km²) 3º Distrito (Itambi)

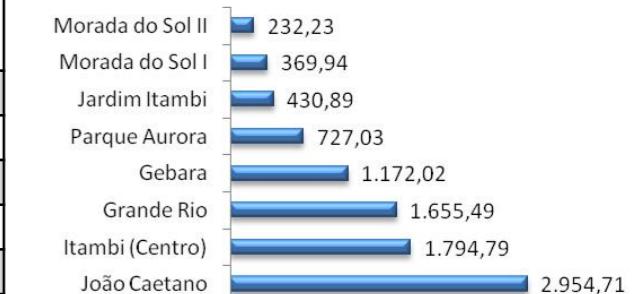


Figura 91 - Densidade de Ocupação do 3º Distrito (Itambi)

Tabela 52 - Área em km² dos bairros, população e densidade de ocupação - 4º Distrito (Sambaetiba)

4º Distrito (Sambaetiba)					
Ranking Municipio	Ranking Distrito	Bairro	População	Área (km ²)	Densidade de Ocupação (Pop/km ²)
36º	1º	Parque Nova Friburgo	1.012	1,23	819,93
56º	2º	Sambaetiba (Centro)	1.086	4,94	220,04
57º	3º	Quinta dos Colibris	247	1,14	217,45
61º	4º	Agro Brasil	677	4,59	147,50
62º	5º	Chácaras Bela Vista	215	1,67	128,69
66º	6º	Alto do Jacú	1.070	10,37	103,17
Urbano			4.307	23,94	179,91
Rural			560	48,08	11,65
Total			4.867	72,02	67,58

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE)

Densidade de Ocupação (Pop/km²)
4º Distrito (Sambaetiba)

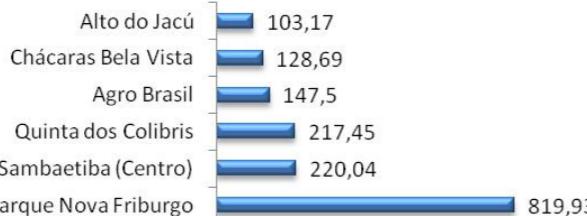


Figura 92 - Densidade de Ocupação do 4º Distrito (Sambaetiba)

Tabela 54 - Área em km² dos bairros, população e densidade de ocupação - 6º Distrito (Cabuçu)

6º Distrito (Cabuçu)					
Ranking Municipio	Ranking Distrito	Bairro	População	Área (km ²)	Densidade de Ocupação (Pop/km ²)
26º	1º	Vila Verde	1.929	1,13	1.705,87
33º	2º	Cabuçu (Centro)	3.316	3,26	1.016,24
42º	3º	São José	1.625	2,28	712,94
45º	4º	Curuzu	229	0,56	406,39
49º	5º	São Sebastião	115	0,34	337,24
53º	6º	Recanto dos Magalhães	553	2,13	259,99
69º	7º	Pitanga	107	1,63	65,74
Urbano			7.874	11,33	694,96
Rural			479	46,49	10,23
Total			8.353	57,82	144,46

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE)

Densidade de Ocupação (Pop/km²)
6º Distrito (Cabuçu)



Figura 94 - Densidade de Ocupação do 6º Distrito (Cabuçu)

Tabela 53 - Área em km² dos bairros, população e densidade de ocupação - 5º Distrito (Visconde)

5º Distrito (Visconde)					
Ranking Municipio	Ranking Distrito	Bairro	População	Área (km ²)	Densidade de Ocupação (Pop/km ²)
21º	1º	Visconde (Centro)	2.032	0,86	2.366,09
37º	2º	Vila Visconde	2.103	2,68	785,87
38º	3º	Itamarati	3.216	4,14	777,30
50º	4º	Maravilha	625	2,02	309,91
71º	5º	Vilage do Sol	216	4,65	46,42
Urbano			8.192	14,34	571,27
Rural			9	3,89	2,31
Total			8.201	18,23	449,86

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE)

Densidade de Ocupação (Pop/km²)
5º Distrito (Visconde)

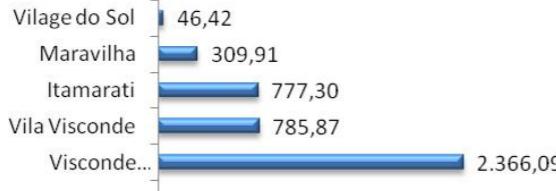


Figura 93 - Densidade de Ocupação do 5º Distrito (Visconde)

Tabela 55 - Área em km² dos bairros, população e densidade de ocupação - 7º Distrito (Manilha)

7º Distrito (Manilha)					
Ranking Municipio	Ranking Distrito	Bairro	População	Área (km ²)	Densidade de Ocupação (Pop/km ²)
2º	1º	Apollo II	6.729	1,07	6.278,22
3º	2º	Vila Brasil	6.096	1,11	5.507,27
7º	3º	Santo Antônio	6.313	1,30	4.840,52
9º	4º	Novo Horizonte	6.337	1,38	4.578,10
11º	5º	Monte Verde	3.949	1,06	3.718,81
13º	6º	Manilha (Centro)	9.388	2,92	3.209,68
14º	7º	Aldeia de Prata	5.123	1,67	3.073,37
25º	8º	Marambaia	7.716	4,40	1.754,15
29º	9º	Vila Gabriela	3.688	2,40	1.538,65
47º	10º	Granjas Cabuçu	2.266	6,50	348,75
54º	11º	São Miguel	967	4,04	239,21
Urbano			58.572	27,86	2.102,65
Rural			-	-	-
Total			58.572	27,86	2.102,65

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE)

Densidade de Ocupação (Pop/km²)
7º Distrito (Manilha)

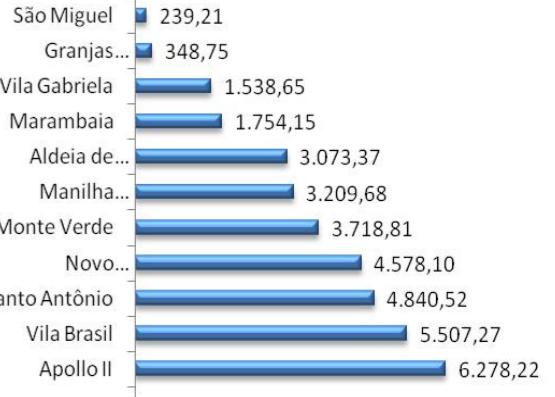


Figura 95 - Densidade de Ocupação do 7º Distrito (Manilha)

Tabela 56 - Área em km² dos bairros, população e densidade de ocupação - 8º Distrito (Pachecos)

8º Distrito (Pachecos)					
Ranking Município	Ranking Distrito	Bairro	População	Área (km ²)	Densidade de Ocupação (Pop/km ²)
48º	1º	Pachecos (Centro)	824	2,39	344,32
52º	2º	Granjas Mirassol	663	2,45	270,49
67º	3º	Perobas	1.175	12,21	96,25
Urbano			2.662	17,05	156,13
Rural			1.343	48,39	27,75
Total			4.005	65,44	61,20

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE)

Densidade de Ocupação (Pop/km²)
8º Distrito (Pachecos)

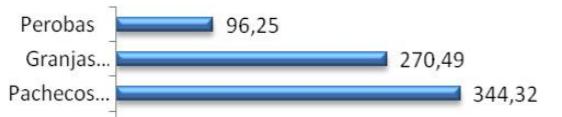


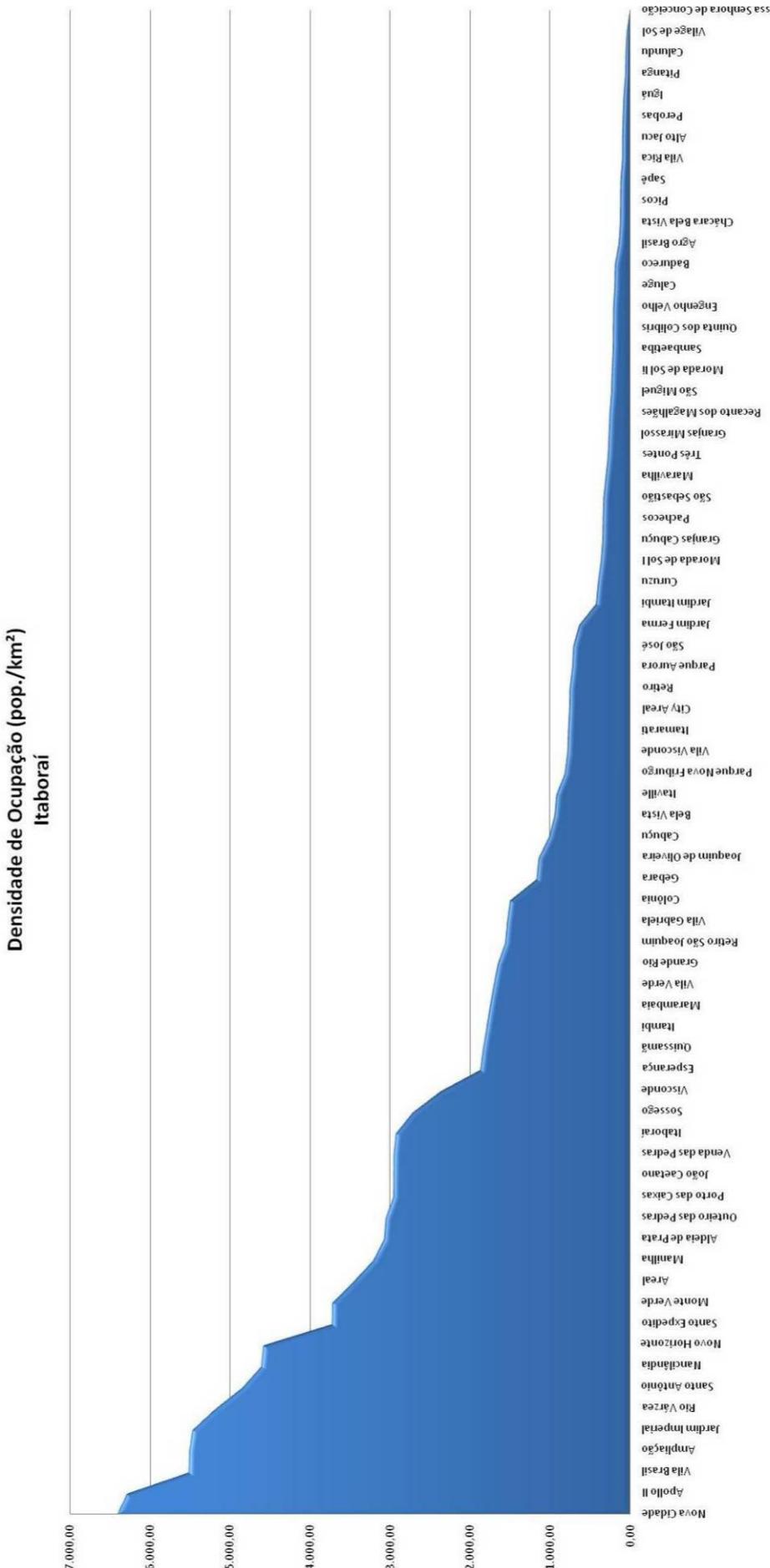
Figura 96 - Densidade de Ocupação do 8º Distrito (Pachecos)

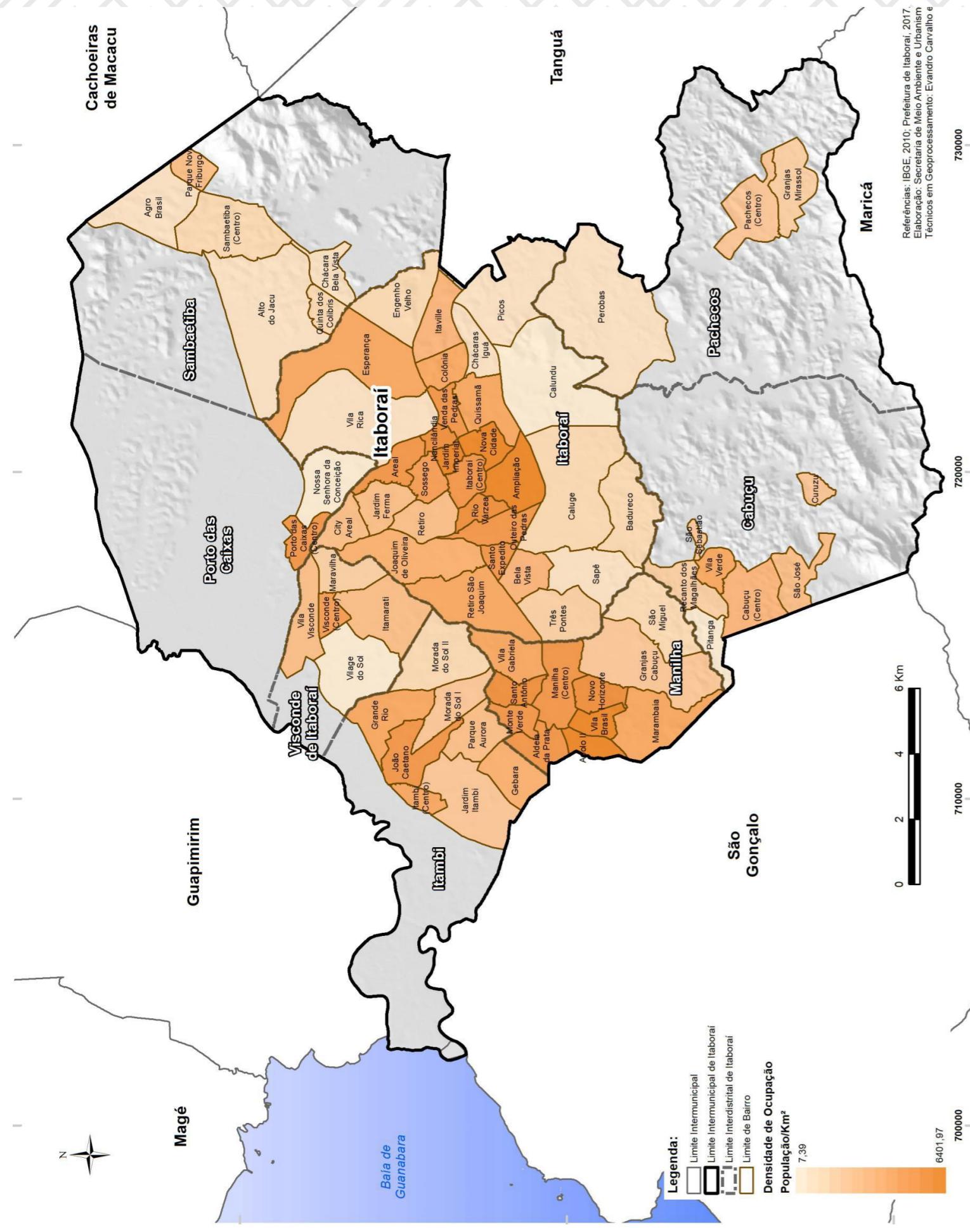
Tabela 57 - Demonstrativo total da população, área total de Itaboraí e densidade de ocupação (pop/km²)

Demonstrativo total do município			
	População	Área (km ²)	Densidade de Ocupação (pop/km ²)
Total (Urbano)	215.237	214,84	1.001,84
Total (Rural)	2.771	215,53	12,85
Total do Município	218.008	430,37	506,55

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE)

Panorama geral do município:





DESENVOLVIMENTO URBANO

DIVISÃO TERRITORIAL

Tabela 58 - Divisão territorial por distritos, bairros e subdivisões

Distritos	Bairros	Subdivisões	
Itaboraí 1º Distrito (30 Bairros) (116 Loteamentos) (05 Áreas de Terras) (03 Conj. Residenciais) (02 Conj. Habitacional) (11 Desmembramentos) (01 Especial)	Ampliação Areal Badureco Bela Vista Caluge Calundu City Areal Colônia Engenho Velho Esperança Iguá Bairro Itaboraí (Centro) Itaville Jardim Ferma Jardim Imperial Joaquim de Oliveira Nancilândia Nova Cidade Outeiro das Pedras Picos Quissamã Retiro Retiro São Joaquim Rio Várzea Santo Expedito Sapê Sossego Três Pontes Venda das Pedras Vila Rica	Coluna 01 AMPLIAÇÃO 1043-Loteamento Ampliação da Cidade de Itaboraí (<i>parte no bairro Rio Várzea e parte em Itaborai-Centro</i>) 1054-Loteamento Várzea 1065-Loteamento Jardim Vila Rica 1067- Jardim Caluge (Loteamento Vila General Coelho dos Reis) 1071-Loteamento Parque Royal AREAL 1049-Loteamento Bairro Nossa Senhora de Fátima 1056-Loteamento Campo Lindo 1057-Loteamento Parque Lagoa Encantada (<i>parte no bairro Sossego</i>) 1070-Loteamento Vila Areal 1073-Loteamento Jardim Nova Aliança 1074-Loteamento Bairro Isabel 1077-Loteamento Vila Real 1078-Loteamento Vila São Pedro 1079-Loteamento Bairro Eldorado 1081-Loteamento Jardim Brasília 1083-Desmembramento do Antônio Soares Bastos 1084-Loteamento Bairro Angelim 1085-Loteamento Bairro Santa Lúcia 1086-Área de Terras no Areal (A.N.P.L. Cerâmica Mundial) (<i>parte no bairro Sossego</i>) 1086-Área de Terras no Areal (A.N.P.L. Cerâmica Areal) Parte da A.N.P.L. Rua Gabriel Daumas (Atual Área de Terras no Areal) BADURECO 1016-Loteamento Granjas Nossa Sra. da Conceição 1172-Loteamento Chácaras Bougainville (<i>parte no bairro Caluge</i>) 6014- Loteamento Chácaras São Miguel - 3ª Gleba (<i>pertencia ao 6º distrito</i>) BELA VISTA 1010-Loteamento Bairro Bela Vista 1012-Loteamento Jardim Paraíso (<i>parte no bairro Sapê</i>) 1013-Loteamento Alto da Boa Vista (<i>parte no bairro Santo Expedito</i>) 1017-Loteamento Alto do Sapê (<i>parte no bairro Santo Expedito</i>) Parte do Loteamento Fazenda São Joaquim Parte da A.N.P.L. Outeiro das Pedras CALUGE 1039-Loteamento Chácaras São Miguel (1ª e 2ª Gleba) 1052-Loteamento Bairro Morada Linda 1053-Loteamento Parque Residencial Eunice Basbaum 1068-A.N.P.L. no Caluge 1146-Loteamento Cidade Real de Galícia (<i>parte no bairro do Outeiro das Pedras</i>) CALUNDU 1132-Áreas de terras em Quissamã (A.N.P.L. R/ Antônio Gomes) (A.N.P.L. c/ Lot. Jardim Progresso) (A.N.P.L. c/ Lot. Retiro das Acáias) (Continua na próxima página) 1092-Loteamento Chácaras Calundu 1126-Áreas de terras na Rua Manoel Cezar de Abreu Parte do Loteamento Bairro Lili JOAQUIM DE OLIVEIRA 1018-Loteamento São Judas Tadeu 1020-Loteamento Bairro Joaquim de Oliveira 1021-Conjunto Residencial Biddy View I 1022-Conjunto Residencial Biddy View II NANCILÂNDIA 1086-A.N.P.L. Rua Gabriel Daumas (Atual Área de Terras no Areal) (<i>parte no bairro Areal</i>) 1087-Loteamento Nancilândia I 1088-Loteamento Bairro Nancilândia 1096-Desmembramento de Maria Antonieta e Laurita Novas 1131-Desmembramento do Itolosa Al. da Piedade (<i>parte no bairro Jardim Imperial</i>) NOVA CIDADE 1062-Loteamento Bairro Nova Cidade OUTEIRO DAS PEDRAS 1026-Loteamento Vila Basílio 1028-Conjunto Residencial Outeiro das Pedras 1029-Loteamento José Maldonado Ferreira (Rua Valda) 1030-Loteamento Granjas Tingidor 1032-Loteamento Bairro Santa Lúcia 1033-Loteamento Bairro Dona Lídia 1034-Bairro Simone 1036-Loteamento Jardim Dona Lucinda 1037-Loteamento José Maldonado Ferreira (Rua Vilma) 1038-Loteamento Manoel dos Santos Cid 1040-Loteamento Santa Luzia 1041-Loteamento Centro do Rio Várzea (<i>parte no bairro Rio Várzea</i>) A.N.P.L. Rua M. Antônio Souza A.N.P.L. Antigo Batalhão A.N.P.L. c/ J. Dona Lucinda Parte do Loteamento Cidade Real de Galícia PICOS 1124-Loteamento Chácaras Vale do Sossego 1127-Loteamento Retiro das Rosas 1128-Loteamento Recreio do Apodi QUISSAMÃ 1090-Loteamento Bairro Lili (<i>parte no bairro Calundu</i>) 1091-Loteamento Parque Egisa 1098-Loteamento Quissamã (<i>parte no bairro Calundu</i>) 1099-Loteamento Santa Terezinha 1100-Loteamento Jardim Quissamã 1101-Loteamento Retiro das Acáias 1102-Loteamento Vila Quissamã 1103-Loteamento Nova Quissamã 1104-Desmembramento do Espólio do Sr. Paulo Vieira de Oliveira 1105-Loteamento Vila Cláudia (<i>parte no bairro Venda das Pedras</i>) 1107-Loteamento Bairro das Flores 1114-Loteamento Jardim Progresso 1115-Loteamento João Joaquim Pinheiro Partes de Área de Terras em Quissamã (A.N.P.L. c/ Bairro das Flores) (A.N.P.L. c/ Lot. Virgílio Novis) (A.N.P.L. c/ Lot. Nova Cidade) (A.N.P.L. c/ Lot. Quissamã) (A.N.P.L. c/ Lot. Santa Vitória) RETIRO 1042-Loteamento Granjas Bom Retiro	Coluna 02 JOAQUIM DE OLIVEIRA 1018-Loteamento São Judas Tadeu 1020-Loteamento Bairro Joaquim de Oliveira 1021-Conjunto Residencial Biddy View I 1022-Conjunto Residencial Biddy View II NANCILÂNDIA 1086-A.N.P.L. Rua Gabriel Daumas (Atual Área de Terras no Areal) (<i>parte no bairro Areal</i>) 1087-Loteamento Nancilândia I 1088-Loteamento Bairro Nancilândia 1096-Desmembramento de Maria Antonieta e Laurita Novas 1131-Desmembramento do Itolosa Al. da Piedade (<i>parte no bairro Jardim Imperial</i>) NOVA CIDADE 1062-Loteamento Bairro Nova Cidade OUTEIRO DAS PEDRAS 1026-Loteamento Vila Basílio 1028-Conjunto Residencial Outeiro das Pedras 1029-Loteamento José Maldonado Ferreira (Rua Valda) 1030-Loteamento Granjas Tingidor 1032-Loteamento Bairro Santa Lúcia 1033-Loteamento Bairro Dona Lídia 1034-Bairro Simone 1036-Loteamento Jardim Dona Lucinda 1037-Loteamento José Maldonado Ferreira (Rua Vilma) 1038-Loteamento Manoel dos Santos Cid 1040-Loteamento Santa Luzia 1041-Loteamento Centro do Rio Várzea (<i>parte no bairro Rio Várzea</i>) A.N.P.L. Rua M. Antônio Souza A.N.P.L. Antigo Batalhão A.N.P.L. c/ J. Dona Lucinda Parte do Loteamento Cidade Real de Galícia PICOS 1124-Loteamento Chácaras Vale do Sossego 1127-Loteamento Retiro das Rosas 1128-Loteamento Recreio do Apodi QUISSAMÃ 1090-Loteamento Bairro Lili (<i>parte no bairro Calundu</i>) 1091-Loteamento Parque Egisa 1098-Loteamento Quissamã (<i>parte no bairro Calundu</i>) 1099-Loteamento Santa Terezinha 1100-Loteamento Jardim Quissamã 1101-Loteamento Retiro das Acáias 1102-Loteamento Vila Quissamã 1103-Loteamento Nova Quissamã 1104-Desmembramento do Espólio do Sr. Paulo Vieira de Oliveira 1105-Loteamento Vila Cláudia (<i>parte no bairro Venda das Pedras</i>) 1107-Loteamento Bairro das Flores 1114-Loteamento Jardim Progresso 1115-Loteamento João Joaquim Pinheiro Partes de Área de Terras em Quissamã (A.N.P.L. c/ Bairro das Flores) (A.N.P.L. c/ Lot. Virgílio Novis) (A.N.P.L. c/ Lot. Nova Cidade) (A.N.P.L. c/ Lot. Quissamã) (A.N.P.L. c/ Lot. Santa Vitória) RETIRO 1042-Loteamento Granjas Bom Retiro

DESENVOLVIMENTO URBANO

Distritos	Bairros	Subdivisões	
		<p>Parte do Loteamento Quissamã</p> <p>CITY AREAL 1027-Loteamento City Areal 1047-Loteamento Arealândia (<i>parte no bairro Jardim Ferma</i>)</p> <p>COLÔNIA Especial (<i>pertence ao ITERJ-Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro</i>)</p> <p>ENGENHO VELHO 1173-Loteamento em Duques (Qds. 1A e 2A) 4009-Loteamento Engenho Velho (<i>pertencia ao 4º Distrito</i>) 4010-Loteamento Centro Comercial Santa Rosa (<i>pertencia ao 4º Distrito</i>)</p> <p>ESPERANÇA 1118-Loteamento Santo Antônio 1119-Loteamento Vila Esperança 1120-Loteamento Bairro São Pedro 1121-Conjunto Habitacional de Venda das Pedras 1122-Loteamento Vila Progresso 1125-Loteamento Parque Industrial de Venda das Pedras 1148-Conjunto Habitacional Neuza Goulart Brizola</p> <p>IGUÁ 1117-Loteamento Chácara Iguá</p> <p>ITABORAÍ (CENTRO) 1051-Bairro São João Batista 1055-Loteamento Centro de Itaborai <i>A.N.P.L. Rua Pedro Azereedo A.N.P.L. Av. Ver. H. Moreira A.N.P.L. c/ Vila Tav. Pinho</i> 1058-Loteamento Mario Carvalho Ribeiro 1059-Loteamento Jardim Véos 1064-Loteamento Vila Tavares de Pinho 1069-Loteamento Bairro Sampaio 1075-Loteamento Heitor da Costa Parte do Loteamento Ampliação da Cidade de Itaborai Parte do Loteamento Bairro Chic</p> <p>ITAVILLE 1123-Loteamento Itaville 1129-Loteamento Recanto dos Duques I 1130-Loteamento Recanto dos Duques II</p> <p>JARDIM FERMA 1031-Loteamento Parque Santa Rosa de Lima (<i>parte no bairro Retiro</i>) 1035-Loteamento Jardim Ferma (<i>parte no bairro Retiro</i>) Parte do Loteamento Arealândia</p> <p>JARDIM IMPERIAL 1063-Loteamento Bairro Chic (<i>parte no bairro Itaborai-Centro</i>) 1066-Loteamento Jardim Imperial 1072-Loteamento Bairro Sena 1076-Loteamento Cortume 1080-Loteamento Bairro Meu Retiro Parte do Desmembramento Itolosa Al. da Piedade</p>	<p>Parte do Loteamento Parque Santa Rosa de Lima Parte do Loteamento Jardim Ferma</p> <p>RETIRO SÃO JOAQUIM 1001-Loteamento Vale do Sol 1004-Loteamento Retiro São Joaquim 1008-Parque São Sebastião 1014-Loteamento Fazenda Dendê</p> <p>RIO VÁRZEA 1044-Loteamento Jardim Eliane 1045-Desmembramento Glicério Rodrigues Pinheiro Parte do Loteamento Centro do Rio Várzea Parte do Loteamento Ampliação da Cidade de Itaborai</p> <p>SANTO EXPEDITO 1019-Loteamento Santo Expedito 1024-Loteamento Bairro Santo Expedito 1025-A.N.P.L. Outeiro das Pedras (<i>parte no bairro Bela Vista</i>) Parte do Loteamento Alto da Boa Vista Parte do Loteamento Alto do Sapé</p> <p>SAPÉ 1011-Loteamento Vila Nova de Itaborai 1015-Loteamento Estância Sorriso 1023-Desm. de Eduardo Bitencourt Jardim 7064-Loteamento Sítios Tangará (<i>pertencia ao 7º Distrito</i>) 7065-Loteamento Chácara São Lázaro (<i>pertencia ao 7º Distrito</i>) Parte do Loteamento Jardim Paraíso</p> <p>SOSSEGO 1048-Loteamento Bairro Maria Elisa 1050-Loteamento Bairro Meu Sossego 1060-Desmembramento Manoel dos Santos Cid Parte do Loteamento Parque Lagoa Encantada Parte da Área de Terras no Areal (A.N.P.L. Cerâmica Mundial)</p> <p>TRÊS PONTES 1002-Loteamento Jardim Santa Helena 1003-Loteamento Bairro Três Pontes 1006-Loteamento Jardim Santa Luzia 1007-Loteamento Fazenda São Joaquim (<i>parte no bairro Bela Vista</i>) 1009-Desmembramento do Lote 24 Fazenda São Joaquim</p> <p>VENDA DAS PEDRAS 1082-Bairro Centro de Venda das Pedras <i>(A.N.P.L. antiga Funerária)</i> 1093-Loteamento Jardim Paris 1095-Desmembramento do Onacy Pereira da Silva 1097-Loteamento Mª Antonieta e Laurita Novaes 1106-Loteamento Vila das Pedrinhas 1108-Desmembramento Nonito Pereira de Lemos 1109-Loteamento Bairro Rosa Novaes 1110-Loteamento José Maria Nanci 1111-Loteamento Bairro Residencial e Comercial Venda das Pedras 1112-Loteamento Virgílio Novis 1113-Loteamento Bairro Chic de Venda das Pedras 1116-Desmembramento de Lauro Soares Monteiro Parte do Loteamento Vila Cláudia</p> <p>VILA RICA 1089-Loteamento Chácara Vila Rica</p>
		<i>(Continua na coluna 02-página anterior)</i>	
Porto das Caixas 2º Distrito	Nossa Senhora da Conceição Porto das Caixas (Centro)	<p>PORTO DAS CAIXAS (CENTRO) 2001-Loteamento Centro de Porto das Caixas (<i>parte no bairro City Areal-1º Distrito</i>) 2002-Loteamento Jardim Porto das Caixas 2003-Loteamento Bairro Santa Cecília 2004-Loteamento Jardim Itajubá</p>	

Distritos	Bairros	Subdivisões	
		<p>(02 Bairros)</p> <p>(05 Loteamentos)</p> <p>(01 Área de Terras)</p>	<p>2005-Loteamento Cecília Glória da M. Nunes Outros: 2998-Área de terras no 2º Distrito (Log. Próximos de Loteamento)</p>
Itambi 3º Distrito	<p>Itambi 3º Distrito (08 Bairros)</p> <p>(12 Loteamentos)</p> <p>(01 Área de Terras)</p>	<p>Gebara Grande Rio Itambi (Centro) Jardim Itambi João Caetano Morada do Sol I Morada do Sol II Parque Aurora</p>	<p>Coluna 01 GEBARA 3002-Loteamento Cidade Gebara (<i>parte no bairro Jardim Itambi e parte em São Gonçalo</i>) 3012-Loteamento Cidade Gebara "A"</p> <p>GRANDE RIO 3009-Loteamento Cidade Grande Rio (<i>parte no bairro João Caetano</i>)</p> <p>ITAMBI (CENTRO) 3004-Loteamento Centro de Itambi Parte do Loteamento Jardim Itambi Parte do Loteamento Parque São Barnabé</p> <p>BAIRRO JARDIM ITAMBI 3001-Loteamento Jardim Itambi (<i>parte no bairro Parque Aurora e parte em Itambi-Centro</i>) 3005-Loteamento Jardim Paulista 3007-Loteamento Jardim Vila Nova Parte do Loteamento Cidade Gebara</p>
			<i>(Continua na coluna 02)</i>
Sambaetiba 4º Distrito	<p>Sambaetiba 4º Distrito (06 Bairros)</p> <p>(09 Loteamentos)</p> <p>(01 Área de Terras)</p>	<p>Agro Brasil Alto do Jacú Chácara Bela Vista Parque Nova Friburgo Quinta dos Colibris Sambaetiba (Centro)</p>	<p>Coluna 01 AGRO BRASIL 4007-Loteamento Núcleo Agro-Brasil Nossa Sra. do Carmo (<i>parte no bairro Sambaetiba - Centro</i>)</p> <p>ALTO DO JACÚ 4001-Loteamento Jardim Escurial 4002-Loteamento Chácara Sambaetiba (<i>parte no bairro Sambaetiba - Centro</i>) 4006-Loteamento Granjas Sambaetiba (<i>parte no bairro Sambaetiba - Centro</i>)</p> <p>CHÁCARAS BELA VISTA 4003-Loteamento Quinta Nova Suiça (<i>parte no bairro Quinta dos Colibris</i>) 4005-Loteamento Chácara Bela Vista</p>
			<i>(Continua na coluna 02)</i>
Visconde de Itaboraí 5º Distrito	<p>Visconde de Itaboraí 5º Distrito (05 Bairros)</p> <p>(09 Loteamentos)</p> <p>(01 Desmembramento)</p> <p>(01 Área de Terras)</p>	<p>Itamarati Maravilha Vila Visconde Vilage do Sol Visconde (Centro)</p>	<p>Coluna 01 ITAMARATI 5104-Loteamento Jardim Itamarati 5105-Loteamento Parque Nossa Senhora das Dores</p> <p>MARAVILHA 5109-Loteamento Jardim Maravilha 5110-Loteamento Jardim América</p> <p>VILA VISCONDE 5103-Loteamento Vila Visconde</p>
			<i>(Continua na coluna 02)</i>
Cabuçu 6º Distrito	<p>Cabuçu 6º Distrito (07 Bairros)</p> <p>(15 Loteamentos)</p> <p>(02 Áreas de Sítios)</p> <p>(01 Área de Espólio)</p> <p>(02 Desmembramento)</p>	<p>Cabuçu (Centro) Curuzu Pitanga Recanto dos Magalhães São José São Sebastião Vila Verde</p>	<p>Coluna 01 CABUÇU (CENTRO) 6001-Loteamento Vila Sandra Regina 6002-Sítios São Thomé 6003-Loteamento Vila Tatiana 6004-Loteamento Vila Cabuçu 6007-Loteamento Bairro Cabuçu</p> <p>CURUZU</p>
			<i>(Continua na coluna 02)</i>



DESENVOLVIMENTO URBANO

Distritos	Bairros	Subdivisões	
(01 Área de Terras)		6016-Loteamento Centro de Curuzú RECANTO DOS MAGALHÃES 6011-Loteamento Jonas da Silva Goulart 6019-Desmembramento do Espólio de Joaquim de Moraes Machado 6023-Loteamento Recanto dos Magalhães SÃO JOSÉ 6005-Loteamento Jardim Esperança 6008-Loteamento Jardim Monte Alegre <i>(Continua na coluna 02-página anterior)</i>	6020-Desmembramento do Sr. Juvenal de Souza Campos Outros: 6024-Recreio de Itapacorá 6998 – Área de Terras no 6º Distrito (<i>Log. Próximos de Loteamentos</i>)
Manilha 7º Distrito (11 Bairros) (47 Loteamentos) (02 Áreas de Terras) (01 Conj. Habitacional) (01 Conj. Residencial) (04 Desmembramentos)	Aldeia da Prata Apolo II Granjas Cabuçu Manilha (Centro) Marambaia Monte Verde Novo Horizonte Santo Antônio São Miguel Vila Brasil Vila Gabriela	Coluna 01 ALDEIA DA PRATA 7011-Loteamento Aldeia da Prata APOLO II 7004-Loteamento Apolo III (<i>parte em Itaborai, parte em São Gonçalo</i>) 7008-Loteamento Jardim Idália (<i>parte em Itaborai e parte em São Gonçalo</i>) 7013-Loteamento Jardim Fluminense (<i>parte em Itaborai e parte em São Gonçalo</i>) 7015-Loteamento Jardim Marambaia (<i>parte em Itaborai, parte em São Gonçalo</i>) 7016-Loteamento Jardim das Acácias 7018-Loteamento Apolo II GRANJAS CABUÇU 7048-Loteamento Granjas Cabuçu MANILHA (CENTRO) 7030-Loteamento Jardim Shangri-lá 7039-Loteamento Jardim Maikel 7041-Loteamento Jardim Alvorada 7042-Loteamento Jardim Planalto 7043-Loteamento Jardim Manilha 7044-Loteamento Nova Aldeia 7049-Loteamento Centro de Manilha (<i>parte no bairro Vila Gabriela</i>) A.N.P.L. Est. do Contorno A.N.P.L. em Manilha A.N.P.L. Est. do Cabuçu A.N.P.L. Av. Pref. Gilberto Antunes 7050-Loteamento Jardim Floresta 7054-Loteamento Jardim Fernão Dias (<i>parte no bairro Novo Horizonte</i>) 7056-Loteamento Niara 7058-Loteamento Parque Nascimento e Silva 7077-Área de terras conf./ com Condomínio Dom Emanuel II MARAMBAIA 7007-Loteamento Vila Etelma (<i>parte em Itaborai, parte em São Gonçalo</i>) 7009-Loteamento Vila Maria (<i>parte em Itaborai, parte em São Gonçalo</i>) <i>(Continua na próxima página)</i> 7014-Loteamento Planalto da Marambaia 7017-Conjunto Habitacional Marambaia 7019-Loteamento Vila Juliana 7020-Loteamento Mirante da Marambaia 7021-Loteamento Morada das Galáxias 7022-Loteamento Világio Nilma 7025-Loteamento Jardim Moraes 7031-Loteamento Vale do Luar (<i>parte no bairro Vila Brasil</i>) 7032-Loteamento Vila Regina 7034-Loteamento Vila Manoel Neves 7071-Conj. Res. Cel. PM Pedro T. Mazzoleni MONTE VERDE 7033-Loteamento Monte Verde	Coluna 02 7052-Loteamento Jardim Primavera 7053-Loteamento Morada Nobre 7055-Desmembramento do lt. 07 situado em Aldeia Velha – Manilha Parte do Loteamento Jardim Fernão Dias SANTO ANTÔNIO 7046-Loteamento Bairro Santo Antônio 7051-Loteamento Bairro Erianópolis SÃO MIGUEL 7061-Loteamento Jardim Teresópolis 7062-Loteamento Vila São Miguel VILA BRASIL 7026-Loteamento Vila Brasil 7027-Loteamento New Park 7028-Loteamento Vivenda Nova Cap 7029-Loteamento Santa Isabel Parte do Loteamento Vale do Luar VILA GABRIELA 7057-Loteamento Vila Gabriela I 7059-Loteamento Vila Gabriela II Parte Loteamento Centro de Manilha Outros: 7023-Desm. Conf. / Vila Brasil 7035-Desm. Conf. Cond. Res. José de Anchieta I 7067-Desm. Conf. c/ Cond. Viv. Nova Aldeia 7998- Área de Terras no 7º Distrito (<i>Log. Próximos de Loteamentos</i>) Loteamento atualmente pertencentes a São Gonçalo ou parte: 7001-Loteamento Vale da Marambaia 7002-Loteamento Chacrinhas Vale do Sul 7003-Loteamento Vila Nascimento 7004-Loteamento Apolo III (<i>parte em Itaborai, parte em São Gonçalo</i>) 7005-Loteamento Parque Industrial da Marambaia 7006-Loteamento Vila Fluminense 7007-Loteamento Vila Etelma (<i>parte em Itaborai, parte em São Gonçalo</i>) 7008-Loteamento Jardim Idália (<i>parte em Itaborai e parte em São Gonçalo</i>) 7009-Loteamento Vila Maria (<i>parte em Itaborai, parte em São Gonçalo</i>)

DESENVOLVIMENTO URBANO

Distritos	Bairros	Subdivisões
		NOVO HORIZONTE 7037-Loteamento Jardim Nova Capital 7040-Loteamento Nova Cidade Salém II 7045-Loteamento Jardim Novo Horizonte 7047-Loteamento Nova Cidade Salém I <i>(Continua na coluna 02-página anterior)</i>
Pachecos 8º Distrito (03 Bairros) (05 Loteamentos) (02 Áreas de Terras)	Granjas Mirassol Pachecos (Centro) Perobas	GRANJAS MIRASSOL 8007-Loteamento Granjas Mirassol (<i>parte no bairro Pachecos</i>) PACHECOS (CENTRO) 8005-Loteamento Parque Novelo 8006-Chácaras em Pachecos Parte do Loteamento Granjas Mirassol PEROBAS 8002-Estância dos Rubis 8003-A.N.P.L. Manoel Cesar de Abreu Outros: 8004-Loteamento Montevideo 8998- Área de Terras no 8º Distrito (<i>Log. Próximos de Loteamentos</i>)

Elaboração: Secretaria Municipal de Meio ambiente e Urbanismo
Fonte: Banco de Dados Imobiliários do Departamento de Cadastro
Nota: A.N.P.L. – Áreas não pertencentes a loteamentos

Tabela 59 - Demonstrativo das subdivisões de Itaborai

DISTRITOS		08						
BAIRROS		72						
LOTEAMENTOS	ÁREAS DE TERRAS	ÁREAS DE SÍTIOS	ÁREAS DE ESPÓLIOS	DESMEMBRAMENTOS	CONJUNTOS HABITACIONAIS	CONJUNTOS RESIDENCIAIS	ESPECIAL	TOTAL DE SUBDIVISÕES
218	14	02	01	18	03	04	01	261

Elaboração: Secretaria Municipal de Meio ambiente e Urbanismo
Fonte: Banco de Dados Imobiliários do Departamento de Cadastro



- DESENVOLVIMENTO URBANO

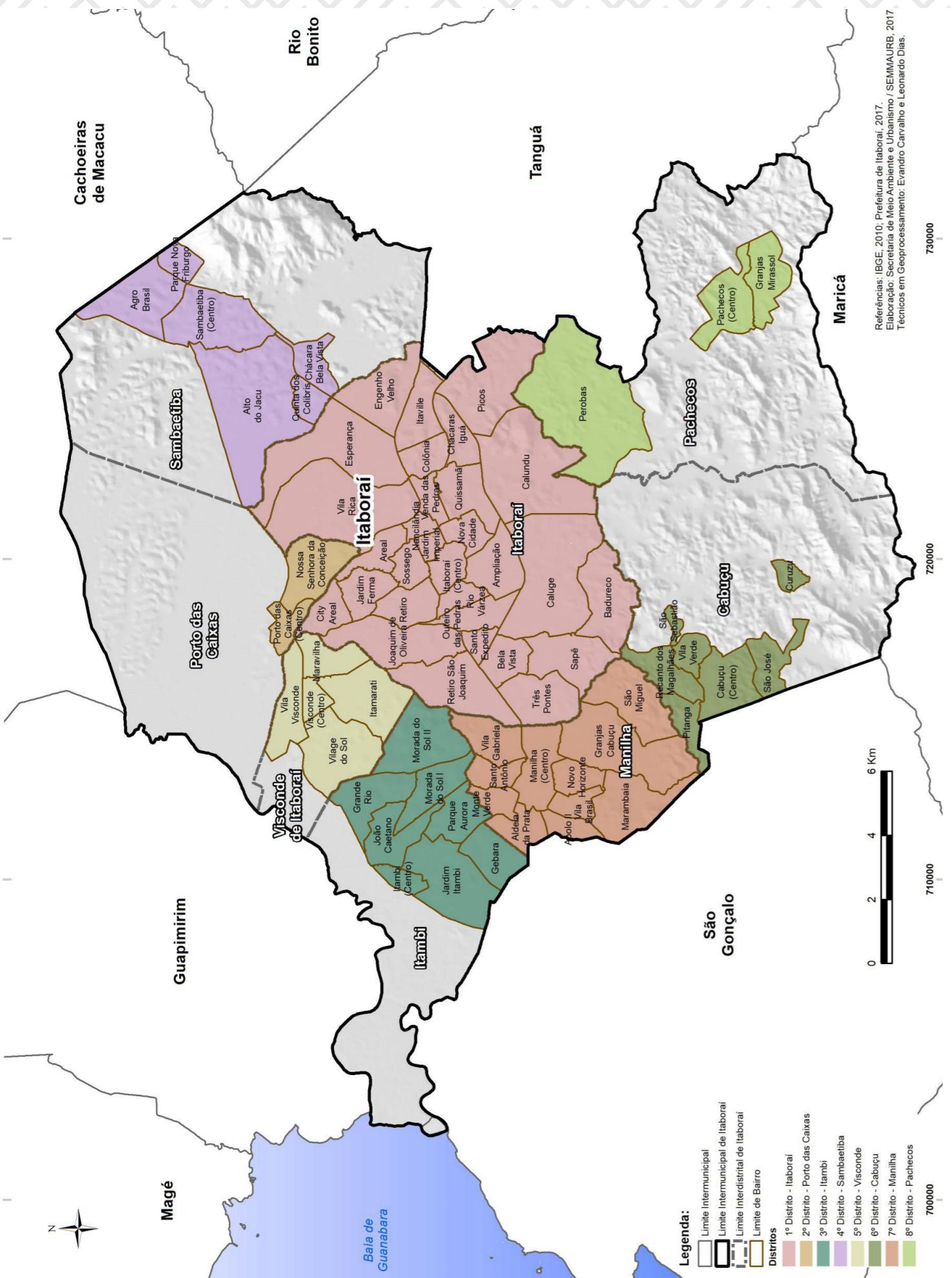


Tabela 60 - Condomínios Residenciais Horizontais Multifamiliares

Nome	Logradouro	Localidade	Aprovação
1º Distrito (Itaborai)			
1-Condomínio Residencial Solar das Palmeiras *	Rua Atílio,112	Areal	-----
2-Condomínio Residencial Quartier Itaborai Club *	Estrada Rua Arlindo Chaves	Joaquim de Oliveira	-----
3-Condomínio Residencial Pedra Bonita *	Rua Augusto Nunes	Outeiro das Pedras	-----
4-Condomínio Vila Saraiva	Rua Acúrcio Torres	Outeiro das Pedras	-----
5-Condomínio Vila Azeredo	Rua José Fernandes Menon	Venda das Pedras	1980
6-Condomínio Elias Saraiva	Avenida 22 de Maio	Rio Várzea	1987
7-Condomínio Rizzard	Av. Vereador Hermínio Moreira	Sossego	1989
8-Condomínio Residencial Dom Eduardo	Rodovia BR 101	Retiro São Joaquim	1993
9-Condomínio Bosque da Praça	Rua Dr. Mesquita	Centro de Itaborai	1994
10-Condomínio Crizanto Coutinho	Rua Manoel Antônio de Souza	Rio Várzea	1994
11-Condomínio Plaza	Rua José Ferreira Marques	Esperança	1996
12-Condomínio Residencial Miss Adriana	Rua Fagundes Varela	Retiro	1996
13-Condomínio Dom Phillip	Rua Dona Bela	Bela Vista	1997
14-Condomínio Residencial Barão de Itaborai	Av. Carlos Lacerda	Areal	1997
15-Condomínio Residencial Bosque das Flores	Rua 03	Outeiro das Pedras	1997
16-Condomínio Residencial Pedra Bonita	Rua Adalberto Moraes	Outeiro das Pedras	1998
17-Condomínio Vivendas	Rua Comandante Ary Parreiras	Venda das Pedras	1998
18-Condomínio Residencial Veneza	Rua Afonso Melo	Rio Várzea	1999
19-Condomínio Residencial Recanto de Itaborai	Rua Adalberto Moraes	Outeiro das Pedras	1999
20-Condomínio Residencial Village V. das Pedras	Rua César Xará	Venda das Pedras	1999
21-Condomínio Residencial Mangueira II	Rua Adalberto Moraes	Outeiro das Pedras	2000
22-Condomínio Residencial Vivendas da Praça	Praça Pedro Antônio de Novaes	Venda das Pedras	2000
23-Condomínio Residencial Carioca	Rua Tavares de Pinho	Centro de Itaborai	2000
24-Condomínio Nova Itaborai	Rodovia BR 101	Caluge	2001
25-Condomínio Residencial Porto Seguro	Rua Acúrcio Torres	Outeiro das Pedras	2001
26-Condomínio Residencial Nápoles I	Rua 01	Outeiro das Pedras	2001
27-Condomínio Residencial Nápoles II	Rua 01	Outeiro das Pedras	2001
28-Condomínio Residencial Verona	Travessa 03	Areal	2001
29-Condomínio Residencial Bela	Rua São Pedro	Venda das Pedras	2001
30-Condomínio Colina Colibris	Av. Genésio da Costa Cotrim	Quissamã	2003

31-Condomínio Residencial Caffaro	Rua Fagundes Varela	Centro de Itaboraí	2003
32-Condomínio Residencial Parque das Palmeiras	Rodovia BR 101	Caluge	2003
33-Condomínio Residencial Lady Day	Estrada Ademar Ferreira Torres	Ampliação	2004
34-Condomínio Florestal	Rua 08	São Joaquim	2004
35-Condomínio Calluge	Rua Particular	Caluge	2004
36-Condomínio Residencial Solar I	Estrada Ademar Ferreira Torres	Ampliação	2005
37-Condomínio Barcelona	Rua Adelina Leal	Outeiro das Pedras	2005
38-Condomínio Vivendas Caluge	Estrada Ademar Ferreira Torres	Caluge	2005
39-Condomínio Residencial Monte Verde I	Estrada Ademar Ferreira Torres	Badureco	2005
40-Condomínio Residencial Monte Verde II	Estrada Ademar Ferreira Torres	Badureco	2005
41-Condomínio Village Primavera	Estrada Itaboraí – Venda das Pedras	Itaboraí	2006
42-Condomínio Recanto das Flores	Avenida Antônio Gomes	Calundu	2007
43-Condomínio Residencial Recantos de Itaboraí	Avenida 22 de Maio	Itaville	2008
5º Distrito (Visconde)			
1-Condomínio Flores do Campo	Estrada Municipal	Village do Sol	1996
2-Condomínio Residencial Voluntários da Pátria	Acesso do Condomínio	Visconde	1999
6º Distrito (Cabuçu)			
1-Condomínio Residencial de Cabuçu	Estrada Vereador Antônio Cícero	Cabuçu	2005
2-Condomínio Residencial Cabuçu	Estrada Vereador Antônio Cícero	Cabuçu	2007
3-Condomínio Residencial Rubi *	Estrada Vereador Antônio Cicero, s/nº - Cabuçu	Cabuçu	-----
4-Condomínio Residencial Village Uno *	Estrada Ademar Ferreira Torres	Cabuçu	-----
5-Condomínio Residencial Village Classic *	Estrada Ademar Ferreira Torres	Cabuçu	-----
7º Distrito (Manilha)			
1-Condomínio Residencial Terra Nobre	Rua Samuel Garcia	Novo Horizonte	Não legalizado
2-Condomínio Residencial Renascer	Estrada da Conceição	Marambaia	Clandestino
3-Condomínio Alto do Marambaia	Estrada da Boa Vista	Marambaia	Clandestino
4-Condomínio Residencial José de Anchieta	Rodovia RJ-104	Vila Brasil	1988
5-Condomínio José Dutra Filho	Rua Edwirges Salles	Vila Gabriela	1988
6-Condomínio Residencial José de Anchieta II	Rodovia RJ-104	Manilha	1989
7-Condomínio Residencial José de Anchieta III	Rua B	Manilha	1991
8-Condomínio Vivenda Nova Aldeia	Rua Enes Lopes Garcia	Aldeia da Prata	1994
9-Condomínio Dom Casemiro	Rodovia BR-493	Manilha	1994
10-Condomínio Dom Emanuel	Rodovia BR-493	Monte Verde	1995
11-Condomínio Dom Emanuel II	Rua Enes Lopes Garcia	Aldeia da Prata	1996

12-Condomínio Dom Emanuel III	Rodovia BR-493	Monte Verde	1996
13-Condomínio Coral Park	Estrada do Chalet	Manilha	1998
14-Condomínio Village São Francisco	Rua Enes Lopes Garcia	Aldeia da Prata	1998
15-Condomínio Residencial Marambaia Ville	Estrada da Conceição	Marambaia	1999
16-Condomínio Residencial Don José	Rua Dez	Novo Horizonte	1999
17-Condomínio Residencial Village São Francisco II	Rua Mirtes Leal de Carvalho	Manilha	1999
18-Condomínio Residencial Jardim da Aldeia	Estrada do Chalet	Manilha	2000
19-Condomínio Manilha Residence I	Estrada do Chalet	Manilha	2000
20-Condomínio Manilha Residence II	Estrada do Chalet	Manilha	2000
21-Condomínio Residencial Village São Francisco III	Rua Enes Lopes Garcia	Aldeia da Prata	2001
22-Condomínio Residencial Village São Francisco IV	Rodovia BR-493	Aldeia da Prata	2002
23-Condomínio Victória	Rua Projetada	Marambaia	2004
24-Condomínio Jardim Marambaia	Estrada Itaboraí - Cabuçu	Marambaia	2004
25-Condomínio Residencial Marambaia	Estrada da Conceição	Marambaia	2004
26-Condomínio Residencial Enzo Guimarães	Estrada da Conceição	Marambaia	2004
27-Condomínio Residencial Village São Francisco V	Rodovia BR-493	Monte Verde	2004
28-Condomínio Residencial Jardins D'Aldeia 2	Rua José Alves Rodrigues	Vila Gabriela	2004
29-Condomínio Recanto dos Cotrins	Av. Prefeito Milton Rodrigues	Novo Horizonte	2006
30-Condomínio Residencial Jardins d'Aldeia 3	Rua José Alves Rodrigues	Vila Gabriela	2008

Fonte: Banco de Dados Imobiliários do Departamento de Cadastro e visita de campo.

Nota: * Dado obtido através de pesquisa de campo.



Pode-se observar na tabela anterior, que Itaboraí possui 80 condomínios residenciais horizontais multifamiliares. Destes, 43 estão situados no 1º Distrito (Itaboraí/Centro) e 30 no 7º Distrito (Manilha). O restante está distribuído no 5º e 6º Distritos, conforme apresenta o mapa a seguir:

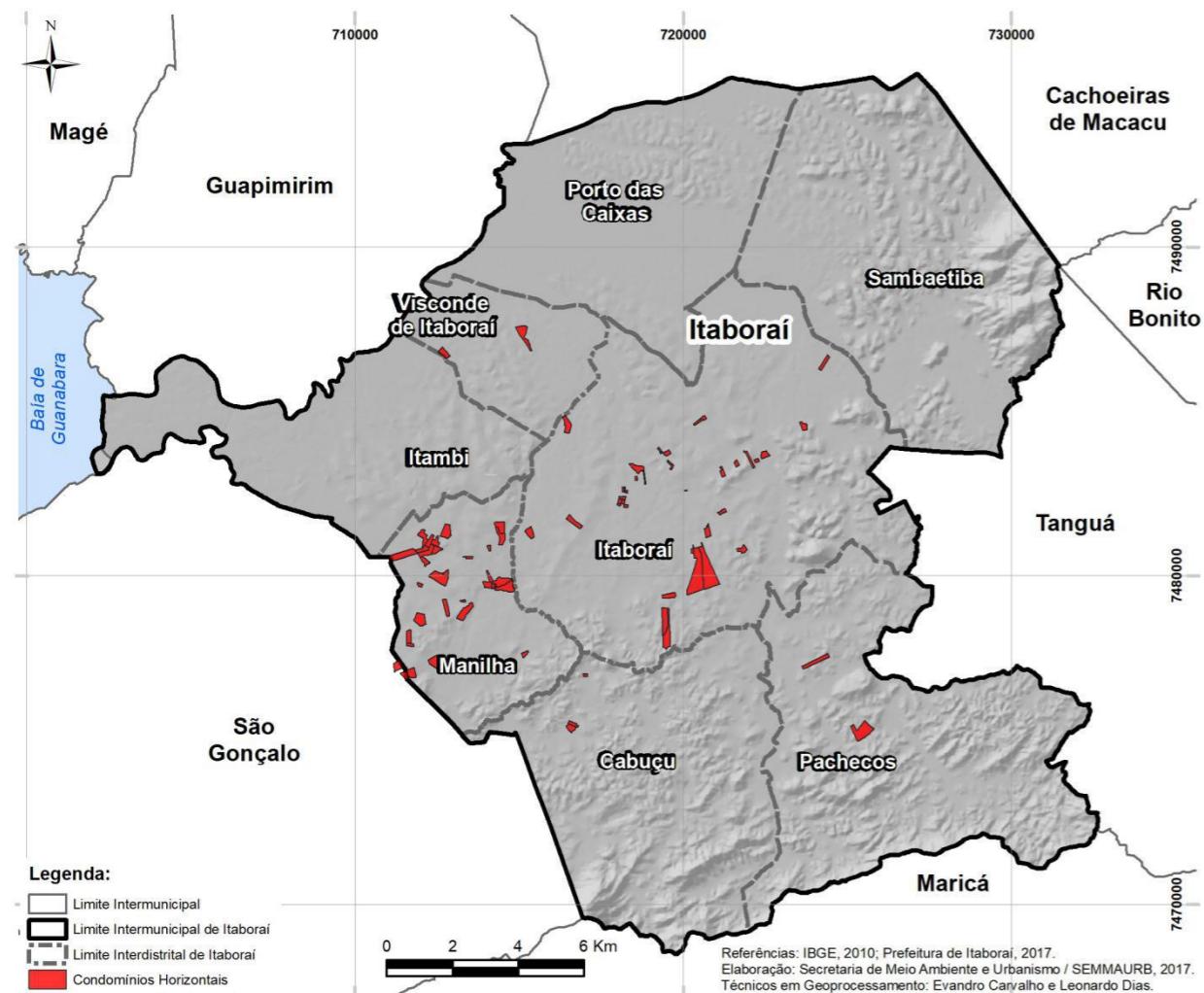


Figura 97 - Condomínios Residenciais Horizontais Multifamiliares

Tabela 61 - Condomínios Residenciais Verticais

Nome	Logradouro
1-Condomínio Amanda Mattos	Rua J. F. Ferreira, 67 - Outeiro das Pedras
2-Condomínio do Edifício Betânia *	Rua Padre José Leandro, 66 - Centro
3-Condomínio do Edifício Don Juan *	Rua Dr. Macedo, 75 - Centro
4-Condomínio do Edifício Florença *	Rua Prefeito João Augusto Andrade, 120 - Centro
5-Condomínio do Edifício Gênesis *	Rua Valda, 13 - Outeiro das Pedras
6-Condomínio do Edifício Guilherme Saraiva *	Rua Dr. Macedo, 164 - Centro
7-Condomínio do Edifício Marselha *	Rua José Raposo, 47 - Centro
8-Condomínio do Edifício Premier *	Rua Pedro Azevedo, 173 - Centro
9-Condomínio do Edifício Residencial Amélia Saraiva *	Av. Amélia Saraiva, 37 - Centro
10-Condomínio do Edifício Residencial Belvedere *	Rua Maria Cáffaro Ferraz - Lt. 06, Qd. 48 - Ampliação
11-Condomínio do Edifício Residencial Primus *	Rua Fagundes Varela, 120 - Centro
12-Condomínio do Edifício Residencial Solar João Caetano *	Rua João Caetano, 205 - Centro
13-Condomínio do Edifício Residencial Versalles *	Rua Maria Duarte de Almeida, 26 - Ampliação
14-Condomínio L'avenir Residence	Rua Antônio José de Marins, 316 - Centro
15-Condomínio Palazzo Montechiare Residencial	Rua Pedro Azevedo, 143 - Centro
16-Condomínio Portal Caminhos do Mar	Av. Carlos Lacerda, 1469-1621 - Areal
17-Condomínio Residencial Chardonnay *	Rua G, 301-379 - Outeiro das Pedras
18-Condomínio Residencial Conquista Itaboraí *	Avenida Flávio Vasconcelos, s/nº - Bairro Esperança
19-Condomínio Residencial Gran Via	Rua Fagundes Varela, S/Nº, Lote 3
20-Condomínio Residencial Jardim Marambaia *	Av. Prefeito Gilberto Antunes
21-Condomínio Residencial Pedra Bonita *	Rua Manoel Monteiro, 196 - Venda das Pedras
22-Condomínio Residencial Reserva Imperial	Rua Fagundes Varela, 151 - Centro
23-Condomínio Residencial Rossi Mais Jardim Imperial	Rua Padre Edigio Cavouth, 65 - Jardim Imperial
24-Condomínio Residencial Rossi Mais Recanto Tropical	Rua Fagundes Varela, 245 - Centro
25-Condomínio Residencial Vivendas Club *	Rua Fagundes Varela, 123 - Centro
26-Condomínio Solar dos Laranjais	Rua César Xará, 999 - Venda das Pedras
27-Condomínio Vita Felice Residencial	Rua Adelina Leal, 358 - Outeiro das Pedras

Fonte: Banco de Dados Imobiliários do Departamento de Cadastro e visita de campo.

Nota: * Dado obtido através de visita de campo.

Foram considerados somente os edifícios do 1º Distrito.

Tabela 62 - Condomínios Comerciais Verticais

Nome	Logradouro
1-Condomínio Comercial "Itaborá Office Tower"	Rua Raimundo de Farias, 9 - Centro
2-Condomínio Comercial "Rossi Business Itaborá"	Av. Vinte e Dois de Maio, 4845 - Centro
3-Condomínio Comercial Monet Corporate	Rua Dr. Pereira dos Santos, 107 - Centro
4-Condomínio Edifício Contemporâneo Business Center	Rua Inácio Coutinho Marins, 47 - Centro
5-Condomínio Itaborá Plaza	Rodovia BR 101 - Km 295 - Três Pontes
6-Condomínio Comercial Multiplo Business Center	Rua Presidente Costa Silva, 173 - Centro
7-Condomínio Comercial "Van Gogh Corporate"	Av. Vinte e Dois de Maio, 6453 - Centro
8-Condomínio do Edifício Comercial Lopes *	Rua Dr. Pereira dos Santos, 51 - Centro
9-Condomínio do Edifício Comercial Osver *	Rua Dr. Pereira dos Santos, 130 - Centro
10-Condomínio do Edifício Comercial Vasco Pinto *	Rua Dr. Pereira dos Santos, 135 - Centro
11-Condomínio do Edifício Comercial Tai Tan *	Av. Amélia Saraiva, 99 - Centro
12-Condomínio do Edifício Comercial Silva *	Av. Amélia Saraiva, 9 - Centro
13-Condomínio do Edifício Comercial Octávio A. da Silva *	Av. Amélia Saraiva, 359 - Centro
14-Condomínio do Edifício Comercial Emanuel *	Rua Nelson Silva, 132 - Centro
15-Condomínio do Edifício Comercial Andrade *	Rua Fidélis Alves, 2 - Centro
16-Condomínio do Edifício Comercial San Exped *	Rua Dr. Pereira dos Santos, 43 - Centro
17-Condomínio do Edifício Comercial Central *	Av. Vinte e Dois de Maio, 5750 - Centro
18-Condomínio do Edifício Comercial Karla Shopping *	Rua Dr. Pereira dos Santos, 359 - Centro
19-Condomínio do Edifício Comercial José Rodrigues Nogueira *	Rua Presidente Costa e Silva, 215 - Centro
20-Condomínio do Edifício Comercial N Senhora da Conceição *	Rua Raimundo de Farias, 137 - Centro
21-Condomínio do Edifício Comercial São José *	Rua Raimundo de Farias, 115 - Centro
22-Condomínio do Edifício Comercial N Senhora D'ajuda *	Rua Fidélis Alves, 6 - Centro

Fonte: Banco de Dados Imobiliários do Departamento de Cadastro e visita de campo.

Nota: * Dado obtido através de visita de campo.

Foram considerados somente os edifícios do 1º Distrito.

Tabela 63 - Condomínios Residenciais e Comerciais Verticais

Nome	Logradouro
1-Condomínio do Edifício Hellix Business Center	Av. Vinte e Dois de Maio, 1233 - Centro
2-Condomínio do Edifício Oliveira *	Rua Alberto Torres, 2 - Centro
3-Condomínio Double Place Home & Office	Rua João Caetano, 207 - Centro
4-Condomínio Misto Enterprise City Center	Av. Vinte e Dois de Maio, 5990 - Centro
5-Condomínio Misto Promenade Prime (Condomínio Prime Residence Service)	Rua Dr. Mesquita, 367 - Centro
6-Edifício do Hotel Samba *	Av. Vinte e Dois de Maio, 3126 - Santo Expedito
7-Edifício do Hotel Pedra Bonita *	Av. Vinte e Dois de Maio, 6054 - Centro
8-Edifício Misto Mercantil *	Av. Vinte e Dois de Maio, 5540 - Centro
9-Edifício Misto Rocha *	Dr. Aloízio Moreira Soares, Lt. 02, Qd. 24 - Centro
10-Edifício Misto Galeria Queiroz *	Rua Prefeito J A de Andrade, 22 - Centro
11-Edifício Misto Marco Antônio *	Rua Tavares de Pinto, 20 - Centro
12-Edifício Misto Osvaldo Capistrano *	Rua Hermogênia Cardoso, 5713 - Centro

Fonte: Banco de Dados Imobiliários do Departamento de Cadastro e visita de campo.

Nota: * Dado obtido através de visita de campo.

Foram considerados somente os edifícios do 1º Distrito.

HABITAÇÃO

A Declaração Universal de Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948, estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos, defendendo a igualdade entre as pessoas. Seu artigo 25 cita que "todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis".

A habitação, por definição, é o abrigo onde o ser humano vive. Embora o homem primitivo tenha habitado em formações naturais, como cavernas, as moradias são estruturas artificiais, que podem ser erguidas utilizando-se métodos construtivos alternativos.

A questão da habitação configura uma série de componentes que são importantes para que os direitos humanos sejam garantidos. A infraestrutura necessária para atender a demanda da habitação deve ser extremamente considerada. A dignidade é assegurada não só quando se tem um abrigo, mas quando são oferecidas condições de moradia adequada.

Este tópico aborda os índices de população residente em Itaborá, assim como dados referentes aos domicílios particulares permanentes e informações sobre os assentamentos subnormais em todo o município.

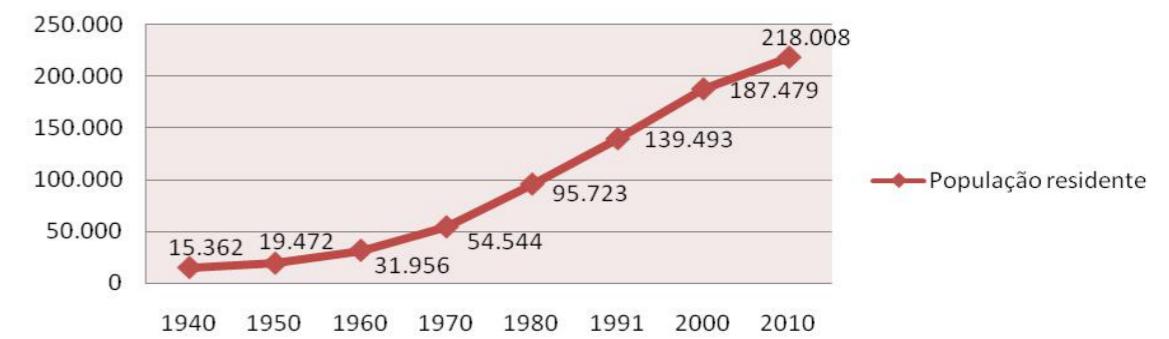
Gráfico representativo da evolução da população residente

Figura 98 - Evolução da população residente em Itaborá

Fonte: Fundação CEPERJ/Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2013

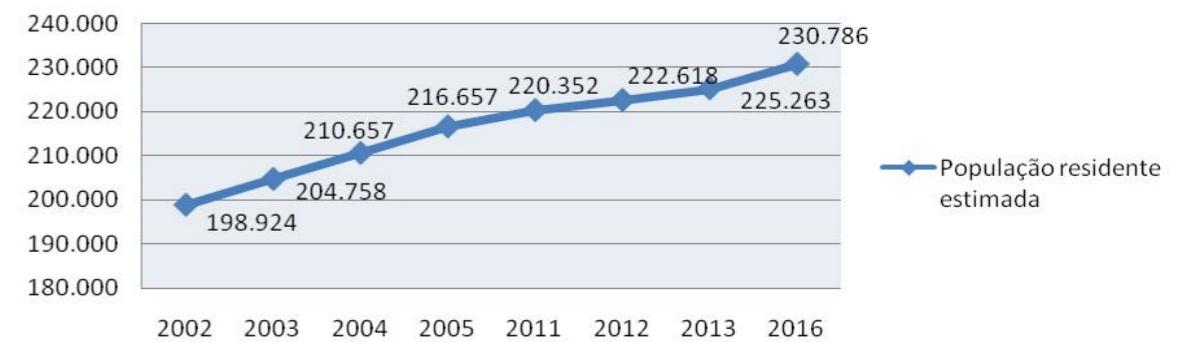
Gráfico representativo da evolução da população residente estimada

Figura 99 - Evolução da população residente estimada em Itaborá

Fonte: Fundação CEPERJ/Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2013



DESENVOLVIMENTO URBANO

As tabelas a seguir demonstram a população residente em Itaboraí no ano de 2010, por sexo e situação de domicílio.

Tabela 64 - População residente em Itaboraí, por sexo em 2010

Sexo	2010
Homens	106.214
Mulheres	111.876
Total	218.090

Fonte: Fundação CEPERJ/Anuário Estatístico do Rio de Janeiro – 2013

Tabela 65 - População residente em Itaboraí por situação de domicílio em 2010

Situação de domicílio	2010
Urbano	215.503
Rural	2.587
Total	218.090

Fonte: Fundação CEPERJ/Anuário Estatístico do Rio de Janeiro – 2013

DESENVOLVIMENTO URBANO

A seguir, seguem os dados sobre domicílios particulares permanentes em Itaboraí.

Tabela 66 - Domicílios particulares permanentes e média de moradores por domicílio em Itaboraí

Município	Domicílios particulares permanentes (Unidades)			Média de moradores em domicílios particulares permanentes (Pessoas)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Itaboraí	69.422	68.619	803	3,13	3,13	3,22

Fonte: Fundação CEPERJ/Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2013 (dados do ano de 2010)

Tabela 67 - Dados sobre existência de energia elétrica em domicílios particulares permanentes em Itaboraí

Município	Existência de energia elétrica								
	Total	Tinham	Tinham de companhia distribuidora	Tinham de companhia distribuidora – com medidor	Tinham de companhia distribuidora - com medidor - com medidor - de uso exclusivo	Tinham de companhia distribuidora - com medidor - comum a mais de um domicílio	Tinham de companhia distribuidora - sem medidor	Não tinham	
Itaboraí	69.422	69.294	68.207	64.654	61.016	3.638	3.553	1.087	128

Fonte: Fundação CEPERJ/Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2013 (dados do ano de 2010)

Tabela 68 - Dados sobre forma de abastecimento de água em domicílios particulares permanentes em Itaboraí

Município	Forma de abastecimento de água					
	Total	Rede geral	Poço ou nascente na propriedade	Poço ou nascente fora da propriedade	Rio, açude, lago ou igarapé	Outra
Itaboraí	69.422	18.750	43.330	5.257	98	1.987

Fonte: Fundação CEPERJ/Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2013 (dados do ano de 2010)

Tabela 69 - Dados sobre tipo de esgotamento sanitário em domicílios particulares permanentes em Itaboraí

Município	Tipo de esgotamento sanitário							
	Total	Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro tipo	
Itaboraí	69.422	28.078	17.656	9.786	11.265	1.708	752	177

Fonte: Fundação CEPERJ/Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2013 (dados do ano de 2010)

Tabela 70 - Dados sobre destino do lixo em domicílios particulares permanentes em Itaboraí

Município	Destino do lixo							
	Total	Coletado	Coletado por serviço	Coletado em caçamba de	Queimado (na propriedade)	Enterrado (na propriedade)	Jogado em terreno baldio	Jogado em rio, Outro destino
Itaboraí								



		de limpeza	serviço de limpeza			ou logradouro	lago ou mar	
Itaboraí	69.422	64.500	61.839	2.661	4.150	56	502	55

Fonte: Fundação CEPERJ/Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2013 (dados do ano de 2010)

Tabela 71 - Dados sobre existência de bens duráveis em domicílios particulares permanentes em Itaboraí

Município	Bens duráveis								
	Total	Rádio	Televisão	Máquina de lavar roupa	Geladeira	Microcomputador	Com acesso à internet	Motocicleta para uso particular	Automóvel para uso particular
Itaboraí	69.422	61.342	67.904	35.760	68.148	23.490	15.670	6.283	21.231

Fonte: Fundação CEPERJ/Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2013 (dados do ano de 2010)

Tabela 72 - Dados sobre existência de telefone em domicílios particulares permanentes em Itaboraí

Município	Existência de telefone					Não tinham	
	Total	Tinham					
		Total	Somente telefone fixo	Somente telefone celular	Telefone fixo e celular		
Itaboraí	69.328	63.640	3.353	33.779	26.508	5.688	

Fonte: Fundação CEPERJ/Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2013 (dados do ano de 2010)

Tabela 73 - Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita em Itaboraí

Município	Total	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita (salário mínimo) (1)									
		Até 1/8 de salário mínimo	Mais de 1/8 a 1/4 de salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 salários mínimos	Sem rendimento
Itaboraí	69.422	1.127	4.507	14.642	24.051	14.812	3.558	1.970	747	168	3.840

Fonte: Fundação CEPERJ/Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2013 (dados do ano de 2010)

Tabela 74 - Rendimentos domiciliares em Itaboraí

Município	Com rendimento domiciliar		Valor do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento domiciliar (R\$)					
			Médio		Mediano			
			Total	Situação do domicílio	Total	Situação do domicílio		Total
				Urbana		Urbana	Rural	
Itaboraí	65.582	64.794	788	1.525,23	1.528,37	1.266,95	1.020,00	1.020,00

Fonte: Fundação CEPERJ/Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2013 (dados do ano de 2010)

Tabela 75 - Domicílios particulares permanentes e moradores-em áreas urbanas com ordenamento regular

Município	Domicílios particulares permanentes em áreas urbanas com ordenamento regular (Unidades)				Moradores em domicílios particulares permanentes em áreas urbanas com ordenamento regular (Pessoas)			
	Total	Adequada	Semi-adequada	Inadequada	Total	Adequada	Semi-adequada	Inadequada
Itaboraí	65.834	14.376	48.927	2.531	206.137	43.522	154.496	8.119

Fonte: Fundação CEPERJ/Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2013 (dados do ano de 2010)

Notas:

- 1-Dados do Universo.
- 2- Inclui somente os domicílios em áreas com ordenamento urbano regular.
- 3- Moradia adequada - Domicílio particular permanente com rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgoto, coleta de lixo.
- 4- Moradia semi-adequada - Domicílio particular permanente com pelo menos um serviço inadequado.
- 5- Moradia inadequada - Domicílio particular permanente com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado à fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino.

ASSENTAMENTOS IRREGULARES

O levantamento das subnormalidades habitacionais no município de Itaboraí teve início em 2004, com o apoio do Ministério das Cidades, por meio do Programa Habitar Brasil, Caixa Econômica Federal, Universidade Federal Fluminense e Prefeitura de Itaboraí, quando foi possível analisar as principais características e problemas enfrentados em vinte assentamentos populares existentes, previamente apontados no Plano Estratégico Municipal de Assentamentos Subnormais (Pemas).

Mas o que são assentamentos irregulares?

Segundo o Ministério das Cidades, assentamentos irregulares, também chamados de assentamentos subnormais, são áreas de ocupação informal que vivenciam um forte adensamento populacional e que apresentam:

- Problemas legais (posse da terra);
- Problemas urbanísticos;
- Situações de risco;
- Precariedade das moradias;
- Falta de saneamento;
- Falta de serviços/equipamentos públicos;
- Ocupação de áreas desfavoráveis.

Para a Revisão do Plano Diretor, foi utilizado como referência o levantamento feito anteriormente pelo NEPHU/UFF/2007 atualizando dados e diretrizes. Dos vinte assentamentos iniciais, 4 (quatro) foram regulamentados como Zona de Especial Interesse Social (ZEIS) no Plano Diretor de 2006, Lei Complementar Municipal no 54 de 27 de setembro de 2006.

Para atualização dos dados, foram considerados no município os Loteamentos e Conjuntos Habitacionais Irregularmente Ocupados; Assentamentos Precários; Assentamentos na Faixa de Domínio de Ferrovia; Assentamentos na Faixa de Domínio de Rodovia; Faixa de Servidão da Rede de Alta Tensão; Faixa Marginal de Proteção dos Cursos D'água; e Áreas de Passivo Ambiental.

Através do levantamento realizado pela SEMMAURB em 2017, foram identificadas e incluídas 12 (doze) novas áreas, totalizando trinta e dois assentamentos irregulares.

Este trabalho deve ser entendido como parte de um processo de regularização fundiária, buscando, no futuro, resolver problemas de insegurança da terra ocupada, agregar qualidade à moradia, além de tratar os aspectos legais e jurídicos da propriedade da terra, buscar resolver situações de risco (inundações e insalubridades), preparar os assentamentos para receber infraestrutura e saneamento básico e dar acesso, a esses cidadãos, a espaços públicos e privados planejados (ruas, praças, lotes, edificações etc.) e incluir a população aos benefícios da cidade.



Precisa-se envolver também o desenvolvimento de processo social voltado para informar e conscientizar a população sobre as implicações da passagem da condição de posseiro para a de proprietário ou equivalente. Além disto, deve-se articular a outras políticas sociais e de geração de trabalho e renda de modo a contribuir para interromper o processo circular que pode ser gerado com o tratamento apenas da manifestação de um problema cujas raízes estão na insuficiência de renda da população mais pobre para obter moradia no mercado formal.

FONTE: LEVANTAMENTO DAS SUBNORMALIDADES, PROGRAMA HABITAR BRASIL BID/ NEPHU/ UFF/2007.

O mapa a seguir é um demonstrativo das áreas com assentamentos irregulares no município.

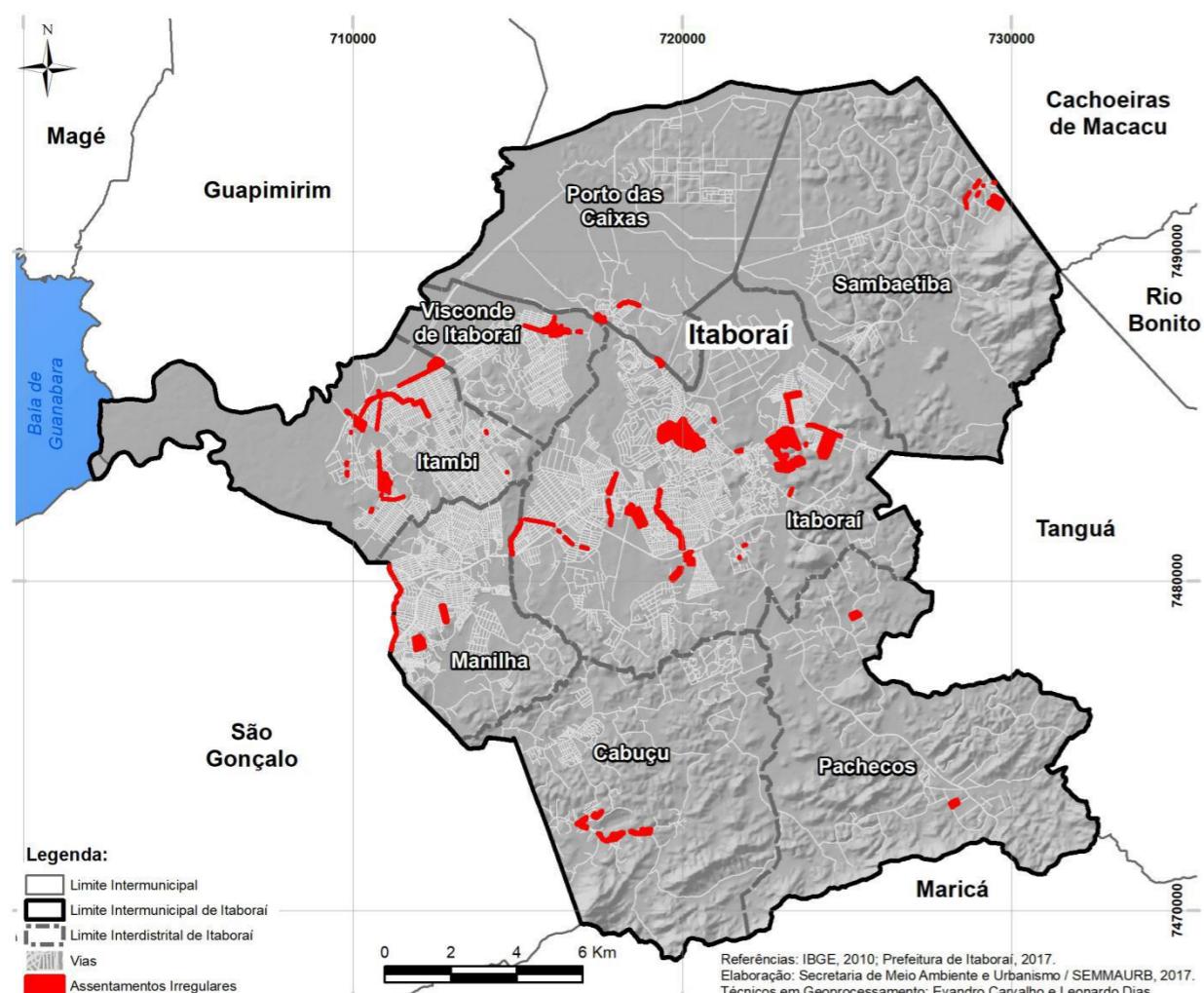


Figura 100 - Mapa indicando os assentamentos irregulares no município de Itaboraí

Tabela 76 - Assentamentos Irregulares no município de Itaboraí/por distrito - 2017

ASSENTAMENTOS IRREGULARES NO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ (1)				
1º Distrito – ITABORAÍ				
Nº	Assentamentos Irregulares	Área aprox.	Tempo da Ocupação aprox.	Situação de Risco
"Reta da Laranja"				* Faixa de domínio da ferrovia;
1	1.1 - Em áreas dos loteamentos: Engenho Velho e Santa Rosa	0,06 km ²	25 anos	* Margens do Córrego Água Fria.
"Engenho Velho"				* Ocupação das margens do Córrego; * Regiões sujeitas a inundação por deficiência na drenagem e depressões no terreno.
2	2.1 - Bairro Itaville	0,2 km ²	32 anos	
"Bairro Esperança" Venda das Pedras				* Não há situação de risco.
3	3.1 - Vila Esperança 3.2 - Conj. Habitacional Venda das Pedras (BNH)	0,01km ² 0,07km ²	39 anos; 51 anos;	
Colônia Tavares de Macedo				* Não há situação de risco.
4	4.1 - Localizado no Bairro Colônia	1,05km ²	96 anos	
"Campo da Lixeira e Lagoa"				* Inundação de vias por causa da drenagem ineficaz.
5	5.1 - Bairro Outeiro das Pedras, loteamento Granjas Tinjidor, Jardim D. Lucinda, Santa Luzia	0,14 km ²	29 anos	
"Barreiro"				* Margens dos cursos d'água; * Pontos de inundação; * Ocupação de área de extração mineral (com risco de deslizamentos).
6	6.1 - Bairro Sossego	0,68 km ²	25 anos	
"Areal / Linha do Trem"				* Ocupação da faixa non aedificand de domínio da ferrovia.
7	7.1 - Bairro Vila Rica 7.2 - Bairro Areal 7.3 - Bairro City Areal	1. 0,006 km ² 2. 0,001 km ² 3. 0,019km ²	92 anos 92 anos 92 anos	
"Eunice Basbaun"				* Não há situação de risco.
8	8.1 - Lot. Eunice Basbaun - Bairro Caluge	0,04 km ²	35 anos	
"Rato Molhado"				* Ocupação da faixa de proteção marginal do Rio Várzea e Caluge, Canal Lava-pé e Fazendinha (alta densidade urbana).
FMP do "Rio Tingidor"				* Ocupação da faixa de proteção marginal do Rio Tingidor.
10	10.1 - Lot. Vila Basílio 10.2 - Conj. Residencial Outeiro das Pedras	1. 680 m lineares 2. 780 m lienares	20 anos 20 anos	
"Vale do Sol"				* Ocupação da faixa de proteção marginal do Rio Aldeia.
11	11.1 - Lot. Vale do Sol, Bairro Retiro São Joaquim	1.130 m lineares	37 anos	

1º Distrito – ITABORAÍ				
Nº	Assentamentos Irregulares	Área aprox.	Tempo da Ocupação aprox.	Situação de Risco
"Área próxima à BR 101 e Estrada Ademar Ferreira Torres"				
12	12.1 - Bairro Caluge (área não loteada - ANPL)	0,06km ²	sem informação (2)	* Ocupação em parte da faixa non aedificand de domínio da rodovia e em área não loteada.
Faixa de servidão da Rede de Alta Tensão				
13	13.1 - Bairros Itaville, Igua, Calundu, Caluge, Bela Vista e Retiro São Joaquim	1850m lineares	sem informação (2)	* Presença de rede de Alta Tensão.
2º Distrito – PORTO DAS CAIXAS				
Nº	Assentamentos Irregulares	Área aprox.	Tempo da Ocupação aprox.	Situação de Risco
"Vila Portuense"				
14	14.1 - Porto das Caixas-Centro	700m lineares	49 anos	* Trecho da ocupação em que as águas pluviais da bacia do entorno desembocam; * Ocupação próxima do trecho de rede ferroviária desativada.
"Usina"				
15	15.1 - Porto das Caixas-Centro	0,04 km ²	79 anos	* Sujeito a inundações (Rio Aldeia); * Ocupação próxima do trecho de rede ferroviária desativada.
3º Distrito – ITAMBI				
Nº	Assentamentos Irregulares	Área aprox.	Tempo da Ocupação aprox.	Situação de Risco
"Bairro Amaral"				
16	16.1 - Bairro Grande Rio	0,09 km ²	22 anos	* Sujeito a inundações (Rio Tambutai); * Próximo a Ferrovia.
"Linha do Trem"				
17	17.1 - Bairro Grande Rio 17.2 - Bairro João Caetano	980 m lineares 400 m lineares	49 anos 49 anos	* Ocupação de faixa non aedificandi de domínio da ferrovia; * Presença de rede de alta tensão.
FMP do "Canal Tambico"				
18	18.1 - Ocupação dentro da área de preservação APA Guapimirim 18.2 - cupação dentro do Bairro Itambi - Centro 18.3 - Ocupação dentro do Bairro Itambi - Centro 18.4 - Ocupação dentro do Bairro Itambi - Centro 18.5 - Área ocupada no entorno do campo de futebol - Bairro Itambi Centro	0,003 km ² 0,004 km ² 0,003km ² 0,008km ² 0,04 km ²	47 anos 47 anos 47 anos 47 anos 47 anos	* Ocupação da margem do Rio Tambico, dentro e fora da Área de Proteção Ambiental (APA de Guapi-Mirim), dentro da faixa de servidão da Rede de Alta Tensão e ocupação irregular no Bairro Itambi Centro.
"Jardim Itambi"				
19	19.1 - Bairro Jardim Itambi, Lot Vila Nova	0,15 km ²	49 anos	* Presença de Rede de Alta Tensão; * Próximo ao aterro sanitário; * Sujeito a inundações (Córrego dos Padres).
FMP do "Córrego Fundo"				
20	20.1 - Bairros João Caetano e Grande Rio	2.100 m lineares	45 anos	* Ocupação da faixa de proteção marginal do curso d'água, non aedificandi.
Faixa de servidão da Rede de Alta Tensão				
21	21.1 - Bairros Itambi Centro, João Caetano, Jardim Itambi, Gebara, Morada do Sol II, Parque Aurora	2.300 m lineares	sem informação (2)	* Presença de rede de Alta Tensão.

4º Distrito – SAMBAETIBA				
Nº	Assentamentos Irregulares	Área aprox.	Tempo da Ocupação aprox.	Situação de Risco
FMP do córrego Piabas e estrada 3				
22	22.1 - Bairro Agro Brasil	800m lineares	sem informação (2)	* Ocupação na margem do Córrego das Piabas .
Faixa de servidão da Rede de Alta Tensão				
23	23.1 - Bairro Parque Nova Friburgo	205m lineares	sem informação (2)	* Presença de rede de Alta Tensão.
Parque Estrada Friburgo				
24	24.1 - Bairro Parque Nova Friburgo	0,092 km ²	sem informação (2)	* Não há situação de risco.
5º Distrito – VISCONDE DE ITABORAÍ				
Nº	Assentamentos Irregulares	Área aprox.	Tempo da Ocupação aprox.	Situação de Risco
"Linha do Trem e entorno da área da extinta ferrovia"				
24.1 - Faixa de domínio da extinta ferrovia - Bairro Maravilha	0,002 km ²	92 anos		
24.2 - Faixa de domínio da extinta ferrovia, área de manobra - Bairro Vila Visconde	0,02 km ²	92 anos		
24.3 - Área no entorno do Campo dos Ferroviários - parte no Bairro Maravilha e parte no Bairro Centro	0,03 km ²	92 anos	* Ocupação da faixa non aedificandi de domínio da extinta ferrovia.	
24.4 - Área na faixa de domínio da extinta ferrovia - Bairro Vila Visconde	0,01 km ²	92 anos		
FMP do afluente do Rio Porto das Caixas				
26	25.1 - Barro Vila Visconde	600 m linares	sem informação (2)	* Ocupação na margem do afluente do Rio Porto das Caixas.
6º Distrito – CABUÇU				
Nº	Assentamentos Irregulares	Área aprox.	Tempo da Ocupação aprox.	Situação de Risco
Área no entorno do Parque Paleontológico - Bairro São José e Curuzu				
26.1 - Área localizada atrás da Escola Municipal Maria Cristina Soares Froes	0,019km ²	sem informação (2)		
26.2 - Área ao lado do Campo de futebol São José	0,044km ²	sem informação (2)	* Não há situação de risco.	
27. 3 - Área sul no entorno do Parque	0,066km ²	sem informação (2)		
27.4 - Área sudeste do Parque	0,053km ²	sem informação (2)		



7º Distrito – MANILHA				
Nº	Assentamentos Irregulares	Área aprox.	Tempo da Ocupação aprox.	Situação de Risco
FMP do "Rio Goiana"				
28	27.1 - Bairro Aldeia da Prata	580m lineares	42 anos	
	27.2.1 - 500m lineares			
	27.2.2 - 280m lineares		42 anos	* Ocupação da faixa de proteção marginal do curso d'água, non aedificandi;
	27.2.3 - 180m lineares			* Ocupação da faixa de domínio da rodovia, non aedificandi.
27.2.4 - 550m lineares				
27.3 - Bairro Marambaia				
190 mlineares 42 anos				
"Condomínio Evangélico"				
29	28.1 - Bairro Marambaia	0,09km ²	sem informação (2)	* Não há situação de risco.
"Condomínio Terra Nobre"				
30	29.1 - Bairro Novo Horizonte	0,06km ²	sem informação (2)	* Não há situação de risco.
8º Distrito – PACHECOS				
Nº	Assentamentos Irregulares	Área aprox.	Tempo da Ocupação aprox.	Situação de Risco
"Condomínio Clandestino"				
31	30.1 - Bairro Perobas	0,03km ²	sem informação (2)	* Não há situação de risco.
"Favelinha"				
32	31.1 - Bairro Granjas Mirassol	0,032km ²	sem informação (2)	* Não há situação de risco.

Fonte: Elaborado pela SEMMAURB.

(1) Informações baseadas no levantamento das Subnormalidades, Programa Habitar Brasil

BID/NEPHU/UFF/2007, com atualização e inclusão de novas áreas.

(2) Novas áreas de assentamentos mapeadas pela SEMMAURB/2017.

(3) Áreas delimitadas como ZEIS no Plano Diretor de 2006, LC Nº 54, de 27 de setembro de 2006.

ÁREAS PÚBLICAS

A listagem elaborada abaixo tem por base o documento fornecido pelo setor de cadastro municipal, listagem essa que continha informações que foram atualizadas.

O quadro de classificação e quantificação de áreas municipais representa a realidade levantada tanto *in loco*, como através de dados fornecidos

Tabela 77 - Levantamento das áreas públicas no município de Itaboraí - 2017

Situação das áreas públicas	Status	Itaboraí (1º Distrito)	Porto das Caixas (2º Distrito)	Itambi (3º Distrito)	Sambaetiba (4º Distrito)	Visconde de Itaboraí (5º Distrito)	Cabuçu (6º Distrito)	Manilha (7º Distrito)	Pachecos (8º Distrito)	TOTAIS
ATIVAS COMO LAZER	Áreas com uso de lazer ativo, com ou sem paisagismo e construções, necessitando de manutenção de parques jardins.	07	01	02	01	01	01	02	01	16
PRAÇAS COM EQUIPAMENTO PÚBLICO	Áreas que foram transformadas em área para equipamentos públicos (Escolas, Postos de Saúde, etc.)	09	---	---	01	---	---	01	---	11
PRAÇAS INVADIDAS	Áreas que foram invadidas por moradias, de 1 ou mais famílias, e/ ou comércios.	29	---	05	03	02	03	19	01	62
VAZIAS EM ÁREA URBANIZADA	Áreas que se encontram identificadas e vazias nos loteamentos, sem nenhuma utilização.	05	01	01	03	---	---	---	---	10
VAZIAS EM ÁREA NÃO URBANIZADA	Áreas localizadas em áreas não urbanizadas, sem logradouros de acesso.	04	---	06	01	01	03	02	01	18
INCORPORADAS POR PARTICULARS	Áreas que foram incorporadas por muros ou cercas a áreas ou terrenos de particulares.	03	---	---	---	---	---	---	---	03
DOADAS	Áreas doadas para utilização por Igrejas, ONG'S, Instituições Públicas, Empresas, etc.	01	01	---	---	---	01	---	---	03
INEXISTENTES	Loteamentos aprovados sem áreas destinadas a praças ou área de lazer.	84	02	01	03	06	11	38	04	149
TOTAIS		170	05	15	12	12	19	82	07	322

Fonte: SEMMAURB - Elaborado por Deborah Pimentel (fiscal de obras/arquiteta e urbanista-dez/17)



Os gráficos abaixo ilustram os dados levantados.

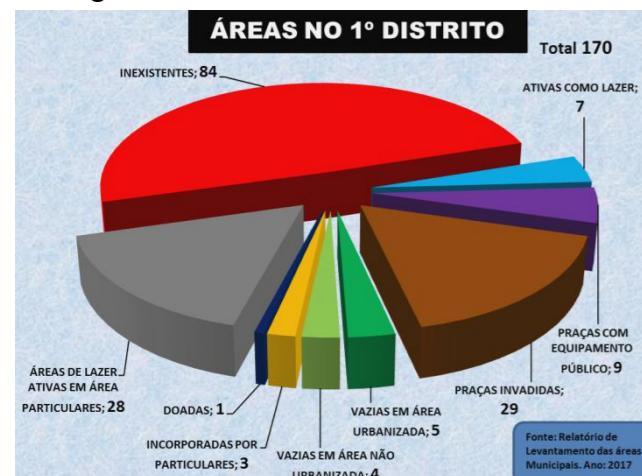


Figura 101 - Áreas públicas no 1º Distrito de Itaboraí

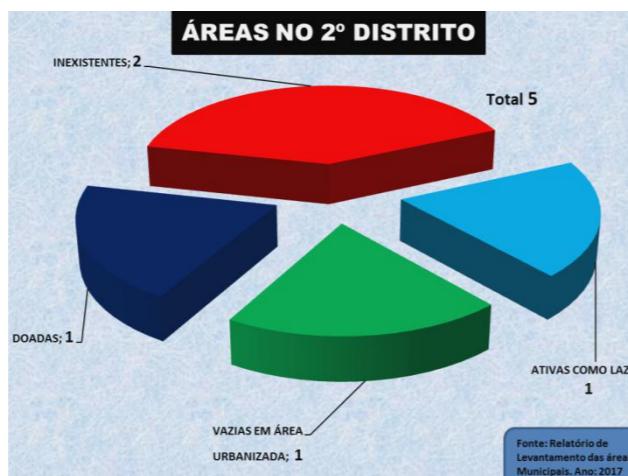


Figura 102 - Áreas públicas no 2º Distrito de Itaboraí

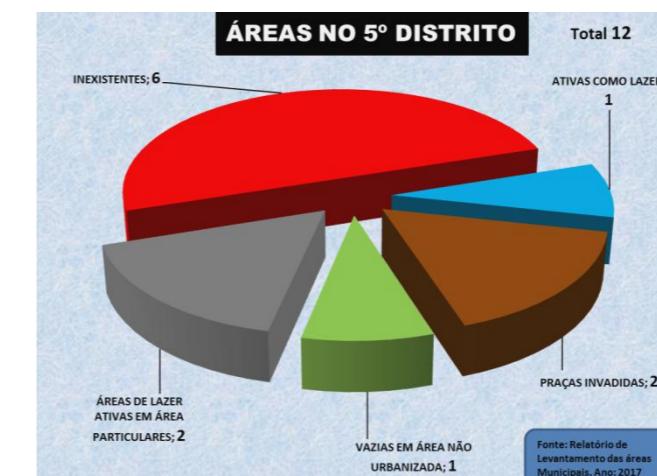


Figura 105 - Áreas públicas no 5º Distrito de Itaboraí

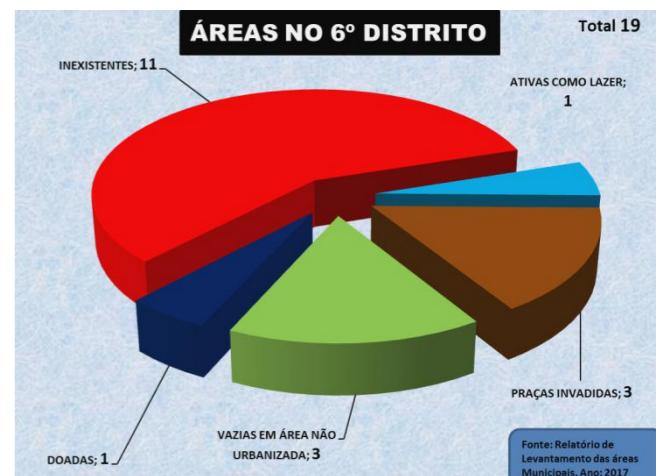


Figura 106 - Áreas públicas no 6º Distrito de Itaboraí

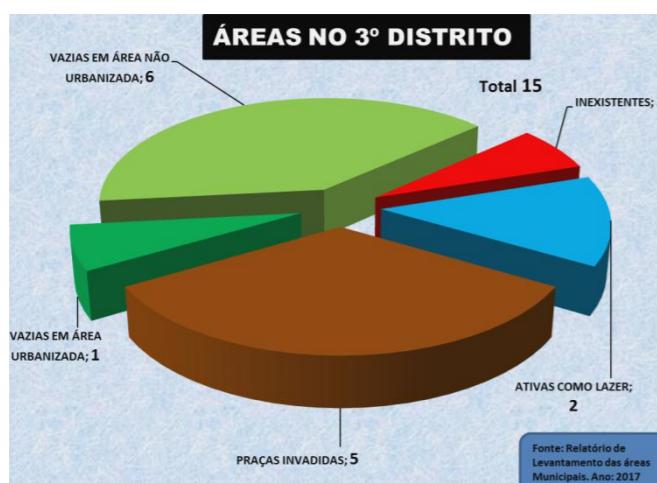


Figura 103 - Áreas públicas no 3º Distrito de Itaboraí

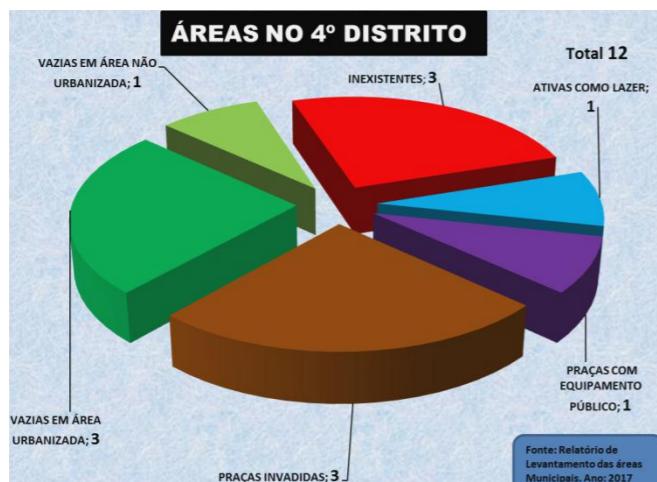


Figura 104 - Áreas públicas no 4º Distrito de Itaboraí

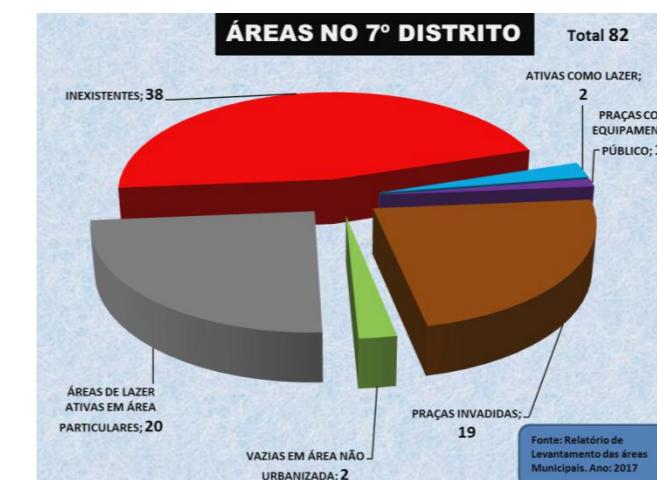


Figura 107 - Áreas públicas no 7º Distrito de Itaboraí

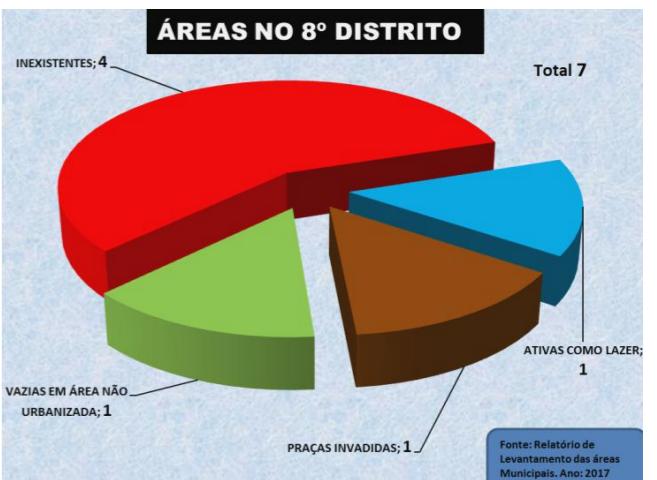


Figura 108 - Áreas públicas no 8º Distrito de Itaboraí

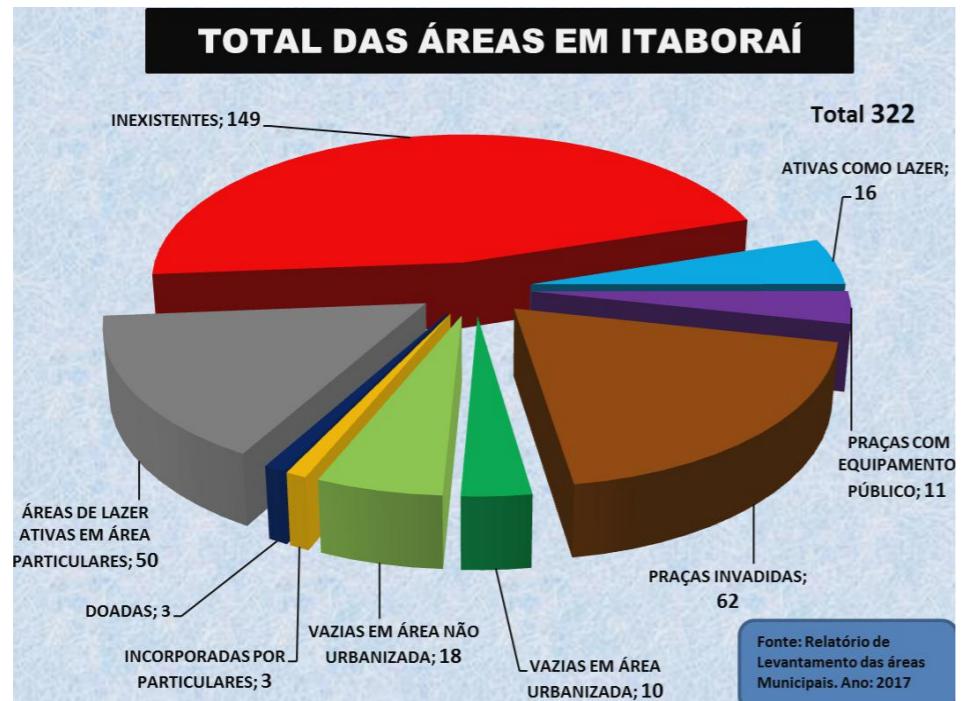


Figura 109 - Áreas públicas em todo o município de Itaboraí

Pode se observar no gráfico abaixo, que o 1º Distrito possui a maior quantidade de áreas públicas, com o número de 170 áreas, correspondendo a 53% do total de áreas encontradas. Em seguida, o 7º Distrito (Manilha), com 82 áreas, o que corresponde a 25%. Itambi apresenta 5% do total, o que equivale a 15 áreas. Sambaetiba e Visconde apresentam porcentagens semelhantes, com 4% de áreas cada um. Os distritos de Porto das Caixas e Pachecos são os que apresentam menor porcentagem, sendo Porto das Caixas com 1% e Pachecos com 2%.

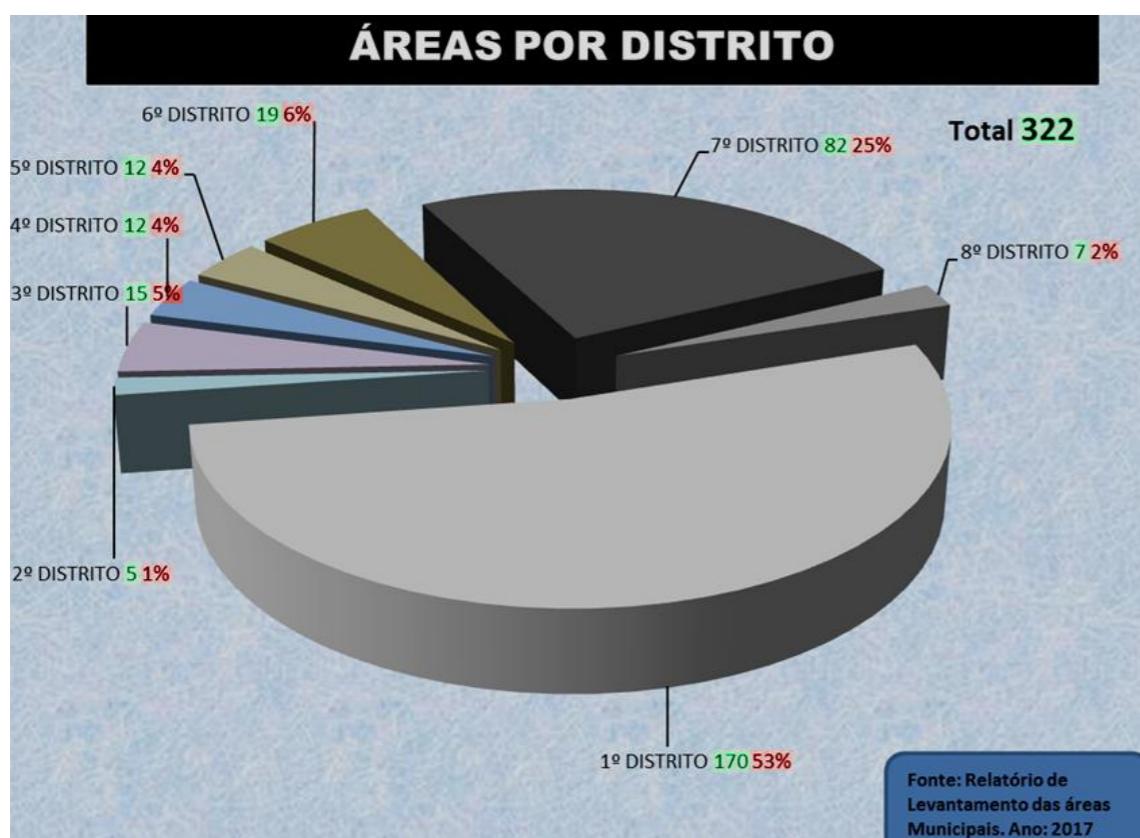


Figura 110 - Demonstrativo das áreas públicas em Itaboraí, por distrito



PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Enquanto o Decreto de 1937 estabelece como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, o Artigo 216 da Constituição conceituá patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

O Decreto-Lei no 25, de 30 de novembro de 1937, se refere a patrimônio como “Patrimônio Histórico e Artístico”. A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, altera para “Patrimônio Cultural Brasileiro”. Essa alteração incorpora o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial.

Nessa redefinição promovida pela Constituição, estão as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (IPHAN).

A Constituição estabelece ainda a parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, no entanto mantém a gestão do patrimônio e da documentação relativa aos bens sob responsabilidade da administração pública.

O tombamento é uma iniciativa que preserva e protege o patrimônio, seja material ou imaterial. É o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e/ou municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei no 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm em uso até os dias atuais.

A tabela a seguir lista os bens públicos e particulares de Itaboraí, tombados na esfera municipal (Prefeitura Municipal de Itaboraí), estadual (INEPAC-Instituto Estadual do Patrimônio Cultural) e federal (IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e ainda os patrimônios sem tombamento, mas que agregam valor histórico e cultural ao município.

A caracterização do patrimônio histórico e cultural de Itaboraí foi elaborada e distribuída por categorias, a saber:

1. Edificações/Espaços/Lugares;
2. Arqueologia/Paleontologia;
3. Patrimônio Natural;
4. Outros.

Tabela 78 - Patrimônio Histórico e Cultural de Itaboraí

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ			
EDIFICAÇÕES / ESPAÇOS / LUGARES	1º DISTRITO - ITABORAÍ		
Localidade	Municipal (PMI)	Estadual (INEPAC)	Federal (IPHAN)
Antiga Casa de Câmara e Cadeia	-----	E-03/34.288/78	-----
Capela da Fazenda Itapacorá - 1733	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----
Capela Nossa Senhora Aparecida da Colônia Tavares de Macedo	-----	-----	-----
Capela do Cemitério Municipal São João Batista - 1863	-----	-----	-----
Capela Santo Antônio da Colônia Tavares de Macedo	-----	-----	-----
Casa da Família Cardoso (Américo Cardoso) nº 6.329	-----	-----	-----
Casa da Família Cardoso (Oswaldo Cardoso) nº 6.454	-----	-----	-----
Casa Heloisa Alberto Torres - CHAT	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----
Casa Salvador de Mendonça (antiga SEMEC) - Séc. XIX	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----
Casario da Colônia Tavares de Macedo (Aguardando Vistoria)	-----	-----	-----
Chaminé da antiga cerâmica (Hoje Mercado Municipal)	-----	-----	-----
Edificação atual sede da Biblioteca Municipal Joaquim Manuel de Macedo	-----	-----	-----
Estação Ferroviária de Venda das Pedras	-----	-----	-----
Fachada da Igreja São Pedro Apóstolo	-----	-----	-----
Fachada do Cemitério Municipal São João Batista - 1863	-----	-----	-----
Fonte da Carioca - "1846-1850"	-----	-----	-----
Igreja de Nosso Senhor do Bonfim - 1795	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----
Igreja Matriz de São João Batista -1742	-----	-----	0616-T-60 - 18/03/1970
Imóvel residencial nº 413 (Localizado na Praça)	Decreto nº 13 / A / 98	-----	-----
Imóvel residencial nº 421 (Localizado na Praça)	Decreto nº 13 / A / 98	-----	-----
Palácio Visconde de Itaboraí (atual sede do poder executivo municipal)	-----	-----	0681-T-62 - 23/04/1964
Praça Marechal Floriano Peixoto	-----	-----	-----
Prédio da Loja Maçônica Concórdia II - 1846	Decreto nº 13 / A / 98	-----	-----
Teatro João Caetano "1827 - 1988"	-----	-----	-----
Travessa Espírito Santo	-----	-----	-----
EDIFICAÇÕES / ESPAÇOS / LUGARES	2º DISTRITO - PORTO DAS CAIXAS		
Localidade	Municipal (PMI)	Estadual (INEPAC)	Federal (IPHAN)
Calçamento Pé de Moleque- Séc. XVIII-XIX (Acesso a Capela de Sto. Antônio)	-----	-----	-----
Capela de Santo Antônio (1828)	-----	-----	-----
Construção do novo Santuário de Jesus Crucificado	-----	-----	-----
Fachada do Cemitério de Porto das Caixas	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----
Igreja de Nossa Senhora da Conceição - 1718	Decreto nº 112 - 30/10/1996	E-18/001.047/99	-----
Portal da Fazenda da Cruz	-----	-----	-----
Praça Nossa Senhora da Conceição	-----	-----	-----
EDIFICAÇÕES / ESPAÇOS / LUGARES	3º DISTRITO - ITAMBI		
Localidade	Municipal (PMI)	Estadual (INEPAC)	Federal (IPHAN)
Cemitério	-----	-----	-----
Igreja de São Barnabé - 1705	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----
Imóvel comercial nº 28 (Prédio de um antigo armazém localizado na Praça)	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----
Imóvel comercial nº 30 (Prédio de um antigo armazém localizado na Praça)	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----
Imóvel residencial nº 01 (Localizado na Praça)	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----
Praça São Barnabé	-----	-----	-----
EDIFICAÇÕES / ESPAÇOS / LUGARES	4º DISTRITO - SAMBAETIBA		
Localidade	Municipal (PMI)	Estadual (INEPAC)	Federal (IPHAN)
Estação Ferroviária (demolida pela Petrobras)	-----	-----	-----
Capela de Santo Antônio	-----	-----	-----
Largo	-----	-----	-----



EDIFICAÇÕES / ESPAÇOS / LUGARES			
5º DISTRITO - VISCONDE DE ITABORAÍ			
Localidade	Municipal (PMI)	Estadual (INEPAC)	Federal (IPHAN)
Conjunto das casas dos ferroviários e seu entorno imediato	-----	-----	-----
Estação Ferroviária - 1929	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----
Igreja de Nossa Senhora do Desterro "Original Séc. XVII"	-----	-----	-----
Praça Principal	-----	-----	-----

EDIFICAÇÕES / ESPAÇOS / LUGARES			
6º DISTRITO - CABUÇU			
Localidade	Municipal (PMI)	Estadual (INEPAC)	Federal (IPHAN)
1ª Igreja Congregacional de Itaboraí - 1919	-----	-----	-----
Capela da Fazenda São Tomé - 1705	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----
Chaminé do Engenho da Fazenda Cabuçu	-----	-----	-----
Largo de São Sebastião	-----	-----	-----
Praça Principal	-----	-----	-----
Sede da Fazenda Cabuçu	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----
Sede da Fazenda São Tomé e Cemitério - 1705	-----	-----	-----

EDIFICAÇÕES / ESPAÇOS / LUGARES			
7º DISTRITO - MANILHA			
Localidade	Municipal (PMI)	Estadual (INEPAC)	Federal (IPHAN)
Igreja Matriz de Nossa Senhora de Fátima	-----	-----	-----

EDIFICAÇÕES / ESPAÇOS / LUGARES			
8º DISTRITO - PACHECOS			
Localidade	Municipal (PMI)	Estadual (INEPAC)	Federal (IPHAN)
Capela Nossa Senhora das Graças - Perobas	-----	-----	-----
Capela Nossa Senhora do Desterro - 1718	-----	-----	-----
Fazenda Pachecos - Século XIX	-----	-----	-----
Fonte dos Bambus - 1953	-----	-----	-----
Igreja Evangélica Congregacional de Perobas	-----	-----	-----
Lar de Rosalina - 1935	-----	-----	-----
Pavilhão de Laranjas - Família Pacheco	-----	-----	-----
Sede da Fazenda Cachoeira	-----	-----	-----
Sede da Fazenda do Retiro	-----	-----	-----
Sede da Fazenda Montevídeo - 1863	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----
Torre Sineira da Fazenda Montevídeo - 1863 (sino pertencente a um navio SS PARÁ)	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----

ARQUEOLOGIA / PALEONTOLOGIA			
1º DISTRITO - ITABORAÍ			
Localidade	Municipal (PMI)	Estadual (INEPAC)	Federal (IPHAN)
Ruínas da Capela Nossa Senhora da Piedade - 1713	-----	-----	-----
Ruínas da Fazenda Engenho Velho e Capela N. Sra. do Loreto	-----	-----	-----

ARQUEOLOGIA / PALEONTOLOGIA			
2º DISTRITO - PORTO DAS CAIXAS			
Localidade	Municipal (PMI)	Estadual (INEPAC)	Federal (IPHAN)
"Parque arqueológico" da Vila de Santo Antônio de Sá	-----	-----	-----
Ruínas da Torre Sineira da Igreja Matriz de Santo Antônio de Sá - 1704	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----
Ruínas do Convento São Boaventura (conhecidas como Ruínas do Convento de Macacu) - 1789	-----	E-03/33.714/78	0690-T-63 - 28/04/1980
Túnel Subterrâneo Ferroviário - 1860	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----

ARQUEOLOGIA / PALEONTOLOGIA			
3º DISTRITO - ITAMBI			
Localidade	Municipal (PMI)	Estadual (INEPAC)	Federal (IPHAN)
Ruínas da Estação Ferroviária	-----	-----	-----
Ruínas do Porto Sampaio	-----	-----	-----

ARQUEOLOGIA / PALEONTOLOGIA			
4º DISTRITO - SAMBAETIBA			
Localidade	Municipal (PMI)	Estadual (INEPAC)	Federal (IPHAN)
Ruínas da Capela Nossa Senhora da Glória em Engenho do Sumindouro	-----	-----	-----

ARQUEOLOGIA / PALEONTOLOGIA			
6º DISTRITO - CABUÇU			
Localidade	Municipal (PMI)	Estadual (INEPAC)	Federal (IPHAN)
Ruínas da Fazenda Patrimônio	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----
Sítio Paleontológico de São José	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----

ARQUEOLOGIA / PALEONTOLOGIA			
8º DISTRITO - PACHECOS			
Localidade	Municipal (PMI)	Estadual (INEPAC)	Federal (IPHAN)
Ruínas da Fazenda Engenho do Meio - Século XIX	-----	-----	-----
Ruínas da Fazenda Guindaste	-----	-----	-----

PATRIMÔNIO NATURAL			
1º DISTRITO - ITABORAÍ			
Localidade	Municipal (PMI)	Estadual (INEPAC)	Federal (IPHAN)
Remanescente de Floresta regenerada em Venda das Pedras	-----	-----	-----

PATRIMÔNIO NATURAL			
3º DISTRITO - ITAMBI			
Localidade	Municipal (PMI)	Estadual (INEPAC)	Federal (IPHAN)
Manguezal de Itambi (APA Guapi-Mirim)	-----	-----	-----

PATRIMÔNIO NATURAL			
4º DISTRITO - SAMBAETIBA			
Localidade	Municipal (PMI)	Estadual (INEPAC)	Federal (IPHAN)
Serra velha de Tapacorá (Barbosão)	-----	-----	-----

PATRIMÔNIO NATURAL			
6º DISTRITO - CABUÇU			
Localidade	Municipal (PMI)	Estadual (INEPAC)	Federal (IPHAN)

OUTROS			
1º DISTRITO - ITABORAÍ			
Localidade	Municipal (PMI)	Estadual (INEPAC)	Federal (IPHAN)
Brasão das Armas da República dos Estados Unidos do Brasil-1889 (acervo da Secretaria Municipal de Educação)	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----
Busto de Roberto Pereira dos Santos (Localizado na Praça Roberto Pereira dos Santos)	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----
Busto de Salvador de Mendonça (Localizado na Praça Marechal Floriano Peixoto)	Decreto nº 21/98	-----	-----
Busto do Joaquim Manuel de Macedo (Localizado na Praça Marechal Floriano Peixoto)	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----
Cruz das Almas (Estrada velha de Itaboraí)	-----	-----	-----
Escudo do Brasil Império (Acervo Móvel da antiga Casa de Câmara)	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----
Marco da fundação da Vila de São José Del Rei - 1772	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----
Porta de grades do prédio da antiga Casa da Câmara e Cadeia Pública	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----
Quadro do Marechal Floriano Peixoto / autoria de August Petit (Acervo Móvel da antiga Casa de Câmara)	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----
Túmulo de Joaquim Manuel de Macedo	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----
Túmulo do Alberto Torres	Decreto nº 112 - 30/10/1996	-----	-----

Fonte: SEMMAURB e SEMCELT - Elaborado pela equipe técnica de Revisão do Plano Diretor.

O mapa abaixo indica a localização dos patrimônios de Itaboraí. Estão indicados, os patrimônios tombados e os não tombados, conforme tabelas anteriores. Vale ressaltar que não estão incluídos neste mapa os patrimônios enquadrados na Categoria 4.

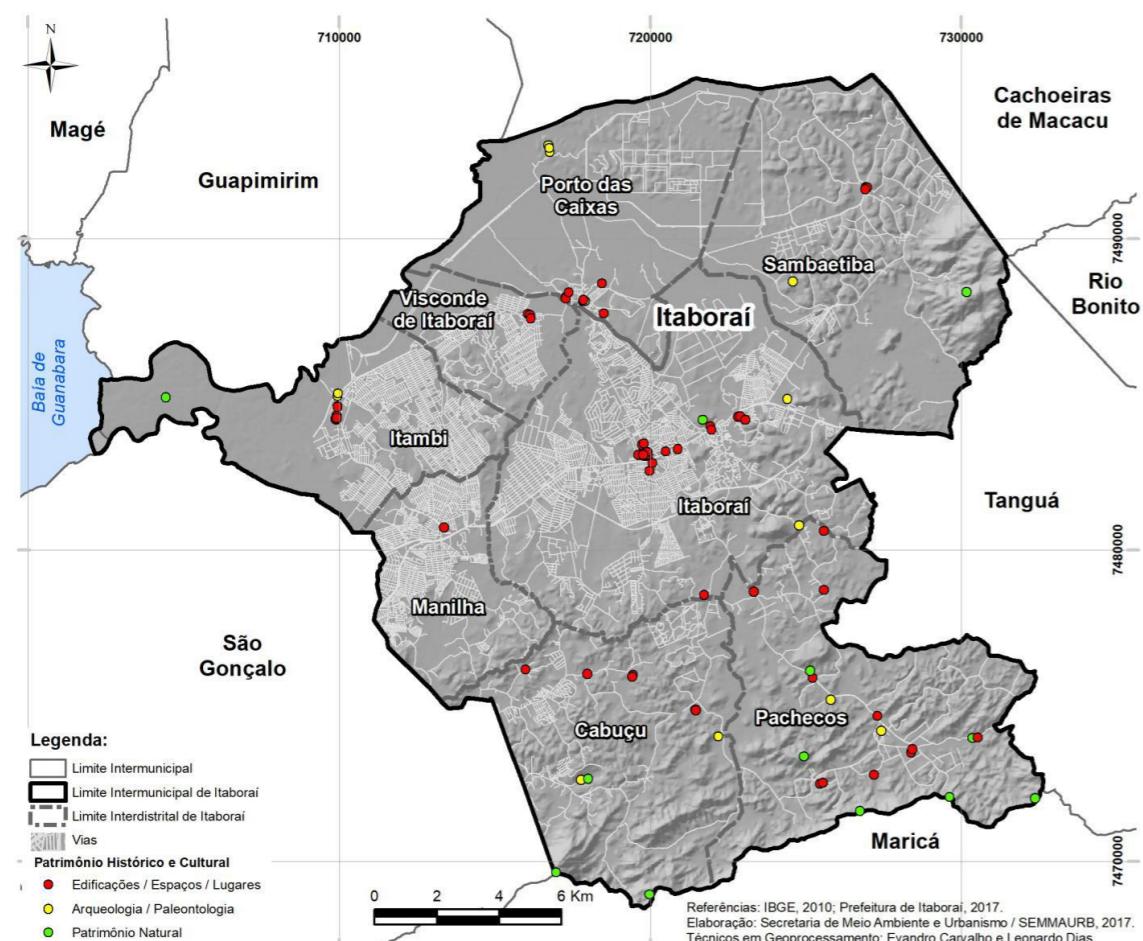


Figura 111 - Mapa de Patrimônio Histórico e Cultural em Itaboraí / por categorias

O município conta ainda com suas Festas, Celebrações e Manifestações Culturais, além de ofícios, saberes e modos de fazer, que são patrimônios imateriais contribuintes para a construção da identidade local, pois trazem consigo histórias e vivências que caracterizam a cidade.

No 1º Distrito (Itaboraí-Centro) destacam-se eventos, como Dia de São João (Padroeiro da Cidade), que acontece em 24 de junho, o aniversário do Município, no dia 22 de maio, ainda ocorrem festas como Carnaval e Folia de Reis, a tradicional confecção dos tapetes artísticos no Feriado de Corpus Christi, Feira do Livro, Semana do Meio Ambiente e comemorações pelo Dia da Juventude e Dia da Consciência Negra.

Já no 2º Distrito (Porto das Caixas), além de eventos tradicionais como Carnaval e a confecção do tapete de sal no Feriado de Corpus Christi, acontecem eventos religiosos, como a Vigília em memória do milagre no Santuário de Jesus Crucificado, nos dias 25 e 26 de janeiro, o Sagrado Coração de Jesus – Concentração do Apostolado da Oração, a Festa de Santo Antônio, nos dias 12 e 13 de junho, a Concentração Mariana, que acontece no 3º domingo de agosto, Festa de São Paulo da Cruz, em 18 de outubro e o Auto de Natal, em 24 de dezembro.

Em Itambi, acontece a Festa de São Barnabé, no dia 11 de junho. E em Visconde, temos São Jorge, em 23 de abril e Dia de Nossa Senhora do Desterro.

Entre os ofícios e saberes, tem destaque a arte oleira – artesanato em barro, milenar tradição ceramista. Outros artesanatos em taboa, madeira, confecção de esteiras em palha também são ofícios e saberes locais.

O município de Itaboraí é repleto de artistas plásticos, escultores e músicos, que compõem o cenário de potencialidade artística e cultural local.





Lagoa São José de Itaboraí
2014



Lagoa São José de Itaboraí
2017



PARQUE PALEONTOLOGICO DE SÃO JOSÉ DE ITABORAÍ

LOCALIZAÇÃO

Localizado na Estrada São José s/nº, Bairro São José - Itaboraí - RJ (Figura 112), o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí se trata de uma área de preservação municipal de grande relevância científica e turística para o município. Tal importância se dá por consequência dos inúmeros achados paleontológicos, geológicos e arqueológicos descobertos antes, durante e depois da exploração das rochas carbonáticas para fabricação de cimento (Bergqvist et al., 2006, Sant'Anna et al., 2004).

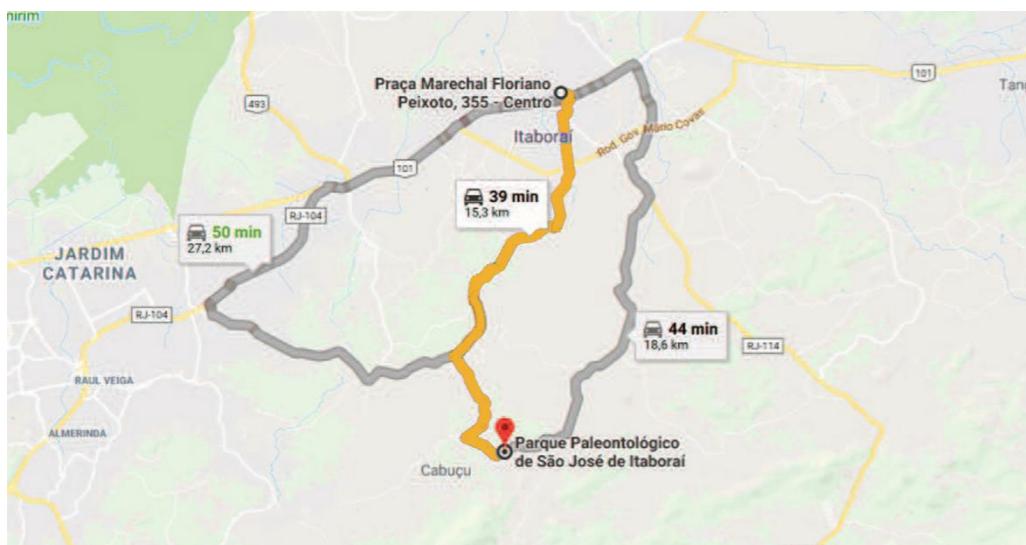


Figura 112: Mapa ilustrando os possíveis trajetos de chegada ao parque

Inserido no Bioma Mata Atlântica, um dos mais degradados do país devido seu posicionamento geográfico que está estreitamente ligado a grandes densidades populacionais, o parque apresenta uma área de preservação de aproximadamente 1.400,000 m² Bergqvist et al., 2009. Dentro desta área, está localizada uma das mais importantes bacias sedimentares carbonáticas do Brasil datada de aproximadamente 58 milhões de anos com base no registro fossilífero de mamíferos (Figura 113).



Figura 113: Vista aérea do parque situado no Bairro São José.

Fonte: PMI (Gerenciamento de Dados – Evandro Carvalho)

Sobrevoos APS Aerolevantamentos / 2008

A Bacia de Itaboraí como é reconhecida na literatura, foi descoberta no final da década de 20, pelo até então proprietário da fazenda. Ao submeter o material à análise, foi identificada que se tratava de calcário e após a identificação do potencial da jazida, a Companhia de Cimento Portland Mauá se instalou no local a fim de extrair as rochas para fabricação de cimento. A exploração que durou pouco mais de 50 anos (1933-1984), criou uma cava com aproximadamente 90 metros de profundidade (Figura 114), que após a paralisação da mineração, formou-se um grande lago (Bergqvist et al., 2006).

Em 1990, por meio do decreto municipal no 42, a Prefeitura de Itaboraí desapropriou a área tornando-a de utilidade pública. Cinco anos mais tarde, por meio da Lei Municipal 1346 de 1995, foi criado então o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí e uma cooperativa para exploração do recurso hídrico para fornecer a população do seu entorno. O abastecimento utilizando a água do lago fez com que o nível fosse baixando ano após ano até que, em 2014, teve que ser paralisado (Figura 115).



Figura 114: Fotografia da cava de mineração no meado da década de 70 (acervo pessoal da Prof. Dra. Lílian P. Bergqvist)



Figura 115: Foto do lago antes (1992) e depois (04/2015) da exploração do recurso hídrico (acervo pessoal da Prof. Dra. Lílian P. Bergqvist)

GEOLOGIA LOCAL

Medindo pouco mais de 1km² a Bacia de Itaboraí possui uma geologia com característica bastante peculiar, pois nela são encontrados diversos eventos geológicos que a tornam uma excelente área de ensino da geociência. Estes eventos variam com a formação de rochas químicas (calcários) a rochas metamórficas extrusivas (ankaramito), ciliciclástica (conglomerados), sendo as carbonáticas as mais importantes no contexto econômico e fossilífero.

Para melhor compreensão do contexto geológico da bacia, Bergqvist et. al, 2006 a dividiu em três sequências; S1, S2, S3. Sendo a S1 compostas por intercalação de calcário travertino e clástico, indicando um ambiente deposicional de origem hidrotermal que precipitava puramente e hora com aporte de sedimento e bioclastos oriundos de fora da bacia. Já a S2 é composta por uma marga carbonática altamente fossilífera que preenchia os canais de dissolução presente na sequência S1. A S3 é composta por um conglomerado que cobriu todo pacote sedimentar S1 e S2 da Bacia de Itaboraí.

Após a deposição das camadas S1 e S2, uma falha transversal possibilitou o derrame de material magmático denominado ankaramito que cortou as sequências supracitadas e se acumulou numa pequena faixa do lado norte da bacia. Ricomini & Francisco 1992, atrelaram a idade deste evento por meio do método absoluto de datação (Potássio - Argônio) em aproximadamente 52 milhões de anos e por se tratar de um evento posterior, corrobora com a idade paleocênica atribuída aos fósseis encontrados na camada S1 e S2 (Figura 116).

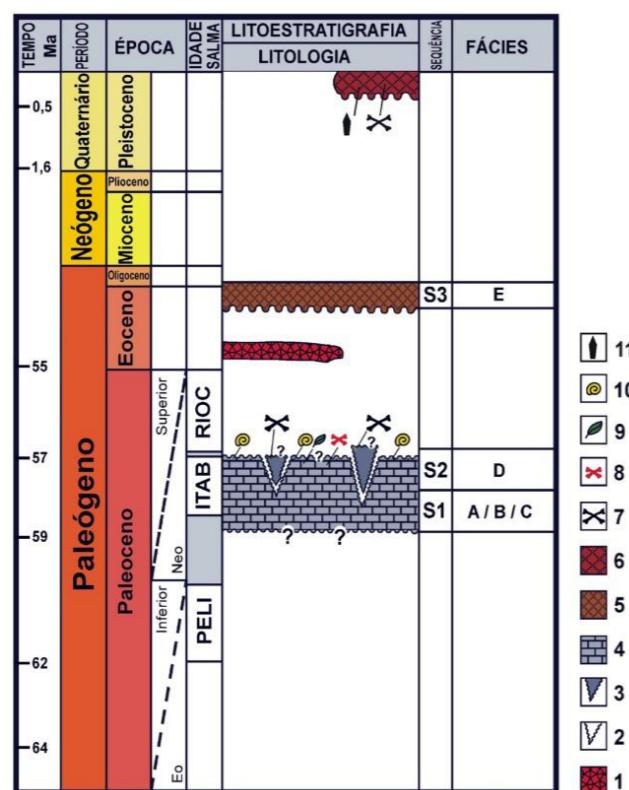


Figura 116: Esquema litoestratigráfica da Bacia de Itaboraí. Legenda 1- ankaramito, 2- canais de dissolução, 3- margas (fácie D), 4- calcários seq. S1 (A,B,C), 5- sedimentos aluviais (E), 6- sedimentos pleistocênicos, 7- abundantes vert. Fósseis, 8- escassos vert. Fósseis, 9- restos vegetais, 10- fósseis gastrópodes, 11- artefatos arqueológicos

PALEONTOLOGIA

Embora a Bacia de Itaboraí seja considerada pequena quando comparada as demais bacias sedimentares brasileiras, ela apresenta uma densidade fossilífera surpreendente. Ao todo, foram encontrados milhares de fósseis que estão depositados no Museu Nacional do Rio de Janeiro, Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM-RJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) entre outras.

Dentre as famílias fósseis encontrados no parque, por ordem decrescente, os mamíferos são os mais abundantes, seguidos de moluscos, répteis, aves, anfíbios e vegetais Bergqvist et al., 2006 (Figura 117). Grande parte dos fósseis, em sua maioria os mamíferos, foram encontrados nas margas carbonática (S2) que preenchiam os canais de dissolução (S1). Devido a grande quantidade e diversidade de mamífero fóssil, comparado com as outras faunas de mamíferos da América do Sul, foi atribuída a idade de aproximadamente 58 milhões de anos (Paleocênico Superior) a bacia (Figura 118).

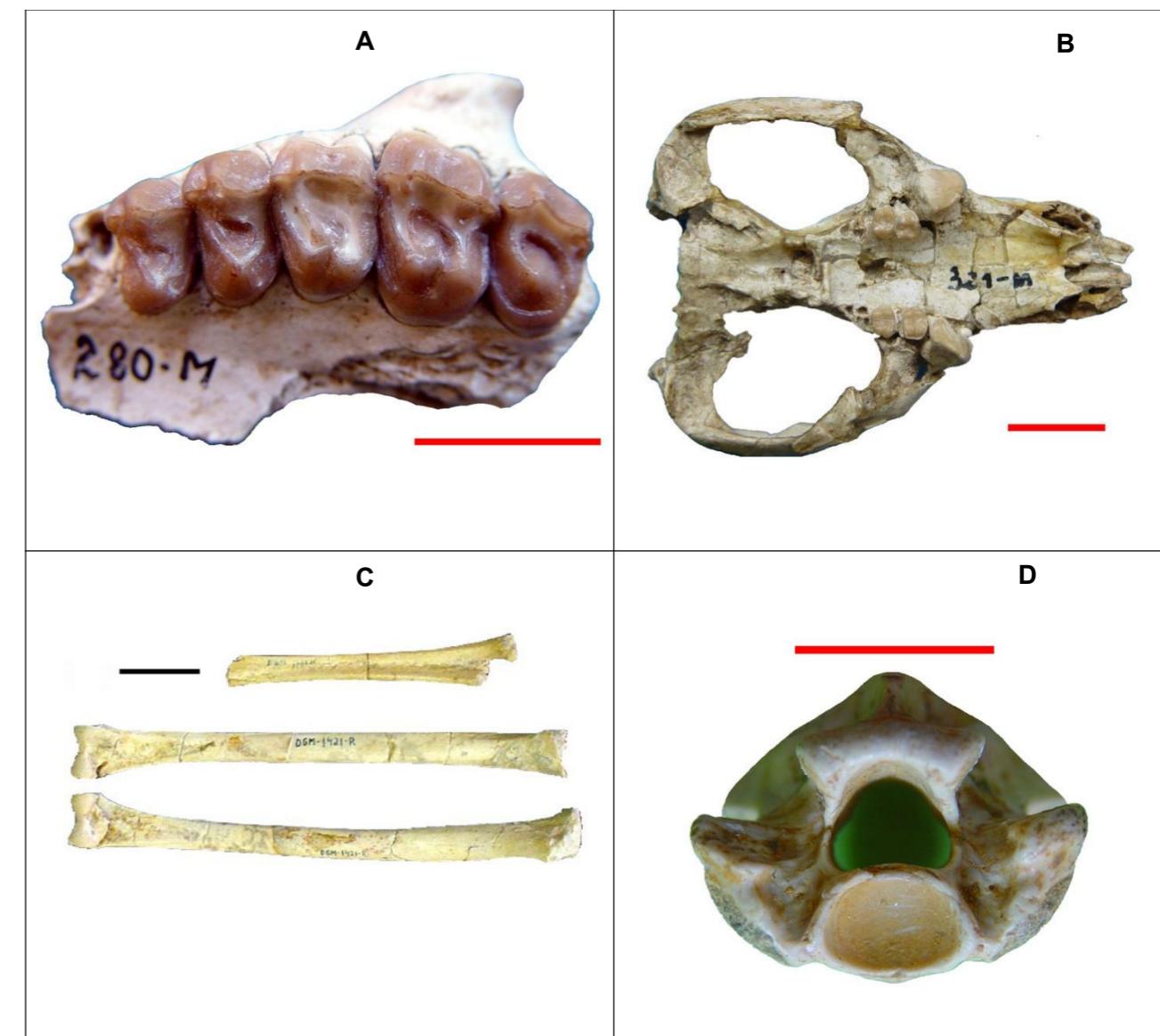


Figura 117: Figura de vertebrados fósseis da Bacia de Itaboraí, (A) maxila de notoungulado, (B) crânio de marsupial, (C) ossos de ave, (D) vértebra de serpente.

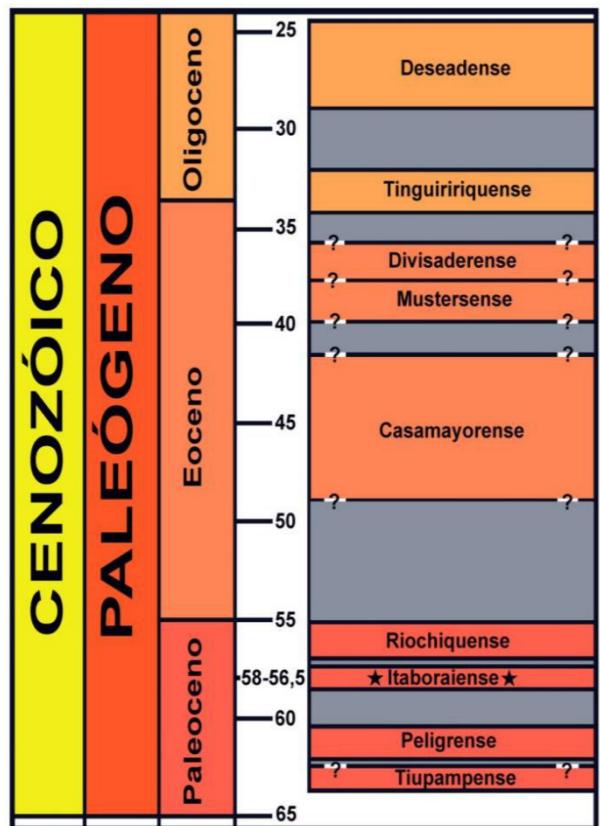


Figura 118: Tabela com a Idade dos Mamíferos Terrestres da America do Sul em destaque com duas estrelas a idade da Bacia de Itaboraí com o andar denominado Itaboraiense devido a importância do local.

ARQUEOLOGIA

Do ponto de vista da ocupação humana, a região de Itaboraí, como em outros sítios no Brasil, foi palco de ação constante do homem pré-histórico, desde tempos mais distantes (Pleistoceno Médio). Tal afirmação se baseia nos estudos que vêm sendo realizados na região pela arqueóloga Profa. Dra. Maria da Conceição Beltrão e sua equipe.

No caso específico de Itaboraí verifica-se que o sítio, como outros, se situam em rampas de colúvio, isto é, em inclinações da superfície de encosta que se deslocaram a partir do ponto mais alto das elevações (Beltrão, 1982). O cume do Morro da Dinamite, por exemplo, onde está localizado o sítio arqueológico de Itaboraí foi a área fonte a partir da qual as formações coluviais e cascalheiras se deslocaram levadas pelas enxurradas periódicas que também carregaram os artefatos produzidos e utilizados pelo homem pré-histórico depositando-os nos bordos da depressão (Figura 119).

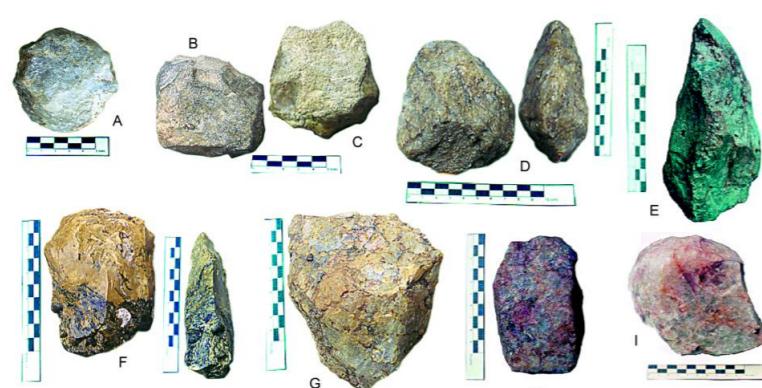


Figura 119: Artefatos líticos encontrados em sítios arqueológico no parque. (modificado Bacia de São José de Itaboraí, RJ. Berço dos Mamíferos no Brasil. Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. CPRM, v. 2. 515p.)

O PARQUE PALEONTOLOGICO DE SÃO JOSÉ DE ITABORAÍ

Em pouco mais de uma década, professores das UERJ, UFRJ, UFF, UFRRJ e demais colaboradores se reuniram para “tirar o parque do papel”, que até então existia apenas em lei. Uma das primeiras iniciativas deste grupo foi captar recursos para realizar o cercamento da área aproximada que abrangia a antiga fazenda e posteriormente realizado a restauração dos galpões que foram construídos pela mineradora. Nessas estruturas foi construído um museu, sala de vídeo, sala de palestra e laboratórios (Figura 120).



Figura 120: Sequência de fotos mostrando parte da estrutura interna do parque com museu, sala de vídeo, laboratório (aluno do município utilizando lupa binocular) e sala de palestras.

Ao chegar à Bacia de Itaboraí, área de interesse geoplaeontológico de onde foram extraídas as rochas para fabricação do cimento, o visitante encontra um deck com vista panorâmica do lago que foi formado pelo processo escavação (Figura 121). Além deste, o parque é composto por trilhas que levam a afloramentos no qual o visitante pode obter contato com diversos tipos de rochas e fósseis de aproximadamente 58 milhões de anos (Figura 122).



Figura 121: Foto dos professores da rede de Itaboraí fazendo capacitação no parque e contemplando a vista panorâmica do deck.



Figura 122: imagem do fóssil de um gastrópode e de um afloramento de rochas carbonáticas.

Atualmente, o parque se encontra fechado para visitação e em precário estado de conservação. Certamente, a necessidade da reabertura e retorno das atividades é iminente, uma vez que o local é referência mundial para pesquisas geológicas, paleontológicas, antropológicas e históricas. Além disso, o Parque Paleontológico, em funcionamento, proporcionaria lazer e destaque para o município, pois diversos visitantes de regiões próximas e até mais distantes, seguramente iriam frequentar o mesmo.

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

ENERGIA

Tabela 79 - Consumo de Energia Elétrica no Estado do Rio de Janeiro, Região Metropolitana e Itaboraí

Estado, Região de Governo e Município	Empresa Conces.	Consumo de Energia Elétrica (MWh)					
		Classes de Consumidores					
		Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros
Estado	---	34.964.307	12.652.950	8.235.994	8.978.318	278.295	4.818.750
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	---	24.994.520	9.567.485	4.038.828	7.525.270	25.262	3.837.675
Itaboraí	AMPLA	318.007	142.764	23.390	52.551	9.984	89.317

Fonte: Fundação CEPERJ - Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2013 (dados do ano de 2011)

Tabela 80 - Consumidores de Energia Elétrica no Estado do Rio de Janeiro, Região Metropolitana e Itaboraí

Estado, Região de Governo e Município	Empresa Conces.	Consumidores de Energia Elétrica					
		Classes de Consumidores					
		Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros
Estado	---	6.535.025	5.945.686	15.983	466.976	75.518	30.862
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	---	4.561.172	4.195.711	10.812	338.023	3.159	13.467
Itaboraí	AMPLA	86.369	81.346	120	4.300	233	370

Fonte: Fundação CEPERJ - Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2013 (dados do ano de 2012)

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA
COMUNICAÇÕES

Tabela 81 - Agências de correios e postos de venda de produtos no Estado do Rio de Janeiro, Região Metropolitana e Itaboraí

Estado, Região de Governo e Município	Agências comerciais tipo I	Agências comunitárias	Agências franqueadas	Agências próprias/correios	Agências próprias/Filatélica	Postos de vendas de produtos
Estado	7	276	93	235	1	150
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4	22	73	131	1	113
Itaboraí	-	11	-	1	-	-

Fonte: Fundação CEPERJ - Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2013 (dados do ano de 2012)

Tabela 82 - Terminais Telefônicos Instalados no Estado do Rio de Janeiro, Região Metropolitana e Itaboraí

Estado, Região de Governo e Município	Terminais Telefônicos Instalados								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Estado	5.028.552	4.980.063	4.692.216	4.659.788	4.561.641	4.470.658	4.225.397	3.979.329	3.876.442
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4.095.705	4.057.815	3.892.442	3.857.614	3.762.429	3.614.933	3.396.933	3.166.890	3.062.816
Itaboraí	42.191	42.960	36.035	36.024	35.697	42.971	38.881	38.104	3.303

Fonte: Fundação CEPERJ - Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2013

Tabela 83 - Telefones Públicos Instalados no Estado do Rio de Janeiro, Região Metropolitana e Itaboraí

Estado, Região de Governo e Município	Telefones Públicos Instalados								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Estado	124.064	124.168	99.350	99.155	96.965	94.448	92.900	84.020	75.587
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	90.002	89.741	65.821	65.295	63.462	61.974	60.663	53.926	48.918
Itaboraí	1.650	1.651	1.372	1.383	1.382	1.353	1.355	1.353	145

Fonte: Fundação CEPERJ - Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2013

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA
PAVIMENTAÇÃO

A Câmara Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro elaborou, em 2016, um estudo sobre as vias dos 19 municípios cobertos pela cartografia metropolitana, identificando as vias pavimentadas e não pavimentadas a partir de um levantamento aerofotogramétrico.

O resultado preliminar foi a identificação de que 50,05% das vias avaliadas encontram-se pavimentadas e que o município de Itaboraí é o que possui mais vias sem pavimentação, cerca de 80% das vias municipais, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 84 - Vias pavimentadas e não pavimentadas nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Municípios	Vias pavimentadas		Vias não pavimentadas		Total de vias no município
	Km	%	Km	%	
Belford Roxo	638,76	63,43	368,35	36,57	1007,11
Cachoeiras de Macacu	406,24	44,19	513,07	55,81	919,31
Duque de Caxias	1794,73	73,91	633,48	26,09	2428,21
Guapimirim	254,76	48,58	269,67	51,42	524,43
Itaboraí	482,50	19,29	2019,02	80,71	2501,52
Itaguaí	530,04	70,34	223,54	29,66	753,58
Japeri	203,60	41,91	282,18	58,09	485,79
Magé	640,93	40,15	955,48	59,85	1596,41
Maricá	637,26	27,14	1710,96	72,86	2348,22
Mesquita	238,15	94,76	13,17	5,24	251,33
Nilópolis	173,75	98,02	3,51	1,98	177,26
Nova Iguaçu	1489,88	62,19	905,77	37,81	2395,66
Paracambi	86,46	61,91	53,19	38,09	139,66
Queimados	290,24	54,34	243,83	45,66	534,07
Rio Bonito	199,59	45,45	239,59	54,55	439,18
São Gonçalo	1452,48	53,47	1263,82	46,53	2716,31
São João de Meriti	542,02	91,98	47,28	8,02	589,30
Seropédica	337	38,01	549,73	61,99	886,73
Tanguá	71,61	31,8	153,58	68,2	225,19

Fonte: Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro (disponível em Caderno Metropolitano 3 – Cartografia e Informação)



INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

SEGURANÇA URBANA

O estado do Rio de Janeiro é dividido em 39 Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), que correspondem às áreas onde se encontram os batalhões da Polícia Militar. Essas áreas também correspondem a uma ou mais circunscrições de delegacia de Polícia Civil.

O município de Itaboraí faz parte da AISP 35, sendo sede do 3º Batalhão de Polícia Militar que fica localizado no bairro Centro. Esse batalhão ainda é responsável pelos municípios de Tanguá, Rio Bonito, Silva Jardim e Cachoeiras de Macacu.

Sob a ótica da Polícia Civil, a 71ª delegacia, localizada também no Centro, é responsável somente pelo município de Itaboraí desde maio de 2011. Antes dessa data, a delegacia também respondia pelo município de Tanguá, que agora conta com a 70ª DP.

As informações acima apontadas e os dados a seguir são originários de microdados de todos os fatos criminais e administrativos registrados na 71ª Delegacia de Polícia Civil, fornecidos pelo Instituto de Segurança Pública e estão disponíveis no Relatório “Diagnóstico e Plano de Prevenção à Violência do Município de Itaboraí”, produto do convênio celebrado entre o VIVA RIO e a Prefeitura Municipal de Itaboraí.

Segundo o relatório, conforme Portaria em vigor, os dados disponíveis podem ser solicitados para um período máximo de cinco anos, e que o ano de 2013 ainda não se encontrava completo durante a elaboração do documento. Por esse motivo, foram utilizados dados do período de 2008 a 2012.

O que será abordado aqui se refere ao diagnóstico quantitativo dos índices socioeconômicos e de criminalidade da cidade de Itaboraí, que está mencionado na segunda parte do relatório em questão.

Os registros feitos no período 2008-2012, de acordo com os principais Capítulos do Código Penal Brasileiro (CPB), estão relacionados na tabela abaixo, em forma de valores absolutos e nos gráficos, em forma de percentuais, no município de Itaboraí. Os títulos do CPB apresentam a definição abaixo expressa:

Crime contra a pessoa – crimes contra a vida; lesões corporais; periclitação da vida e da saúde; rixa; crimes contra a honra; e crimes contra a liberdade individual.

Crime Contra o patrimônio – furto, roubo e extorsão; usurpação; dano; apropriação indébita; estelionato e outras fraudes; e receptação.

Crime Contra a dignidade sexual – crimes contra a liberdade sexual; crimes sexuais contra vulnerável; lenocínio e tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual; e ultraje público ao pudor.

A categoria “Outros” inclui os seguintes capítulos: crimes contra a propriedade imaterial; crimes contra a organização do trabalho; crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos; crimes contra a família; crimes contra a incolumidade pública; crimes contra a paz pública; crimes contra a fé pública; e crimes contra a administração pública. Essa categoria, embora possua muitos títulos, agrupa um número reduzido de ocorrências, o que justifica o ajuntamento das mesmas.

Definição do IBGE – “Microdados consistem no menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, retratando, sob a forma de códigos numéricos, o conteúdo dos questionários, preservado o sigilo das informações. Os microdados possibilitam aos usuários, com conhecimento de linguagens de programação ou softwares de cálculo, criar suas próprias tabelas.” Informação disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalho_e_rendimento/pme_nova/defaultmicro.shtml

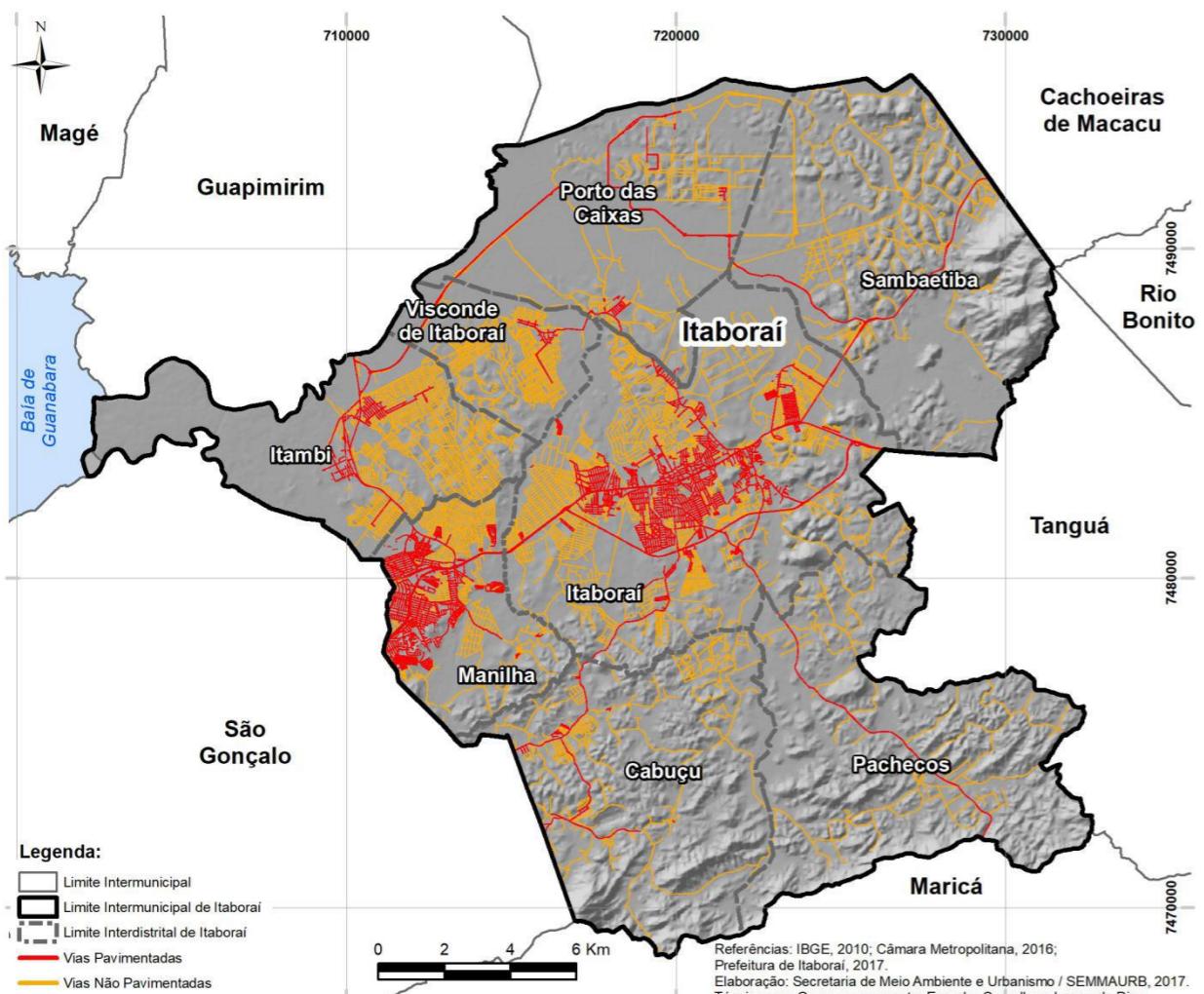


Figura 123 - Mapa demonstrativo das vias pavimentadas e não pavimentadas em Itaboraí

Tabela 21 - Registros dos Crimes Segundo Títulos do Código Penal Brasileiro no Município de Itaboraí / 2008 a 2012

Títulos	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Pessoa	1.925	2.436	2.804	3.145	3.592	13.902
Patrimônio	2.596	2.897	2.722	2.607	3.003	13.825
Dignidade sexual	79	92	80	79	151	481
Outros	1.370	1.533	1.509	1.872	2.563	8.847
Total	5.970	6.958	7.115	7.703	9.309	37.005

Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro/DGTIT/PCERJ.

Disponível em *Diagnóstico e Plano de Prevenção a Violência do Município de Itaboraí*

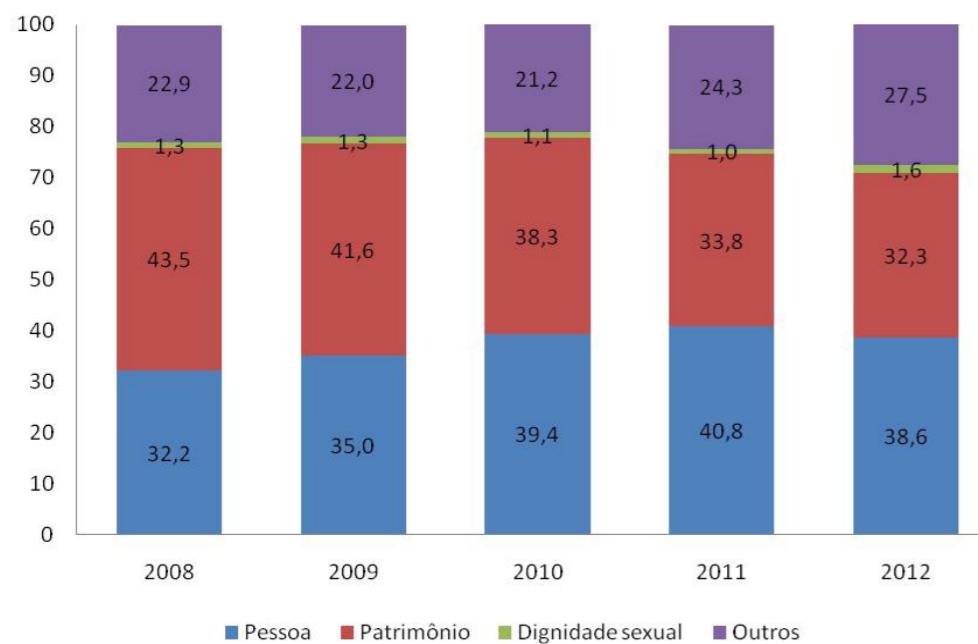


Figura 124 - Percentual de Registros de Ocorrência

Segundo Títulos do Código Penal Brasileiro no Município de Itaboraí – 2008 a 2012

Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro/DGTIT/PCERJ.

Disponível em *Diagnóstico e Plano de Prevenção a Violência do Município de Itaboraí*

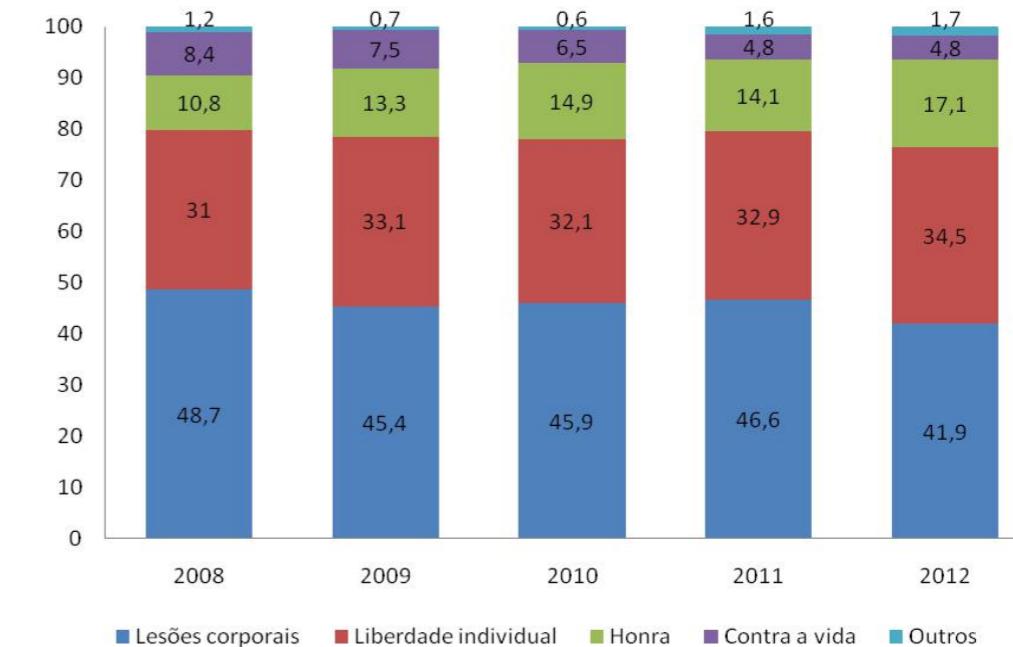


Figura 125 - Percentual de Registros dos Crimes Contra a Pessoa

Segundo Títulos do Código Penal Brasileiro no Município de Itaboraí – 2008 a 2012

Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro/DGTIT/PCERJ.

Disponível em *Diagnóstico e Plano de Prevenção a Violência do Município de Itaboraí*

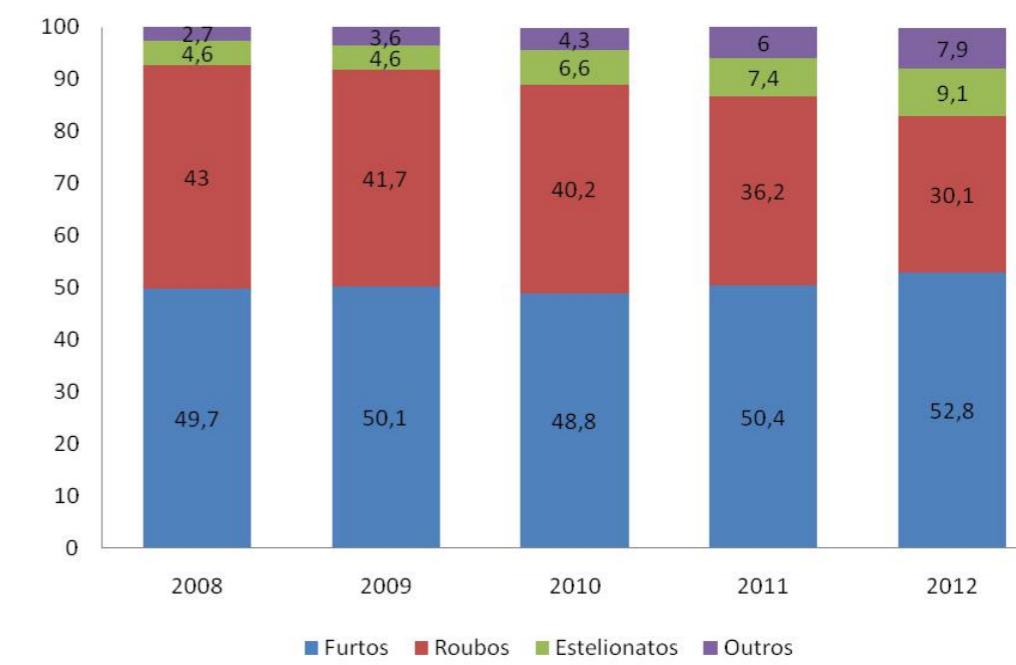


Figura 126 - Percentual de Registros dos Crimes Contra o Patrimônio

Segundo Títulos do Código Penal Brasileiro no Município de Itaboraí – 2008 a 2012

Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro/DGTIT/PCERJ.

Disponível em *Diagnóstico e Plano de Prevenção a Violência do Município de Itaboraí*

As informações a seguir, que se referem às definições dos tipos de crimes, estão disponíveis no relatório “Diagnóstico e Plano de Prevenção a Violência do Município de Itaboraí”.

O homicídio é definido pelo Código Penal Brasileiro em seu Artigo 121: “Matar Alguém: Pena – reclusão, de 6 (seis) a 20 (vinte) anos”. Na sua modalidade dolosa, é “quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo” (conforme o Art. 18). A diferença para a modalidade culposa, é que a culposa é “quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia” (Art. 18).

A lesão corporal dolosa é definida pelo Código Penal Brasileiro, em seu Artigo 129, como “ofensa a integridade corporal ou a saúde de outrem, com pena de detenção de três meses a um ano”. Na sua modalidade dolosa, é “quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo” (Art. 18). Essa definição difere da culposa, que é “quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia” (Art. 18).

Segundo Greco (2014), a lesão corporal comprehende toda e qualquer ofensa a normalidade funcional do corpo, tanto do ponto de vista anatômico quanto fisiológico ou psíquico. As lesões dolosas estão muito presentes no que se chama de círculo de violência, que começa com agressões verbais e ameaças, passa as agressões físicas (lesões) e sexuais (estupros) e, posteriormente, pode chegar até ao homicídio doloso.

O roubo é definido pelo Código Penal Brasileiro, em seu Artigo 157 como: “Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la [...] reduzido a impossibilidade de resistência: Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa”. Se tal ato resultar em lesão corporal grave, a pena varia de sete a 15 quinze anos de reclusão, além da multa. Se gerar morte (latrocínio), a pena é de 20 a 30 de reclusão, sem multa.

Os roubos de rua se subscrevem no mesmo artigo citado anteriormente, o Artigo 157 do Código Penal, pois este não difere a coisa móvel alheia que é subtraída. A Polícia Civil distingue os roubos em variados títulos com o intuito de melhor descrever e auxiliar as investigações que conduz, pois para cada res furtiva há um tipo de modus operandi, ou ainda, o método de realizar um roubo de veículo difere do método de roubo a residência ou roubo de carga, e assim por diante. Portanto, os roubos de veículo também se subscrevem no Artigo 157 do Código Penal.

O furto é definido pelo Código Penal Brasileiro, no Artigo 155: “Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa”. A pena é de dois a oito anos se o furto for qualificado, ou seja, possíveis atos de destruição ou rompimento de obstáculo, abuso de confiança, por meio de fraude, escalada ou destreza, emprego de chave falsa, utilizando-se de duas ou mais pessoas, ou quando se subtrai veículo com intuito de levá-lo a outro estado ou país. No furto, contrariamente ao roubo, não há o emprego da violência ou grave ameaça na consecução do delito, e isso faz com que sua pena seja mais branda se comparada a pena do roubo. Ainda há, na classificação do CPB, o Artigo 156, que aborda o furto de coisa comum: “Subtrair o condômino, coerdeiro ou sócio, para si ou para outrem, a quem legitimamente a detém, a coisa comum”.

Como nos casos de roubos de rua, foi construída a categoria furtos de rua, que considera o somatório dos furtos a transeuntes, furtos de aparelho celular e furtos em coletivos.

Os acidentes de trânsito são compostos por homicídios e lesões, ambos classificados em sua modalidade culposa. A culpa é dada “quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia” (BRASIL, 1940).

No caso do homicídio, a pena é definida pelo §3º do Artigo 121. Assim, se o homicídio for culposo, a pena é de detenção, de um a três anos. O homicídio culposo na direção de veículo automotor é redigido pelo Artigo 302 da mesma Lei. Logo, praticar tal ato poderá gerar uma pena de detenção, de dois a quatro anos, e suspensão ou proibição da obtenção da permissão ou habilitação para dirigir.

No caso das lesões, a redação é dada pelo §6º do Artigo 129, se esta for culposa, a

pena também será detenção, mas de dois meses a um ano. Se a lesão culposa for praticada na direção de veículo, então, será aplicado o Artigo 303 da Lei 9.503, de 1997. A pena será detenção, de seis meses a dois anos, com suspensão da permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor, ou proibição de obtê-las.

Os crimes contra o meio ambiente se subscrevem na Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dá conta dos crimes contra a fauna, flora, poluição e outros crimes ambientais, bem como contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural.

HOMICÍDIO DOLOSO

A taxa de homicídios dolosos de Itaboraí foi a mais alta em comparação com todos os municípios confrontantes, e maior também que a taxa do estado do Rio de Janeiro. Itaboraí chegou a 30,1 vítimas por 100 mil habitantes, enquanto o estado apresentou 25,1 mortos por 100 mil. A menor taxa foi observada no município de Cachoeiras de Macacu com 10,9 vítimas por grupo de 100 mil residentes. Na mesma faixa de Cachoeiras de Macacu estão os municípios de Tanguá e Rio Bonito, enquanto Guapimirim, São Gonçalo e Maricá apresentam taxas mais altas, porém, ainda inferiores quando comparadas ao de Itaboraí.

Em 2012, o município de São Gonçalo foi aquele que mais perto chegou da taxa de Itaboraí (30,1), com 29,5 mortos por 100 mil habitantes.

O mapa a seguir mostra os dados no município, apontando os índices em cada distrito.

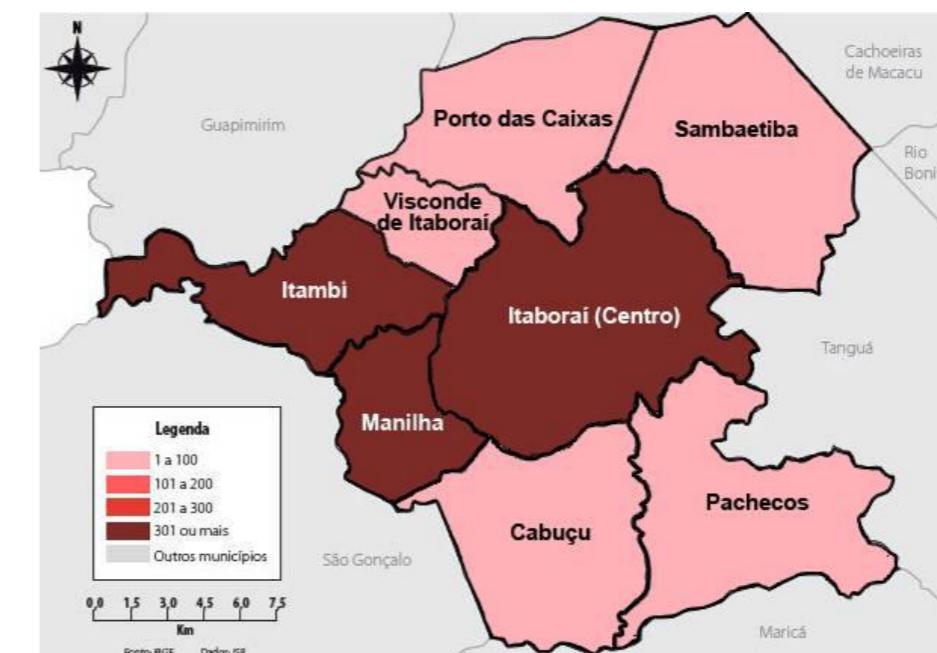


Figura 127 - Homicídio Doloso segundo Distritos de Itaboraí – 2008 a 2012

Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro/DGTIT/PCERJ. Disponível em *Diagnóstico e Plano de Prevenção a Violência do Município de Itaboraí* (modificado pelo autor)

LESÃO CORPORAL DOLOSA

Durante o período de 2008 a 2012 foram obtidos os seguintes índices de Lesão Corporal Dolosa no município de Itaboraí e entorno. Tanguá apresentou uma taxa de 747,5 casos por grupo de 100 mil habitantes, sendo considerada a mais alta de todos os municípios observados, e maior também que a taxa do estado do Rio de Janeiro (551,2 casos por 100 mil habitantes). Já Itaboraí apresentou 548,9 vítimas por 100 mil habitantes e está no segundo conjunto de municípios com piores índices, junto com Maricá, Cachoeiras de Macacu e Guapimirim. A menor taxa foi a do município de Rio Bonito, com 435,9 vítimas por 100 mil residentes. Na mesma faixa está o município de São Gonçalo, com 448,1 vítimas por 100 mil pessoas. Nesse tipo delituoso, o município de Itaboraí apresentou taxa menor que o estado do Rio de Janeiro, que apresentou a taxa de 551,20 vítimas por cada 100 mil pessoas.

Seguem no mapa abaixo os dados no município, segundo distritos.

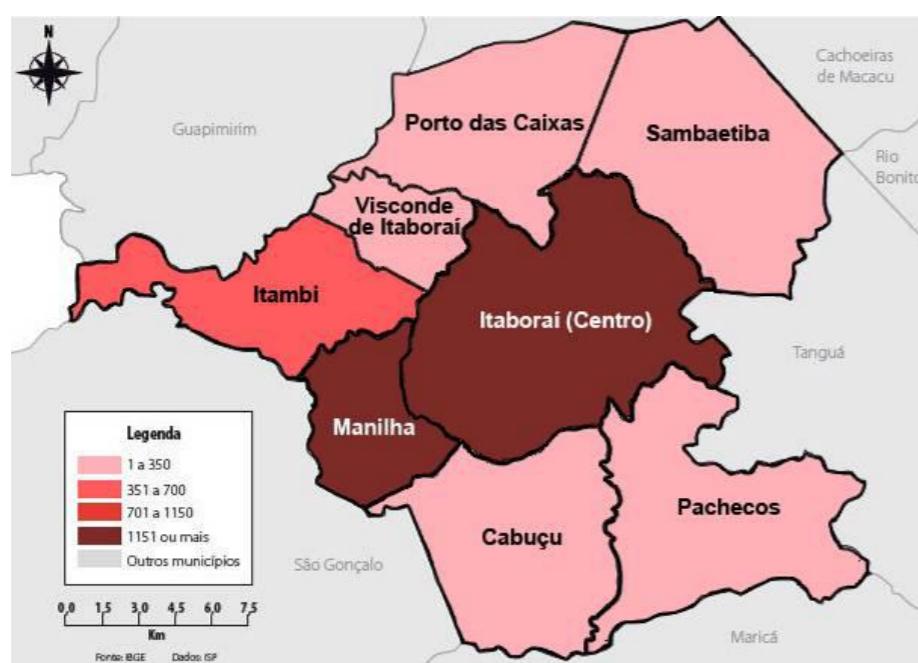


Figura 128 - Lesão Corporal Dolosa segundo Distritos de Itaboraí – 2008 a 2012

Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro/DGTIT/PCERJ.
Disponível em *Diagnóstico e Plano de Prevenção a Violência do Município de Itaboraí* (modificado pelo autor)

ROUBOS

Observando as taxas de total de roubos em Itaboraí e adjacências no período de 2008 a 2012, conclui-se que São Gonçalo, com 866 casos por 100 mil habitantes, é o município com maior taxa entre aqueles que pertencem ao entorno dessa localidade, superando também o índice do estado do Rio de Janeiro. Numa segunda faixa estão os municípios de Itaboraí, com 402,5 casos por 100 mil, e Maricá, com 337,5 casos por grupo de 100 mil residentes. Ambos apresentaram taxas menores que a do estado, que chegou a 639,3 casos de roubos por 100 mil no ano de 2012. Tanguá e Rio Bonito completam o terceiro grupo de taxas de roubos, com 248,1 e 225 casos por 100 mil, respectivamente. As menores taxas ocorreram em Guapimirim, com 143,9 episódios, e em Cachoeiras de Macacu, com 63,5 roubos por 100 mil habitantes.

Em Itaboraí, podemos observar a concentração maior de roubos no 1º distrito e 7º distrito, como mostra o mapa a seguir.

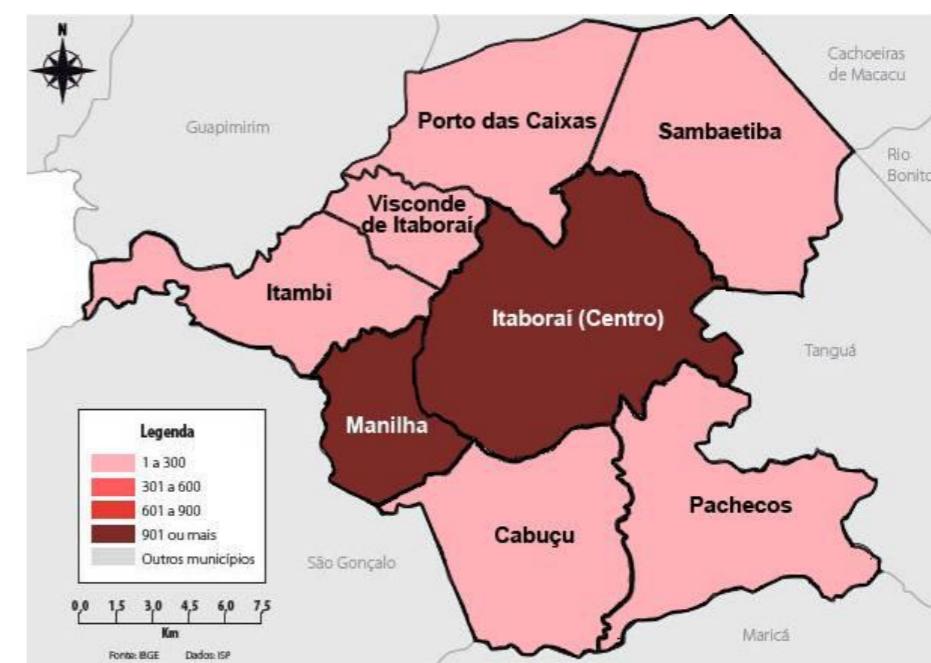


Figura 129 - Total de Roubos segundo Distritos de Itaboraí – 2008 a 2012

Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro/DGTIT/PCERJ.
Disponível em *Diagnóstico e Plano de Prevenção a Violência do Município de Itaboraí* (modificado pelo autor)

ROUBOS DE RUA

Aqui são registrados os roubos de rua que agregam os seguintes títulos: “Roubo a Transeunte”, “Roubo em Coletivo” e “Roubo de Aparelho Celular”, conforme definição da Polícia Civil e da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro.

Analisando as taxas de roubos de rua em Itaboraí e adjacências, percebemos que São Gonçalo detém a maior delas: são 520,8 casos por 100 mil habitantes, valor este superior quando comparados aos municípios que pertencem ao entorno de Itaboraí e até mesmo ao estado do Rio de Janeiro. Itaboraí registrou 225,5 casos por 100 mil e Tanguá, 248,1 episódios por grupo de 100 mil residentes. Essas duas últimas localidades apresentaram taxas menores que a do estado, que chegou a 362 roubos por 100 mil no ano de 2012. Maricá e Rio Bonito completam o terceiro grupo de taxas de roubos com 105 e 99,2 casos por 100 mil, respectivamente. As menores taxas ocorreram em Guapimirim, com 29,9 episódios, e em Cachoeiras de Macacu, com 14,5 roubos por 100 mil habitantes.

Os índices intramunicipal estão explícitos no mapa a seguir.

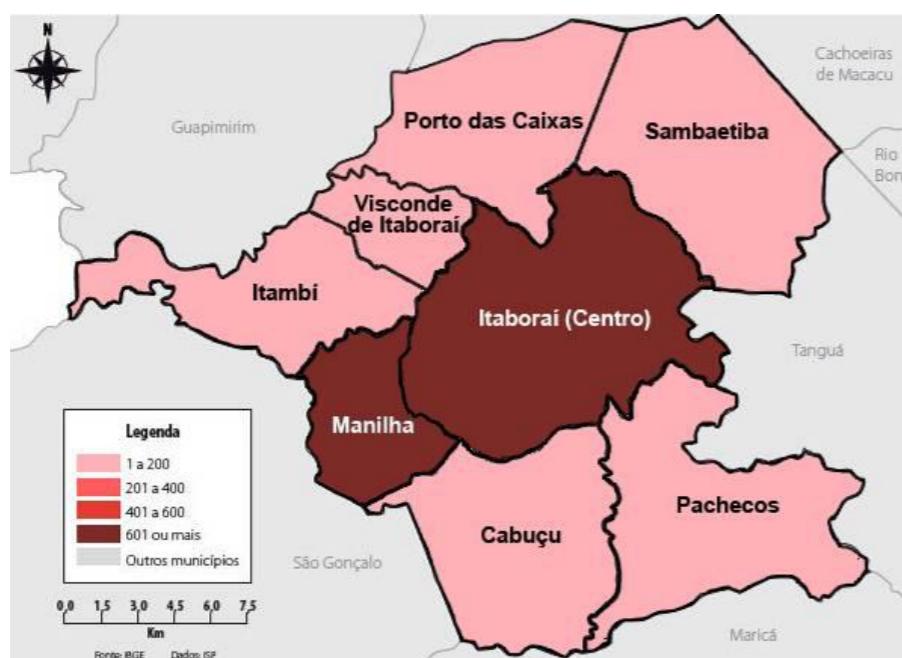


Figura 130 - Total de Roubos de Rua segundo Distritos de Itaboraí – 2008 a 2012

Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro/DGTIT/PCERJ.
Disponível em *Diagnóstico e Plano de Prevenção a Violência do Município de Itaboraí* (modificado pelo autor)

ROUBOS DE VEÍCULO

O que será abordado neste tópico são os roubos de veículo, que agregam o roubo de automóvel e roubo de motocicleta, conforme definição da Polícia Civil e sugestão da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

Observando as taxas de roubo de veículo em Itaboraí e no seu entorno, percebemos que São Gonçalo detém a maior taxa, foram 197,1 ocorrências, dado superior à taxa do estado do Rio de Janeiro, que foi de 135,9 roubos de veículos para cada 100 mil habitantes em 2012. Em seguida Maricá com 93,2 casos por 100 mil e logo abaixo Itaboraí com 66,9 episódios, e Guapimirim, com 50,4 roubos de veículos por 100 mil habitantes, números menores que a taxa do estado. Rio Bonito e Tanguá formam o terceiro conjunto de taxas mais significativas de roubo de veículo, com 44,3 e 41,4, respectivamente. Cachoeiras de Macacu teve a menor taxa entre os municípios em questão, com 16,3 veículos roubados por grupo de 100 mil habitantes em 2012.

No mapa a seguir temos o 1º e o 7º distrito (Centro e Manilha, respectivamente) com maior incidência de casos e Itambi (3º distrito) um pouco abaixo.

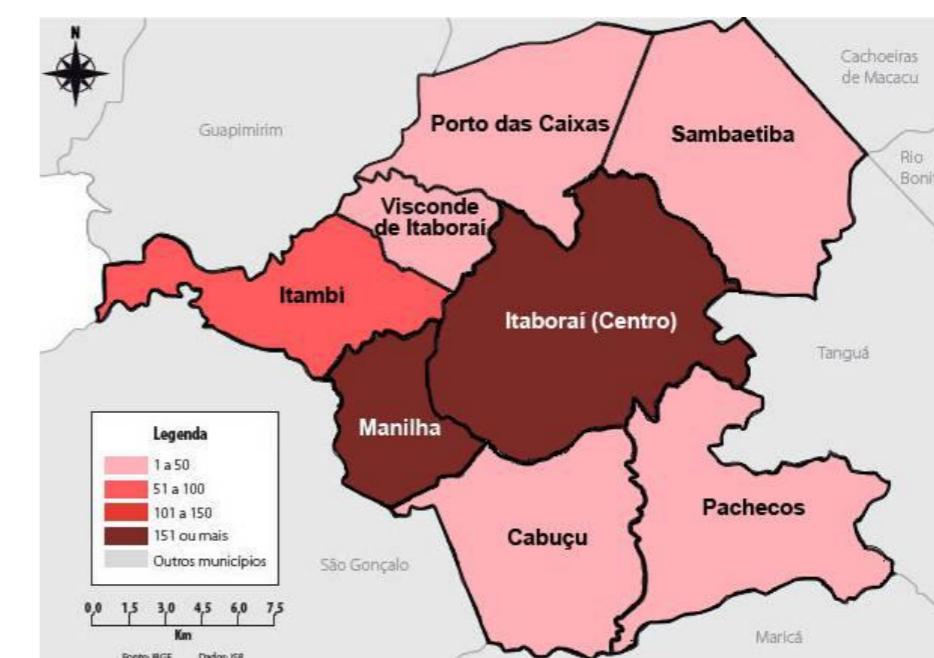


Figura 131 - Total de Roubos de Veículos segundo Distritos de Itaboraí – 2012

Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro/DGTIT/PCERJ.
Disponível em *Diagnóstico e Plano de Prevenção a Violência do Município de Itaboraí* (modificado pelo autor)

FURTOS

Observando as taxas de total de furtos em Itaboraí e adjacências, têm-se os seguintes índices: Maricá, com 921,4 casos por 100 mil habitantes, é o município com maior taxa entre aqueles que pertencem ao entorno dessa localidade. Numa segunda faixa estão Itaboraí, com 719,6 casos por 100 mil, e São Gonçalo, com 708,3 casos por grupo de 100 mil residentes. Itaboraí e São Gonçalo apresentaram taxas menores que a do estado do Rio de Janeiro, que chegou a 1.101,2 casos de furtos por 100 mil em 2012. Rio Bonito se destaca, com 646,8 furtos por 100 mil. As menores taxas ocorreram em Tanguá, com 483,5, Guapimirim, 459,6, e Cachoeiras de Macacu, com 447 furtos por 100 mil.

O mapa a seguir mostra os dados no município, apontando os índices em cada distrito.

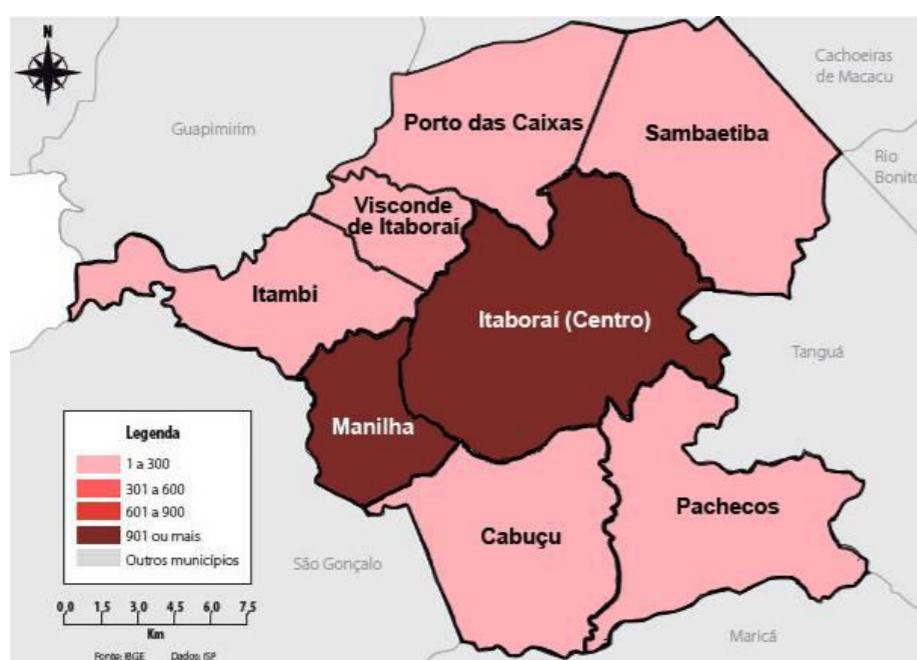


Figura 132 - Total de Furtos segundo Distritos de Itaboraí – 2008 a 2012

Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro/DGTIT/PCERJ.
Disponível em *Diagnóstico e Plano de Prevenção a Violência do Município de Itaboraí* (modificado pelo autor)

FURTOS DE RUA

Observando as taxas de furtos de rua em Itaboraí e adjacências, nota-se que São Gonçalo, com 221,6 casos por 100 mil habitantes, possui a maior taxa do entorno do município estudado. A seguir vem Itaboraí, com 150,5 casos e Maricá, com 143,6 casos por grupo de 100 mil residentes. Rio Bonito e Tanguá registraram 116,9 e 108,1 ocorrências por 100 mil, respectivamente. Guapimirim, com 46,7 episódios e Cachoeiras de Macacu, com 65,3 casos, tiveram as taxas mais reduzidas. Todos esses municípios apresentaram taxas menores que a do estado, que chegou a 386,3 casos de furtos de rua por 100 mil, em 2012.

Mais uma vez, os distritos Centro e Manilha se destacam no número de casos, como mostra o mapa a seguir.

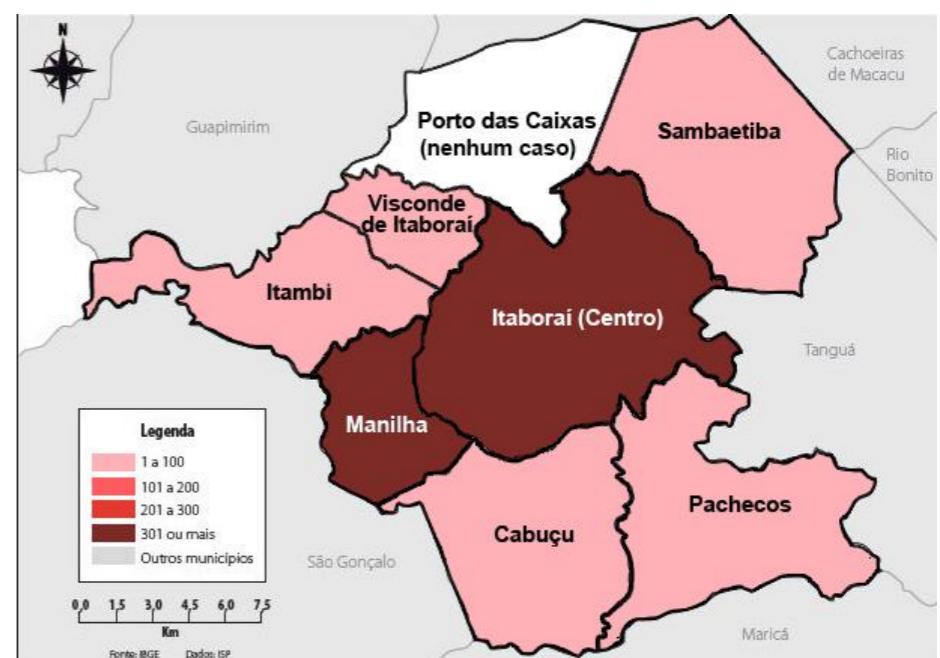


Figura 133 - Total de Furtos de Rua segundo Distritos de Itaboraí – 2008 a 2012

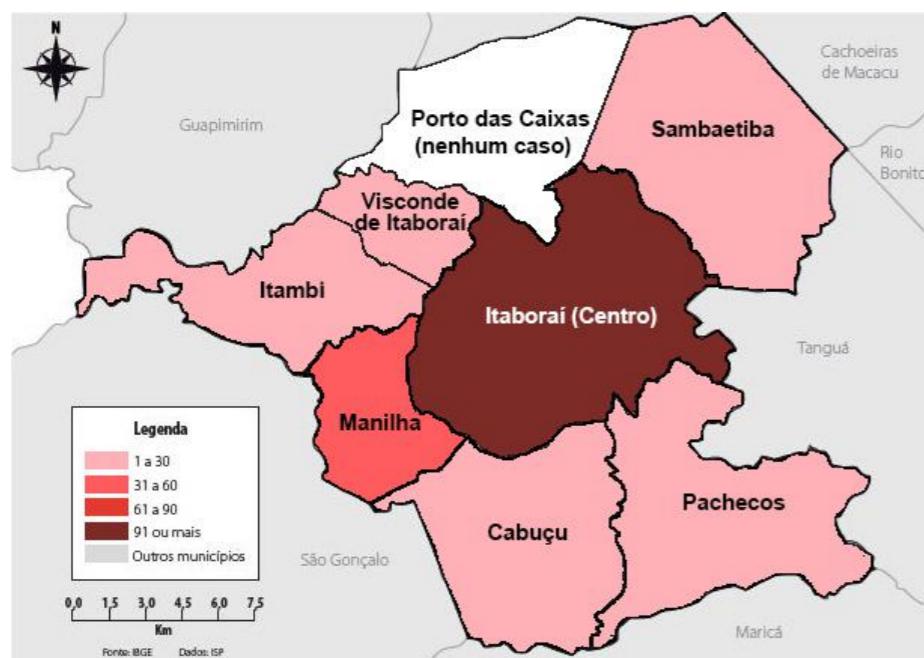
Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro/DGTIT/PCERJ.
Disponível em *Diagnóstico e Plano de Prevenção a Violência do Município de Itaboraí* (modificado pelo autor)

FURTO DE VEÍCULOS

Neste tópico será abordado o furto de veículo, que englobam automóveis e motocicletas, conforme definição da Polícia Civil, e sugestão da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

Observando as taxas de furto de veículo em Itaboraí e adjacências, percebemos que os municípios com as maiores taxas, inclusive superiores ao estado do Rio de Janeiro (100,2 furtos de veículos para cada 100 mil habitantes), são Rio Bonito, com 113,4 ocorrências, Maricá, com 113,2 casos e São Gonçalo, com 104,1 casos por 100 mil habitantes. Em seguida vem Itaboraí, com 86,2 casos por 100 mil. Já Cachoeiras de Macacu teve a menor taxa: 38,1 veículos furtados por grupo de 100 mil habitantes, em 2012.

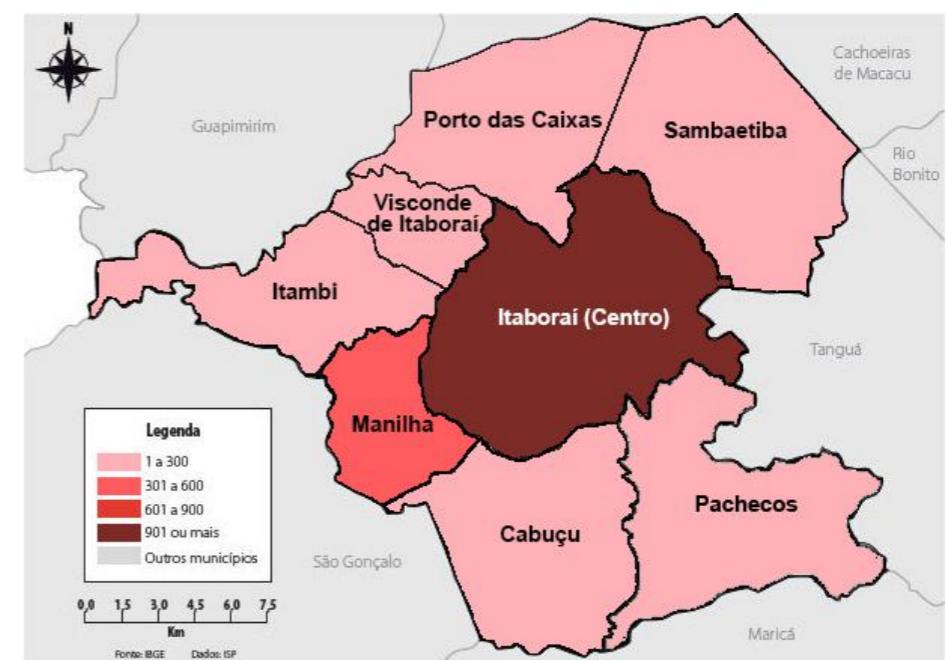
No caso de furto de veículo, um único distrito (Itaboraí-Centro) apresenta taxa bem elevada, se sobressaindo em relação aos demais, com 621 casos no período de 2008 a 2012. Destaca-se o 2º distrito de Porto das Caixas, que não teve nenhum episódio registrado neste período.



ACIDENTES DE TRÂNSITO

Rio Bonito apresentou a taxa mais alta de acidentes de trânsito, quando considerando os municípios do entorno de Itaboraí, registrando um total de 618,4 acidentes por 100 mil habitantes. Esse número é mais que o dobro que a taxa do estado do Rio de Janeiro, que teve 308 acidentes de trânsito por 100 mil. Na mesma faixa estão Cachoeiras de Macacu e Tanguá, com 455,2 e 429,4 ocorrências em 100 mil, respectivamente. No terceiro grupo estão Guapimirim, com 396,1 e Maricá, que apresentou 326,4 episódios. As menores taxas foram observadas em Itaboraí, 296,9, e São Gonçalo, com a mais baixa, perto de 244,1 por 100 mil.

Em escala intraurbana, o 1º Distrito apresenta o maior número de casos.



ENVOLVIMENTO COM DROGAS

A explanação dos índices de envolvimento com drogas se faz necessária, uma vez que, diferosos outros delitos, tais como o tráfico de armas, homicídios, roubos e etc, estão direta ou indiretamente associados. Deste modo, analisar o envolvimento com drogas ilícitas contribui com ações na área da segurança, saúde, educação, cultura, entre outros.

Por envolvimento com drogas, foram contabilizados, tanto os títulos registrados, como "Apreensões", "Posse ou Uso" e "Tráfico".

Em análise intermunicipal, observa-se que a taxa de envolvimento com drogas de Tanguá foi de 216,3 envolvidos por 100 mil habitantes, sendo a mais alta de todos os municípios que circundam Itaboraí, inclusive frente ao estado do Rio de Janeiro (177,3 envolvidos com drogas por 100 mil). Itaboraí se encontra na segunda faixa, com 198,1 envolvimentos, também com taxa mais alta que a do estado. Rio Bonito (180,7) e São Gonçalo (153,5) compõem, ainda, a segunda faixa. Na terceira faixa está, apenas, o município de Maricá, com 91 envolvimentos por 100 mil habitantes. As menores taxas foram observadas em Cachoeiras de Macacu, com 63,5, e Guapimirim, com a mais baixa, perto de 48,6 envolvidos por grupo por 100 mil habitantes.

Em escala intraurbana, há uma concentração nos distritos do Centro e de Manilha, com mais de 859 e 323 pessoas, respectivamente. Itambi teve 184 envolvidos. Abaixo estão os distritos de Visconde de Itaboraí, Porto das Caixas e Sambaetiba, com casos entre um e 100. Vale a pena destacar que o distrito de Pachecos não apresentou nenhum caso registradodurante o período analisado.

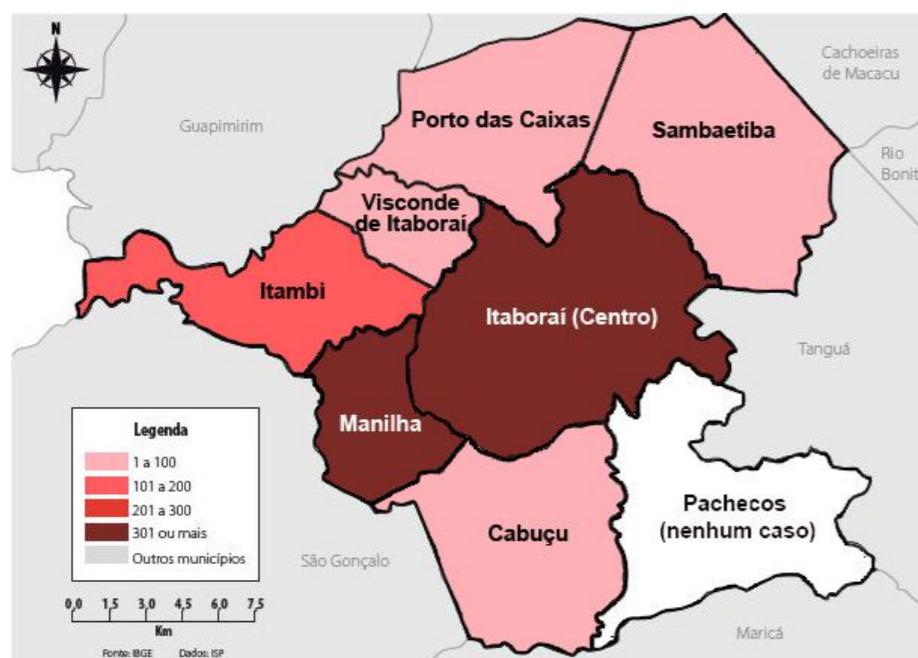


Figura 136 - Total de Envolvimento com Drogas segundo Distritos de Itaboraí – 2008 a 2012

Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Policia Civil do Estado do Rio de Janeiro/DGTIT/PCERJ.
Disponível em *Diagnóstico e Plano de Prevenção a Violência do Município de Itaboraí* (modificado pelo autor)

CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE

O município de Rio Bonito apresentou o maior índice de episódios, com 120,5 casos por 100 mil habitantes, sendo a mais alta taxa de todos os municípios que circundam Itaboraí. Cachoeiras de Macacu e Maricá tiveram 39,9 e 40 episódios, respectivamente. Na terceira faixa estão os municípios de Guapimirim e Tanguá, com 33,6 e 28,6 casos por 100 mil habitantes, nessa ordem. As menores taxas foram observadas em Itaboraí, com 14,4, e São Gonçalo, com a mais baixa, 12,4 crimes contra o meio ambiente por grupo de 100 mil habitantes. O estado do Rio de Janeiro apresentou taxa de 18 crimes ambientais por 100 mil no período de 2012.

No mapa a seguir, observa-se que a concentração dos casos de crimes contra o meio ambiente em Itaboraí se deu no Centro, com 64 episódios entre 2008 e 2012. O segundo distrito foi o de Manilha, com 29 casos de crimes ambientais no período. Em Itambi e Sambaetiba, houve entre 11 e 20 delitos desse tipo. Nos outros distritos, os casos ficaram compreendidos entre uma e dez ocorrências de 2008 a 2012.

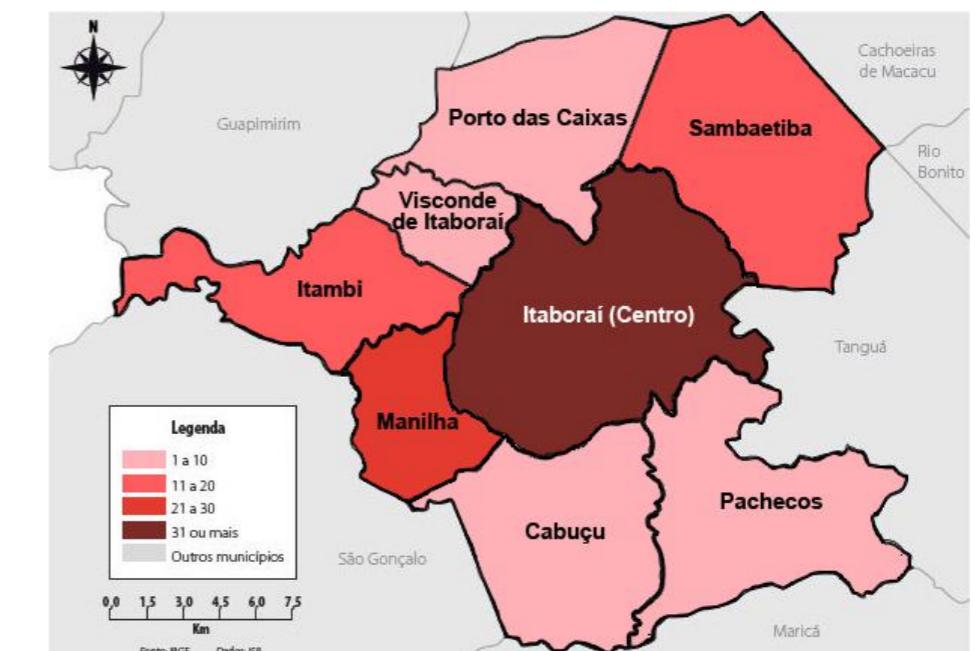


Figura 137 - Total de Crimes contra o Meio Ambiente segundo Distritos de Itaboraí – 2008 a 2012

Fonte: Microdados dos Registros de Ocorrência da Policia Civil do Estado do Rio de Janeiro/DGTIT/PCERJ.
Disponível em *Diagnóstico e Plano de Prevenção a Violência do Município de Itaboraí* (modificado pelo autor)



O gráfico a seguir mostra estatísticas do município de Itaboráí relativas a segurança urbana, contemplando índices dos anos de 2005, 2010, 2013, 2016 e 2017. Vale ressaltar que nos anos de 2005 e 2010, a 71^a Delegacia também respondia pelo município de Tanguá, que a partir de maio de 2011 conta com a 70^a DP.

ESTATÍSTICAS DE SEGURANÇA

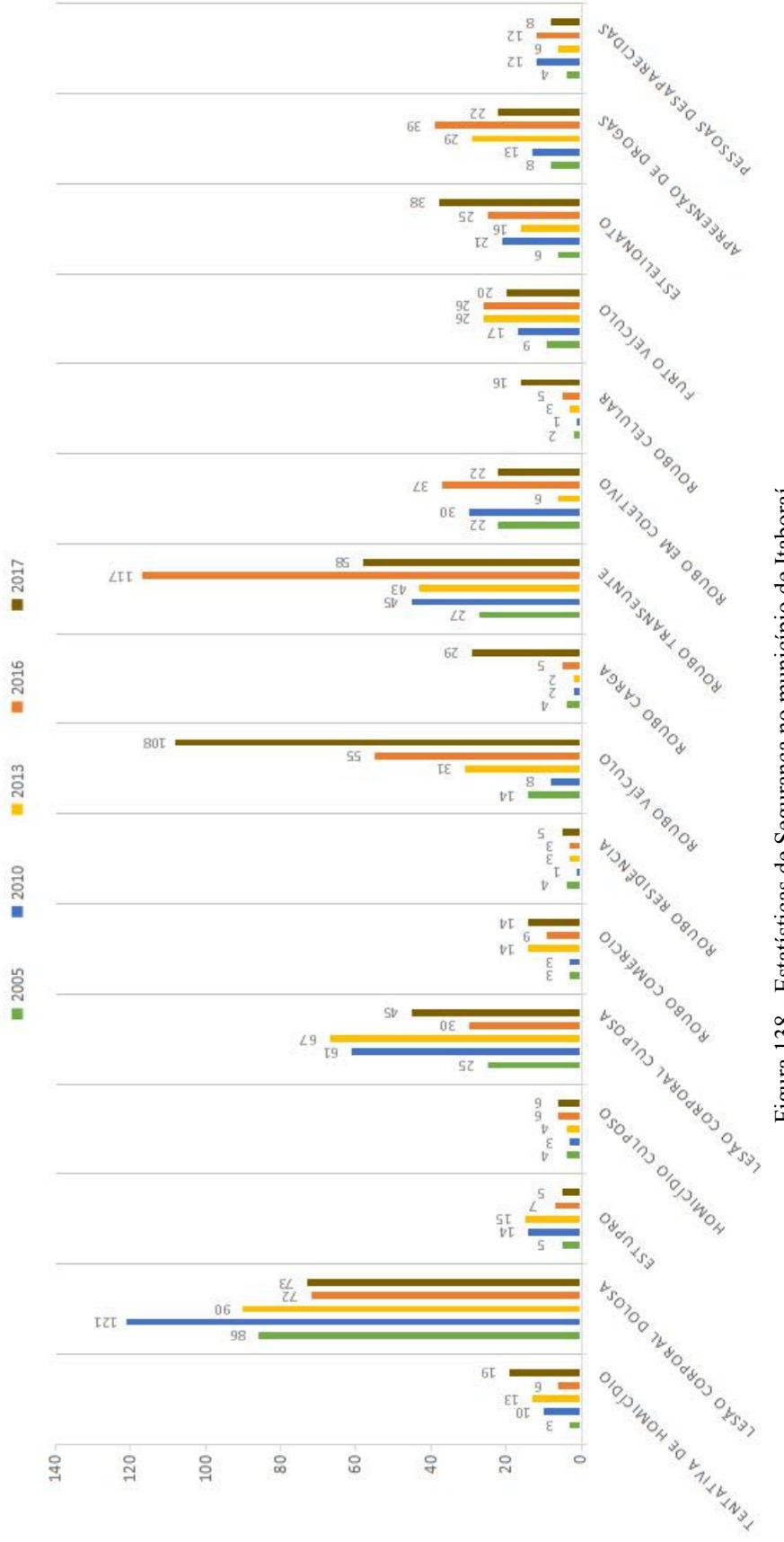


Figura 138 - Estatísticas de Segurança no município de Itaboraí
Fonte: ISP (disponível em <http://www.ispdados.rj.gov.br/estatistica.html>)



INTEGRAÇÃO DO
TERRITÓRIO







MOBILIDADE

A ocupação do território de Itaboraí ocorreu ao longo das principais rodovias, formando, por consequência, os núcleos urbanos. O desenvolvimento do tecido urbano, com malhas viárias mais densas e complexas ocorre, principalmente, a partir de eixos como a Rodovia BR-101, a BR-493 e a RJ-104.

Com o desvio da BR-101, a Avenida 22 de Maio, principal via do município, desempenha a função predominante de via de acesso intramunicipal.

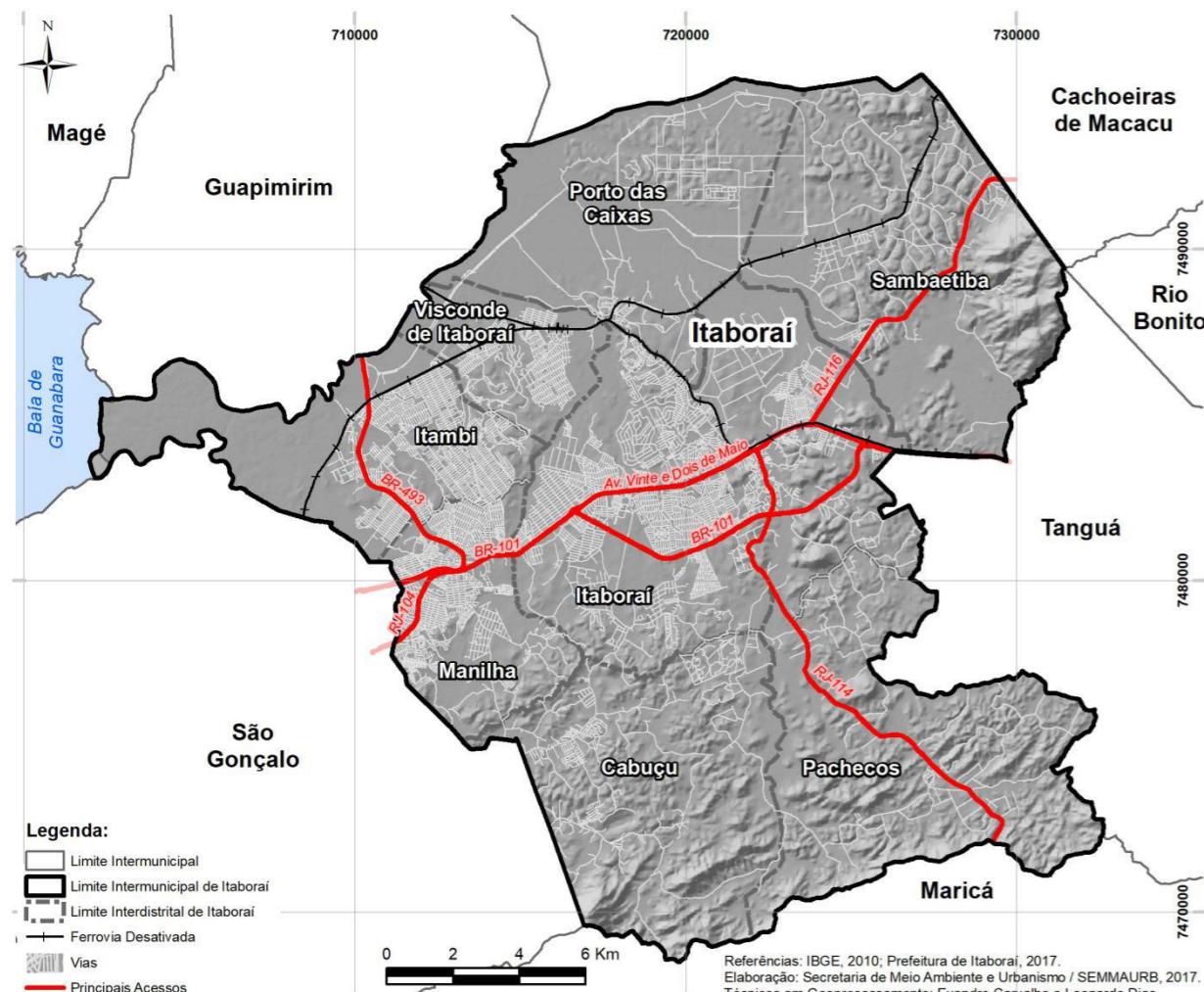


Figura 138 - Mapa das vias de principais acessos a Itaboraí

ACESSIBILIDADE

Tabela 85 - Distâncias em quilômetros dos distritos de Itaboraí

	Itaboraí (Centro) 1º	Porto das Caixas 2º	Itambi 3º	Sambaetiba 4º	Visconde 5º	Cabuçu 6º	Manilha 7º	Pachecos 8º
Itaboraí (Centro) 1º		5,9 Km	13,4 Km	11,8 Km	8,1 Km	10,1 Km	7,8 Km	16,1 Km
Porto das Caixas 2º	5,9 Km		10,8 Km	17,0 Km	2,4 Km	26,0 Km	13,7 Km	20,0 Km
Itambi 3º	13,4 Km	10,8 Km		31,0 Km	9,2 Km	18,7 Km	7,7 Km	27,0 Km
Sambaetiba 4º	11,8 Km	17,0 Km	31,0 Km		21,0 Km	31,0 Km	30,0 Km	29,0 Km
Visconde 5º	8,1 Km	2,4 Km	9,2 Km	21,0 Km		27,0 Km	17,0 Km	22,0 Km
Cabuçu 6º	10,1 Km	26,0 Km	18,7 Km	31,0 Km	27,0 Km		10,0 Km	23,0 Km
Manilha 7º	7,8 Km	13,7 Km	7,7 Km	30,0 Km	17,0 Km	10,0 Km		21,0 Km
Pachecos 8º	16,1 Km	20,0 Km	27,0 Km	29,0 Km	22,0 Km	23,0 Km	21,0 Km	

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação / Setor de Geoprocessamento

TRANSPORTES

Tabela 86 - Frota dos veículos de transporte em Itaboraí no ano de 2016

Frotas 2016	
Automóvel	50.204
Caminhão	3.205
Caminhão Trator	236
Caminhonete	4.746
Camioneta	3.138
Micro-ônibus	752
Motocicleta	12.278
Motoneta	1.516
Ônibus	558
Trator de rodas	3
Utilitário	241
Outros	1.987
Total de veículos	78.864

Fonte: Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN – 2016
(disponível em RE://www.cidades.ibge.gov.br)

CENTRALIDADES

As centralidades urbanas configuram pontos nodais de atração que concentram movimento e circulação de pessoas, mercadorias, variedade de usos, etc.

No caso de Itaboraí, o centro histórico, próximo a Praça Marechal Floriano Peixoto, permaneceu como a principal centralidade do município.

Ao longo do tempo, outras centralidades foram surgindo. São os pequenos núcleos urbanos que complementam a dinâmica da cidade, o que é importante pra aperfeiçoar e beneficiar áreas mais isoladas do centro urbano principal. Essa distribuição contribui para que haja ligação entre as principais centralidades, trazendo mobilidade para o desenvolvimento eficiente da cidade.

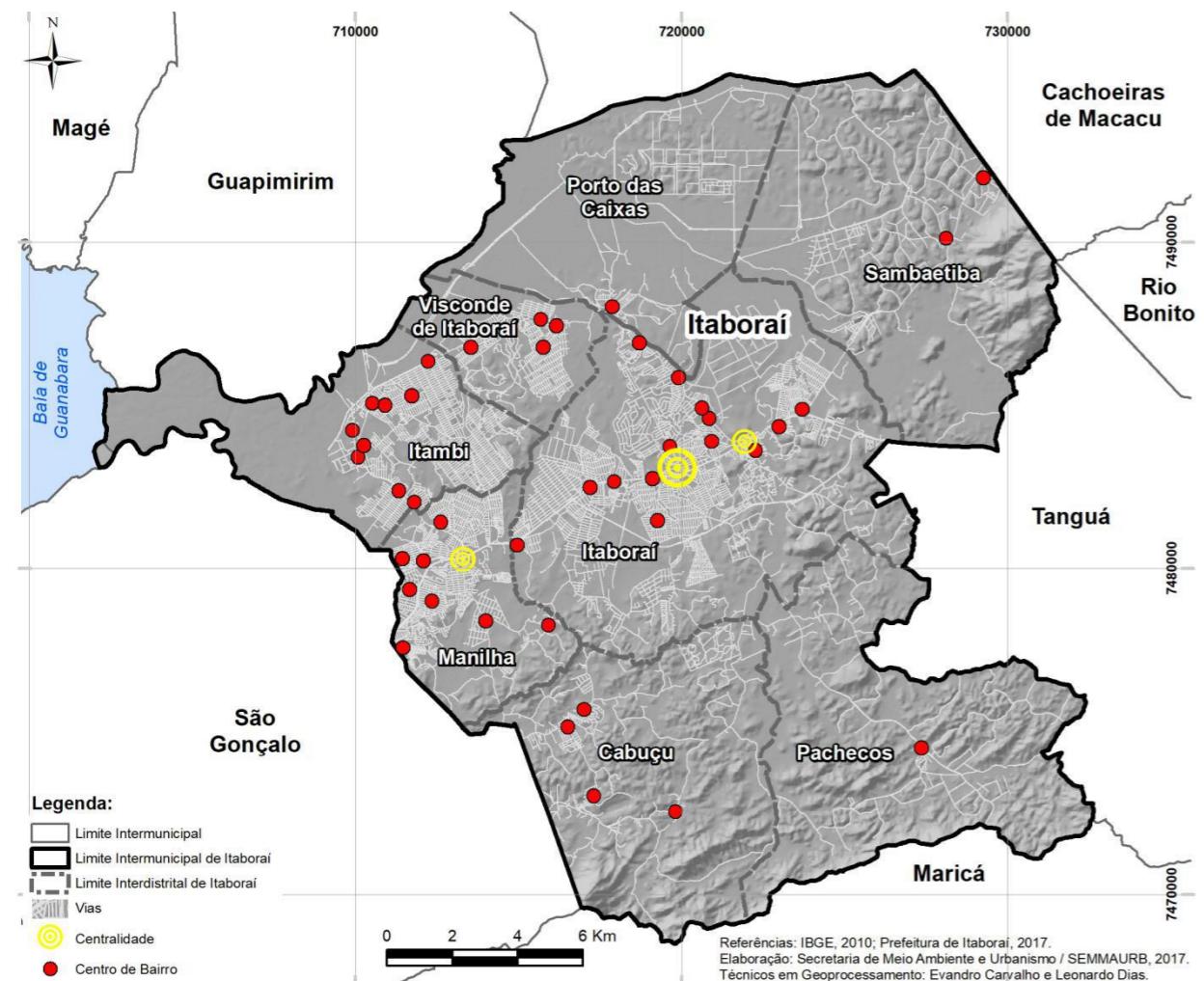


Figura 139 - Mapa das Centralidades e Centros de Bairro em Itaboraí

ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO

O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro foi inaugurado em 2014 e liga o município de Itaboraí ao Porto de Itaguaí, atravessando os municípios de Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Seropédica e Itaguaí, na Baixada Fluminense, e totaliza 145 quilômetros de extensão. Ele integra os eixos de desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Seus benefícios logísticos atraem possibilidades para seu entorno e fazem com que se torne importante para a instalação da cadeia produtiva do setor de petróleo e gás, que abrange um grande número de empresas nos diferentes segmentos industriais, como manutenção industrial, construção e montagem, usinagem e caldeiraria, tecnologia da informação e automação e outros.

Vantagens comparativas na área econômica como, redução do tempo de viagem, dos custos operacionais dos veículos e a diminuição da incidência de acidentes, além de evitar a obrigatoriedade do percurso através da área central da cidade com enormes prejuízos das estruturas urbanas, são observadas.



Figura 140 - Traçado do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro
Fonte: Adaptado de RIMA_COMPERJ

Segundo o Plano Diretor do Arco Metropolitano, emitido através de Relatório Final em maio de 2011, o projeto apoiou-se em três funções básicas:

- (I) integração do Porto de Itaguaí à malha rodoviária nacional e ao Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj);
- (II) ligação entre os eixos rodoviários beneficiados pelo projeto sem a necessidade de circulação pela Avenida Brasil e Ponte Rio-Niterói, desviando o fluxo das principais vias de acesso à capital e;
- (III) aumento dos níveis de acessibilidade dos municípios próximos ao Arco e que concentram grande contingente populacional.

No mesmo documento, constam análises e informações referentes aos municípios comprometidos direta e/ou indiretamente com o projeto do Arco Metropolitano. Destacam-se aqui, em texto adaptado, dados sobre Itaboraí e região, no que diz respeito à influência do projeto sobre os mesmos e vice-versa.

Itaboraí compõe o vetor principal, que totaliza 119 km de extensão partindo do município de Itaguaí em direção ao município de Itaboraí, conectando as rodovias federais

BR-101, BR-116 (Norte e Sul), BR-465, BR-040 e BR-493 (Segmentos A, C e D). No trecho que compreende os municípios de Duque de Caxias a Magé, a ocupação é composta por área urbana que se desenvolveu no vetor e entorno da própria rodovia BR-493. Ainda, no trecho do Arco Metropolitano que compreende a duplicação – Magé a Manilha/Itaboraí – destaca-se a existência da APA de Guapi-Mirim e de outras Unidades de Conservação, notadamente criadas em função da sua grande importância para a conservação dos manguezais e outras formações vegetais presentes. A região que compreende os bairros de Itambi e Manilha no município de Itaboraí, também se configura como área urbanizada.

O segmento C do Arco tem 72 km de extensão e atravessa algumas Unidades de Conservação, tanto de proteção integral como de uso sustentável. São elas:

- Área de Proteção Ambiental Guandu - Estadual
- Área de Proteção Ambiental do Alto Iguaçu - Estadual
- Área de Proteção Ambiental da Bacia Do Rio Macacu - Estadual
- Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim - Federal
- Floresta Nacional Mário Xavier - FLONA MX - Federal
- Área de Proteção Ambiental Petrópolis - Federal
- Parque Nacional da Serra dos Órgãos - Federal
- Reserva Biológica do Tinguá - Federal

A Licença Ambiental prevê restrições específicas para áreas vulneráveis por onde passa o Arco, que abrigam espécies ameaçadas de extinção, algumas, inclusive, constantes do Livro Vermelho das espécies ameaçadas. O Estado já supervisiona e executa medidas especiais de longo prazo para preservação dessas áreas.

Segundo definições dos Termos de Referência, a área de abrangência do Arco Metropolitano envolve 21 municípios. Essa área de abrangência compartimenta-se em três grandes porções territoriais, definidas por três conjuntos de municípios que apresentam características metropolitanas e realidades diferenciadas sob o ponto de vista físico-territorial, econômico, social e, especialmente, demográfico.

A tabela a seguir aponta os municípios que compõem a Área de Estudo III – Porção Leste:

Tabela 87 - Municípios que compõem a Área de Estudo III - Porção Leste e os aspectos relevantes para o Arco Metropolitano

Área de Abrangência	Municípios	Aspectos Relevantes
Área de Estudo III Porção Leste	Itaboraí	BR-493 (COMPETE) BR-101 norte
	Guapimirim	Efeitos espaciais decorrentes da contigüidade física
	São Gonçalo	Localização dos Centros de Escoamento e de Inteligência do COMPETE
	Tanguá	Muito embora não seja atravessado pelo Arco, os efeitos espaciais do evento poderão se fazer presentes, pela contigüidade
	Niterói	Efeitos espaciais decorrentes da contigüidade física
	Maricá	Efeitos espaciais decorrentes da contigüidade física
	Cachoeiras de Macacu	Efeitos espaciais decorrentes da contigüidade física

Fonte: Adaptado do Plano Diretor do Arco Metropolitano

O Plano Diretor do Arco Metropolitano apresenta uma síntese da caracterização do Uso da Terra e Cobertura Vegetal em cada uma das três Áreas de Estudo, mediante a espacialização e a quantificação do comportamento dos eventos socioambientais que se expressam nas diferentes formas de apropriação do território, com apoio no mapeamento das formas de uso da terra e cobertura vegetal remanescente.

Itaboraí faz parte da Área de Estudo III. Nesta área, no sentido leste, a partir de Guapimirim após o município de Magé, o traçado do Arco Metropolitano permanece em área urbana consolidada com transição para área de culturas e pastos (área rural de baixa densidade de ocupação), no entorno do eixo da rodovia. Este trecho é localmente conhecido com Estrada do Contorno da Baía (da Guanabara).

Este mesmo trecho é caracterizado também pela presença de culturas, contornando a área de extenso manguezal, contígua à baía de Guanabara, APA Guapi-Mirim e APA Bacia do Macacu. Em direção a Itaboraí, a ocupação urbana é rarefeita, observando-se a presença de fazendas, campos alagáveis e pastos. Ainda seguindo em direção a Itaboraí, após cruzar a divisa municipal com Guapimirim, o traçado do Arco Metropolitano segue por área urbana de baixa densidade em Itambi, distrito de Itaboraí. Com a aproximação à BR-101, a ocupação nos arredores do eixo da BR-493 consolida-se como área urbana de baixa a média densidade, configurada por ocupações residenciais e também por edificações voltadas a um intenso comércio, além da presença de indústrias.

Por fim, o traçado do Arco Metropolitano percorre o distrito de Manilha no município de Itaboraí, finalizando o percurso no entroncamento com BR-101 em área urbanizada.



Figura 141 - Entroncamento da BR-101 e BR-493 em Manilha/Itaboraí

Fonte: Adaptado do Plano Diretor do Arco Metropolitano



Figura 142 - Transição da área rural para área urbana já no município de Itaboraí

Fonte: Adaptado do Plano Diretor do Arco Metropolitano

A Área de Estudo III apresenta características de áreas rurais fortemente antropizadas, no entanto, o percentual de áreas urbanas (17%) é notável, visto que nessa Área de Estudo encontra-se a mancha urbana dos municípios de Itaboraí e Niterói.

O TRAÇADO DO ARCO

Com a duplicação da Rodovia Magé-Manilha, que está em andamento, a mesma será o terceiro e último trecho do Arco Metropolitano e a rodovia ficará totalmente pronta. Portanto o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro tem três subtrechos: o primeiro que foi inaugurado em Julho de 2014 que liga Itaguaí até Duque de Caxias no Trevo de Capivari, onde se encontra com a rodovia BR-040; o segundo, continuidade do primeiro subtrecho, é conhecido como Rodovia Rio-Magé e também a Rio-Teresopólis, que são duas rodovias em uma (BR-493 e BR- 116) onde há um pedágio no município de Magé; e o terceiro e último subtrecho a Rodovia Magé-Manilha que está sendo duplicada. É valido lembrar que a Rodovia Magé-Manilha é o trecho do Arco Metropolitano que corta o COMPERJ, havendo uma estrada que já está pronta dessa rodovia até o empreendimento.

Em 03 de julho de 2006, com a Lei Federal no 11.314, o trecho que se encontra entre a BR-040 e a Rodovia Rio-Santos foi incluído como segmento da BR-493, fazendo com que este tenha duas denominações, BR-493 e RJ-109.

No dia 23 de janeiro de 2015, com o decreto estadual no 45.137, a denominação RJ-109 foi removida do trecho e repassada para a rodovia em projeto, que ligará a Avenida Brasil, na altura de Campo Grande, ao Arco Metropolitano, em Seropédica. Deste modo, a BR-493, oficialmente é o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.

Há também um projeto de extensão do Arco até o município de Maricá, abrangendo trechos das RJ-106 e 114 além da BR-101.





COMPLEXO PETROQUÍMICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMPERJ



Figura 143 - Vista aérea do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
Fonte: Custodio Coimbra-2/4/2014 (disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/comperj-dara-prejuizo-de-45-bilhoes-petrobras-15799133> - acesso em 02/12/2017)

DUTOS

Foi através do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), criado pelo então presidente Getúlio Vargas, através do artigo 4º do Decreto-Lei no 395, de 29 de abril de 1938, que se deu início à história do transporte dutoviário do Brasil. Antes desta data, ainda entre 1926 e 1933, estudos já haviam sido iniciados para ligar Santos a São Paulo através de dutos, mas só em 1946 anteprojetos de oleodutos foram iniciados com propostas de ligação entre estas duas cidades e ainda de extensão até a cidade de Campinas.

Durante as décadas de 1940 e 1950, terminais e refinarias nas regiões sul, sudeste e nordeste foram construídas. Em 1953 foi criada a PETROBRAS, o que intensificou o transporte de derivados do petróleo por dutos.

Até os dias de hoje, existe uma grande expansão da malha dutoviária, com implantação de novas faixas, inclusive na Amazônia, onde se faz o escoamento de hidrocarbonetos na maior floresta tropical do planeta.

Mesmo tendo custo elevado para a implantação deste mecanismo de transporte de óleo e gás, esta alternativa é economicamente viável, por oferecer rapidez e segurança no transporte desse tipo de material.

Fonte: <http://www.esteio.com.br/>

GASODUTO GUAPIMIRIM-ITABORAÍ

O uso do gás natural como fonte energética aumentou na última década, tendo como principais atrativos a característica de ser uma fonte de energia não poluente, com um custo de produção mais baixo que outras fontes como o petróleo e a energia elétrica, e maior disponibilidade de reservas.

O gasoduto Guapimirim-Itaboraí previu em seu projeto inicial a distribuição do gás para as indústrias de cerâmica e para o abastecimento veicular, e foi construído pela Companhia Estadual de Gás (CEG).

O gasoduto possui uma extensão de 42 km, tendo seu início no Município de Guapimirim, seguindo pela BR-493 até o distrito de Manilha. A partir de Manilha o gasoduto segue pela BR- 101 em direção a Itaboraí, finalizando o seu percurso no início da RJ-116, trevo da Reta.

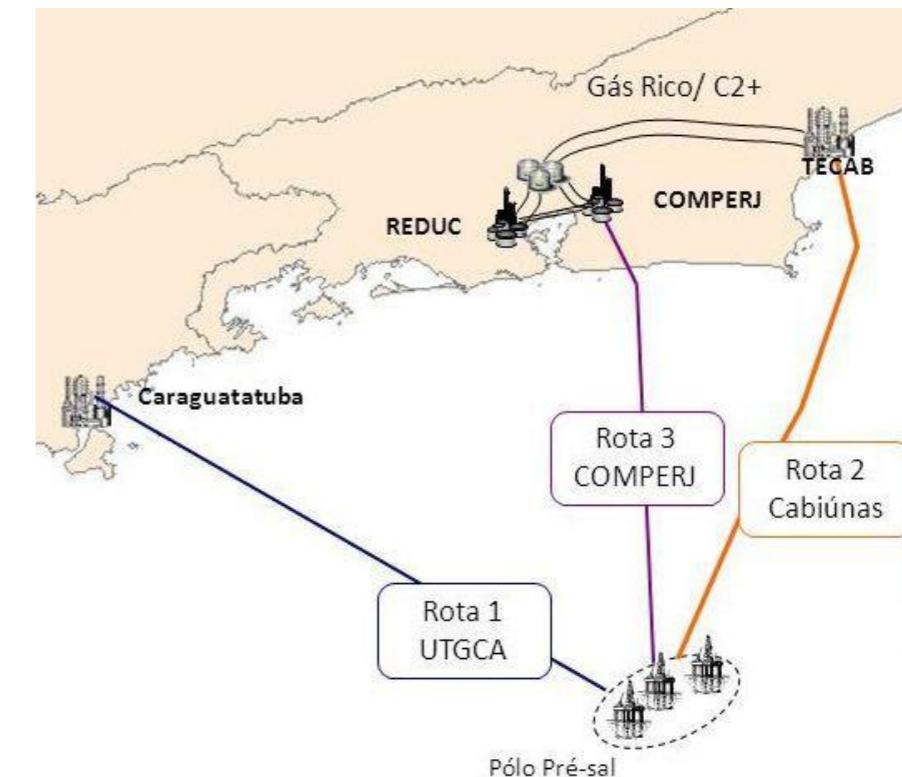
GASODUTO PRÉ-SAL / COMPERJ (ROTA 3)

Figura 144 - Desenho esquemático dos gasodutos (Rota 1, Rota 2 e Rota 3)

Fonte: <https://www.petronoticias.com.br>

Atualmente, a entrega de gás proveniente do pré-sal é de aproximadamente 45 milhões de m³ por dia.

Estabelecido pelo Plano Diretor de Escoamento de gás da Bacia de Santos (PDGE-BS), o Projeto Rota 3 é um projeto de infraestrutura de produção de gás do PLANSAL e amplia a capacidade de escoamento da malha de gasodutos em até 21 milhões de m³ por dia.

Com aproximadamente 355km de extensão total, o Gasoduto Rota 3 fará o transporte de gás natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos até o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), em Itaboraí. Este gasoduto oferece a maior capacidade de escoamento de gás do Pré-sal.

Do 355km de extensão total, 307km são referentes ao trecho marítimo e 48km referentes ao trecho terrestre.

Em outubro de 2016, se iniciaram as atividades para a instalação do trecho marítimo de 297km de extensão, que compreende as lâminas d'água de 58 m e 2.190 m de profundidade. Para desenvolver estas atividades, o Gasoduto recebeu do IBAMA, em julho de 2016, as Licenças de Instalação no 1123/2016 e nº 1124/2016.

Fonte: <http://www.comunicabaciadesantos.com.br/empreendimento/rota-3.html>

EMISSÁRIO TERRESTRE E SUBMARINO DO COMPERJ

Segundo o RIMA – Relatório de Impacto Ambiental, a Implantação do Emissário Terrestre e Submarino do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) tem o objetivo de transportar o efluente tratado das unidades industriais do COMPERJ. Ao chegar ao mar, este efluente dissolve e dispersa, sem causar dano ao meio ambiente. Isso se dá através de uma tubulação que percorre trecho por terra e trecho por mar e que vai descartar em local seguro o efluente industrial produzido no COMPERJ. O tratamento do efluente levará a uma composição específica que atenda à legislação aplicável.

Após estudos de duas opções para a construção do emissário: uma chamada Baía de Guanabara, em São Gonçalo, com lançamento dos efluentes na Baía de mesmo nome e a segunda opção, a de Maricá, com lançamento dos efluentes no litoral de Itaipuã, foi implantada a alternativa Maricá, possuindo extensão do emissário de 40 quilômetros em ambiente terrestre e 2 quilômetros em ambiente marinho. Apenas na extremidade há uma estrutura chamada difusor que não está enterrada. Este difusor possibilita melhor diluição do efluente na água do mar, e consiste em uma tubulação de 60 metros que contém 11 saídas.

O EMPREENDIMENTO - COMPERJ

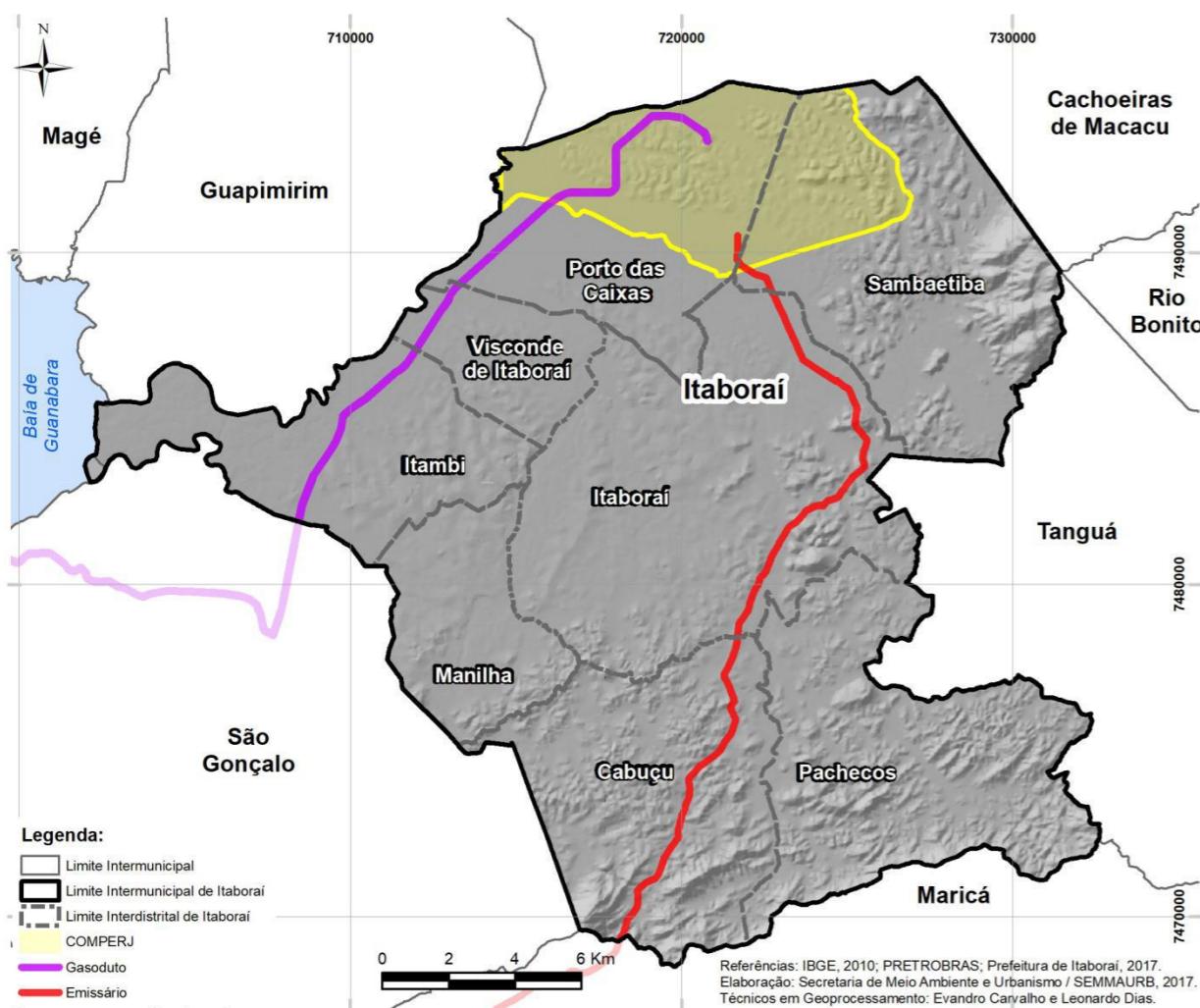


Figura 145 - Mapa de localização do COMPERJ, Gasoduto e Emissário

Em 2003, no mês de novembro, a PETROBRÁS e o Grupo Ultra iniciaram um estudo para avaliar a possibilidade de implantar um complexo petroquímico a partir de petróleo pesado, que é um tipo de petróleo de menor qualidade que demanda maior tratamento para ser refinado.

Já em 2006, mais precisamente em junho, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, visitou Itaboraí para o lançamento da pedra fundamental do maior empreendimento da história da Petrobrás, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, COMPERJ. Lula retornou à cidade em março de 2008, quando foram iniciadas as obras de terraplenagem, considerada a maior já feita no país. Lula voltou pela terceira vez ao município em março de 2010, para participar da assinatura dos contratos para o início da construção do empreendimento.

Este empreendimento é o resultado de um investimento estimado em R\$ 15 bilhões. O seu principal objetivo seria refinar 150 mil barris diários de petróleo pesado proveniente da Bacia de Campos (Marlim), o COMPERJ estava previsto para entrar em operação em 2012 e iria gerar para o país uma economia de divisas superior a R\$ 4 bilhões por ano, em decorrência da redução da importação de fontes de matéria-prima petroquímica e da redução da exportação de petróleo pesado (RIMA – Relatório de Impacto Ambiental).

PRODUÇÃO

No COMPERJ, o petróleo iria passar por duas etapas de produção. Na primeira, chegaria da Bacia de Campos por dutos e seria transformado em produtos petroquímicos básicos; na segunda fase, estes produtos virariam resina plástica. Numa terceira etapa, fora do COMPERJ, estas resinas plásticas iriam se transformar em bens de consumo.

O COMPERJ iria produzir cerca de 2,3 milhões de toneladas/ano de resinas plásticas de três tipos: polietileno, polipropileno e PET. O produto, limpo e não tóxico, seria vendido na forma de pequenas pelotas brancas ou coloridas de resina.

Além das resinas plásticas, o COMPERJ iria produzir PTA, etilenoglicol, benzeno, estireno e butadieno, que seriam vendidos para outras indústrias químicas. Esses produtos dão origens a pneus, fibras sintéticas, embalagens de alimentos, de remédios, de cosméticos etc. Em geral, estes produtos sairiam do COMPERJ na forma líquida, através de dutos e caminhões especiais.

O COMPERJ também teria produtos típicos de uma refinaria, embora em quantidade reduzida, como: óleo diesel de alta qualidade – para combustíveis; nafta – para fabricação de solventes especiais, combustíveis e petroquímicos; coque – para usinas siderúrgicas e enxofre – para indústrias químicas. Estes produtos sairiam do COMPERJ através de dutos (produtos líquidos), caminhão ou trem (sólidos).

A produção total seria de 1,3 milhões de toneladas/ano de eteno e 880 mil toneladas/ano de propeno. Esses gases deveriam ser consumidos dentro do próprio COMPERJ, transformando-se em polietileno, etilenoglicol, estireno e polipropileno. Para que o petróleo pudesse em um único local transformar-se nos produtos citados, seriam instaladas “fábricas” dentro do próprio COMPERJ, cada uma delas destinadas a cumprir seu papel no trajeto que o petróleo passaria até se transformar em petroquímicos de alto valor.

No COMPERJ, essas “fábricas” e outras instalações seriam agregadas em blocos maiores chamadas Unidades. As cinco principais Unidades são:

- UPB (Unidade de Petroquímicos Básicos)
- UPA (Unidades Petroquímicas Associadas)
- UTIL (Unidade de Utilidades)
- AUX (Unidade Auxiliares de Processos)
- Apoio (Unidades de Apoio, Transportes e Transferência)

Apesar do investimento expressivo para este mega empreendimento, no final de 2014 as obras começaram a ser paralisadas após o escândalo de corrupção investigado pela operação Lava Jato. Até hoje não houve conclusão da obra e o legado deixado para o município são milhares de trabalhadores desempregados, uma queda significativa na arrecadação municipal, sem contar as mais de quatro mil salas comerciais fechadas e vazias pelos prédios da cidade. Até o momento, as obras não foram retomadas e só é feita a manutenção dos equipamentos locais, mas muitos são os esforços para a conclusão do empreendimento no Rio de Janeiro.

Segundo informações, atualmente, o único projeto previsto no COMPERJ é a construção de uma Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), destinada a receber e processar o gás natural que será produzido no pré-sal. Trata-se de um investimento próprio da Petrobras de US\$ 2,5 bilhões a US\$ 3 bilhões. Mesmo com a retomada das obras com a entrada do parceiro chinês na refinaria, não está prevista a construção de uma petroquímica, como previa o projeto original.

(Informação disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/petrobras-vai-concluir-construcao-do-comperj-em-parceria-com-chinesa-21551577#ixzz4xx1ebikl>).

Segundo a Petrobrás, através de informações divulgadas em julho de 2016, o Conselho de Administração (CA) aprovou, em reunião realizada, a reavaliação do projeto do COMPERJ. Essa decisão permite a continuidade das atividades de implantação das unidades do COMPERJ associadas à Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN).

A UPGN faz parte do Projeto Integrado Rota 3 que contempla também o Gasoduto Rota 3, o Tratamento Complementar de Gás no Terminal de Cabiúnas e a faixa de Dutos Norte Rota 3. Juntos, esses projetos completam a infraestrutura de escoamento e processamento de gás natural do pólo pré-Sal da bacia de Santos.

O CA aprovou ainda a postergação dos investimentos e preservação dos equipamentos das demais unidades da Refinaria Trem 1 até dezembro de 2020 e orientou que continuem os esforços em busca de parceiros para dar continuidade aos investimentos. Os projetos da Refinaria Trem 2 e da Unidade de Lubrificantes do COMPERJ foram cancelados.

(Informação disponível em <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/daremos-continuidade-ao-projeto-do-comperj.htm>)

O texto a seguir foi extraído do documento “Desenvolvimento do Município de Itaboraí Durante o Processo de Instalação Do Complexo Petroquímico Do Estado Do Rio De Janeiro”, elaborado pelo ENEGEP 2015 (XXXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção), um evento organizado pela ABEPRO - Associação Brasileira de Engenharia de Produção e retrata os cenários do município após a influência do COMPERJ.

“As condições de habitação da população urbana vêm sendo uma preocupação para o Município. O processo de urbanização não veio acompanhando a evolução do município de Itaboraí. A tabela 88 apresenta o parâmetro que vive a população no cenário de habitação. Em 10 anos, enquanto a população teve um acréscimo de 16%, o número de domicílios urbanos aumentou 37%, enquanto isso, o número de assentamentos precários, moradias que carecem de segurança, sem acesso à água potável e a esgoto sanitário, teve um incremento de 70%. Houve um aumento muito grande de assentamentos precários aumentando a informalidade em Itaboraí. As condições de habitação não estão sendo administradas de forma a buscar um desenvolvimento ordenado no município. Segundo Alencar (2014), o déficit habitacional do Município no ano de 2014 já alcança, aproximadamente, 13 mil unidades.”

Tabela 88 – Cenário Habitacional

Ano	População	Domicílios	Assentamentos
2000	187.479	50.471	6.625
2010	218.008	69.321	11.271
Aumento	16%	37%	70%

Fonte: Adaptado de UFF (2013) e IBGE (2010)

Com relação à quantidade de empregos ofertados no município, segundo UFF (2013), no ano de 2000, existiam em Itaboraí, 13.688 postos de trabalho. Em 2011, esse número alcançou 35.641 empregos formais. Houve um acréscimo de, aproximadamente, 160% na quantidade oferecida de emprego. Entretanto, a atração de mão de obra qualificada para região é a responsável para essa evolução do emprego formal. A grande parte dos trabalhadores do pólo industrial são trabalhadores itinerantes, com contratos temporários que ao término da prestação do serviço procuram emprego em outra localidade (ALENCAR, 2014).

No ambiente econômico, com a finalidade de atrair empresas que se registraram no município, Itaboraí, Rio Bonito e Tangará promoveram políticas de redução de Impostos sobre Serviços (ISS). Para isso, essas empresas não necessitavam concentrar suas atividades nessas regiões, mas apenas se registrarem nelas. Esta forma de motivação tem acarretado o crescimento do valor adicionado do PIB, principalmente no setor de serviços (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2013).

Segundo Batista (2014), o setor de saúde de Itaboraí precisa ser ampliado, o município possui apenas um hospital municipal com emergência, não possuindo nenhum hospital com emergência privado. O que faz onerar ainda mais os gastos do município na ocorrência de acidentes e desastres.

Segundo Almeida (2012), em 2010, o cenário do município de Itaboraí era a escassez de saneamento básico, tendo que recorrer à abertura de poços para obter água. Como o esgoto na região não é tratado é misturado no lençol freático, contaminando a água, gerando doenças. A área de atendimento do sistema da CEDAE (Companhia de Água e Esgoto do Rio de Janeiro) é maior que 50% da área urbana do município, porém, o atendimento é em apenas 25% dos domicílios, nos demais o atendimento é eventual. A coleta de esgoto é praticamente inexistente.

CONCLUSÃO COMPERJ

O COMPERJ é um empreendimento de grande porte, que se tornou “o centro das atenções” do país. Criou-se uma grande expectativa de que o desenvolvimento, tão esperado e desejado, enfim, chegaria ao município e região. É fato que um empreendimento tão grandioso, com investimentos tão maciços gera desdobramentos de diversos âmbitos porque apresenta uma gama de oportunidades e melhorias na qualidade de vida da população, gerando empregos, possibilitando aperfeiçoamento da infraestrutura pública para atender às demandas socioeconômicas locais e regionais.

Todo esse sistema tende a mover-se de maneira conjunta, quando todos os aspectos socieconômicos estão inteiramente ligados.

Lamentavelmente, o município de Itaboraí sofre as consequências de um projeto que não foi concluído. Vive-se a realidade da tentativa em superar diversos obstáculos resultantes desse fato.

O crescimento populacional devido a fluxos migratórios de trabalhadores e imigrantes em busca de oportunidades atraídos pela industrialização ocasionou um “inchaço” demográfico. Por conta da paralisação das obras, milhares de trabalhadores foram dispensados, o que acarretou problemas econômicos e sociais, sem contar no esvaziamento da cidade, que desencadeou uma queda considerável no mercado imobiliário, deixando um rastro de edificações abandonadas com suas obras incompletas e aquelas finalizadas, com suas salas vazias.

A expectativa hoje é que se consiga recuperar a identidade do município, que revela tantas riquezas, patrimônios históricos materiais e imateriais, saberes, lugares e o mais importante, as pessoas que aqui residem: o cidadão e cidadã itaboraienses, que insistem em lutar por uma Itaboraí melhor, que trabalham, estudam, integram o cenário da cidade. É o momento de recuperar a autoestima local. É o momento de se estabelecer e retratar uma nova realidade.

É possível, através da implantação de grandes empreendimentos, manter ou até mesmo criar condições que favoreçam o desenvolvimento, seja ele humano, social, urbano, socioambiental, socioeconômico ou rural, desde que haja um planejamento estratégico e integrado, com este fim.

Não é utopia pensar que Itaboraí consiga seguir em uma nova direção. Como referência, temos a cidade de Aberdeen, na Escócia. A diversidade econômica, a preocupação com desenvolvimento e a busca de inovações tecnológicas permitiram fazer dessa cidade um exemplo de estruturação da indústria petrolífera.

Não há momento mais propício para se estabelecer condições favoráveis à retomada deste empreendimento na nossa cidade. Pois empiricamente se adquire aprendizado, o que gera a oportunidade de fazer melhor.



CONCLUSÃO

Dante de diversos dados e informações aqui reunidas, percebe-se que alguns desafios estão por vir. As demandas são diversas e estipular metas e prazos para o bom andamento do trabalho é essencial. A partir de levantamentos como este, trazendo à tona as reais condições em que se encontra o município, isso se torna possível.

Os desdobramentos provenientes dos diagnósticos aqui estabelecidos são imprescindíveis. Portanto, é importante ressaltar a necessidade de dar continuidade ao trabalho e atualizá-lo em tempo oportuno.

É fundamental ainda que haja um planejamento comprometido com o desenvolvimento humano e com a qualidade de vida da população, que é, ou deveria ser, a vertente de maior relevância no contexto de qualquer eclosão para o crescimento.

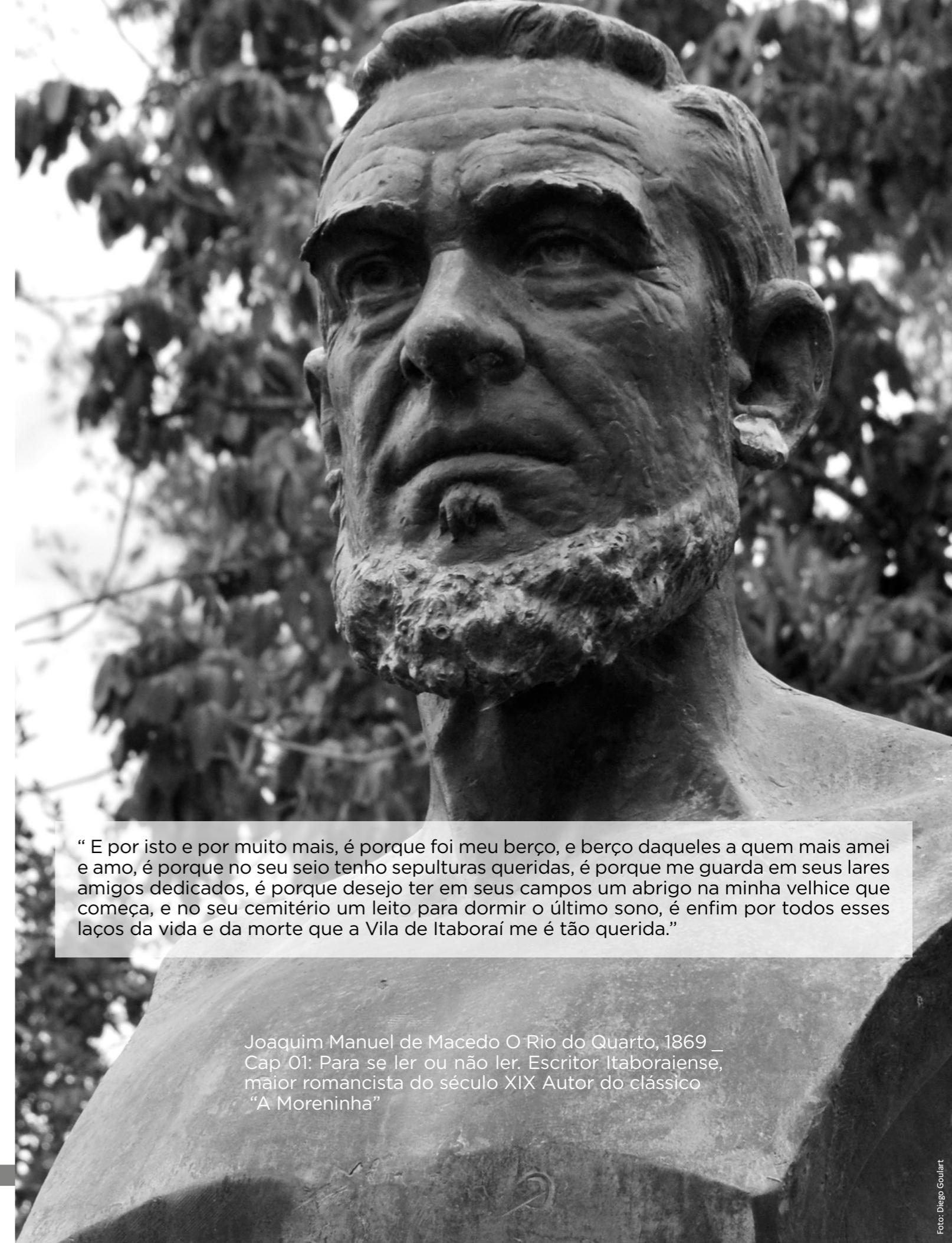
Portanto, alinhado ao desejo de prosseguir com metas definidas, podemos deixar algumas perguntas que servirão de apoio para que o trabalho perdure. Perguntas estas que merecem resposta, mediante uma reflexão que seja capaz de gerar avanços positivos.

Como já foi dito, o compromisso primordial é com o desenvolvimento humano e a qualidade de vida. Nós, seres humanos, somos o maior patrimônio que pode existir. Mas, que desenvolvimento é esse? Quem somos nós? Onde queremos chegar? Qual a nossa vocação? Qual a nossa visão de futuro? Atentar sobre essas questões é o que leva uma cidade ao progresso. Essa reflexão é responsável por trazer à consciência a força pertencente a cada cidadão, isso porque cada um de nós exerce poder sobre a cidade, a começar pelo direito do voto.

Pensar no futuro com otimismo, tanto individualmente quanto coletivamente, alimenta expectativas positivas, pois, a priori, todos os seres humanos desejam um futuro com sucesso e êxito.

O lugar onde vivemos deve ser o reflexo de quem somos. Se queremos uma cidade próspera e com um futuro brilhante, somos os principais responsáveis por essa conquista.

Enfim, para mover-se em direção ao amanhã e alcançar as expectativas é preciso um novo olhar sobre a nossa cidade. E assim, de acordo com o panorama real, atender às demandas efetivas. Portanto, o grande desafio do momento é estabelecer diretrizes que conduzam à reestruturação e desenvolvimento urbano/rural eficazmente capazes de resguardar o maior patrimônio existente: o ser humano.



“E por isto e por muito mais, é porque foi meu berço, e berço daqueles a quem mais amei e amo, é porque no seu seio tenho sepulturas queridas, é porque me guarda em seus lares amigos dedicados, é porque desejo ter em seus campos um abrigo na minha velhice que começa, e no seu cemitério um leito para dormir o último sono, é enfim por todos esses laços da vida e da morte que a Vila de Itaboraí me é tão querida.”

Joaquim Manuel de Macedo O Rio do Quarto, 1869 –
Cap 01: Para se ler ou não ler. Escritor Itaboraiense,
maior romancista do século XIX Autor do clássico
“A Moreninha”

BRASÃO OFICIAL



Criado pela lei municipal no 182 de maio de 1966, e modificado através da lei municipal no 1.668 de 30 de abril de 2001, quando foram acrescidas duas estrelas, representando a divisão atual de oito distritos, além de outras modificações, como: Cor cinza para melhor representar o prata, cor amarela para melhor representar o ouro, detalhes das hastes que representam a cana e mudança na sua tonalidade e ainda a textura de pedra no fundo azul do escudo.

O Brasão de Armas de Itaboraí é o símbolo do Município, cujas cores são: escudo português em azul com uma pedra de sua cor sustentando uma águia estendida de prata, ladeada por uma flexa a direita e uma espada posta em pala, tudo em ouro; assente num contracheque cosido de vermelho, carregado de um pergaminho encimado por uma pena posta em barra, também de ouro; bordado de prata carregada de oito estrelas azuis. Coroa mural de cinco torres de prata como apoio, duas hastes de cana, desfolhadas, passando em aspas e colocadas sob escudo, e dois galhos de laranjeiras frutados, dois potes de cerâmica, tudo natural, listel de azul com a inscrição “1696 ITABORAÍ 1833” de ouro, e é de uso obrigatório em todos os papéis oficiais da municipalidade.

Como justificativa do Brasão, tem-se que “o escudo de forma que melhor indica a origem de nosso povo e por isso mesmo em inúmeros brasões de cidade e estados brasileiros, presta-se para recomendar os primórdios de nossa civilização: a cor azul, que é a cor emblemática do zelo, caridade e lealdade, traduz virtudes que Itaboraí sempre testemunhou no império e na república, derivando-se o topônimo de Itaboraí, da língua tupi, que significa “Ita=pedra, boraí=bonita” ou Pedra Bonita Escondida na Água. Baseados nos pronunciamentos de historiadores e indianistas sobre a concepção do topônimo foi acrescentada ao brasão a pedra”, pois “Terra de Pedra Bonita” era a qualificativo dado pelos indígenas à região. A água, representa a realeza, veio traduzir a condição de Itaboraí como membro de destaque e de suporte da comunidade fluminense; a flecha recorda os primitivos donos e habitantes de nossa terra; a espada, simboliza São João Batista, pois Itaboraí também foi chamada de São João de Itaboraí; o contracheque de vermelho, significa de modo genérico, que todos os brasileiros devem seu sangue à Pátria e particularmente, os primeiros itaboraiense que se sacrificaram em defesa de terra e engrandecimento da região. A bordadura de prata com oito estrelas identificam a municipalidade, identificando os oito distritos, sendo eles: Itaboraí-Centro, Porto das Caixas, Itambi, Sambaetiba, Visconde de Itaboraí, Cabuçu, Manilha e Pachecos. A haste em cana e os galhos mostram riquezas agrícolas e os potes de cerâmica, a principal atividade industrial, ou seja, a dos artefatos de cerâmica.

Extraído e adaptado do site oficial da Prefeitura Municipal de Itaboraí Pesquisa e adaptação: equipe sala de Memória - Fundação Cultural de Itaboraí. Fonte primária: Jornal a Folha de Itaboraí, 01 de junho de 1995

ANEXOS

BRASÃO OFICIAL



A Bandeira Municipal foi criada pela mesma lei, a nº 182 de maio de 1966. Sua forma é quadrangular, com 20 módulos no comprimento horizontal e 14 no comprimento vertical. É um retângulo terciado em pal, sendo o primeiro em azul, o segundo em prata, representado pela cor branca, carregado do Brasão de Armas e o terceiro, alaranjado. O uso da Bandeira Municipal é obrigatório em todas as solenidades civis do município, como também, diariamente, no paço Municipal.

A lei municipal nº 182, que oficializou a Bandeira Municipal foi criada exatamente a 18 de maio de 1966, pelo então e saudoso Prefeito, João Batista Cáffaro.

Extraído e adaptado do site oficial da Prefeitura Municipal de Itaboraí Pesquisa e adaptação: equipe sala de Memória - Fundação Cultural de Itaboraí. Fonte primária: Jornal a Folha de Itaboraí, 01 de junho de 1995

HINO DE ITABORAÍ

Pedra Bonita, foi assim que te chamaram
Certa vez em Guarani
Terra Bendita é assim que hoje te Chamo
minha Itaboraí

Tens uma porta aberta para o mar
És a janela do nosso país
Quem vem de longe aprende a te amar
Quem nasce aqui é a tua raiz

Com a argila do teu solo O calor do teu
colo,
E o suor do teu povo

Vamos seguir com firmeza E ajudar com
certeza
A construir um mundo novo

És um eterno poema
Que tem como tema a felicidade
Escrito pelo Criador, que te transformou
nesta bela cidade (bis)

Teus laranjais, teus imortais
A tua história é um hino de amor
És a própria paz, porque sempre estás
nas mãos de nosso Senhor (bis)

Itaboraí! Itaboraí!

Belizário Paulinho Rezende Haroldo Campos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- IPHAN**
Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em 23/08/2017
- INEPAC**
Disponível em [http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/realizabusca?municípios=29&BemCult_ural=&PalavraChave="](http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/realizabusca?municípios=29&BemCult_ural=&PalavraChave=). Acesso em 10/08/2017
- IBGE**
www.biblioteca.ibge.gov.br
Disponível em [https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=todos&campo=todos¬qry=&opeqry=&texto=itabora%C3%AD&digital=f_alse&fraseexata="](https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=todos&campo=todos¬qry=&opeqry=&texto=itabora%C3%AD&digital=f_alse&fraseexata=)
Acesso em 22/07/2017
Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itaborai/panorama>. Acesso em 06/06/2017
- CEPERJ/DADOS**
Disponível em <http://geo.ceperj.rj.gov.br/Base/gettabelas.do>. Acesso em 12/07/2017
- Secretaria de Estado de Cultura-Mapa de Cultura RJ**
Disponível em <http://mapadecultura.rj.gov.br/cidade/itaborai>. Acesso em 20/09/2017
- Serviço Florestal Brasileiro-Ministério do Meio Ambiente**
Disponível em <http://www.forestal.gov.br/numeros-do-car>. Acesso em 13/11/2017 Disponível em <http://www.car.gov.br/publico/imoveis/index>. Acesso em 13/11/2017
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**
Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/itaborai_rj#caracterizacao.
Acesso em 23/10/2017
Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/desenvolvimento_humano/.
Acesso em 27/10/2017
- Prefeitura Municipal de Itaborai**
Disponível em <http://www.itaborai.rj.gov.br/homegov>. Acesso em 28/06/2017 Disponível em <http://www.legislaitaborai.com.br>. Acesso em 08/06/2017
- Desenvolvimento Social – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**
Disponível em http://www.mds.gov.br/suas/guia_protecao. Acesso em 13/11/2017
- Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro**
Disponível em <http://www.camarametropolitana.rj.gov.br/legislacao.asp>. Acesso em 16/08/2017
Disponível em <http://www.camarametropolitana.rj.gov.br/dadosGerais.asp>. Acesso em 17/10/2017
Disponível em <http://www.camarametropolitana.rj.gov.br/arcoMetropolitano.asp>. Acesso em 06/09/2017

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)**
Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/apaguapimirim/>. Acesso em 31/08/2017
- Instituto Baia de Guanabara**
Disponível em http://baiadeguanabara.org.br/site/?page_id=4548. Acesso em 05/09/2017
- Observatório de Informações Municipais**
Disponível em http://www.oim.tmunicipal.org.br/?pagina=documento&tipo_documento_id=4. Acesso em 20/06/2017
- INEP**
Disponível em <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatísticas-da-educacao-basica>. Acesso em 12/07/2017
- Tesouro Nacional**
Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em 12/09/2017
- Instituto Estadual do Ambiente (INEA)**
Disponível em <http://www.inea.rj.gov.br/Portal/ResultadoPesquisa/index.htm?ssUserText=Itabora%C3%AD>. Acesso em 14/11/2017
- Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**
Disponível em http://apps.mprj.mp.br/sistema/mpmapas/inloco.html#. Acesso em 18/08/2017
- ICMS Ecológico (site)**
Disponível em http://www.icmsecologico.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=53&Itemid=60#rj. Acesso em 04/10/2017
- Associação O Eco**
Disponível em [http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28048-o-que-e-o-icms-ecólogo](http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28048-o-que-e-o-icms-ecológico). Acesso em 03/10/2017
- O que são Corredores Ecológicos. Dicionário Ambiental.**((o))eco, Rio de Janeiro, ago. 2014.
Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28538-o-que-sao-corredores-ecologicos/>>. Acesso em 18/07/2017.
- CEPERJ**
Disponível em <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/ent/icms.html>. Acesso em 04/10/2017
- TCE-RJ**
Disponível em <http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/estudos-socioeconomicos1>. Acesso em 11/07/2017



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Informações sobre as unidades de saúde:

Disponível em <https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1K3z2yM1d4ju4f0chKQwz-Cawv8tQ&shorturl=1&ll=-22.74474693767128%2C-42.84499645227049&z=14>. Acesso em 13/09/2017 Disponível em <http://datasus.saude.gov.br>. Acesso em 14/09/2017 Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br>. Acesso em 14/09/2017 Disponível em <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/sas/upa-24horas>. Acesso em 15/09/2017

Informações sobre Gasoduto Pré-sal COMPERJ / Rota 3 (Maricá)

Disponível em <http://www.comunicabaciadesantos.com.br/empreendimento/rota-3.html>. Acesso em 18/10/2017 Disponível em <https://www.petronoticias.com.br/archives/91633>. Acesso em 18/10/2017 Disponível em <http://www.pac.gov.br/obra/15414>. Acesso em 18/10/2017 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Fp1eXtULaRw>. Acesso em 20/10/2017 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=hVH5EuWexIk>. Acesso em 17/10/2017 Disponível em <https://petroleiroanistiado.wordpress.com/2015/10/28/petrobras-rota-3/>. Acesso em 19/10/2017

Informações sobre o COMPERJ:

Disponível em <http://home.energyway.com.br/2017/02/20/presidente-da-petrobras-garante-prioridade-a-unidade-de-processamento-de-gas-natural-upgn-no-comperj/>. Acesso em 24/10/2017

Disponível em <https://exame.abril.com.br/revista-exame/a-obra-mais-enrolada-do-brasil/> <http://www.abegas.org.br/Site/?p=64730>. Acesso em 24/10/2017

Disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/petrobras-vai-concluir-construcao-do-comperj-em-parceria-com-chinesa-21551577>. Acesso em 25/10/2017

Disponível em <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/daremos-continuidade-ao-projeto-do-comperj.htm>. Acesso em 26/10/2017

Informações sobre o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí

Beltrão, M. C. M. C. 2000. Ensaio de Arqueologia. Rio de Janeiro: Zit Gráfica e Editora LTDA. 186p.

Beltrão, M. C. M. C.; Donon, J.; Teles, M. M. 1982. Datação pelo c14 do sítio arqueológico de Itaboraí, RJ. Anais da Academia Brasileira de Ciências, 54(1): 258-259.

Bergqvist, L. P.; Mansur, K.; Rodrigues, M. A.; Rodrigues-Francisco, B. H.; Perez, R.; Beltrão, M. C. M. C. 2009. Bacia de São José de Itaboraí, RJ. Berço dos Mamíferos no Brasil. Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. CPRM, v. 2. 515p.

Bergqvist, L. P.; Moreira, A. L.; Pinto, D. R. 2006. Bacia de São José de Itaboraí – 75 anos de

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

história e ciências. Rio de Janeiro, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Serviço Geológico do Brasil. 83p

Sant'Anna, L. G.; Riccomini, C.; Rodrigues-Francisco, B. H.; Sial, A. N.; Carvalho, M. D.; Moura, C. A. V. 2004. The Paleocene travertine system of the Itaboraí Basin, Southeastern Brazil. Journal of American Earth Sciences. 11-15.

DOCUMENTOS CONSULTADOS:

Oleiros e Olarias: Tradição da Arte Cerâmica de Itaboraí. Instituto Baía de Guanabara - IBG, com a Cooperação UNESCO / Ministério da Cultura, 2008.

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim (MMA/IBAMA) Censo da Floricultura de Itaboraí - Emater, 2011.

Painel Regional Leste Fluminense - Observatório SEBRAE, 2016.

Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2016 - TCE/RJ

Desenvolvimento do Município de Itaboraí durante o processo de instalação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro - XXXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção - ENEGEP 2015.

Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Projeto Macacu-Planejamento Estratégico da Região Hidrográfica dos Rios Guapi-Macacu e Caceribu-Macacu. 1a Edição / Niterói, RJ: UFF/FEC, 2010.

Inventário dos Bens Culturais - Município de Itaboraí - FUNDREM / 1982.

“Patrimônio Cultural no leste fluminense – História e memória de Itaboraí, Rio Bonito, Caçoeiras de Macacu, Guapimirim e Tanguá”, 2013

Plano Diretor do Arco Metropolitano - Relatório Final/Maio de 2011.

Relatório de Impacto Ambiental - RIMA / Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Desafios metropolitanos à gestão pública de apropriação do espaço urbano no Leste Metropolitano do Rio de Janeiro/ Luis Fernando Valverde Salandia. - Niterói: [s.n.], 2012. 405 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2012.



LEGISLAÇÃO

BRASIL, Decreto nº 90.225 de 25 de setembro de 1984, Dispõe sobre a implantação da Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/9/1984, Página 14014 (Publicação Original)

BRASIL, Decreto nº 4340, de 22 de agosto de 2002, Regulamenta artigos da Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.

BRASIL, Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/10/2012, Página 5 (Publicação Original)

BRASIL, Decreto, de 15 de fevereiro de 2006, Cria a Estação Ecológica da Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

BRASIL, Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/12/1937, Página 24520 (Republicação)

BRASIL, Lei nº 11.314, de 03 de julho de 2006, Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural - GEAC, cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo, dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência, sobre a cessão de servidores para o DNIT e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União, a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência

BRASIL, Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/1/2007, Página 1 (Retificação).

BRASIL, Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000, Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/7/2000, Página 1 (Publicação Original)

BRASIL, Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/12/1979, Página 19457 (Publicação Original)

ITABORAÍ, Decreto nº 112, de 30 de outubro de 1996, Efetiva o tombamento de bens públicos e particulares.

ITABORAÍ, Decreto nº 59, de 19 de setembro de 2006, Define as Regiões para efeito de Planejamento do Município de Itaboraí e dá outras providências.

ITABORAÍ, Lei 1.757, de 10 de julho de 2002, Altera a Lei nº 1.508, de 16 de janeiro de 1998.

ITABORAÍ, Lei nº 1.171, de 02 de agosto de 1993, cria o Parque Florestal do Barbosão.

ITABORAÍ, Lei nº 1.346, de 12 de dezembro de 1995, Cria o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí.

ITABORAÍ, Lei nº 182, de 18 de maio de 1966, Fica criado o Brasão de Armas de Itaboraí.

ITABORAÍ, lei nº 1.668, de 30 de abril de 2001, Fica modificado o Brasão de Armas de Itaboraí.

RIO DE JANEIRO (Estado), Decreto Estadual nº 45.137 de 23 de janeiro de 2015, Altera o Anexo I do Decreto nº 995, de 16 de novembro de 1976, mediante a exclusão e inclusão de rodovias, e dá outras providências.

RIO DE JANEIRO (Estado), Decreto nº 41.844 de 04 de maio de 2009, Estabelece definições técnicas para alocação do percentual a ser distribuído aos municípios em função do ICMS ecológico.

RIO DE JANEIRO (Estado), Decreto nº 43.284 de 10 de novembro de 2011, Estabelece os requisitos para atendimento ao art. 3º, inciso IV, da Lei nº 5.100/2007, que inclui a guarda

ambiental municipal como um dos requisitos básicos do sistema municipal de meio ambiente para efeito de repartição do ICMS ecológico e altera o anexo III do Decreto 41.844/2009, que dispõe sobre o cálculo dos índices relativos à gestão dos resíduos sólidos.

RIO DE JANEIRO (Estado), Decreto nº 43.700 de 31 de julho de 2012, Concede prazo para os municípios promoverem a implantação da guarda municipal ambiental para fins de repartição dos recursos do ICMS ecológico e dá outras providências.

RIO DE JANEIRO (Estado), Decreto nº 44.252 de 17 de junho de 2013, Concede prazo para os Municípios promoverem a implantação da guarda municipal ambiental para fins de repartição dos recursos do ICMS ecológico e dá outras providências.

RIO DE JANEIRO (Estado), Decreto nº 44.543 de 27 de dezembro de 2013, Altera o Anexo III do Decreto 41.844/2009, que dispõe sobre o cálculo dos índices relativos à gestão dos resíduos sólidos e revoga o artigo 2º do Decreto 43.284 de 10 de novembro de 2011.

RIO DE JANEIRO (Estado), Decreto nº 44.956 de 17 de setembro de 2014, Concede prazo para os Municípios promoverem a implantação da guarda municipal ambiental para fins de repartição dos recursos do ICMS ecológico e dá outras providências.

RIO DE JANEIRO (Estado), Decreto nº 45.704 de 04 de julho de 2016, Altera a redação do art. 7º do decreto nº 41.844, de 04 de maio de 2009, que estabelece definições técnicas para alocação do percentual a ser distribuído aos municípios em função do ICMS ecológico, e dá outras providências.

RIO DE JANEIRO (Estado), Lei nº 4.018, de 05 de dezembro de 2002, Cria a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Macacu e determina providências para a defesa da qualidade da água.

RIO DE JANEIRO (Estado), Projeto de Lei nº 2753/2014, Concede o nome de Raphael de Almeida Magalhães ao Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO, Lei nº 5.100, de 04 de outubro de 2007, Altera a lei nº 2.664, de 27 de dezembro de 1996, que trata da repartição aos municípios da parcela de 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do icms, incluindo o critério de conservação ambiental, e dá outras providências.

TANGUÁ, Lei nº 0633 de 23 de outubro de 2007, Cria o Parque Natural Municipal Serra do Barbosão, situado no município de Tanguá, estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Diário Oficial dos Municípios do Rio de Janeiro – 29/10/2007 – Ano II – nº 039 – Páginas 1 e 2.

SIGLAS E CONVENÇÕES:

- ABEPRO – Associação Brasileira de Engenharia de Produção
BACEN – Banco Central do Brasil
BACEN – Banco Central do Brasil
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEEP – Centro de Estatística, Estudos e Pesquisas
CEPERJ – Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
EIA-RIMA – Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto Ambiental
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENEGET – Encontro Nacional de Engenharia de Produção
FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FJP – Fundação João Pinheiro
FUNDREM – Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
IDS – Índice de Desenvolvimento Social
IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
INEA – Instituto Estadual do Ambiente
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social
OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RMRJ – Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TCE/RJ – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

Matérias jornalísticas:

<http://www.energia.sp.gov.br/2017/07/comperj-com-socio-chines/>

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-07/petrobras-aprova-retomada-de-obras-do-comperj-e-da-refinaria-abreu-e-lima>

<https://oglobo.globo.com/brasil/comperj-dara-prejuizo-de-45-bilhoes-petrobras-15799133>

